

LINGUAGENS, MÍDIAS E TECNOLOGIAS

Volume 2

Organizadores
Edson Carlos Romualdo
Juliana da Silveira



Pedro & João
editores

LINGUAGENS, MÍDIAS E TECNOLOGIAS

VOL. II

**EDSON CARLOS ROMUALDO
JULIANA DA SILVEIRA
(ORGANIZADORES)**

**LINGUAGENS, MÍDIAS E
TECNOLOGIAS**

VOL. II

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Edson Carlos Romualdo; Juliana da Silveira [Orgs.]

Linguagens, mídias e tecnologias. Vol. II. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 278p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1315-6 [Impresso]

978-65-265-1316-3 [Digital]

1. Linguagens. 2. Mídias. 3. Tecnologias. 4. Projetos de pesquisa interinstitucionais. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiuava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Este livro foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior (CAPES) e do Programa de
Pós-Graduação em Letras (PLE), da
Universidade Estadual de Maringá (UEM).
Nossos agradecimentos!

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| Edson Carlos Romualdo Juliana da Silveira | |
| Mídia(s), Tecnologia e Educação | |
| TÓPICO DISCURSIVO E PROTAGONISMO DOCENTE EM CHAT EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 21 |
| Juçara Zanoni do Nascimento Edson Carlos Romualdo | |
| PRODUÇÃO ESCRITA MEDIADA POR APLICATIVO DE BATE-PAPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA ENSINO MÉDIO | 37 |
| Flávia Zanutto Neil Franco | |
| DESAFIOS DAS DISCIPLINAS DE LINGUÍSTICA EM CURSO DE LETRAS EAD: OS DISCURSOS DAS TUTORAS | 57 |
| Rafael Vitória Alves Neil Franco | |
| COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CHEGA NA EDUCAÇÃO BÁSICA? | 81 |
| Lucas Alves Selhorst Juliana da Silveira | |

**“PORTUGUÊS DA DEPRESSÃO”, HUMOR OU
PRECONCEITO LINGUÍSTICO? UM ESTUDO
SOBRE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS EM
REDES SOCIAIS DIGITAIS** 95
Isabelly Fernanda Franco de Souza
Flávio Brandão-Silva

Mídia(s), Cultura e Política

**GENDER SWAP E INTERTEXTUALIDADE: O SER
HOMEM E O SER MULHER NOS FILMES UM
SALTO PARA A FELICIDADE E HOMEM AO MAR** 117
Edson Carlos Romualdo
Sônia Berveglieri

**MARKETING SENSORIAL E PRODUÇÃO DE
SENTIDOS: ESTÍMULOS TÁTEIS COMO
CONSTITUTIVOS DA ARGUMENTAÇÃO TEXTUAL** 139
Edson Carlos Romualdo
Juliana de Mello Chagas Lima

**DO PRINCÍPIO DE REVERSIBILIDADE EM
RELATOS SOBRE VIOLÊNCIA CLÍNICA SOFRIDA
POR MULHERES: A DISCURSIVIZAÇÃO DA
CAMPANHA #ONDEDÓI** 159
Amanda da Silva Duarte
Elaine de Moraes Santos

**NOVAS TECNOLOGIAS, VELHAS AXIOLOGIAS:
UMA ANÁLISE DIALÓGICA DA RETOMADA E
ATUALIZAÇÃO DOS SENTIDOS DA ESTÉTICA
NAZISTA NO AMBIENTE DIGITAL** 179
Karine Giroto Barbara
Edson Carlos Romualdo

| | |
|--|------------|
| UM GOLPE CONTÍNUO: O DISCURSO TECNICISTA-ECONÔMICO DA IMPRENSA HEGEMÔNICA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS | 201 |
| Thaís Gomes Teixeira Juliana da Silveira | |
| OS NOMES DAS INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO LAVA JATO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA | 223 |
| Wesley Mateus Dias Edson Carlos Romualdo | |
| PERFORMANCE DOCUMENTAL: FERRAMENTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE DIZER NO DOCUMENTÁRIO <i>RESGATES</i> | 249 |
| Jefferson Campos | |
| SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES | 273 |

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea dá continuidade às publicações feitas no primeiro volume do livro *Linguagens, mídias e tecnologias* (Romualdo; Santos, 2022). Os trabalhos aqui apresentados resultam de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto interinstitucional de pesquisa “Linguagem, Mídia e Novas Tecnologias” (3431/2020 – UEM), coordenado pelo Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, que reúne um grupo de pesquisadores da linguagem que já vem trabalhando conjuntamente em projetos interinstitucionais de pesquisa desde 2007. Deste ano até o momento atual, quatro grandes projetos interinstitucionais foram desenvolvidos, aumentando progressivamente o número de pesquisadores e instituições participantes. Ao todo, o projeto envolve profissionais de oito instituições de ensino superior diferentes (três federais, duas estaduais, três particulares) e duas escolas públicas estaduais. Vários desses pesquisadores também participam do GEPOMI – Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos, cadastrado no CNPq e liderado por Juliana da Silveira e Edson Carlos Romualdo, os organizadores deste volume.

O objetivo geral do projeto é integrar pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior, alunos da pós-graduação, da graduação e professores da Educação Básica na realização de pesquisas, individuais e coletivas, que tematizam linguagens, mídias e tecnologias. Sua proposta abrangente deriva da necessidade atual de congregar academicamente pesquisadores com interesses afins e se justifica pela importância que os três pontos temáticos têm para a sociedade atual em geral e, mais especificamente, para questões relacionadas à interação social e ao ensino-aprendizagem. As pesquisas procuram discutir criticamente e analisar: a) usos da linguagem em ambientes digitais; b) mídia digital; c) gêneros discursivos que circulam em ambientes digitais; d) fenômenos linguísticos em gêneros

midiáticos e digitais; e) materiais didáticos digitais e sua relação com as práticas pedagógicas; f) práticas de letramento e ensino e aprendizagem em ambientes digitais; g) propostas pedagógicas que utilizem TIC. As principais vertentes teóricas que subsidiam as propostas e desenvolvimento das pesquisas do projeto são a Linguística Aplicada, as Teorias do Texto e a Análise do Discurso de vertente francesa e bakhtiniana.

É fato que os processos e temáticas textuais e discursivas das/nas mídias vêm sendo fortemente transformados pelas tecnologias contemporâneas e suas determinações técnicas. Há algum tempo os pesquisadores que apresentam suas pesquisas nesta coletânea têm se dedicado a discutir e debater essas transformações no campo da educação, da cultura e da política. No longo percurso de suas pesquisas, observam que cada vez mais as teorias linguísticas, textuais e discursivas são convocadas a se reinventar, seja retificando, relendo e/ou aperfeiçoando suas ferramentas de observação. É cada vez mais desafiador e complexo o estudo dessas relações, tendo em vista a sobredeterminação de processos políticos, econômicos e educacionais e as práticas técnicas e midiáticas que amalgamam os textos e discursos às tecnologias sensoriais, audiovisuais, softwares e aplicativos de processamento de textos, IAs etc. Nesse contexto, as análises aqui apresentadas se dedicam a descrever e analisar esses processos, à luz de teorias do texto e do discurso, demonstrando e evidenciando o potencial de contribuição que essas teorias oferecem à essa empreitada desafiadora de compreender a maneira como as mídias e tecnologias determinam tanto os modos de formulação dos enunciados quanto a sua circulação e produção de sentidos. Olhar para esses aspectos em seus elementos os mais variados e as formas como eles transformam as interlocuções no contexto educacional, cultural e político é o objetivo desta coletânea que se divide em duas partes.

A primeira parte intitulada Mídias, Tecnologia(s) e Educação, com cinco capítulos, inicia com o artigo de Juçara Zanoni do Nascimento e Edson Carlos Romualdo, intitulado “Tópico

discursivo e protagonismo docente em chat educacional da Educação a Distância”. Nele, os autores analisam a interação estabelecida em um chat educacional, que é visto como um lugar de aprendizagem on-line, em que não há a presença de conteúdo expositivo, cujo foco está na promoção de discussões e reflexões sobre temas diversos que contribuem para a construção de conhecimento. A partir da noção de tópico discursivo, mostram o agir de uma professora, na interação on-line, quando ela procura discutir com acadêmicos um texto solicitado previamente para a leitura e o seu protagonismo ao ser responsável pela criação de todos os tópicos principais, fazendo com que os estudantes desenvolvam e discutam cada um deles.

No capítulo seguinte, de Flávia Zanutto e Neil Franco, intitulado “Produção escrita mediada por aplicativo de bate-papo: relato de experiência na iniciação científica Ensino Médio”, os autores objetivam relatar experiência de iniciação à pesquisa de duas estudantes de Ensino Médio. Utilizando como espaço de orientação e para a produção escrita um aplicativo de bate-papo, o projeto levou as estudantes a conhecerem e a produzirem textos com base em gêneros discursivos da esfera jornalística, para publicação em ambiente digital. O espaço virtual de interação escolhido permitiu às estudantes apresentarem suas reflexões sobre a noção de gêneros discursivos/textuais e sobre o processo de produção escrita com interlocução real. Também de autoria de Franco, mas com Rafael Vitória Alves, é o capítulo “Desafios das disciplinas de Linguística em curso de Letras EaD: os discursos das tutoras”, no qual têm por objetivo compreender a discursivização de tutoras no que diz respeito aos desafios de sua atuação nas disciplinas de Linguística no contexto de um curso de Letras a distância. Os resultados apontam para a identificação da complexidade das disciplinas de Linguística, sustentando-se por um discurso bivocal que, por um lado, evidencia um contexto tradicional de ensino e aprendizagem com base na avaliação de caráter somativo, por outro lado, reconhece a necessidade de um processo de avaliação de caráter mais formativo. Há também a

recuperação de um discurso de falta de autonomia dos alunos e a sugestão das tutoras de grupos de estudos presenciais e materiais didáticos complementares para sanar as complexidades.

De autoria de Lucas Alves Selhorst e Juliana da Silveira, o capítulo “Como a inteligência artificial chega na Educação Básica?” analisa, a partir da Análise de Discurso materialista, um recorte de um curso de formação de professores sobre inteligência artificial – IA disponível no YouTube, tendo como objetivo entender como o discurso sobre a IA na educação está chegando nas escolas e como os profissionais de educação estão lidando com isso. A partir dessa análise, os autores refletem sobre as condições atuais da educação, suas práticas, e como as discussões sobre as inteligências artificiais podem contribuir para um debate acerca de alguns processos envolvidos no ensino e na aprendizagem, por exemplo, aqueles relacionados aos documentos curriculares e aos planejamentos das aulas.

Fechando essa seção sobre Mídias, Tecnologia(s) e Educação, apresenta-se o capítulo “‘Português da depressão’, humor ou preconceito linguístico? um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas em redes sociais digitais”, de Isabelly Fernanda Franco de Souza e Flávio Brandão-Silva, no qual os autores procuram identificar e analisar, no contexto das redes sociais digitais, crenças e atitudes linguísticas em relação aos usos linguísticos não prescritos pela norma padrão. Além disso, a investigação identifica a concepção de língua existente entre os internautas que participam de redes sociais digitais; discute as noções de “certo” e “errado” no que se refere aos usos da língua; verifica se as manifestações dos internautas nas redes sociais caracterizam preconceito linguístico; analisa se estas estão associadas ou não a questões sociais como a exclusão e os diferentes tipos de preconceito.

A segunda parte desta edição, denominada Mídia(s), Cultura e Política, reúne sete pesquisas que se dedicam a pensar os processos midiáticos na sua relação com a cultura, sobretudo audiovisual e publicitária, e também com a política. No capítulo que inicia essa seção, “*Gender swap* e i intertextualidade: o ser

homem e o ser mulher nos filmes *Um salto para a felicidade* e *Homem ao mar*”, Edson Carlos Romualdo e Sônia Berveglieri analisam os dois filmes do título, que apresentam relações intertextuais em função do *gender swap*, ou seja, a inversão do sexo dos protagonistas. Tal inversão proporciona transformações e redefinições do masculino e do feminino nas ações das personagens. As análises empreendidas demonstram que, em *Homem ao mar*, quando comparado com *Um salto para a felicidade*, há a desconstrução do papel pré-estabelecido socialmente do que é ser homem, isto é, a dedicação exclusiva ao espaço público, pois o texto fílmico, pelo *gender swap*, insere-o também no privado/doméstico; já a personagem feminina é apresentada inicialmente como a mulher chefe de família, provedora, trabalhando fora e dentro de casa, sendo, por isso, uma mulher sobrecarregada de atividades. Mas, quando é colocada na função de enfermeira, a personagem mantém e representa o estereótipo considerado próprio da mulher: aquela que cuida.

Em “Marketing sensorial e produção de sentidos: estímulos táteis como constitutivos da argumentação textual”, Juliana de Mello Chagas Lima e Edson Carlos Romualdo dão continuidade aos seus trabalhos que têm buscado identificar quais são os elementos que constroem um sentido argumentativo no texto publicitário pertencente à categoria do marketing sensorial. Os autores analisam o papel e o funcionamento dos estímulos sensoriais na constituição dos sentidos no texto publicitário, investigando se interferem nesse aspecto e se podem ser considerados parte integrante do processo, ao contribuir ou não para a argumentação, que pode levar a uma consequente persuasão dos consumidores. Neste capítulo, demonstram de que forma são produzidos os sentidos em textos de marketing sensorial, em especial naqueles em que existe um estímulo ao tato, explorando as sensações de frio e calor.

Amanda da Silva Duarte e Elaine de Moraes Santos, em “Do princípio de reversibilidade em relatos sobre a violência clínica sofrida por mulheres: a discursivização da campanha #Ondedói”,

procuram descrever o acontecimento midiaticizado Campanha #Ondedói, na imbricação entre discursos e redes sociais, filiando-se à perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos. No desenvolvimento da proposta, que figura como a expansão de um recorte baseado em dissertação de mestrado defendida por uma das autoras, delinea-se a aparição da Campanha em diferentes espaços on-line, de forma a singularizar a sua emergência na história. No interior desse empreendimento, também observam o que há de repetível no movimento, no diálogo com outras discursividades em torno da questão das violências cometidas por profissionais de saúde contra mulher.

Em “Novas tecnologias, velhas axiologias: uma análise dialógica da retomada e atualização dos sentidos da estética nazista no ambiente digital”, Karine Giroto Barbara e Edson Carlos Romualdo tomam como material de análise um *tweet* de uma deputada federal brasileira, Carla Zambelli, no qual ela se posiciona sobre o atual conflito bélico entre Israel e Palestina, intensificado após um ataque terrorista do grupo Hamas no país israelense. A publicação foi foco de vários debates ocorridos no ambiente digital, pois foi acusada pelos internautas de desumanizar os palestinos reproduzindo a estética da propaganda nazista. Os autores, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos, analisam as relações dialógicas do enunciado com a estética nazista e concluem que, por meio de novas tecnologias, velhas axiologias estão sendo retomadas, como é o caso do *tweet* analisado, que se vale da metáfora animalesca, característica do discurso nazista, para justificar os ataques de Israel contra os civis palestinos que ainda se encontram em Gaza.

Na sequência, as autoras Thaís Gomes Teixeira e Juliana da Silveira se dedicam a descrever e interpretar, em “Um golpe contínuo: o discurso tecnicista-econômico da imprensa hegemônica nas plataformas digitais”, os sentidos de golpe nos editoriais da Folha de S.Paulo, tendo como pano de fundo o discurso tecnicista-econômico da imprensa hegemônica nas plataformas digitais e seus efeitos para o discurso jornalístico contemporâneo. A análise é

constituída de dois editoriais do jornal Folha de S. Paulo, que mencionam, de maneira direta ou indireta, o significativo golpe, e que circularam em formato de post¹ no perfil do jornal no Instagram, em 2018 e 2020 e, também, recortes de alguns comentários feitos nessas publicações. As autoras objetivam compreender, de um lado, como os golpes do/no Brasil são discursivizados pelo jornal Folha de S. Paulo e, de outro lado, quais os sentidos que esses dizeres produzem em sua circulação nessa plataforma digital, produzindo novos gestos de leitura e interpretação sobre acontecimentos políticos que marcaram a formação social brasileira, como o golpe de 1964 e o golpe parlamentar/jurídico/midiático de 2016.

No capítulo “Os nomes das investigações da Operação Lava Jato: uma análise dialógica”, Wesley Mateus Dias e Edson Carlos Romualdo, numa perspectiva teórico-metodológica bakhtiniana, intentam compreender as relações dialógicas estabelecidas pelos nomes atribuídos às diferentes fases da Operação Lava Jato pela Polícia Federal. Em suas análises, demonstram que os nomes são signos ideológicos e sua criação é orientada por um viés ideológico assumido pelos Procuradores da Polícia Federal. Assim, ao se posicionarem responsivamente perante a um ato, criam um nome como resposta, estabelecendo relações dialógicas. Para os autores, se considerar-se que estavam entre os objetivos da Força-tarefa de Curitiba, responsável pelas operações da Lava Jato, a divulgação dos fatos investigados pela mídia, a criação dos nomes serviu também para atender a uma demanda social e a uma expectativa de luta contra a corrupção, culminada na prisão de agentes públicos conhecidos e empresários do alto escalão do país, chegando a interferir nos rumos políticos do Brasil.

Finalmente, fechando esta seção, no capítulo “Performance documental: ferramenta teórico-metodológica de análises das estratégias discursivas de dizer no documentário *Resgates*”, Jefferson Campos procura compreender o modo como a composição técnica, tecnológica e discursiva em funcionamento no documentário *Resgates* fundamenta a organização da dinástica do

poder na contemporaneidade pelo processo de cooptação dos campos das artes e da cultura como espaços para a estatização da vida. Para tanto, ancorado nos Estudos Discursivos Foucaultianos, propõe a formulação de “performance documental”: ferramenta analítica que dá consequência ao funcionamento das instâncias maquínicas, estéticas e discursivas do documentário como dispositivo de fazer falar. O estudo demonstra que, no exercício de depor à câmara documental, o conjunto de ações envidadas para o resgate do Museu Nacional após o incêndio, nesse mesmo gesto de coenunciar a narrativa biopolítica, há também modalizações do dizer a verdade que funcionam como espaços de resistência.

Edson Carlos Romualdo
Juliana da Silveira

REFERÊNCIAS

ROMUALDO, E. C.; SANTOS, E. M. (org.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

Mídia(s), Tecnologia e Educação

TÓPICO DISCURSIVO E PROTAGONISMO DOCENTE EM CHAT EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Juçara Zanoni do Nascimento
Edson Carlos Romualdo

INTRODUÇÃO

O período histórico no qual vivemos é marcado por uma revolução tecnológica em que a sociedade, a todo momento, faz uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Cada vez mais, os diversos campos de atuação da sociedade buscam maneiras de se adequarem a essas novas possibilidades de práticas de trabalho e de interação. No contexto do campo educacional, não é diferente, pesquisadores têm evidenciado a necessidade de (re)pensarmos acerca de práticas de ensino e aprendizagem, considerando essa nova perspectiva filosófico-econômico-cultural, que vem modificando a interação em contextos educacionais, bem como a maneira de se construir conhecimento (Nascimento; Brun, 2021).

Essa revolução tem provocado o surgimento de novas tecnologias, que tornam os processos de interação entre estudante e professor na Educação a Distância (EAD) mais dinâmicos, fazendo com que os sujeitos, mesmo estando distantes fisicamente, com o auxílio de tecnologias, ao interagir por meio de ferramentas presentes no ambiente virtual de aprendizagem, possam, juntos, construir conhecimento (Nascimento, 2021)¹.

¹ Neste trabalho, apresentamos um pequeno recorte de uma pesquisa de doutorado já concluída, realizada por Juçara Zanoni do Nascimento e orientada pelo Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Nela, é defendida a tese de que na EAD, na interação on-line promovida em *chat* educacional, o processo de

Um exemplo dessas ferramentas é o chat educacional, que é visto como um lugar de aprendizagem on-line, em que não há a presença de conteúdo expositivo, cujo foco está na promoção de discussões e reflexões sobre temas diversos que contribuem para a construção de conhecimento (Nascimento; Romualdo, 2022).

Considerando esse lugar de interação, neste capítulo, pretendemos, a partir da noção de tópico discursivo, analisar o agir de uma professora, na interação on-line, em chat educacional com estudantes, quando ela procura discutir com acadêmicos um texto solicitado previamente para a leitura.

Diante disso, em uma perspectiva metodológica interpretativista qualitativa, analisamos a interação entre professora e estudantes da graduação em um chat educacional, desenvolvido na disciplina de Língua Portuguesa, de um curso de Pedagogia da modalidade de EAD da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: O TÓPICO DISCURSIVO

No Brasil, os primeiros estudos sobre a noção de tópico discursivo (TD) ou tema central de um texto aconteceram no início da década de 1990, liderados pelo Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto Gramática do Português Culto Falado (PGPF) e tratavam de textos orais. Pinheiro (2012) explica que o conceito de TD, ao longo dos anos sofreu alterações, pois se passou a considerar cada vez mais o aspecto interacional. Dessa forma, quando Jubran (2006a) concebe a função interacional de forma mais ampla, não se restringe a analisar mais apenas o texto oral, mas também o escrito. Assim “[...] o produtor de um texto, seja falado ou escrito, orienta suas escolhas linguístico-discursivas em função do interlocutor presente no intercâmbio oral ou pretendido no evento comunicativo realizado por meio da escrita” (Jubran, 2006a, p. 35).

referenciação, por meio da (re)construção dos objetos de discurso, possibilita a (co)construção de conhecimento.

Por esse viés, para Jubran (2006b, p. 91), a topicalidade é compreendida como categoria abstrata de análise, por meio da qual é possível descrever como se dá a organização tópica de um texto utilizando dois elementos: a centração e a organicidade. A centração é definida como “[...] conjunto de referentes, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem”. Cavalcante (2016, p. 86) afirma que a centração refere-se “[...] ao inter-relacionamento entre as unidades de sentido de texto que convergem para um eixo temático”.

Da centração originam-se três traços: a concernência, a relevância e a pontualização. A concernência trata da interdependência semântica que acontece entre os enunciados; a relevância, da posição focal que o tema assume no texto; e a pontualização trata da localização de um ponto focal (Jubran, 2006b).

Ao considerar a ampliação sobre o aspecto interacional proposto por Jubran (2006a), Pinheiro (2012) recomenda, sobre a categoria de tópico discursivo, mais precisamente sobre a centração, que se substitua a função referencial pela função interacional da linguagem, pois o locutor faz escolhas linguístico-discursivas com vistas a um propósito de querer dizer ao interlocutor.

A organicidade “[...] é a propriedade através da qual o tópico se apresenta em subtópicos, que possuem entre si uma relação de interdependência em dois planos: vertical e horizontal” (Cavalcante, 2016, p. 87). O plano vertical ocorre por meio da relação entre o tópico central e seus subtópicos subordinados, e o plano horizontal, também conhecido como linear, se dá na ordem em que os tópicos e subtópicos se apresentam no texto (Cavalcante, 2016).

Os quadros tópicos são visualizados a partir de relações de interdependência entre os níveis hierárquicos, que são:

[...] caracterizados pela centração em um tópico mais abrangente, chamado Supertópico (ST), e pela divisão interna do Supertópico em tópicos co-constituintes, os Subtópicos (SbT). Podem ocorrer também subdivisões no interior de cada Subtópico, que se

constituirá como um Supertópico em relação aos seus tópicos coconstituintes, formando assim, com eles, um Quadro Tópico de nível inferior na hierarquia tópica (Vignoli; Machado, 2018).

No plano horizontal encontra-se: 1) a continuidade tópica: de acordo com Jubran (2006b), trata-se da relação adjacente entre os segmentos tópicos e o encerramento de um tópico para início de um novo tópico; e 2) a descontinuidade tópica: compreendida como perturbação da sequência horizontal/linear, que pode acontecer, por exemplo, quando um tópico é suspenso ou intercalado no interior de outros tópicos.

Pinheiro (2012) explica que Cavalcante, Pinheiro, Lins e Lima (2010) ampliam ainda mais a revisão feita por Jubran (2006a) e explicitam a natureza da categoria sociocognitiva aplicada ao tratamento do tópico discursivo. Para eles,

[...] o que integra vários referentes em um único conjunto referencial, e, por isso, atinentes a um mesmo tópico, é uma relação global, de longo alcance, criada tanto por um indício fornecido pelo cotexto, como por outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores. Da mesma forma, a ancoragem sociocognitiva também se aplica à organicidade (Pinheiro, 2012, p. 800).

Dessa forma, as relações entre os tópicos (vertical e horizontal) podem ser construídas por elementos que vão para além daqueles presentes no cotexto, como os que envolvem outros tipos de conhecimento, por exemplo, o conhecimento de mundo.

Considerando que a noção de tópico discursivo é uma categoria de origem intuitiva, pois nem sempre é possível estabelecer limites sobre um assunto por meio da materialidade textual (Pinheiro, 2006); considerando também que o tema de um texto não está inscrito em sua porção material, pois se assim fosse, reduziria toda a discussão sobre múltiplos sentidos possíveis, ignorando a percepção de texto como lugar da interação, torna-se essencial ressaltar a característica interacional do tópico, pois os aspectos

contextuais da situação comunicativa são fundamentais para a segmentação e hierarquização tópica (Vignoli; Machado, 2018).

Assim, a noção de tópico discursivo, neste capítulo, é vista como categoria sociocognitiva, que vai ao encontro dos estudos que tratam da relação entre objeto de discurso e tópico discursivo. Por esse olhar, a noção de objeto de discurso é compreendida como construção mental e social de referentes resultante de uma atividade discursiva e o tópico discursivo é entendido como uma unidade abstrata de análise, tendo nos segmentos tópicos sua materialização a partir das propriedades de centração e organicidade (Pinheiro, 2012; Vignoli; Machado, 2018).

A ideia de Pinheiro (2012) torna-se importante para o nosso trabalho, na medida em que o autor, ao destacar que o objeto de discurso é identificado, reconhecido e definido pelos sujeitos que participam da interação verbal e que há uma relação intrínseca entre o objeto de discurso e o tópico discurso, afirma ainda que o objeto de discurso pode se tornar um tópico, quando é introduzido, retomado, recategorizado ou não, formando uma cadeia referencial.

QUADRO TÓPICO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E CONTEXTUAIS

Nossa pesquisa, metodologicamente, caracteriza-se como interpretativista de base qualitativa. Nosso *corpus* é constituído por uma interação on-line em um chat educacional, realizada entre 1 professora e 14 estudantes. A interação ocorreu durante a disciplina de Língua Portuguesa, ofertada em um curso de graduação em Pedagogia na modalidade EaD da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O *corpus* é retirado do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que está hospedado na plataforma digital Moodle (um *software* livre que pode ser instalado em várias plataformas e apresenta diversos recursos que apoiam a construção de salas de aula virtuais).

A atividade foi exigida pela professora da disciplina Língua Portuguesa, no primeiro semestre de um curso de Pedagogia. Primeiramente, ao solicitar a atividade do chat educacional, a professora disponibilizou aos estudantes o artigo intitulado “Ensino de Língua Portuguesa”, escrito por Maíra Althoff de Bettio ([20--?]), publicado no portal *Infoescola*, para leitura prévia, a fim de discuti-lo no chat. Esse texto, portanto, organiza tematicamente a interação, conduzindo os assuntos discutidos no desenvolvimento do chat.

Para compreender como se deu a organização do chat educacional e por consequência, o agir docente a conduzi-lo, fizemos um esquema de organização tópica, chamado Quadro Tópico, uma categoria abstrata, manifestada no chat por meio de enunciados formulados no entorno de referentes explícitos ou inferíveis no discurso. A partir da noção de tópico discursivo, em que consideramos relações entre o plano macroestrutural de um texto (Lins *et al.*, 2017), aspectos discursivos, cotextuais, conhecimento de mundo, pressuposições, entre outros, foi possível compreender como o chat se desenvolveu.

Dessa forma, consideramos que a organização tópica é visualizada nos planos hierárquico e sequencial. O primeiro plano se refere às sequências textuais que se desdobram em supertópico (Jubran *et al.*, 1992) ou tópico central (Cavalcante, 2016), tópicos e subtópicos dando origem a um quadro tópico, caracterizado pela contração e pela divisão interna de tópicos constituintes (Jubran *et al.*, 1992); o segundo plano se refere à distribuição de tópicos na linearidade discursiva, ou seja, trata da continuidade e descontinuidade de um tópico (Pinheiro, 2012).

A partir desses aspectos teóricos, após realizarmos leituras do texto resultante da interação no chat educacional, construímos o seguinte Quadro Tópico.

Com o Quadro Tópico, percebemos que os assuntos discutidos giravam em torno do ensino de Língua Portuguesa. Isso aconteceu porque o texto solicitado pela docente para leitura prévia, como requisito para participar do chat, tinha exatamente esse título e tratava desse assunto.

Como já dissemos, o tópico discursivo pode ter um carácter intuitivo, nem sempre explicitado no texto (Lins *et al.*, 2017) e, assim, cabe ao leitor/interlocutor inferi-lo a partir de pistas cotextuais e contextuais deixadas na interação. Portanto, entendemos que, embora no texto resultante da interação do chat educacional não apareça escrito “Ensino de Língua Portuguesa”, este é o elemento primordial da discussão, porque é o título do texto exigido pela professora ao solicitar a atividade de chat educacional e, por consequência, o assunto central da interação, ou seja, as discussões estão relacionadas a ele.

Na sequência, definido o supertópico/tópico central do quadro tópico como “Ensino de Língua Portuguesa”, procuramos entender quais assuntos do texto seriam considerados tópicos, de acordo com os critérios de centração e organicidade (Jubran, 2006b). O primeiro tópico a ser visualizado trata dos cumprimentos iniciais, que marca a entrada de participantes.

Após os cumprimentos iniciais, o chat educacional inaugura outro momento, o de discussão do texto de Bettio ([20--?]). Quando analisamos os momentos de discussão, notamos a presença do texto solicitado para leitura e isso é possível de se visualizar já a partir do primeiro tópico: “Dificuldades da escola ao ensinar leitura e escrita”, resultado de um questionamento feito pela docente.

O tópico “Dificuldades da escola ao ensinar leitura e escrita” pode ser visualizado na interação do chat educacional quando a docente, logo no início das discussões, retira do primeiro parágrafo do texto de Bettio ([20--?]) a ideia para discussão, do fragmento “Uma das maiores dificuldades das escolas é ensinar seus alunos a ler e a escrever” e questiona – induzindo os estudantes a concordar – o motivo disso: “Vcs concordam que uma das maiores dificuldades das escolas é ensinar seus alunos a ler e a escrever?”

Qual seria o motivo?”. Os demais participantes da interação concordam com esse ponto de vista e interagem ao lançarem motivos relacionados a essas dificuldades. Com a manifestação de estudantes, é possível verificar que existem três elementos relacionados às dificuldades: ineficiência da linguagem, condições socioeconômicas e falta de incentivo familiar. Os três subtópicos possuem relações verticais com o tópico central “Ensino de Língua Portuguesa” e com o tópico “Dificuldades da escola ao ensinar leitura e escrita”.

O encerramento desse tópico discursivo acontece quando os participantes deixam de interagir sobre o assunto e a docente percebe, a partir do subtópico “falta de incentivo familiar”, um gancho para iniciar outro tópico discursivo, que também traz o tema “família”. Dessa maneira, a partir de outro questionamento da docente, “Como a família pode incentivar as crianças lerem, mesmo antes de irem pra escola?”, tem-se outro tópico: “Incentivo familiar de leitura”, que tem relações vertical com o tópico central “Ensino de Língua Portuguesa” e linear com “Cumprimentos iniciais” e com “Dificuldades da escola ao ensinar leitura e escrita”.

Vale ressaltar que o questionamento feito pela docente também está relacionado ao texto solicitado para leitura, quando no terceiro parágrafo, Bettio ([20--?]) questiona sobre as condições financeiras das famílias e suas relações com a aprendizagem.

Sequencialmente, na interação, durante as discussões, foi possível verificar que os participantes elencaram vários recursos que oportunizaram a leitura, como livros, revista, embalagens de alimentos, propagandas de TV, entre outros. Nesse sentido, selecionamos como tópico “oferecimento de recursos que oportunizam a leitura”, que tem relações verticais com o tópico central “Ensino de Leitura” e com o subtópico “Incentivo familiar de leitura” e relações linear com os seguintes subtópicos: “Ineficiência da linguagem”, “Condições socioeconômicas” e “Falta de incentivo familiar”.

A partir dessa discussão mais dois subtópicos foram criados: “Recursos escolares que oportunizam a leitura” e “Professor

incentivador de leitura". Os dois subtópicos têm relações verticais com o tópico central "Ensino de Língua Portuguesa", como o tópico incentivo familiar de leitura e com o subtópico "oferecimento de recursos que oportunistam a leitura". No caso das relações linear, até o momento, eles só têm relações entre eles.

A discussão desse tópico é encerrada quando um estudante fala sobre a importância do professor e a docente evidencia que concorda com o ponto e vista dele e, na sequência, faz algumas considerações com intuito de encerrar o assunto.

Na sequência da interação, há novo assunto posto em discussão, quando a docente retoma o texto de Bettio ([20--?]), para discutir que o professor deve estar sempre em evolução e lança o questionamento: "Como podemos interpretar a seguinte frase do texto, um professor que esteja em constante evolução saberá como trabalhar assuntos interessantes de acordo a idade e série a ser ensinada [...]", e na sequência pergunta: "O que é ESTAR EM CONSTANTE EVOLUÇÃO?".

Dessa forma, a partir das discussões desse novo assunto, surge um novo tópico: "Professor em evolução". Para encerrar o tópico, a docente concorda com a postagem de um estudante, tece comentários no sentido de encerrar o assunto e dar origem a outro. Nesse sentido, ela retoma mais uma vez o texto de Bettio ([20--?]), indicado para leitura e questiona: "o que a autora do texto quer nos dizer com 'educar os alunos para a vida?'". A partir dessa pergunta, observa-se que as discussões vão na direção desse questionamento e, assim, surge o tópico: "Educar alunos para vida", que possui desdobramentos que sinalizam para três assuntos distintos, criando mais três subtópicos: "Prática de oralidade", "Autonomia" e "Agir em sociedade".

A docente, com intuito de encerrar o tópico, diz concordar com um estudante participante do chat sobre a importância do ensinamento do professor e realiza um fechamento da discussão desse tema, provocando um comentário de outro estudante, que diz ter achado aquilo interessante e que não havia pensado sobre tal assunto.

Esse último comentário deixa marcas de aprendizagem por parte do estudante e professora finaliza com: “Que bom, fulano!”

Na interação, outro assunto já está em discussão: a importância da leitura para o estudante escrever com mais facilidade. Mais uma vez a docente faz um questionamento que dialoga com o no artigo de Bettio ([20--?]). Assim, temos um novo tópico: “Importância da leitura na escrita”. Na sequência, há desdobramento desse assunto e surgem mais três subtópicos: “Recursos da língua”. “Argumentos” e “Adquirir conhecimentos”.

O tópico é finalizado quando a docente aponta concordar com a postagem feita por um estudante, em que ele afirma que o conhecimento sexual deve ter idade oportuna. A concordância da docente marca o fim das discussões e outro tópico é lançado.

Passa-se a discutir a avaliação do chat educacional. Tendo em vista que o tempo disponível para a atividade está finalizando, a professora solicita que os estudantes avaliem o chat com uma palavra. É nesse momento da discussão que selecionamos o tópico: “Avaliação”.

Na continuidade da interação, com a intenção de encerrar a atividade, a docente lança um cumprimento que sinaliza despedida: “Boa noite!”. Nesse momento visualiza-se um novo tópico, intitulado “Cumprimentos finais”. Após os cumprimentos, o chat educacional é encerrado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao construir o quadro tópico do chat educacional, percebemos a existência de um fio condutor que direcionou as discussões. Esse fio é instituído pelos movimentos da professora que, com intuito de discutir o texto de Bettio ([20--?]), foi a responsável por criar o assunto de todos tópicos discursivos do Quadro Tópico.

Fica evidente pela construção do Quadro Tópico que, a partir do texto disponibilizado para leitura (Bettio, [20--?]), a docente fez um planejamento que contemplava os pontos julgados por ela como importantes e que ela gostaria de evidenciar nas discussões.

É por isso que os tópicos “Dificuldades da escola ao ensinar leitura e escrita”, “Incentivo familiar de leitura”, “Professor em evolução”, “Educar alunos para a vida”, “Importância da leitura para a escrita” tratam de assuntos presentes no texto de Bettio ([20--?]).

Para atingir seu objetivo, a docente utiliza questões de ordem interpretativa, as quais a ajudam a direcionar as discussões de acordo com o seu ponto de vista, como é o caso, por exemplo, dos assuntos presentes nos tópicos: “Dificuldades da escola ao ensinar leitura e escrita”, “Incentivo familiar de leitura”, “Professor em evolução”, “Educar alunos para a vida” e “Importância da leitura para a escrita”. Todos eles, mesmo construídos na coparticipação com os demais integrantes do chat, são introduzidos e acompanhados participativamente pela docente no desenvolvimento de toda a interação.

Dessa maneira, quando a docente dá início ao chat, logo após os cumprimentos, ela vai lançando e amarrando os assuntos do texto de Bettio ([20--?]), como se estivesse costurando as postagens dos participantes, não apenas unindo-as, mas também construindo sentidos que direcionam para o olhar que ela tem dos assuntos abordados. A docente também busca, em praticamente todo o chat, fazer com que os demais participantes concordem com o ponto de vista dela. Assim, o Quadro tópico reflete, também, a forma como a docente planejou, organizou e conduziu o chat educacional.

As questões elaboradas por ela funcionam como pontos de partida para a introdução e retomadas de referentes por todos os participantes da interação. Nesse sentido, podemos afirmar que elas promovem as discussões, as interações mis pontuais no chat e, por consequência, o processo de referenciação e a progressão textual.

A elaboração do Quadro Tópico nos permite verificar o notável protagonismo da docente, mesmo ao considerar a coparticipação dos demais integrantes, “falando” ao mesmo tempo, o que dificultaria controlar os sentidos a serem construídos. Ela se mostrou bem atenta e, na grande maioria das vezes, teve bastante habilidade e soube controlar todos os movimentos que

aconteceram na interação on-line, inclusive aqueles decorrentes da dinamicidade do gênero chat educacional. Esses movimentos fazem com que outros sentidos ecoem, mas ela consegue reorganizar e comentar as postagens. Além disso, elogia, questiona e, de certa forma, direciona as discussões para o ponto de vista pretendido, ou seja, o dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização e sistematização da interação entre docente e estudantes no chat educacional por meio de um Quadro Tópico possibilitou compreender a movimentação da docente no desenvolvimento e na condução da atividade.

As análises demonstram, por meio do Quadro Tópico, que a docente foi a grande protagonista na interação, sendo responsável pela criação de todos os tópicos principais, fazendo com que os estudantes desenvolvessem e discutiam cada um deles. Assim, fica evidente o quanto foi importante o papel dela, ao abordar os objetos de ensino presentes no material solicitado para a leitura, o que demonstra seu planejamento para a atividade, e ao comentar e elogiar as postagens dos estudantes no chat, provocando a participação deles e, por consequência, a progressão do tópico.

A organização tópica permite que observemos a forma como a docente introduzia um assunto e o retomava, bem como provocava a participação do estudante e orientava as discussões para a construção de sentido, de acordo com o ponto de vista defendido por ela. Permite, também, observar a docente como a criadora dos tópicos, evidenciando sua habilidade em organizar a interação e, ao mesmo tempo, seu domínio sobre o funcionamento do gênero chat educacional.

REFERÊNCIAS

BETTIO, M. A. Ensino da Língua Portuguesa. **Infoescola**, [s. l.], ([20--?]). Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/ensino-da-lingua-portuguesa/>. Acesso em: 21 jun. 2017.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2016.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637253/4975>. Acesso em: 11 fev. 2018.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006b. v. 1, p. 89-132.

JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (org.). **Gramática do português falado**. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1992. v. 2, p. 322-384.

LINS, M. P. *et al.* Tópico discursivo e transversalidade de temas no ensino de língua portuguesa. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 129-146.

NASCIMENTO, J. Z. **A (co)construção de conhecimento em chats educacionais por meio de objetos de discurso**. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

NASCIMENTO, J. Z.; BRUN, E. P. Ensino e Aprendizagem na Amazônia: uma experiência de produção de resumo informativo

em tempos de pandemia. *In*: TARTAGLIA, E. (org.). **Práticas amazônicas: linguagens, cultura e ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores: UNIFAP, 2021. p. 157-176.

NASCIMENTO, J. Z.; ROMUALDO, E. C. *Chat* educacional: (co)construção do conhecimento por meio da referenciação. *In*: ROMUALDO, E. C.; SANTOS, E. M. (org.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 15-32.

PINHEIRO, C. L. Objeto de discurso e tópico discursivo: sistematizando relações. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 793-812, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v12n3/a07v12n3.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

VIGNOLI, J. C. S.; MACHADO, D. Z. Referenciação e Tópico Discursivo: categorias analíticas e categorias interacionais. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/81584>. Acesso em: 5 maio 2020.

PRODUÇÃO ESCRITA MEDIADA POR APLICATIVO DE BATE-PAPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA ENSINO MÉDIO

Flávia Zanutto
Neil Franco

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos um relato de experiência de orientação de iniciação à pesquisa de estudante de Ensino Médio. Trata-se do PIBIC-EM-UEM/CNPq – Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Maringá (UEM), financiado pelo CNPq, que tem como propósito “[...] fortalecer o processo de disseminação de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos” e, além disso, “[...] desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica” (UEM, 2023) de estudantes de Ensino Médio de colégios estaduais conveniados com a UEM. Nesse caso específico, o Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP).

A pesquisa contou com duas bolsistas e esteve vinculada ao projeto de pesquisa “Linguagem, mídia e novas tecnologias” e teve como objetivo geral inserir as bolsistas de Ensino Médio no contexto de pesquisa e extensão universitária, para levá-las a práticas de letramento em ambientes digitais e buscou: 1) discutir questões específicas de usos da linguagem em ambientes digitais; 2) discutir questões da mídia digital; 3) conhecer fenômenos linguísticos nos gêneros Notícia e Artigo de Opinião; 4) analisar a circulação dos gêneros Notícia e Artigo de Opinião em ambientes digitais; 5) produzir textos a partir de gêneros discursivos próprios em ambientes digitais com base nos referidos gêneros; e 6) vivenciar práticas de letramento e ensino e aprendizagem por meio digital.

O projeto procurou levar as estudantes a conhecerem e a produzirem textos com base em gêneros discursivos em ambientes digitais, bem como promover práticas de letramento e ensino e aprendizagem nesse tipo de suporte já que, conforme Medeiros e Lima (2023), “[...] com a expansão dos contextos digitais, os gêneros discursivos têm se adaptado para se adequar a essas novas formas de comunicação”.

Segundo as pesquisadoras iniciantes, essa foi uma vivência singular, ao compreender como fazer nossas ideias serem apresentadas com autoria, com os efeitos de sentido pretendidos a partir de interação verbal definida em cada texto produzido em nossos encontros de orientação.

Para a composição do capítulo, temos uma seção em que tratamos de noções básicas sobre gêneros discursivos/textuais. Em seguida, elencamos os procedimentos didáticos adotados para o trabalho de produção escrita das estudantes envolvidas na pesquisa. Na sequência, damos destaque ao processo de mediação via aplicativo de bate-papo para encaminhamento da produção escrita via os gêneros jornalísticos, notícia e artigo de opinião. Por último, enfatizamos alguns dos principais estudos acerca da produção escrita escolar, sobretudo no que diz respeito à linguagem em perspectiva interacional.

GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS: NOÇÕES BÁSICAS

As bolsistas iniciaram suas atividades com leituras sobre gêneros discursivos/textuais, que foram discutidas nos encontros de orientação (Lopes-Rossi, 2002; Marcuschi, 2003; Schnewly; Dolz, 2004) e, para o processo de compreensão e internalização da noção de gêneros discursivos/textuais, foram solicitados fichamentos de textos dos autores supracitados. Deu-se grande destaque para uma discussão em torno da diferença entre escrever na escola para ser avaliado e escrever a partir de um contexto real de produção escrita, como resposta a condições reais de interlocução.

A partir da leitura de Marcuschi (2003), as bolsistas passaram a compreender a língua como uma forma de ação social e histórica que, ao dizer, também constitui a realidade, sem, contudo, cair num subjetivismo ou idealismo ingênuo. Por meio das reflexões promovidas durante as reuniões de orientação, foi possível perceber que alcançaram o entendimento de que, conforme o autor, os gêneros discursivos/textuais se constituem como ações sóciodiscursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. Nesse momento, foi importante, também, discutirmos a distinção entre gêneros e tipos textuais apresentada por Marcuschi (2003), para uma melhor compreensão das características dos gêneros que seriam mobilizados na etapa de produção escrita.

Ao longo das discussões, estive em tela, por demanda das bolsistas, uma reflexão sobre o que é a redação escolar e o porquê nessa realidade de produção, mesmo quando solicitada a escrita por meio de um dado gênero de texto (como é o caso do PAS – Processo de Avaliação Seriado – e do vestibular da UEM), apenas se criar um simulacro, não deixando de ser um texto feito para ser avaliado e não para circular socialmente. Diferentemente dessa realidade escolar, o projeto de pesquisa procurou justamente evidenciar que a escrita não deve se restringir a uma mera atividade de avaliação, em que o texto atende a um único interlocutor, invariavelmente o professor na escola.

Para além da sala de aula, as alunas precisaram refletir sobre sua posição autoral, sobre o contexto de produção dos textos, a fim de que compreendessem que a escrita é um processo que envolve planejamento, execução, escrita e reescrita. Planeja-se, executa-se e refaz-se até que o texto possa tornar-se aceitável, adequado ao seu suporte, a seus interlocutores e aos objetivos da interlocução.

Outra noção discutida com as bolsistas foi a de domínio discursivo, utilizada para designar uma esfera ou instância de produção textual e, até, discursiva. Conforme Marcuschi (2003), esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos

domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso* etc.

Por fim, antes de iniciarmos o movimento de produção de textos, tratamos também do entendimento de que os gêneros discursivos/textuais não são meramente estruturas textuais, mas, sim, entidades comunicativas que giram em torno de um propósito discursivo e que, por isso, são formas verbais, de ação social, relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.

Passadas as reuniões de discussão teórica, estes foram os gêneros discursivos/textuais adotados durante a pesquisa, antes escolhendo os suportes de produção utilizado (WhatsApp e Instagram) e, conforme o interesse das bolsistas, considerando seu contexto de vida: *Notícia* e *Artigo de Opinião*, sendo o primeiro para relatarem fatos/acontecimentos de interesse e o segundo para oportunizar a apresentação de seu ponto de vista sobre temas cotidianos¹.

Definidos os gêneros, passamos, então, a nos comunicar e a realizar as orientações sempre utilizando recursos tecnológicos: 1) reuniões via plataforma Google Meet, para a definição de eventos a serem noticiados; 2) WhatsApp, como canal para recebimento e devolutiva sobre os textos produzidos; 3) Instagram, como rede para publicação dos textos que contemplassem todos os elementos constituintes dos gêneros mobilizados².

Conforme apresentado no projeto de pesquisa “Linguagem, mídias e novas tecnologias”, ao qual o PIBIC esteve vinculado, “[...] nosso interesse pelos veículos midiáticos se dá devido ao poder por

¹ Chegamos a cogitar o gênero Reportagem, para ser realizado com colegas de terceiro ano do Ensino Médio sobre as expectativas que têm ao terminarem a escola básica. No entanto, esse gênero traria uma demanda maior que o tempo disponibilizado para a pesquisa, bem como o prazo de pesquisa. Assim sendo, ficamos apenas com os dois gêneros destacados.

² Nem todas as produções chegaram a ser publicadas, mas a pesquisa seguiu relevante pela mobilização da escrita das estudantes participantes.

eles exercido na sociedade”. Se entendermos que mídia são os meios comunicacionais tradicionais, como rádio e televisão, entendemos, também, que esses meios estão controlados por poucas mãos. No entanto, se compreendermos as redes sociais como mídias comunicacionais, a participação do cidadão comum, para a publicação e veiculação de seu olhar sobre os acontecimentos, a mídia torna-se algo muito mais abrangente, permitindo que as produções textuais (por que não discursivas) tenham mais alcance, mas não sem responsabilidade sobre o que se diz, sobre o que se enuncia.

A esse respeito, Medeiros e Lima (2023) pontuam que é necessário compreender as transformações dos gêneros discursivos/textuais em ambiente digital, que são reflexo de mudanças, além de tecnológicas, sociais e culturais. E ainda:

Os contextos digitais desempenham um papel crucial na formação das identidades digitais, e os gêneros discursivos específicos fornecem as ferramentas e os espaços para essa construção. A percepção de autenticidade, imagem e narrativa são fatores críticos na maneira como as pessoas se apresentam online, e a análise desses elementos revela a complexidade das identidades digitais (Medeiros; Lima, 2023, p. 28).

Assim, valendo-se dessa nova prática midiática de noticiar e emitir opinião sobre eventos em mídia digital, independentemente de ser autoridade ou não na produção e veiculação de conteúdos, é que propusemos o referido projeto de iniciação científica, para pensar nas novas mídias tecnológicas e como elas nos possibilitam reflexões sobre a língua portuguesa na produção escrita de texto/discurso.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS PARA A PRODUÇÃO ESCRITA

As bolsistas, inicialmente, realizaram leituras sobre o conceito de gêneros discursivos/textuais (Lopes-Rossi, 2002; Marcuschi,

2003; Schneuwly; Dolz, 2004), que foi discutido nas sessões de orientação. Na sequência, passamos à fase de produção de notícias e artigos de opinião, durante a qual tratamos do desenvolvimento da escrita do estudante (Geraldi, 1996; Fiad; Mayrink-Sabinson, 1994; Sercundes, 1997; Signorini, 2001; Menegassi, 2016).

As primeiras reuniões foram presenciais para discussão das leituras bibliográficas e, depois, passamos a reuniões remotas para as demais etapas de desenvolvimento da pesquisa: a escolha do evento a ser noticiado, os elementos composicionais dos gêneros; leitura e devolutiva com orientações para refacção. Por fim, decidir o que seria ou não publicado.

Orientadora e coorientador atuavam como editores, conduzindo as reflexões das bolsistas sobre o teor das notícias ou dos artigos, seu propósito e possível público a ser atingido. As bolsistas pesquisadoras entravam em processo de reescrita, que não era apenas de ajustes gramaticais e textuais, como também momento de tomada de consciência do propósito comunicativo de cada texto produzido. Assim, após os processos de escrita, revisão, orientação para a(s) reescrita(s), o material era publicado caso o propósito fosse alcançado.

Para essa etapa do processo de produção escrita, como informado anteriormente, a mediação se deu por aplicativo de bate-papo, o que, no decorrer do percurso, foi ao encontro do que destaca Ribeiro (2021, p. 112):

[...] as tecnologias da informação e da comunicação sempre estiveram envolvidas na cena, em particular porque influenciam, quando não determinam, mudanças nas práticas de leitura e escrita e mesmo nos comportamentos sociais e comunicacionais das pessoas, de maneira geral.

A respeito das mudanças nos comportamentos sociais, destacamos que tanto no ambiente do grupo quanto em mensagens privadas, via aplicativo de bate-papo, foram estabelecidas, em muitos momentos, situações de interação como se todos os

participantes (orientadora, coorientador e bolsistas) tivessem seus papéis menos acentuados do que ocorreria em orientação presencial ou nos meios digitais mais formais (e-mail, por exemplo). Situações essas que exemplificaremos na próxima seção.

INTERAÇÃO VIA APLICATIVO DE BATE-PAPO PARA A PRODUÇÃO ESCRITA

Avaliamos que os resultados foram positivos, pois as bolsistas sentiram-se inseridas no contexto de pesquisa e extensão universitária, na medida em que foram desenvolvidas as leituras orientadas e a experiência de refletir junto aos orientadores sobre a dimensão dos recursos da linguagem, vivenciando práticas de letramento e aprendizagem por meio digital.

Ao longo das orientações e produções escritas, foram oportunizadas discussões sobre questões específicas de usos da linguagem em ambientes digitais e sobre o que são mídias digitais. Depois disso, foram levadas a conhecer os fenômenos linguísticos nos gêneros selecionados para a pesquisa e, na sequência, passaram à produção de textos com vistas à publicação em ambientes digitais.

Conforme Medeiros e Lima (2023, p. 28), “[...] a era digital revolucionou a forma como nos comunicamos e interagimos. Os contextos digitais, focados na comunicação on-line, se tornaram uma parte integral da vida cotidiana.”, assim, a prática da orientação também passou a valer-se de recursos tecnológicos para se efetivar. No caso de nossa pesquisa, o uso do aplicativo de bate-papo, que os autores classificam como um meio de comunicação instantânea.

De acordo com Ribeiro (2021), as mensagens por esse tipo de aplicativo criam a sensação de aproximação, de familiaridade e, segundo a autora, é “[...] o que os especialistas em computação chamam de ‘interface amigável’”. Desde o início da pesquisa foi estabelecido com as estudantes que essa seria a ferramenta que utilizaríamos para as interações e orientações sobre as produções

escritas, como podemos verificar na situação de interação abaixo, quando foi solicitado o primeiro fichamento de material teórico:

Figura 1 – *Print screen* de conversa pelo WhatsApp



Fonte: a orientadora.

Figura 2 – *Print screen* de conversa pelo Whatsapp



Fonte: a orientadora.

As figuras acima são *print screen* da conversa entre uma das bolsistas e a orientadora. Pode-se observar o tom de proximidade, mesmo em situação de início de pesquisa, quando a bolsista questiona a orientadora sobre a qualidade da leitura apresentada no fichamento e, além do recurso da palavra, vale-se do recurso semiótico do envio de figurinha. Na figura 1, a orientadora recorre a um emoji e, na figura 2, retribui com outra figurinha. Assim, conforme Ribeiro (2021), a palavra está “[...] tecida juntamente com

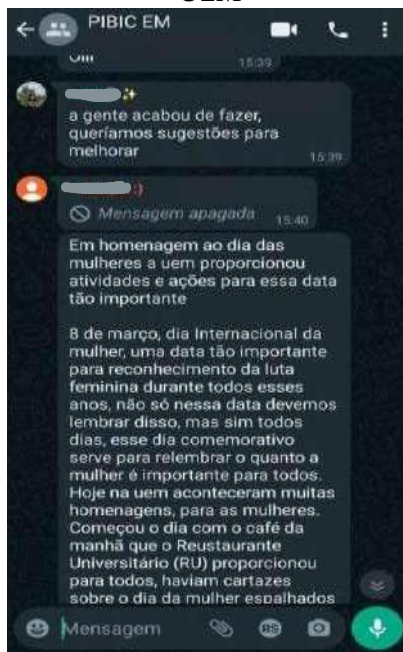
outras formas de expressão”, o que se repetiu nas tantas interações de orientação no decorrer da pesquisa.

Tanto na Figura 1 quanto na 2, é possível verificar o horário da mensagem de indagação sobre o material enviado, por volta das 23h, horário que seria impraticável em orientação presencial. Mas, o aplicativo de bate-papo, assim como as redes sociais, tem etiquetas próprias de funcionamento: cada pessoa se manifesta no seu tempo e fica no aguardo do tempo do outro.

A seguir, apresentamos um exemplo do processo de produção de uma notícia sobre atividades promovidas pela UEM para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Após discussões sobre a importância de se comemorar ou não esse dia, as bolsistas elaboraram o texto para a notícia, que foi encaminhada aos orientadores via grupo de WhatsApp (Figura 3).

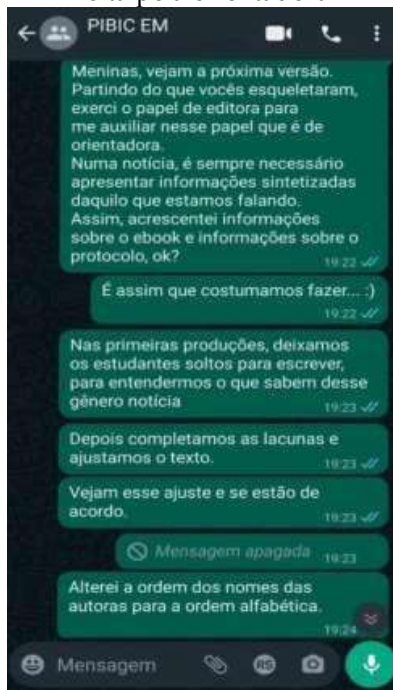
Na sequência, a orientadora fez a leitura, interferências e encaminhamentos para que as bolsistas voltassem ao texto produzido, para fazerem as adequações composicionais sobre o evento noticiado, como se observa na Figura 4.

Figura 3 –*Print screen* de conversa pelo WhatsApp sobre a primeira versão da notícia relacionada às atividades em comemoração ao Dia Internacional da Mulher pela UEM



Fonte: a orientadora.

Figura 4 – *Print screen* de conversa pelo WhatsApp da primeira devolutiva às bolsistas, feita pela orientadora

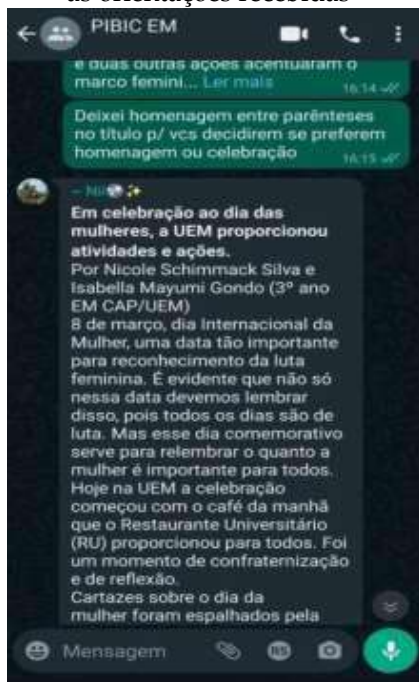


Fonte: a orientadora.

Para além das discussões sobre o gênero notícia, as bolsistas foram orientadas a pesquisar sobre as origens do Dia Internacional da Mulher, e estabelecemos um debate sobre a importância de tal comemoração, recurso esse (o da pesquisa sobre o assunto a ser noticiado) que adotamos para o desenvolvimento de todas as demais produções.

Após receber as orientações, as bolsistas trabalharam na reescrita da primeira versão do texto da notícia e a reencaminharam aos orientadores no grupo. Assim, orientadora e coorientador puderam fazer intervenções sobre as adequações feitas pelas estudantes, como se pode verificar na Figura 5:

Figura 5 – *Print screen* de conversa pelo WhatsApp sobre a primeira reescrita da notícia após as orientações recebidas



Fonte: a orientadora.

Figura 6 – *Print screen* de conversa pelo WhatsApp da segunda devolutiva às bolsistas, feita pela orientadora



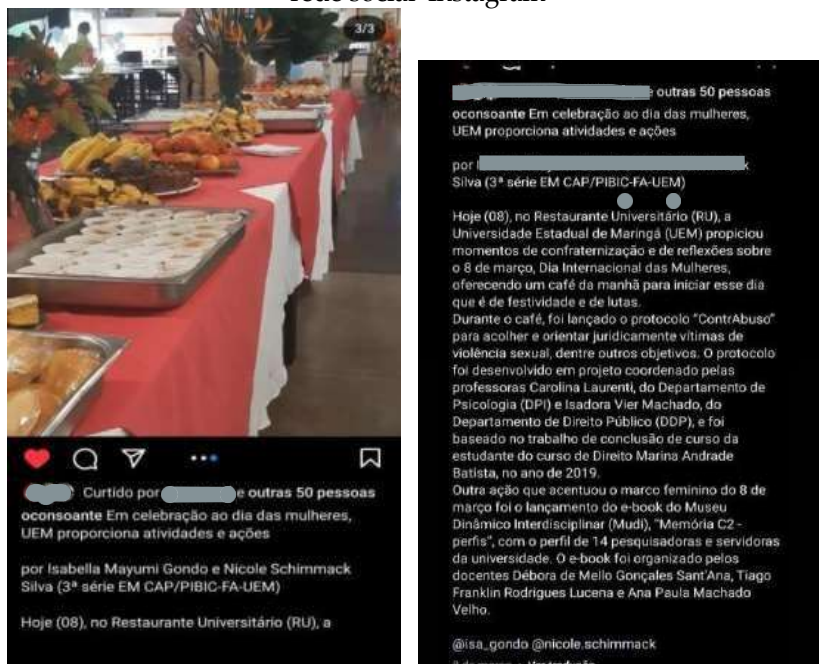
Fonte: a orientadora.

Em seguida, houve nova devolutiva da orientadora sobre mais alguns ajustes necessários para a publicação, como se verifica na Figura 6.

Após passar por revisão feita pelo coorientador, a notícia sobre as atividades promovidas pela UEM para celebrar o Dia Internacional da Mulher foi publicada na rede social Instagram, pelo perfil do projeto de ensino *O Consoante*³ (Figura 7):

³ O projeto de ensino "Jornal O Consoante: instrumento didático-pedagógico para a produção escrita de acadêmicos do curso de Letras" teve seu início em 2016 e contou com participação expressiva de estudantes de graduação e de pós-graduação da UEM e foi coordenado pelo coorientador desta pesquisa. Embora

Figura 7 – Print screen da notícia publicada no perfil do *O Consoante* na rede social Instagram



Fonte: a orientadora.

Além das publicações no Instagram do *O Consoante*, houve intenso trabalho de produção escrita que ficou apenas na etapa da orientação, em grande parte devido a outras demandas que se acumularam para as estudantes, o que fez que o *timing* do assunto tratado e o contexto de acontecimento se desencontrassem, como o do exemplo que apresentamos a seguir: a elaboração de artigo de opinião sobre como as mídias televisivas estavam se pronunciando sobre o desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol feminino⁴.

A proposta para essa produção é apresentada pelo coorientador (Figura 8), que encaminha também imagens

tenha sido encerrado em 2023, ainda mantém as redes sociais para divulgar eventos e produções escritas dos estudantes do curso.

⁴ Uma das bolsistas é jogadora de futebol em time feminino de Maringá-PR.

...veiculadas sobre a seleção brasileira (Figura 9) para que as estudantes tivessem um ponto de partida na busca por informações... que sustentariam a opinião a ser emitida. Houve, até mesmo, uma espécie de indução semiótica (Figura 10) para a defesa do ponto de vista a ser apresentado no artigo, como se vê a seguir:

Figura 8 – Print screen de conversa pelo WhatsApp de orientação para a produção de artigo de opinião sobre a Copa do Mundo de futebol feminino



Figura 9 – Print screen de conversa pelo WhatsApp entre coorientador e bolsistas



Fonte: a orientadora.

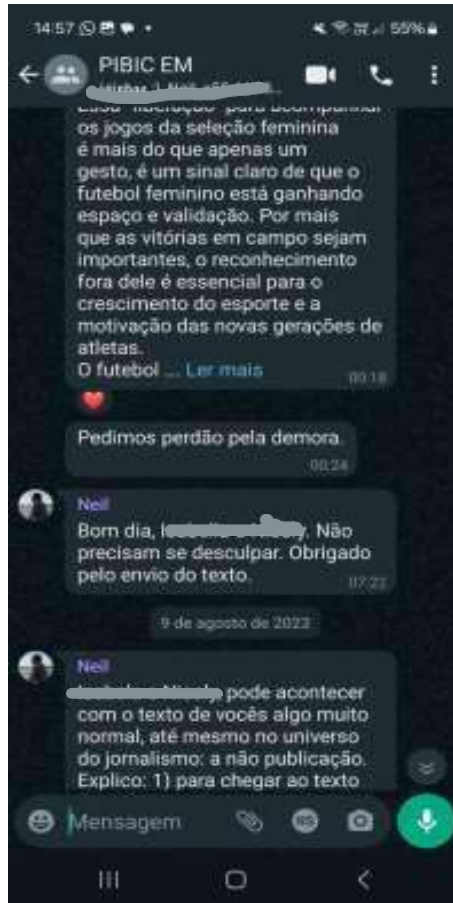
Figura 10 – *Print screen* de conversa pelo WhatsApp entre coorientador e bolsistas



Fonte: a orientadora.

Na ocasião da proposta de produção desse artigo de opinião, as estudantes estavam em férias escolares e em viagem, o que provocou atraso no atendimento da solicitação e, conseqüentemente, acabou não havendo a publicação. No entanto, do mesmo modo que atuaram em produções que foram publicadas, muito se foi discutido sobre as adequações composicionais de linguagem para o gênero discursivo/ textual em tela.

Figura 11 – *Print screen* de conversa pelo WhatsApp entre coorientador e bolsistas



Fonte: a orientadora.

Como se observa na Figura 11, o coorientador dá retorno às bolsistas sobre o desenvolvimento do texto do artigo de opinião, mas já com o alerta de que há momentos, na esfera do jornalismo, de um texto produzido não ter a sua publicação efetivada, o que não diminuiu a relevância do trabalho de escrita produzido durante a pesquisa, que teve como propósito levar as estudantes ao desenvolvimento da própria capacidade de escrita e o reconhecimento do contexto de produção em que se inseriram.

A PRODUÇÃO ESCRITA NA PERSPECTIVA INTERACIONAL

A discussão via Linguística, mais precisamente pela Linguística Aplicada, que envolve a produção textual escrita é bastante ampla. Em relação ao processo de ensino e aprendizagem da escrita em contexto escolar, temos, por exemplo, as pesquisas que compõem o grupo das discussões em torno da concepção de escrita como trabalho (Geraldi, 1996; Fiad; Mayrink- Sabinson, 1994; Sercundes, 1997; Menegassi, 2016), isso para ficarmos, certamente, com a perspectiva mais conhecida nos últimos tempos sobre novos rumos para a escrita na escola.

Saber escrever é fundamental para as diferentes interações sociais. A diferença entre saber ou não saber atender à demanda da(s) enunciações pelo modo escrito se constitui fator de inserção e, respectivamente, de exclusão social de sujeitos. Signorini (2001), ao discutir a relação entre o oral e a escrita de sujeitos não ou pouco escolarizados, acaba por abordar a questão de a escola estar habituada às técnicas formatadoras de escrita, que tendem a conceber a presença do oral no escrito como um resíduo a ser extirpado. Desse modo, a concepção de que o atendimento às formas e modelos seja suficiente para favorecer uma boa escrita acaba por prevalecer subsidiando a prática de escrita escolar. A discussão da autora nos presenteia com uma importante reflexão: o texto produzido a partir de um modelo definido, até consagrado, pode até “parecer” melhor ou ser avaliado positivamente pelo leitor, aquele mais habituado à norma linguística e textual escolar. O texto até pode atender à dimensão interna (textual e linguística), mas isso não significa, necessariamente, que poderá atender à interlocução marcada, cuja demanda exige uma reflexão por parte do autor, a fim de que possa dialogar com seus interlocutores, assumindo a responsabilidade que a autoria exige.

Partimos, portanto, dessas contribuições para destacar que a escrita se dá por meio de um processo, cuja reflexão para o ensino e aprendizagem não se restringe e tampouco se sustenta a partir das técnicas modelares da redação escolar. Portanto, situamo-nos

no entendimento de que quando alguém escreve, responde ativamente a outras leituras e, também, às demandas do modo escrito de enunciar.

É preciso, pois, a partir do que defende Signorini (2001), fugir da ânsia de capacitar o sujeito/aluno para uma escrita lógico-formal, que busca unicamente atender à cultura da escolarização ou do campo escolar/acadêmico, que, por sua vez, está subjacente à hegemonia das práticas letradas e ao conceito de escrita como língua padrão única e do texto como artefato técnico-linguístico padrão, ou padronizável. Tal investimento desastroso se dá quando a escrita é concebida apenas como um produto. Nesse caso, o potencial do sujeito escrevente é deixado de lado e, no caso do ensino, investe-se em formar um aluno conhecedor de mecanismos de escrita e não sujeito-autor capaz de ser responsivo ativo quando escreve.

Permitir a escrita para além das paredes escolares, conforme Polato e Franco (2016, p. 115), é dar a oportunidade de o aluno “[...] dialogar com outras pessoas, de se apropriar de já-ditos, de perceber as relações dialógicas concretizadas a partir de textos de diferentes gêneros, de posicionar-se diante do que lê”. Assim, defende-se que a escrita não pode ser um mero exercício escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a pesquisa foi relevante para as bolsistas participantes não só no seu desenvolvimento como pesquisadoras de Ensino Médio se desafiando ao que é fazer ciência na universidade, mas também na agregação de uma consciência da dimensão dos recursos sociais e linguísticos existentes na prática da escrita. Na medida em que os encontros de orientação avançavam, demonstravam apropriação das leituras e conseguiam perceber que para a escrita na vida real é necessário haver um propósito comunicativo que oriente todo o trabalho de produção escrita.

Orientar estudantes de fora do curso de Letras – que é onde orientadora e coorientador atuam –, sem dúvida, configurou-se em experiência inédita, pois o estudante de Ensino Médio não tem as

mesmas noções básicas de estudo da linguagem e de pesquisa de um estudante de iniciação científica da graduação em Letras. Assim, foi necessário um movimento de orientação diferente daquele habitualmente utilizado, e o uso do aplicativo de bate-papo nos possibilitou imprimir maior proximidade das estudantes com o ambiente acadêmico, diferentemente da impressão apresentada por elas nos primeiros encontros presenciais na universidade.

O espaço virtual de interação permitiu que se sentissem mais confortáveis em externar suas reflexões e dúvidas ao longo do processo de compreensão da noção de gêneros discursivos/textuais. Pensar no público que alcançariam com suas produções, certamente, foi tarefa desafiadora, por um lado, e motivadora, por outro, para as pesquisadoras iniciantes de Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABISON, M. L. T. A escrita como trabalho. *In*: MARTINS, M. H. (org.). **Questões de linguagem**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 54-63.

GERALDI, J. W. Escrita como trabalho: operações e meta-operações de construção de textos. *In*: GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras, 1996. p. 136-140.

LOPES- ROSSI, M. A. G. O desenvolvimento de habilidades de leitura e a produção de textos a partir de gêneros discursivos. *In*: LOPES- ROSSI, M. A. G. (org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté: Cabral/Editora e Livraria Universitária, 2002. p. 19-40.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.).

Gêneros textuais e ensino. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 19-36.

MEDEIROS, M. D.; LIMA, M. M. S. M. Gêneros discursivos e contextos digitais: explorando a evolução das formas de comunicação online. *In*: SOUZA, F. M.; PEREIRA, M. H. M.; GUERRA, F. S. (org.). **Gêneros textuais/discursivos digitais.** São Paulo: Mentis Abertas, 2023. p. 23-30.

MENEGASSI, R. J. A escrita como trabalho na sala de aula. *In*: JORDÃO, C. M. (org.). **A Linguística Aplicada no Brasil:** rumos e passagens. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 193-230.

POLATO, A. B. M.; FRANCO, N. Produção textual escrita e gêneros jornalísticos: um percurso dialógico na formação inicial em Letras. *In*: PERFEITO, A. M.; RITTER, L. C. B.; KRAEMER, M. A. D. (org.). **Gêneros discursivos:** possibilidades e reflexões de abordagens pedagógicas em práticas linguageiras. São Carlos: Pedro & Ediores, 2016. p. 95-142.

RIBEIRO, A. E. **Multimodalidade, textos e tecnologias:** provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola.** Tradução: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004. p. 41-70.

SERCUNDES, M. M. Ensinando a escrever. *In*: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (org.) **Aprender e ensinar com textos dos alunos.** São Paulo: Cortez, 1977. p. 75-97.

SIGNORINI, I. Construindo com a escrita “outras cenas de fala”. *In*: SIGNORINI, I. (org). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias de letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 97-134.

UEM. **Edital nº 005/2023-PPG/PES**. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 28 jun. 2023. Disponível em: <http://www.sgp.uem.br:8080/sgpex/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DESAFIOS DAS DISCIPLINAS DE LINGUÍSTICA EM CURSO DE LETRAS EAD: OS DISCURSOS DAS TUTORAS

Rafael Vitória Alves

Neil Franco

INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de um projeto mais amplo, denominado “O gênero discursivo infográfico hipermediático na condição de material didático: proposta de intervenção direcionada a um curso de Letras EaD” (Alves, 2019). Neste empreendimento acadêmico-científico, o objetivo foi produzir um material didático, no enquadre do gênero infográfico, que pudesse ser utilizado nas disciplinas de Linguística do curso de Letras Português/Inglês da modalidade de Educação a Distância (doravante EaD) da Universidade Estadual de Maringá. Para que esse material não fosse construído arbitrariamente, analisamos previamente os discursos e as avaliações dos sujeitos envolvidos, a saber, alunos e tutores, sobre suas experiências nessas disciplinas. Especificamente sobre esse segundo sujeito é que se dá o recorte que fazemos aqui.

Com base nisso, definimos como objetivo deste capítulo analisar o modo como as tutoras discursivizam os desafios que fazem parte de suas vivências enquanto tutoras das disciplinas de Linguística do contexto supramencionado. Para tanto, o percurso analítico é fundamentado, teórico e epistemologicamente, na concepção dialógica da linguagem elaborada pelo Círculo de Bakhtin, sobretudo no que concerne ao conceito de discurso. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, inscrita no bojo da Linguística Aplicada sócio-histórica e configurada como um estudo de caso. O *corpus* foi composto por enunciados produzidos em questionários respondidos por três tutoras atuantes no ano de 2018, no qual foi realizada a coleta de dados.

Ainda que, no projeto original, o propósito tenha sido fazer esse discurso ecoar na composição do material didático, entendemos que trazer essa discussão de forma apartada é igualmente relevante, haja vista a formalização da modalidade EaD enquanto oferta de curso regular ser relativamente recente (Giolo, 2008) e ainda não termos definições precisas quanto às atribuições da tutoria (Santos, 2015).

Para fins organizacionais, o capítulo inicia com o tópico que apresenta a concepção dialógica da linguagem focalizada no conceito de discurso. Na sequência, são discutidas a modalidade EaD e o papel da tutoria sob o ponto de vista da literatura e da legislação.

No tópico seguinte, são abordadas a inscrição metodológica da pesquisa e uma breve descrição do contexto e dos sujeitos. Nos dois últimos tópicos, que foram divididos pensando nas regularidades encontradas nos dados, são apresentadas a análise, os resultados e as discussões.

CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM E DISCURSO

A concepção dialógica de linguagem, delineada a partir do conjunto de obras assinaladas pelo Círculo de Bakhtin, está envolta por uma malha conceitual intrincada, na qual se apresentam múltiplos conceitos, tais como: enunciado, sujeito, dialogismo, discurso, relações dialógicas, gêneros do discurso, ideologia, valoração/entonação, campo da atividade humana, cronotopo, entre outros. Neste quadro epistêmico, destacamos a noção de *discurso*, uma vez que análise a ser empreendida concentra-se nas produções discursivas das tutoras no âmbito do campo escolar.

Para iniciar, procuraremos delimitar o entendimento do que é “língua/linguagem” e “discurso”. De antemão, frisamos que, dentro do escopo bakhtiniano, essa é uma tarefa complexa, uma vez que, a depender das circunstâncias, esses conceitos podem ser intercambiáveis ou opostos. Podemos supor que isso se deva, em partes, a uma indefinição teórica, visto que uma parcela dos

manuscritos do Círculo ficou inacabada, ou também em virtude da flutuação terminológica ocasionada pelas diferentes traduções (Rodrigues, 2005).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2008), por exemplo, há uma oposição entre discurso, que é referido como a língua dotada de sua integridade concreta e viva, e a língua objeto da linguística, que remete a um sistema abstrato de formas linguísticas (Bakhtin, 2008). Essa oposição parece bastante nítida no seguinte trecho:

A linguística conhece, evidentemente, a forma composicional do 'discurso dialógico' e estuda as suas particularidades sintáticas léxico-semânticas. Mas ela as estuda enquanto fenômenos puramente linguísticos, ou seja, no plano da língua, e não pode abordar, em hipótese alguma, a especificidade das relações dialógicas entre as réplicas (Bakhtin, 2008, p. 211-212).

Assim, leva-nos à compreensão de que o plano da língua é aquele que se restringe aos elementos formais, enquanto que o do discurso é o que se volta ao extralinguístico, isto é, aos elementos que extrapolam os limites do sistema fechado da língua e que só são apreendidos no uso concreto e vivo da linguagem.

Ainda no mesmo texto, a respeito do conceito de linguagem, ora ele converge com o conceito de língua: "[...] na linguagem, enquanto objeto da linguística, não há nem pode haver quaisquer relações dialógicas" (Bakhtin, 2008, p. 211), ora com o conceito de discurso: "[...] a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem" (Bakhtin, 2008, p. 212).

Já em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006), os conceitos de "língua" e "discurso" parecem confluir, por exemplo, quando se afirma que "[...] a língua vive e evolui historicamente *na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*" (Bakhtin/Volochínov, 2006, p. 127, grifo do autor).

Em outro momento, “discurso” e “linguagem” parecem ser tratados como dessemelhantes. Bakhtin/Volochínov (2006), ao retomarem o que foi apresentado nos capítulos precedentes, questionam: “[...] mas o que é a linguagem? O que é a palavra [discurso]? Não se trata, evidentemente, de formular perfeitas definições destes conceitos de base [...]” (Bakhtin/Volochínov, 2006, p. 68). Os próprios autores parecem reconhecer que são conceitos distintos, ao introduzi-los a partir de questionamentos diferentes. Contudo, chamamos a atenção para a afirmação final do referido trecho, que assevera que o objetivo das discussões do Círculo não é propor definições acabadas e precisas dos conceitos, o que nos desobriga a trazer tais formulações com plena assertividade.

Em vista disso, especificamente ao que nos compete, daremos as tratativas assumindo a resposta de Sobral e Giacomelli (2016) aos escritos do Círculo, no que diz respeito a essa definição conceitual de linguagem, língua e discurso. Para eles:

O discurso é uma unidade de análise que tem uma materialidade, o texto, falado ou escrito etc., e o texto usa a língua. Mas o discurso não se confunde com o texto nem com a fala ou com a língua. O discurso usa a língua, falada ou escrita, e constrói textos. Assim, o discurso só pode ser entendido se soubermos, além do texto, quem usa a língua para se dirigir a quem, em que contexto, incluindo momento, local, interlocutores e suas relações sociais, ambiente (institucional, familiar, entre outros.) (Sobral; Giacomelli, 2016, p. 1077-1078).

Nessa direção, podemos afirmar que a língua tem significação, que é o significado dicionarizado das palavras e expressões, enquanto que o discurso cria sentido, que é o que “[...] faz as palavras e expressões da língua irem além dos significados registrados no dicionário e dizer coisas que somente o contexto mostra” (Sobral; Giacomelli, 2016, p. 1078). Encontramos endosso no próprio Bakhtin (2003), que preconiza que o todo do enunciado (no qual o discurso está materializado) não é uma unidade da língua e, sim, uma unidade da comunicação verbal que não possui

uma significação, mas um sentido (um sentido total relacionado com um valor).

E como definir a linguagem? Podemos entender a linguagem como a conjunção desses dois componentes: “[...] o componente formal, que é a língua, que traz significações, aquelas do dicionário, e o componente discursivo, que é o discurso, ligado à enunciação e ao sentido, sendo este último produzido e não dado” (Sobral; Giacomelli, 2016, p. 1078). É essencial, entretanto, não perder de vista que língua e discurso não são independentes um do outro, pelo contrário,

[...] não se pode entender o discurso sem a língua, mas também não se pode entender o discurso, que é o uso da língua, sem levar em conta que a produção do enunciado (do discurso) vai além da língua e cria linguagem. A produção do enunciado/discurso cria uma união entre a significação das palavras e frases e o seu uso no discurso, e essa união, nos contextos, cria os sentidos do que é dito (Sobral; Giacomelli, 2016, p. 1078).

É possível estabelecer a seguinte relação: a língua possibilita produzir frases, as quais têm significações; o discurso, por sua vez, usa essas frases para criar enunciados que, por sua vez, não estão isolados, mas, sim, inseridos na comunicação discursiva, firmando relações de sentido entre si – que são as relações dialógicas (Bakhtin, 2003). Logo, um enunciado, surgido em um dado momento histórico e social, “[...] não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação” (Bakhtin, 1998, p. 86).

Nesse sentido, cada enunciado deve ser entendido como uma resposta (no sentido amplo) aos enunciados precedentes (enunciado/discurso já dito) de um determinado campo, porque o falante/locutor não é um Adão mítico – como se fosse o primeiro e único capaz de enunciar –, por isso, “[...] o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos” (Bakhtin, 2003, p. 300). Desse

modo, o enunciado se liga aos enunciados já ditos para confirmá-los, rejeitá-los, completá-los, entre outras possibilidades, mas sempre os levando em conta.

Um enunciado é, também, uma resposta aos enunciados subsequentes, isto é, aos que ainda estão por vir. Mesmo que esses enunciados ainda não existam na tessitura dialógica, um falante/locutor, ao projetar seu enunciado, tem em vista a atitude responsiva do ouvinte/interlocutor, que é ativo na comunicação discursiva (Bakhtin, 2003). Dito de outra forma, o falante/locutor cria seu enunciado antecipando a possível ou desejada reação-resposta do interlocutor, o qual podemos entender como enunciado/discurso prefigurado (Acosta-Pereira; Rodrigues, 2014). A esse respeito, Bakhtin (2003, p. 302) afirma que

[...] ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipada exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (dou resposta pronta às objeções que prevejo, apelo para toda sorte de subterfúgios etc.). Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele.

Precisamos acrescentar que a dialogicidade não só está orientada para os enunciados precedentes e subsequentes, mas também para o interior do enunciado. Faraco (2003), ancorado em *O problema do texto* (Bakhtin, 2003), afirma que todo discurso é heterogêneo, pelo fato de ser composto pela articulação de um corpo de vozes sociais, que estabelecem diálogo. Essa dialogização interna, que se configura pelo dizer alheio, pode estar claramente mostrada – quando, por exemplo, usamos as aspas ou outros recursos para reconhecer que se trata do discurso de outrem – ou não, de modo que as vozes ficam diluídas no enunciado; mas, ainda

que não estejam marcadas, não significa que não estejam presentes (Faraco, 2003).

Em face do exposto, à guisa de uma conclusão para este tópico, podemos sintetizar que a dialogicidade se efetua em três dimensões: (i) todo discurso não pode deixar de se orientar para o “já dito”; b) todo discurso é orientado para a resposta, considerando a reação-resposta do interlocutor e c) todo discurso é internamente dialogizado (Faraco, 2003).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PAPEL DO TUTOR

O princípio basilar da EaD é o distanciamento geográfico – durante todo ou grande parte do tempo – entre agentes educacionais e alunos, que dependem, portanto, de algum tipo de tecnologia para interagirem no íterim dos processos educacionais (Moore; Kearsley, 2007).

Em território brasileiro, os primeiros esforços para implementar a EaD podem ser identificados antes de 1900, quando foram oferecidos cursos profissionalizantes por correspondência (Carneiro, 2013). Entretanto, se considerarmos a disponibilização de cursos regulares de ensino superior, a história da EaD é relativamente recente (Giolo, 2008), mas está avançando rapidamente em direção à sua consolidação como uma modalidade de ensino.

No que tange aos aspectos legais, a abrangência nacional da EaD é traçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecida pela Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), com destaque para o Artigo 80, que formaliza seu reconhecimento e possibilita a utilização dessa modalidade para a capacitação de professores em serviço.

A operacionalização da EaD é impulsionada, em grande parte, pelo Decreto nº 2.494/98 (Brasil, 1998), que regulamenta o mencionado Artigo 80 da LDB, sendo posteriormente substituído pelo Decreto nº 5.622/05 (Brasil, 2005) e, mais recentemente, pelo Decreto nº 9.057/17 (Brasil, 2017). Esses decretos, de forma geral, abordam questões como o credenciamento das instituições, fornecem diretrizes para a organização e estruturação, estabelecem

as condições para a oferta dessa modalidade, delineiam critérios de qualidade para os cursos, entre outros aspectos.

Além desses, destaca-se também o Decreto nº 5.800/06 (Brasil, 2006), que estabelece o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), cujo objetivo é ampliar e descentralizar a oferta de cursos e programas de ensino superior no país, buscando proporcionar acesso ao ensino superior para os grupos sociais excluídos do sistema educacional, por meio de uma colaboração entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros. É importante também mencionar a Portaria nº 1.428 (Brasil, 2018), que impulsiona a oferta de disciplinas na modalidade EaD ao permitir que estas representem até 40% da carga horária dos cursos presenciais. Com essa crescente expansão, torna-se cada vez mais crucial a realização de estudos sobre essa modalidade de ensino.

No que diz respeito às tecnologias para EaD, atualmente, o computador com acesso à internet por meio de um navegador é a mais comumente empregada (Moore; Kearsley, 2007). Dessa forma, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), cada vez mais integradas à nossa sociedade, têm propiciado recursos fundamentais para a estruturação atual da EaD, com a qual estamos familiarizados, tais como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, webconferências, entre outros (Valente, 2007).

Como resultado disso, a relação entre aqueles que ensinam e aqueles que aprendem, mediadas pelas TDICs, são redefinidas nessa modalidade. Uma mudança significativa é a emergência do papel do tutor, que surge da necessidade de minimizar as lacunas deixadas pela distância entre o professor e os alunos. Dessa forma, foi inicialmente entendido como aquele que apenas transmite informações de ambos os lados. No entanto, com a evolução da EaD, o tutor passa a assumir cada vez mais responsabilidades, inclusive no sentido de aconselhar e motivar os alunos (Schlosser, 2010). Assim, compreende-se que os papéis e as dinâmicas entre professores, tutores e alunos necessitam ser (re)pensados e..., principalmente, investigados, de modo a evitar a reprodução nos

ambientes de EaD das concepções tradicionais de ensino centradas unicamente na relação entre professor e aluno.

A legislação e até mesmo os próprios estudos da área ainda são prematuros ao desenhar um consenso para as responsabilidades do tutor. No entanto, é digna de nota a pesquisa de Santos (2015, p. 51, grifo da autora), a qual faz um cotejo entre a legislação e a literatura da área, concluindo que o tutor é “[...] um profissional que se responsabiliza pela concretização do processo de ensino e aprendizagem e pela realização de atividades como *mediar, desenvolver, articular saberes, pilotar as atividades, apoiar, criar uma memória didática*, etc., que são seus gestos profissionais”.

Tampouco há uma distinção precisa entre as duas modalidades de tutoria: a distância e presencial. Inclusive, na Universidade investigada, o edital de convocação para os candidatos ao cargo de tutor é o mesmo para ambos os casos. Podemos depreender que a diferença entre os tutores presenciais e a distância reside exclusivamente no fato de estes prestarem atendimento via recursos tecnológicos e aqueles atenderem os alunos no Polo (Santos, 2015). Não nos ateremos a essa distinção. A única condição que foi fixada para estabelecer o recorte é que sejam tutores que atuam ou atuaram nas disciplinas de Linguística. A esses profissionais foi enviado um questionário, o que será melhor discutido no próximo tópico.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

No espectro mais amplo, este estudo se enquadra no domínio das Ciências Humanas, as quais, do ponto de vista epistemológico, constroem o saber de forma dialógica, tendo o sujeito e seu enunciado/discurso como o objeto central do conhecimento (Bakhtin, 2015). Sob esse prisma dialógico, o qual focaliza sujeitos enunciadorens inscritos na sócio-história, a natureza da pesquisa se enquadra no paradigma qualitativo, uma vez que intencionamos compreender e interpretar fenômenos em meio a muitos sentidos que as pessoas lhes atribuem (Denzin; Lincoln, 2005).

Este trabalho também se inscreve no rol da Linguística Aplicada (LA) socio-histórica, que, conforme definido por Rojo (2006), busca resolver questões sociais contextualizadas, relacionadas à linguagem e ao discurso, por meio da elaboração de resultados relevantes para os participantes sociais dentro de um contexto prático. Do ponto de vista metodológico, caracterizamos esta pesquisa como um estudo de caso, uma vez que nos concentramos em um contexto bem definido com sujeitos específicos (Lüdke; André, 2013).

Haja vista o enunciado/discurso não poder ser compreendido fora do seu contexto dialógico (Amorim, 2004), entendemos que o contexto mais amplo da investigação é o Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) da UEM, que foi criado com o objetivo de “[...] planejar, coordenar, organizar, desenvolver e acompanhar as atividades pedagógicas e administrativas da modalidade de educação a distância da Universidade” (UEM, 2012, p. 2). O NEAD oferece o curso de Letras, Habilitação: Português/Inglês e Literaturas Correspondentes na modalidade EaD, o qual foi instaurado pelo Ato Executivo nº 017/2009-GRE.

E é tal curso que oferta as disciplinas de Linguística, sendo esse o contexto mais específico da pesquisa. O currículo do curso é composto por quatro disciplinas de Linguística, intituladas I, II, III e IV. Todas são oferecidas em regime semestral, com carga horária de 68h, sendo 51h destinadas a atividades teóricas e 17h a atividades práticas. As duas primeiras são ministradas no primeiro ano do curso e as duas últimas no segundo ano (UEM, 2010). Conforme o programa das disciplinas, em termos de conteúdo programático, a Linguística I aborda a constituição da Linguística como ciência, a visão saussuriana da linguagem e as concepções de linguagem; a Linguística II aborda a variação linguística; a Linguística III se volta à fonética e à fonologia; e, por fim, a Linguística IV focaliza as categorias gramaticais.

Os sujeitos da pesquisa, por sua vez, são os tutores dessas disciplinas atuantes no ano de 2018, para os quais foi enviado um

questionário por e-mail. Dos onze contatados, os quais foram indicados pela coordenação do curso, apenas três responderam.

O questionário desta pesquisa, na condição de instrumento metodológico, foi dividido em dois momentos: no primeiro, as tutoras informaram 1) um pseudônimo; 2) idade; 3) formação acadêmica; 4) o tempo de atuação de tutoria na EaD; 5) tempo de atuação de tutoria especificamente nas disciplinas de Linguística; e 6) disciplinas de Linguística (I, II, III e IV) que atuam/atuaram. Em um segundo momento, com base na experiência, elas responderam acerca dos seguintes pontos: 1) conteúdos que os alunos apresentam mais dificuldades nas disciplinas de Linguística; 2) os fatos percebidos na prática que as levaram a apontar esses conteúdos; 3) as razões que geram essas dificuldades; e 4) como acreditam que essas dificuldades podem ser amenizadas. Ainda foi reservado um espaço para que pudessem tecer observações que não foram contempladas nas perguntas. Mediante as informações preenchidas na primeira parte do questionário, apresentamos um quadro com a caracterização desses sujeitos:

Quadro 1 – Caracterização das tutoras

| Pseudônimo | Idade | Formação acadêmica | Atuação como tutor | Atuação como tutor nas disciplinas de linguística | Disciplinas que atua/atuou |
|------------|-------|-----------------------------------|--------------------|---|----------------------------|
| Jade | 34 | Doutorado em Estudos Linguísticos | 7 anos e 9 meses | Aproximadamente 5 anos | I, II, III e IV |
| Mari | 38 | Mestrado em Estudos Linguísticos | 6 anos | 6 anos intermitentes | I e II |
| Mariana | 33 | Mestrado em Estudos Linguísticos | 7 anos | Aproximadamente 3 anos | I, II, III e IV |

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Como pode ser observado, a idade das tutoras conserva-se na faixa de 33 a 38 anos. A atuação na EaD, sem especificação de disciplina, é bastante similar entre as tutoras, variando de 6 a quase

8 anos. Já a atuação especificamente nas disciplinas de Linguística conta uma pequena oscilação, sendo de 3 anos a 6 anos (intermitentes). Perante essas informações, podemos concluir que se trata de um grupo de tutoras maduras, tanto na esfera pessoal quanto na profissional, sendo esta última expressa pelo tempo de atuação na EaD e nas disciplinas de Linguística. Essa realidade é satisfatória, pois sugere que os depoimentos das tutoras nos questionários não estão pautados em uma única experiência, que poderia ter uma circunstância atípica, mas em um compilado de experiências que se deram ao longo dos anos de vivência na tutoria.

No que diz respeito à formação, todas são pós-graduadas *stricto sensu* em Estudos Linguísticos; uma no âmbito de doutorado e as outras duas de mestrado. Esse cenário é igualmente positivo, porque significa que elas possuem um olhar mais sensível e aprofundado para as questões linguísticas e, portanto, podem avaliar/apontar as dificuldades experimentadas pelos alunos nessas disciplinas com mais propriedade. Em se tratando das disciplinas de Linguística, duas tutoras (a maior parte) atuaram nas quatro (I, II, III e IV), o que as permite fazer uma comparação mais ampla e apontar, com mais segurança, a(s) que gera(m) mais dificuldades de aprendizagem.

Para analisar os dados (enunciados/discursos) dos sujeitos, gerados pelo questionário, servimo-nos do arcabouço teórico-metodológico do Círculo de Bakhtin, que não prescreve um método científico rigoroso, mas oferece diretrizes para desenvolver uma compreensão mais ampla das realidades investigadas (Faraco, 2003). Na prática, isso implica evitar o uso de categorias pré-estabelecidas de outras análises. Nosso objetivo é observar/apreender, no contexto específico desta pesquisa, as categorias que surgem das regularidades presentes nos dados (Rohling, 2014). Sem a pretensão de engessar os procedimentos analíticos, observamos os parâmetros delimitados por Rohling (2014) como uma forma de orientar a análise das produções discursivas:

- O campo da atividade humana em que se dão as interações discursivas, neste caso, o campo acadêmico;

- Os papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva (mais especificamente, as tutoras), analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores na produção de discurso;

- O cronotopo (o espaço-tempo discursivo) e o horizonte temático valorativo dos enunciados;

- A análise das relações dialógicas, que apontam para a presença de assimilação de discursos já-ditos e discursos pré-figurados, discursos bivocais, apagamentos de sentidos, reenunciação de discursos, entre outras possibilidades.

Especificamente sobre o último tópico se dará mais propriamente a análise, cujo objetivo é compreender como se dá a discursivização das tutoras em relação aos desafios em atuar nas disciplinas de Linguística de um curso EaD – o que será aprofundado nos tópicos subsequentes.

COMPLEXIDADES NO/DO CONTEÚDO

Nos enunciados das tutoras, que fazem uma avaliação sobre eventuais problemas de aprendizagem nos conteúdos de Linguística, são percebidas entonações representadas por palavras que expressam uma valoração negativa, como: dificuldade, problema e complexidade.

Há um diálogo entre os enunciados/discursos das tutoras Mariana e Jade, que apontam a Linguística III como a de maior complexidade, tal como pode ser exemplificado pelo seguinte trecho:

MARIANA: [...] pode-se considerar que *é linguística III* [...], que trata da fonética e da fonologia, os estudantes encontram *dificuldades* em lidar com os símbolos fonéticos (2017, grifo nosso).

A tutora Mari, por sua vez, é mais específica. Não só cita a disciplina como também o tópico específico do conteúdo que, a seu ver, é mais complexo:

MARI: Em I: Semântica, Interpretação pelo viés léxico-estrutural. Em II: Pragmática e Análise do discurso (2017).

Importa salientar que essa tutora não atuou nas disciplinas de Linguística III e IV, de modo que as excluiu do seu parecer. Para sustentar suas afirmações, as tutoras apontam fatos observados na prática que as levaram a indicar tais disciplinas/conteúdos como mais complexos, além de discursivizarem o que creem gerar essa complexidade. Todas as tutoras são unânimes em reconhecer que as notas baixas dos alunos são o principal indicativo da complexidade dos conteúdos das disciplinas. Essa posição das tutoras recupera um discurso educacional tradicional que sustenta a primazia da avaliação somativa em contexto escolar, em que a “nota” é o principal parâmetro avaliativo do sucesso da aprendizagem, ao passo que também silencia uma discussão de que essa avaliação, ainda que muito comum, opera como um dos principais mecanismos de seleção e exclusão social no sistema educacional brasileiro (Luckesi, 2008). Ademais, as tutoras Mariana e Jade apontam como indicativo as reclamações/queixas que os alunos costumam postar no AVA, o que se ampara em um discurso menos tradicional que avalia o aluno em observância a todo seu percurso, ou seja, uma avaliação formativa. Como o discurso das tutoras sobre essa questão específica aponta para lados distintos, podemos entendê-lo como um discurso bivocal. Alguns trechos exemplificam todas essas questões:

MARIANA: considerando as *notas obtidas* e as características das *questões apresentadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem*, pode-se considerar que é linguística III [a mais complexa] (2017, grifo nosso).

JADE: feedback dos alunos, *reclamações sobre a complexidade dos conteúdos, solicitação de auxílio por mensagens, [...] dificuldade e baixo desempenho nas avaliações* (2017, grifo nosso).

Com relação aos fatores que geram essa complexidade, todas as tutoras acreditam que essa é ocasionada pela falta de autonomia e de dedicação dos alunos. Vejamos fragmentos de seus relatos:

JADE: por se tratar de uma disciplina que exige bastante estudo, em alguns casos, a memorização de conteúdos bem pontuais mesmo, *falta autonomia e disciplina* de estudo para muitos alunos. Eles estudavam, mas o tempo e a quantidade que estudavam ainda eram *insuficientes* (2017, grifo nosso).

MARI: são conteúdos que necessitam de leitura, releitura e realização de atividades sobre para um bom entendimento, o que *depende exclusivamente do aluno* (2017, grifo nosso).

MARIANA: o fato é que o estudante de EaD não é tão *autônomo* quanto precisaria ser. Isso ocorre por inúmeras razões, que requereriam uma pesquisa à parte (2017, grifo nosso).

É notório que os enunciados dessas tutoras materializam discursos já ditos sobre autonomia no cenário da modernidade neoliberal, que se revestem de um caráter individualista, servindo de estímulo à competição e egoísmo nas relações sociais (Rohling, 2015). Acaba se tornando sinônimo de autodidatismo, que é a capacidade de aprender por conta própria, desviando-se da concepção de autonomia como um processo global de construção de subjetividades no percurso de formação dos sujeitos (Rohling, 2015), que não prescinde da interlocução com professores e tutores. É preciso, então, discernimento para não se cair numa perspectiva reducionista de autonomia, que culpabiliza unicamente o aluno pelo fracasso na aprendizagem.

Esses enunciados também recuperam discursos já ditos sobre o não reconhecimento do papel do próprio professor/tutor em torno de sua coparticipação tanto no sucesso como no fracasso do processo de ensino-aprendizagem (Paiva; Del Prette, 2009). Tal fato também é evidenciado no estudo de Ferreira (2011), no qual se constata que a maior parte dos sujeitos tutores entende seu papel

apenas como um intermediário, um orientador, que não é, portanto, responsável pelo andamento das disciplinas que acompanha. Não se quer, obviamente, insinuar que as tutoras, sujeitos de nossa pesquisa, estão se esquivando de suas responsabilidades, nem mesmo que os alunos não precisam ter autonomia e dedicação nos estudos, porque essas são premissas da EaD. A questão a que se quer novamente chamar atenção é o cuidado de não deslocar a responsabilidade pelo processo formativo para apenas um lado.

A tutora Mariana, além da questão da autonomia, ao se referir à Linguística III, tem a convicção de que há um entrave na assimilação dos alunos no que diz respeito à apropriação dos símbolos e de suas correlações com os sons, conforme pode ser visto no seu relato:

MARIANA: [...] *dificuldades* são geradas, basicamente, pela *falta de domínio dos símbolos fonéticos*, além da *dificuldade em reconhecer a correspondência entre os símbolos e os sons* (2017, grifo nosso).

O fato ponderado pela tutora pode ser articulado com o trabalho de Romualdo (2011), o qual revela que a maior parte dos professores, sujeitos da sua pesquisa, teve a disciplina de fonética e fonologia nas suas formações quase que exclusivamente baseada em textos teóricos ou fundamentada em um processo de teorização, exercícios e prática de transcrição, mas sem relação com outras disciplinas e com o universo escolar, o que não favoreceu a apropriação/assimilação dos símbolos fonéticos.

Os enunciados aqui são projetados e valorados a partir da posição de tutor da EaD, porque todos os relatos são feitos com base nas vivências concretas de tutoria, muito embora esses enunciados retomem discursos que se inscrevem na cadeia discursiva em dados contextos sócio-históricos (Bakhtin, 2003).

COMO AMENIZAR AS COMPLEXIDADES

Este tópico trata de enunciados pré-figurados bastante característicos, que são moldados a partir de uma reação-resposta desejada do interlocutor (Bakhtin, 2003). Neste caso, os interlocutores somos nós, os pesquisadores, porque fomos responsáveis por enviar e receber os questionários. Entendemos, então, que essas sugestões são dadas esperando, de alguma forma, que nosso trabalho possa atendê-las, viabilizá-las ou apenas contribuir para que ganhem visibilidade e possam ser refletidas, posteriormente, em alguma mudança no contexto investigado.

A tutora Mariana relata um pouco de dificuldade para dar sugestões, porque acredita que a estrutura da EaD não comporta muitas possibilidades de mudança a respeito do que estamos tratando. No entanto, ela suscita a possibilidade de se reavivar os grupos de estudos com os tutores presenciais, que eram realizados, mas esmoreceram com a atribuição de tarefas de caráter mais administrativo a eles:

MARIANA: é uma questão difícil de ser respondida, pois dentro da estrutura da EaD pouco pode ser feito. Quando iniciei como tutora a distância, os tutores presenciais realizavam *grupos de estudos* com os alunos semanalmente, e o desempenho tendia a ser mais satisfatório. Com o passar do tempo, os tutores presenciais foram assumindo *atividades cada vez mais administrativas e burocráticas*, não sendo atribuída a eles a função de realizarem estudos junto aos alunos (2017, grifo nosso).

A tutora retoma um discurso já dito sobre a incipiência dos mecanismos legais e mesmo da literatura especializada em desenhar um consenso sobre a função de tutores e sobre as diferentes modalidades de tutoria. Isso foi, inclusive, mencionado anteriormente e está relacionado à prematuridade da EaD no país (Santos, 2015), visto que o reconhecimento oficial da modalidade se deu mais recentemente.

As tutoras Jade e Mari, por sua vez, novamente retomam a questão da autonomia e da dedicação aos estudos como sendo um fator primordial para que o aluno possa lidar com a complexidade do conteúdo, porém apontam algumas sugestões que podem ser pensadas no que se refere a materiais didáticos complementares:

JADE: gravações de *videoaulas complementares* sobre os conteúdos. Disponibilização de *exercícios complementares* sobre os conteúdos com as chaves de respostas para que os alunos possam conferi-las (2017, grifo nosso).

MARI: talvez na elaboração do material complementar, se fosse possível criar *pequenos chamativos, textos curtos* explicitando alguma *parte mais complexa* do conteúdo, com o *uso de imagens, tabelas* (2017, grifo nosso).

Já há trabalhos, como o de Pessoa e Maia (2012), que apontam para a eficácia de se utilizarem materiais complementares, como o infográfico na EaD, para aprofundar e/ou facilitar a compreensão de determinados conteúdos. Os autores mencionados reforçam seu aspecto complementar, já que o infográfico é uma outra forma de ensinar, mas que “[...] não substitui um tipo de conhecimento, como um artigo acadêmico, por exemplo” (Pessoa; Maia, 2012, p. 7).

Neste tópico, ascende-se o entendimento de que as tutoras não só assumem sua posição institucional para valorar e projetar os enunciados, mas também a de aluno. Não significa que elas desempenhem esse papel no contexto prático, mas, sim, que assumem a perspectiva de aluno, durante a enunciação, para prever e validar o que efetivamente pode contribuir com a aprendizagem desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discursivizar sobre os desafios na atuação das disciplinas de Linguística, em primeiro lugar, há o reconhecimento da complexidade de alguns conteúdos, especialmente no que tange à

Linguística III, que envolve fonética e fonologia. Para justificar como essa complexidade pode ser identificada, é unânime a recuperação de um discurso educacional tradicional sobre a “nota” como o principal critério de avaliação escolar (somativa), à medida que, no caso de duas tutoras, também se aponta para um discurso que prioriza o processo de avaliação ao longo da jornada educacional (formativo), o que constitui a bivocalidade. A respeito das causas, também há unanimidade em citar a falta de autonomia do aluno que, embora seja um fator necessário, neste caso, recupera um discurso neoliberal que está mais ligado a individualismo e uma culpabilização individual.

Em relação a possíveis sugestões de como amenizar essas complexidades, as tutoras projetam discursos pré-figurados que, ao indicarem grupos de estudos presenciais e materiais didáticos complementares, valem-se de discursos já ditos sobre a própria falta de consenso das atribuições da tutoria e novamente sobre autonomia. Neste segundo caso, diferentemente do primeiro, há uma alternância na posição assumida pelas tutoras para valorarem os enunciados, já que é possível notar que, para fazerem sugestões de como atenuar as complexidades, elas também assumem a posição de aluno.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, R.; RODRIGUES, R. H. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 14, n. 1, p. 177-194, 2014.

ALVES, R. V. **O gênero discursivo infográfico hipermediático na condição de material didático: proposta de intervenção direcionada a um curso de Letras EaD**. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: UNESP; Hucitec, 1998.

BAKHTIN, M. M. **Teoria do Romance I**: a estilística. Tradução: Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, M.M./VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 fev. 1998.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 4, 9 jun. 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.057/17, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 59, 31 dez. 2018.

CARNEIRO, M. L. F. **Educação a Distância**: história e tecnologias. [S. l.]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109247/000917215.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo**: as idéias do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FERREIRA, T. S. F. **Representações sobre o agir**: caminhos para a compreensão do papel da tutoria na EAD. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

GIOLO, J. A Educação a Distância e a formação de professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 2013.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância:** uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PAIVA, M. L. M. F.; DEL PRETTE, Z. A. P. Crenças docentes e implicações para o processo de ensino-aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 75-85, 2009.

PESSOA, A. R.; MAIA, G. G. A infografia como recurso didático na Educação à Distância. **Temática**, [s. l.], v. 8, n. 5, p. 1-10, 2012.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In*: MEURER, J. L; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros:** teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 40-60, 2014.

ROHLING, N. Os discursos já-ditos sobre/na Educação a Distância na formação inicial de professor de Língua Portuguesa. **Calidoscópico**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 316-328, 2015.

ROJO, R. H. R. Fazer linguística aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. *In*: MOITA-LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 253-276.

ROMUALDO, E. C. Reflexões sobre o ensino de fonética e fonologia nos cursos de licenciatura em Letras: situações-problema como proposta de prática pedagógica. **Línguas & Letras**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2011.

SANTOS, A. R. **O agir pela linguagem nas práticas formativas do tutor a distância**. 2015. 304 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

SCHLOSSER, R. L. A atuação dos tutores nos cursos de educação a distância. **Colabor@**, [s. l.], v. 6, n. 22, 2010.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1076-1094, 2016.

UEM. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. **Resolução nº 022/2010–CI/CCH**, 30 de março de 2010. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 30 mar. 2010. Disponível em: http://portal.nead.uem.br/site/img/_9NU_files/docs/022_10.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

UEM. **Resolução nº 003/2012-COU**, de 30 de abril de 2012. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 30 abr. 2012. Disponível em: http://portal.nead.uem.br/site/img/_9NU_files/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n003co%20u2012.pdf . Acesso em: 16 fev. 2024.

VALENTE, V. R. Educação a distância: repensando o fazer pedagógico. In: ALVES, L. R. G.; NOVA, C. C. (org.). **Educação e tecnologia: trilhando caminhos**. Salvador: UNEB, 2003. p. 49-54

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CHEGA NA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Lucas Alves Selhorst

Juliana da Silveira

INTRODUÇÃO

O uso de inteligências artificiais – IA's na educação é um tema que tem levantado muitos debates: enquanto muitos apontam os avanços e as possibilidades de uso, outros criticam e repreendem o uso dessas tecnologias para fins educativos.

No entanto, mais importante do que se posicionar contra ou a favor, como afirmamos em Selhorst e Silveira (2023), é compreender o que permite que esse debate seja possível e quais os efeitos que ele produz para os sentidos mesmo de educação e sua prática. Que sentidos são convocados nas formulações que falam das possibilidades de utilização de IA na educação? Quais processos educacionais são engendrados por essas possibilidades que, dentre as inúmeras práticas desse campo, podem ser realizados por uma máquina?

Para refletir sobre essas questões, faremos uma análise de um curso de formação de professores, oferecido em uma rede de ensino pública municipal, buscando entender como esse debate sobre a IA na educação está chegando nas escolas e como os profissionais de educação estão discursivizando esse debate. Para tanto, fazemos um pequeno recorte do curso em questão, buscando amparar nossa análise na Análise do Discurso materialista.

ANÁLISE DE UM “DESENTENDIMENTO”

O curso que vamos analisar foi ministrado por uma secretaria de educação municipal¹ em julho de 2023, que tinha por objetivo apresentar ferramentas de inteligência artificial para os funcionários da secretaria. Após participarmos do curso na modalidade remota, tomamos a sua gravação em vídeo como objeto de análise, visando responder as questões acima apresentadas. Para isso, recortamos trechos deste curso gravado, conforme apresentados a seguir

Recorte 1 – Explicação do Secretário de Educação sobre o ChatGPT

| | |
|--------------------------------|--|
| Fala do secretário de educação | [...] Ela é uma ferramenta que me devolve conforme a pergunta que eu faço. Se eu disser assim: “monte um plano de aula sobre a água” e der um <i>enter</i> ... [o chat começa a gerar o texto]. Eu não especifiquei qual era a turma, não especifiquei nada de informação maior para que a IA produzisse esse meu plano de aula, então ela produziu um plano de aula aqui [...] só pedi “monte um plano de aula sobre a água” e ela criou “a importância da água” [ou seja, ela criou esse título], nível ensino fundamental para alunos de quarto e quinto ano, duração de duas horas, divididas em duas aulas de uma hora cada uma, botou os objetivos dessa aula, botou os materiais que eu vou poder utilizar [...]. Mas, de novo, ela vai produzir de acordo com as informações que eu produzir. “Não gostei desse planejamento aqui” [fazendo uma suposição]. Tem a opção de regenerar a resposta, ele gera um novo plano. E tem um lapisinho aqui do lado para eu editar: |
|--------------------------------|--|

¹ Esse curso está disponível no YouTube, porém preferimos não expor detalhes aqui. Considerando a diversidade que podemos encontrar na educação no Brasil, é importante dizer que se trata de uma rede pública de um município pequeno do interior de Santa Catarina.

| | |
|--|---|
| | <p>“monte um plano de aula para alunos do segundo ano do ensino fundamental, em forma de tabela, elencando os códigos da BNCC das competências e habilidades desenvolvidas neste plano de aula”. [o chat gera o plano e o secretário passa a mostrar como a IA desenvolveu bem a tarefa].</p> |
|--|---|

Na tela, enquanto o secretário explica o uso do ChatGPT para a confecção de planos de aulas, podemos ver, à esquerda, os seus usos anteriores no chat, por meio de sua tela compartilhada (o chat cria títulos temáticos para os usos que fazemos dele), dentre eles: critérios para segundo professor, retificação edital PMI..., licitação parquinhos..., férias de julho..., abertura de processo administrativo..., investimentos em educação, etc Já na direita da tela, vemos os comentários dos professores através do chat do YouTube. Destacamos no quadro que segue alguns desses comentários que aconteciam durante a fala do secretário de educação, como um segundo recorte da análise, bem como algumas respostas aos comentários.

Recorte 2 – Comentários dos professores no chat do curso

| | |
|---|--|
| Comentário professora 1 | Cada <i>app</i> tem sua particularidade e cabe ao professor ter a capacidade de distinguir o <i>app</i> utilizado pelo aluno |
| Comentário da professora 2 | Essas ferramentas são facilitadoras do trabalho, mas para o nosso aluno deverá ser um pouco limitado para a sala de aula, pois esse copia e cola com um tempo vai substituir a escrita convencional. A criatividade de pensar. |
| Comentário do professor 3 | O fato de ele fazer tão bem, não indica que o nosso planejamento feito por nós mesmos já está automatizado demais? |
| Leitura do comentário do professor 3 por um diretor | [...] Um questionamento aqui sobre o planejamento feito no ChatGPT, se ele não vai ficar automatizado demais. |

| | |
|--|--|
| Professor 3 corrige o diretor no chat do YouTube | Não se vai ficar... se já não está. |
| Resposta do secretário ao professor 3 | Automatizado demais? Olha, como eu falei, você vai montar o planejamento, você vai passar pelo seu crivo, você vai fazer as alterações que achar necessárias para que não fique essa automatização, mas, basicamente, competência e habilidade não tem como mudar. Se a competência e a habilidade são essas daqui que estão descritas na BNCC, ele já copiou para você, você vai copiar e colar no seu planejamento. “Ah, descreveu a atividade de forma muito mecânica”. Bom, dai passa pelo crivo do professor para melhorar isso. |
| Comentário do profissional de tecnologia da informação (TI) | A questão que o <i>professor 3</i> colocou ali, eu acho que foi em outro sentido. O que ele digitou foi assim: “o fato de ele fazer tão bem não indica que o nosso planejamento feito por nós já <i>não</i> [esse <i>não</i> é acrescentado pelo profissional de TI] está automatizado demais”. Eu acho que seria em questão à BNCC. |
| Resposta do secretário após o comentário do profissional de TI | A Base Nacional tem os seus códigos. O setor pedagógico da secretaria... também passa pelo crivo deles, esses planejamentos quando vem ali dentro do sistema, mas é uma situação que o professor deve avaliar. Eu estou possibilitando ferramentas. De novo, não há proibição no uso. Mas vamos voltar aquela frase que o <i>diretor</i> fez: “essa ferramenta não vai substituir o trabalho do professor, ela veio para auxiliar, para facilitar. Faz as adaptações que tem que fazer [...]”. Eu fiz em cinco minutos o que normalmente se levaria meio-dia ou um dia para produzir. Para auxiliar no trabalho de vocês. Certo? |

A partir desses comentários podemos levantar algumas questões. A primeira é que há um desentendimento entre aquilo que o professor 3 diz e aquilo que os outros profissionais da

secretaria de educação (secretário, diretor e profissional de TI) entendem. Esse desentendimento tem relação com o modo segundo o qual cada um desses sujeitos se identifica com o discurso pedagógico e com a própria inteligência artificial na relação com esse discurso.

Quando o professor 3 questiona *“O fato de ele [o ChatGPT] fazer tão bem, não indica que o nosso planejamento feito por nós mesmos já está automatizado demais”*, os sentidos produzidos por esse comentário mobilizam interdiscursivamente dizeres já muito comuns no cotidiano da escola, aqueles que repetem que os professores devem produzir documentos tão burocráticos (ou tão pouco pedagógicos, ou seja, tão pouco representativos de um real processo de ensino e de aprendizagem). Uma pergunta que nos parece muito pertinente para esse debate, uma vez que chama a atenção para o fato de a escola já estar há muito tempo atravessada por fortes determinações de ordem técnica e burocrática incidindo sobre seus processos pedagógicos. Nesse sentido a pergunta do professor enfraquece o efeito de novidade dos riscos que o ChatGPT representaria ao trabalho pedagógico. Há nessa formulação, um deslocamento que leva o sujeito a questionar não a *“Inteligência”* e/ou *“eficiência”* do ChatGPT, mas sobretudo a automatização já instalada na prática pedagógica.

Nos demais comentários, no entanto, não parece haver motivos para questionar a forma como os planejamentos são produzidos. Para eles, o fato de o planejamento ser um documento meramente burocrático é tomado como natural, o que indica que a automatização e o atravessamento técnico e burocrático da escola ou já está naturalizado ou não está em questão na comparação com o ChatGPT. Isso pode ser percebido na fala do secretário: *“Automatizado demais? Olha, como eu falei, você vai montar o planejamento, você vai passar pelo seu crivo, você vai fazer as alterações que achar necessárias para que não fique essa automatização”*. Quer dizer, para ele o professor seria o agente que impediria a automatização (ou não, caso apenas copie o chat), enquanto o professor 3 aponta para o fato de o professor já ser sujeito de uma

prática pedagógica automatizada que permite que o chat copie seus documentos e produções, ou seja, essa prática já estabelecida sendo a “causa” do “problema” e não o chat. Em sua formulação o professor 3 nega justamente esse discurso que, na comparação com o ChatGPT, aponta para uma agência positiva do sujeito professor, que impediria a automatização ao conferir o planejamento produzido pelo chat (nas palavras do secretário, “ao passar pelo seu crivo”); há aí marcas de um discurso de base humanista que coloca o homem em posição de superioridade na relação com a máquina e que, ao mesmo tempo, pretende conferir ao professor uma legitimidade que a máquina jamais teria.

No entanto, se olhamos com mais atenção para o modo como essa formulação se articula, atrelando a não automatização do planejamento aos gestos de “conferir” e “avaliar” (crivo) o que a máquina produz, poderíamos nos perguntar em que medida esses dois gestos podem ser lidos como definidores de uma agência/autoria do professor; em que medida conferir, aprovar, alterar aquilo que a máquina planeja não seria reproduzir gestos e textos já automatizados pela prática pedagógica? Com isso, poderíamos pensar em algumas paráfrases a partir da pergunta do professor 3: como o professor pode impedir a automatização se antes do chat o planejamento já era um documento burocrático/fictício? Qual é o sentido de a secretaria de educação cobrar um documento que ela mesma prova ser meramente burocrático? Não seria mais produtivo em vez de usar o ChatGPT para reproduzir um documento “fictício” (ou apenas de controle) do ponto de vista do processo de ensino e aprendizagem, incentivar um outro tipo de produção, pelo qual o professor pudesse exercer a autoria e pensar a partir das condições de produção² que são próprias à comunidade na qual ele se insere?

² Na Análise do Discurso, a noção de condições de produção, como explica Orlandi (2013), compreende “fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção, é fundamental [...]. Podemos considerar as

O apagamento da autoria do professor, no entanto, está tomado na transparência para o secretário, que o atribui, de certa forma, à BNCC, em trechos como: “A Base nacional tem os seus códigos” e “competência e habilidade não tem como mudar. Se a competência e a habilidade são essas daqui que estão descritas na BNCC, ele já copiou para você, você vai copiar e colar no seu planejamento”.

Neste viés, podemos pensar que esse dizeres se filiam a uma posição segundo a qual o normal já seria que o professor apenas copiasse o que fazer do documento em questão para o seu planejamento, ou seja, o chat faz uma atividade mecânica que o professor já teria de fazer e levaria muito mais tempo, estando aí já naturalizada esses processos automatizados e sem autoria dos sujeitos professores na construção dos planejamentos, ou pelo menos dos planejamentos oficiais.

O fato de o professor ser representado como um agente contra a automatização excessiva é uma regularidade que marca as diversas sequências discursivas, não apenas nos comentários do secretário no que se refere a necessidade de a produção do chat passar pelo crivo do professor, mas também nos comentários dos demais professores: para a professora 1, “*cabe ao professor distinguir o app utilizado pelo aluno*”. Neste mesmo sentido, a professora 2, diz que essas ferramentas são facilitadoras, mas que para o aluno em sala de aula devem ser limitadas. Isto é, caberia ao professor (novamente se reforça a importância do professor) limitar e mediar esse contato dos estudantes com as inteligências artificiais.

Assim, podemos perceber o quanto esses dizeres são contraditórios, pois ao mesmo tempo que apontam para uma incapacidade de autoria do ChatGPT acabam por reduzir o papel do professor com relação a ela a uma atividade que comporta muito pouco o espaço de uma autoria; distinguir, limitar, mediar, avaliar,

condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

conferir textos e documentos já escritos e padronizados, com normatizações estabilizadas. Ao mesmo tempo que os profissionais, em sua maioria, se entusiasmam, se sentem ameaçados. Não chegam, no entanto, como acontece com o professor 3, a questionar as suas práticas. Em vez disso, colocam justificativas para que as coisas continuem acontecendo da mesma forma e buscam produzir ou garantir um papel superior do professor diante do ChatGPT. Discursivamente, importa observar que é mesmo a incapacidade de questionar sua prática automatizada que justifica o medo de uma comparação de seu trabalho com o trabalho da máquina, que se materializa nesses dizeres sob a forma de uma explicação da “superioridade” da posição do professor na execução desse trabalho que, nenhum deles parece negar, o ChatGPT realiza já muito bem, inclusive de forma mais rápida.

Com base nessas posições, podemos concordar com Buzato (2023, p. 2) quando afirma que precisamos avançar “[...] em um debate necessário e urgente sobre políticas e métodos de adoção de IA no contexto da Educação (e em geral) no Brasil sem, contudo, ceder nem à utopia da IA autônoma, nem à tecnofobia do humanismo ingênuo”. O que vemos é que a resposta humanista, nesse caso, reforça inclusive atributos humanos que, no fim, a máquina parece ser perfeitamente capaz de realizar.

Lembremos dos debates acerca da(s) BNCC(s) (consideremos o plural aqui, já que há outras diferentes versões até a aprovação da versão vigente) que aconteciam nas fases de discussão: também binariamente, por vezes, se colocava de um lado pessoas a favor e, de outro, pessoas contra o documento. O cerne da discussão girava, muitas vezes, mesmo que não usando esse termo, em torno da autoria do professor: para os que repugnavam a Base, o professor perderia a sua autonomia em uma homogeneização do ensino,

enquanto para os que defendiam ela apenas garantia direitos iguais de aprendizagem em todo o país³.

Agora, o que vemos, por exemplo a partir da fala do secretário de educação, é que a forma como a BNCC está sendo interpretada leva a crer que de fato ela está implicada/implicando em uma perda da autoria (ou da autonomia, da liberdade, da criatividade...) do professor (o que não quer dizer que também não esteja relacionada a melhorias em algum aspecto da educação ou da chamada “garantia de direitos de aprendizagem”).

Podemos pensar, inclusive, que a forma como o texto da Base está normatizado é parte fundamental desse processo, pois como o secretário explica, o que deve ser feito já está lá, já está escrito e deve-se apenas ser “copiado” pelo professor. Como ele diz, ela tem os seus *códigos*. Essa codificação já fala muito sobre esse documento. Isso não quer dizer que a Base não possa ser interpretada de outras maneiras e que os defensores não possam agora dizer que essa é uma má interpretação que está sendo feita por parte de quem faz isso que o secretário, cuja fala analisamos, recomenda. No entanto, em que pese toda a defesa que possa ser feita, esse é um caso concreto de como as redes de ensino estão interpretando a Base (que evidentemente não pode ser generalizado, mas que fala acerca daquilo que de fato está acontecendo na prática).

Além disso, não podemos analisar esse documento fora do seu momento histórico: a partir da ascensão das IA’s, como os professores passam a lidar com um documento normativo “codificado” (considerando suas longas jornadas de trabalho mal remunerado)? A fala do secretário nos dá indícios: antes já era só copiar, agora a IA copia para o professor.

Esse nos parece um bom exemplo de como podemos usar as IA’s em favor da educação: a partir delas, identificar práticas falidas, documentos cujas interpretações e aplicações podem ser

³ Deixemos aqui um exemplo: BNCC e formação de professores – Debate | Canal Futura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LyMJLxFu4ic/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

repensadas, funcionamentos problemáticos. O que não podemos, como afirma Buzato (2023, p. 9), é, de modo permissivo, assistir “[...] gestores e pais [...], burramente, imporem performances de IAs como *benchmarks* [padrões de referência] para o trabalho criativo e consciente do professor e do aluno, como já se faz com trabalhadores no mercado”.

Quer dizer, esse exemplo expõe um funcionamento burocrático e já automatizado da educação, que nos tempos atuais precisamos mais do que nunca questionar. Junto desse problema certamente estão muitos outros: a gestão da educação, a formação de professores, (como já dissemos) a remuneração e a carga horária, a contratação precária (muitas vezes de modo temporário, com diminuição dos direitos e também da remuneração) etc.

Estamos aqui destacando a BNCC, a partir da fala do secretário, mas evidentemente poderíamos pensar em outros aspectos da educação, que inclusive antes do surgimento das inteligências artificiais já conflitavam com a autoria do professor. Gallo (2023) exemplifica essa questão apontando o livro didático como parte de um processo de homogeneização, considerando a supressão das condições de produção dos discursos cujos textos materializam.

Assim chegam ferramentas como o ChatGPT na educação básica pública: em meio à precariedade de tecnologias, das condições de trabalho dos profissionais da educação e do tempo apropriado em tarefas burocráticas as mais variadas, como negar essa ferramenta? O mais fácil (considerando, inclusive, o massivo processo publicitário que envolve a ascensão dessas tecnologias) é crer que em meio a tantos problemas, ela vem para ajudar. O desafio é reconhecer os problemas e questionar: por que precisamos de uma IA para resolver? O que causa esse problema? Pensemos no exemplo do planejamento: por que um professor planeja? O que faz com que o ChatGPT pareça uma alternativa para o desenvolvimento dessa atividade? O planejamento do professor virou um documento meramente burocrático? Mas, então, como o professor se prepara para dar a sua aula? O professor faz dois

planejamentos, um real para colocar a sua aula em prática e outro fictício para seguir uma normatização e atender/burlar o controle da secretaria de educação? Se sim, o quanto o planejamento real está automatizado, por exemplo pela BNCC? Um planejamento realizado pelo ChatGPT pode ser executado em sala? Se não, por que não entregar o planejamento real à secretaria? O planejamento real cabe nos modelos impostos pelas secretarias de educação? Tanta normatização, do que ensinar (mesmo antes de conhecer os alunos), de como ensinar, de como planejar etc. realmente ajuda a educação? Qual é o espaço para a criatividade nessa escola em que uma IA pode resolver os problemas? Qual é o espaço para que o professor exerça sua autoria? E para os estudantes (em tempos de formação de estudantes, – não críticos, criativos ou questionadores – mas *competentes*)?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas análises nos permitem compreender que, ainda que de modos diferentes, tanto o comentário do professor 3 quanto as respostas do secretário e dos demais professores, visibilizam que o discurso pedagógico se constitui contraditoriamente como uma prática visando, de um lado, a assunção da autoria de alunos e estudantes e, de outro lado, uma prática burocratizada, automatizada que o ChatGPT pode não só copiar como é capaz de fazer de modo muitas vezes mais eficiente. Nesse caso, nenhum dos comentários é capaz de enunciar e reconhecer a dimensão da autoria como aquilo que diferiria professores e alunos do ChatGPT.

Enquanto o professor 3 apenas chama a atenção para o aspecto já automatizado, mobilizando discursos muito presentes na escola sobre o quanto esse funcionamento impede o professor de agir com autonomia, também os comentários que buscam enfatizar qual seria o papel do professor nessa relação não consideram que exista uma plena autonomia do professor frente a esses mesmos processos, uma vez que não só eles não apontam para gestos de autoria efetivos como também se materializa em suas justificativas, de modo mais ou

menos enfatizado, um receio e uma constatação de que caberia ao professor apenas “validar” o trabalho da máquina.

O que nos permite afirmar que no processo de interlocução deste curso sobre ChatGPT, a prática pedagógica já aparece como tendo um espaço muito reduzido de agência por parte do professor e suas formulações sobre essa presença artificial estão muito mais focadas em uma justificativa de sua função e posto de trabalho do que na defesa de uma prática pedagógica autônoma que permita integrar, de fato, práticas pedagógicas autorais em confluência com as habilidades técnicas e automatizadas das IAs.

Gadotti (2013) e Freire (2013), explicam que o dilema humanismo-tecnologia parte de uma concepção que opõe duas posições e “o erro básico de ambas, que não podem oferecer a seus adeptos nenhuma forma real de compromisso, está em que, perdendo elas a dimensão da totalidade, não percebem o óbvio: que humanismo e tecnologia não se excluem” (Gadotti, 2013, p. 17).

Como explica Freire (2013, p. 55), “[...] nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. O homem é um ser de raízes espaçotemporais”. Assim, seguimos por uma terceira via, que não é nem de negar as tecnologias e as chamadas inteligências artificiais, em uma posição que “[...] vê na tecnologia a razão dos males do homem moderno” (Gadotti, 2013, p. 17), nem de aderir de modo a reduzir “[...] toda educação a um arsenal de metodologias e de instrumentos de aprendizagem, despolitizando a grande massa da população” (Gadotti, 2013, p. 9).

Chamamos a atenção para a necessidade de fazermos debates que não apenas fujam dos binarismos do tipo *contra* e *a favor*, quanto procurem compreender o quanto de nossas práticas são práticas automáticas. Entendemos que nos beneficiaremos muito mais, enquanto professores, dessa denúncia dos automatismos já instalados na escola e para os quais o neoliberalismo “fornece” a “solução”, aprofundando a não autonomia dos sujeitos envolvidos nesses processos. É só depois de reconhecermos o quanto de

“artificial” e “automático” já existe aí que poderemos alcançar formulações que engajem o debate sobre as IAs no ensino a partir de uma outra perspectiva, uma perspectiva que seja capaz de chamar a atenção e defender práticas outras que se realiza na escola e que, essas sim, escapam de toda e qualquer automatização.

Encerramos dizendo que as questões de ensino e de aprendizagem em tempos de inteligência artificial estão longe de qualquer conclusão, de qualquer solução, de qualquer fecho. Em vez disso, finalizamos deixando muito mais perguntas do que respostas, na esperança de que essas perguntas encontrem professores críticos, incomodados, inconformados, que também não tenham soluções, que também não tenham respostas, mas que não acatem o barateamento da sua profissão e consequentemente o falseamento da educação. Professores, estudantes, gestores, pais, comunidades... todos que estejam interessados em fazer perguntas para as quais as respostas das inteligências artificiais não satisfazem, que estejam interessados em encarar os problemas de frente, sem ceder às facilidades enganosas, de qualquer matiz. Pois só assim aprendemos, crescemos, (nos) educamos.

REFERÊNCIAS

BUZATO, M. E. K. Inteligência artificial, pós-humanismo e Educação: entre o simulacro e a assemblagem. **Dialogia**, São Paulo, n. 44, p. 1-20, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/44.2023.23906>. Acesso em: 26 dez. 2023.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, M. Educação e ordem classista. In: FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 5-10.

GALLO, S. M. L. ChatGPT: hiperautor ou não autor? **Traços de Linguagem**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 84-95, 2023. Disponível em: <https://>

periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/download/11199/7577/38149. Acesso em: 3 nov. 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SELHORST, L. A.; SILVEIRA, J. O(s) sentido(s) de aprendizado e aprendizagem em tempos de ChatGPT. **Revista Interfaces**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7635. Acesso em: 26 dez. 2023.

**“PORTUGUÊS DA DEPRESSÃO”,
HUMOR OU PRECONCEITO LINGUÍSTICO?
UM ESTUDO SOBRE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS
EM REDES SOCIAIS DIGITAIS**

Isabelly Fernanda Franco de Souza
Flávio Brandão-Silva

INTRODUÇÃO

O processo de globalização e o intenso desenvolvimento tecnológico das últimas décadas contribuíram significativamente para mudanças nas relações de trabalho, como também nas formas de interação entre os indivíduos na sociedade. Nesse sentido, destaca-se o surgimento das redes sociais em ambiente digital (Facebook, Instagram, WhatsApp, dentre outras), as quais se configuram como espaços onde as pessoas, além de se comunicarem e realizarem diferentes tarefas, podem expressar o que pensam, demonstrar seus sentimentos e relatar o que fazem em seu cotidiano. Conseqüentemente, cada vez mais, as pessoas, em geral, passam boa parte do tempo conectadas à Internet, interagindo, nesse ambiente, principalmente em suas redes sociais.

Em um mundo conectado, é natural que as pessoas procurem se relacionar, principalmente, com outras pessoas cujos interesses sejam comuns, ou seja, pessoas que compartilham ideias, crenças, posicionamentos... sobre os mais diferentes assuntos. Nesse caso, são criados grupos e/ou comunidades, no ambiente digital, sobretudo nas redes sociais, nos quais essas pessoas podem interagir entre si, como também compartilhar conteúdos de interesse dos grupos ou comunidades.

A Internet e, a partir dela, a possibilidade de interação por meio das redes sociais, sem dúvida, facilitou a circulação da informação, o contato entre as pessoas e, com isso, a comunicação

se tornou mais rápida e mais abrangente. No entanto, a despeito dos benefícios e facilidades que a tecnologia, principalmente a Internet, trouxe para a vida moderna, essa ferramenta também é utilizada, em alguns casos, para propagar a intolerância e os preconceitos diversos, frutos de visões de mundo distorcidas, de mentalidades equivocadas e de conhecimentos construídos com base no senso comum.

No vasto universo da estigmatização, os usos linguísticos também são alvo. Nas redes sociais, são recorrentes as postagens que envolvem usos linguísticos que se afastam da norma padrão e as avaliações negativas que tais usos recebem dos internautas. Tais postagens, de certa forma, acabam não considerando a variação linguística, reforçando alguns estereótipos envolvendo a língua e sua diversidade.

Há, inclusive, grupos e comunidades, nesses ambientes, criados especificamente em torno das questões da língua e de seus usos não padrão, como, por exemplo a página de humor, “Português da Depressão”, disponível na rede social Facebook. A página foi criada em 2014 e, no momento, conta com 2,4 milhões de seguidores.

O reconhecimento da variação linguística é de extrema importância, pois propicia uma compreensão referente à diversidade de normas existentes e contribui para o entendimento de que não há uma forma “certa” ou “errada” de falar. Na realidade, o que existe são diferentes variantes, as quais devem ser empregadas em consonância com o contexto no qual o sujeito está inserido, bem como considerando público alvo e objetivo pretendido na interação verbal.

Assim, este estudo pretende analisar postagens realizadas na página “Português da Depressão”, disponível na rede social Facebook, para verificar, a partir das atitudes linguísticas dos seguidores, manifestadas nos comentários postados, quais são suas crenças em relação aos usos linguísticos que não seguem as prescrições da norma padrão, a fim de que se identifique qual a concepção de língua que circula nesse ciberespaço das redes sociais.

NORMAS LINGÜÍSTICAS E VARIAÇÃO

A perspectiva estruturalista entendia a língua como um sistema homogêneo e invariável, que exclui qualquer elemento que seja exterior a ela. Dessa forma, todo o trabalho de descrição e análise se volta para o interior da língua, ou seja, para sua estrutura. Com isso, fatores não linguísticos, de natureza social, não são considerados na descrição dos fatos da língua. Para Alkmin (2006, p. 21), “[...] linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável”.

Assim, na década de 60, despontam estudos que procuram analisar os fatos da língua considerando a interferência de fatores sociais. Dentre eles, destaca-se a pesquisa pioneira, realizada por William Labov, na comunidade da ilha de Martha’s Vineyard, em 1963. Em seu estudo, Labov relacionou fatores sociais, (idade, sexo, ocupação, origem étnica etc), à realização de fenômenos linguísticos variáveis naquela comunidade. Com isso, surge uma vertente de estudos que se preocupa com o social da linguagem, a Sociolinguística, marcada pela interdisciplinaridade, uma vez que, segundo Alkmin (2006, p. 31), tinha como finalidade realizar pesquisas voltadas para “[...] as minorias linguísticas e para grupos sociais desfavorecidos”. A autora ainda reforça que a vertente se ocupa do

[...] estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos (Alkmin, 2006, p. 31).

Dessa forma, na Sociolinguística, o estudo da língua, analisada a partir de fatores linguísticos e não linguísticos (sociais), ocorre na “comunidade linguística”, isto é, um grupo de pessoas que compartilham e se comunicam seguindo um determinado conjunto de normas relacionadas aos usos da língua, o que Labov chama de

“comunidade de fala”. Cada comunidade tem seu modo distinto de fazer uso da língua, constituindo, assim, as “variedades linguísticas”, as quais atuam na formação do “repertório verbal” da comunidade de fala e, portanto, dos indivíduos que a integra.

Assim, nenhuma língua é homogênea, todas elas apresentam variações, que podem ocorrer por decorrência da origem regional do falante, ou de sua classe social, do lugar onde trabalha, sua escolaridade, idade ou sexo, classe social. Não é porque as escolhas linguísticas de um falante não são iguais às de outro falante que aquelas são erradas, ou devem ser desvalidadas, são apenas expressões diferentes. E, com base em Camacho (2006), essas expressões não são aleatórias, são sistemáticas, uniformes e regulares, ou seja, as variedades linguísticas, são na verdade, diferentes normas. Cada comunidade linguística possui a sua própria norma, que, de acordo com Faraco (2002, p. 39), deve ser entendida como “[...] um conjunto de formas lingüísticas” e “[...] um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas”.

O conceito de norma(s) está relacionado, portanto, à noção de padronização. De acordo com Faraco (2002), o termo “padrão” pode ser entendido de duas maneiras: como usos que são regulares (normais) ou como uma padronização linguística em determinados contextos, ou seja, um parâmetro definido a partir de uma língua ideal, marcada por certa artificialidade e que pretende controlar a heterogeneidade e a mudança linguística. Como explica Camacho (2011, p. 44), “[...] por razões históricas, de natureza cultural, política e ideológica, nem todas as variedades dialetais usadas em uma determinada comunidade são iguais em termos de sua aceitabilidade e, desse modo, uma delas é escolhida como a variedade-padrão”.

O que ocorre é que, como todos os outros campos da sociedade, as classes mais elevadas, definem que a variedade que deve ser considerada o padrão é aquela que eles empregam, o que é oficializado por gramáticas prescritivistas, que regulam o falar e o escrever e ditam o que pode ou não pode na língua. Isto se dá em virtude do poder simbólico que uma variedade da língua assume

ao ser usada como forma de controle sobre aqueles que não a dominam. Todavia, a norma padrão não passa de idealização, é muito difícil de ser alcançada por desconsiderar a diversidade linguística.

Aos estudos sobre variação linguística, no âmbito da Sociolinguística, somam-se pesquisas na área de Crenças e Atitudes linguísticas, uma vez que tais pesquisas procuram evidenciar as avaliações (positivas ou negativas) que os falantes fazem das variedades linguísticas, como também, as concepções formadas a respeito dessas variantes.

Segundo Silva-Poreli, Yida e Aguilera (2010, p. 124), “[...] crença refere-se a algo em que acreditamos como sendo uma verdade, mesmo que essa verdade não tenha nenhum valor empírico”. Aquilo em que os falantes creem deve ser levado em consideração, visto que, tudo que fazem ou como lidam com algo é respeitando e seguindo aquilo em que acreditam, seja do campo social ou linguístico. Segundo Barcelos (2007, p. 114), as crenças são sociais e paradoxais, “[...] ao mesmo tempo em que são sociais, as crenças também são individuais e únicas, porque cada pessoa assimila uma experiência de modo particular”. No que diz respeito à língua, aquilo que os falantes julgam certo e errado diz muito sobre eles mesmos, sobre como eles pensam, como enxergam o mundo e eles próprios.

As crenças são concretizadas na forma como as pessoas agem, em suas atitudes. Segundo Lambert e Lambert (1972, p. 78):

[...] Atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir.

Para a Sociolinguística, o conceito de atitude é importante ao estudar as variedades linguísticas, para avaliar o comportamento de falantes em contato com as variações da língua, uma vez que as

atitudes desses falantes e como eles se posicionam em relação à língua refletem as atitudes e posicionamentos que esses falantes têm em relação aqueles que a utilizam.

As classes prestigiadas, ao ditarem qual norma deve ser a padrão, estabelecem, também, quais são as variedades linguísticas que devem ser valorizadas ou estigmatizadas, portanto, atribuem prestígio ou não a uma variante, conforme suas crenças e avaliação. Com isso, surgem os preconceitos voltados aos usos linguísticos. Aqueles que não seguem os padrões impostos pelas classes de prestígio são ridicularizados, discriminados, taxados como incompetentes e ignorantes e têm seus usos linguísticos deslegitimados; para Bagno (2002, p. 60), “[...] essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão”. O preconceito linguístico, de acordo com o autor,

[...] está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. [...]. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua (Bagno, 2002, p. 19).

Portanto, no entendimento de Bagno, o preconceito linguístico decorre do equívoco de se tomar a prescrição normativa, definida a partir da norma padrão, como sendo a própria língua. Além disso, o preconceito linguístico manifesta, antes de tudo, o preconceito em relação ao próprio indivíduo. Quando uma variante linguística é estigmatizada, na realidade, o próprio indivíduo que utiliza tal variedade é que é estigmatizado. Para combater o dito preconceito linguístico, é necessário que a sociedade como um todo se conscientize de que a língua está sujeita à variação, ou seja, não é, e nem poder ser, empregada da mesma forma, em todas as situações.

INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

Para verificar quais são as Crenças e as Atitudes Linguísticas que circulam no contexto das redes sociais digitais, em relação aos usos linguísticos não prescritos pela norma padrão, foi realizado o estudo de um *corpus* constituído a partir de capturas de tela (*print screen*), da página de humor “Português da depressão”, disponível no Facebook, referentes a postagens que tinham como tópico questões da língua, mais especificamente, de usos considerados “errados”. A pesquisa tomou como recorte temporal o período de um mês de publicações, sendo que estas foram publicadas de 25 de abril de 2019 a 22 de maio de 2019.

Foram analisadas três postagens realizadas pelos administradores da página e os comentários feitos pelos seguidores da página, sendo priorizados aqueles que obtiveram um maior engajamento entre os usuários.

Com relação aos encaminhamentos metodológicos, o estudo proposto assumiu, predominantemente, uma abordagem qualitativa, uma vez que as pesquisas qualitativas tomam como base conhecimentos teórico e empíricos que possibilitam atribuir cientificidade à análise dos dados obtidos durante a investigação. Dessa forma, nessa abordagem, o principal objetivo consiste em identificar o significado que os resultados apresentam, a partir da percepção de um determinado fenômeno em seu contexto.

Embora a perspectiva metodológica assumida, neste trabalho, tenha sido a abordagem qualitativa, foi empregada também a abordagem quantitativa, para auxiliar na análise dos dados, como, por exemplo, questões relacionadas ao sexo dos seguidores da página. Os resultados obtidos foram apresentados em gráficos para melhor visualização e compreensão dos dados.

FACEBOOK

O Facebook foi fundado em 2004 e com o passar dos anos a plataforma tornou-se sinônimo de mídia social. O Brasil é o terceiro

país do mundo com maior número de usuários na rede social (atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos), mais de 102 milhões de brasileiros se conectam na plataforma todos os meses. Em novembro de 2017, o Facebook tinha mais de 2 bilhões de usuários ativos por mês pelo mundo, destes, quase um bilhão e meio acessava a plataforma todos os dias. A mídia social tem mais de 510.000 comentários e 136.000 fotos postadas a cada 60 segundos. Segundo a página oficial do Facebook, “O Facebook se tornou um espaço de descoberta, informação, encontros e reencontros. Um lugar onde as pessoas se conectam com amigos e familiares, compartilham momentos e buscam por conteúdos de seus interesses”.

A PÁGINA “PORTUGUÊS DA DEPRESSÃO”

A página “Português da Depressão” inserida no Facebook, apresenta um total de 2.409.525 curtidas, isto é, pessoas que recebem os conteúdos postados pela página em seus *feeds*.

A página humorística carrega em seu nome o termo “depressão” utilizado por inúmeras outras páginas com contexto desprendido do sentido denotativo do vocábulo. Surgiu em meio às mídias sociais digitais a utilização da palavra “depressão” associada a um humor autodepreciativo; segundo o TILT, página da UOL responsável por assuntos relacionados à tecnologia, “A fórmula é simples: depressão (só no nome) + personagem engraçado (ou famoso) + ironias. Com ela, diversas páginas surgem e se popularizam cada vez mais na rede social, fazendo piada com a desgraça (nem sempre alheia)”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentadas as análises de três postagens realizadas pelos administradores da página “Português da Depressão” e os comentários feitos pelos seguidores, na referida página. Na figura 1, vemos a postagem de um indivíduo

denominado “Magnasilva”, o qual enuncia a frase: “Q foi soltero mim xama no zap”.

Figura 1 – Postagem 1

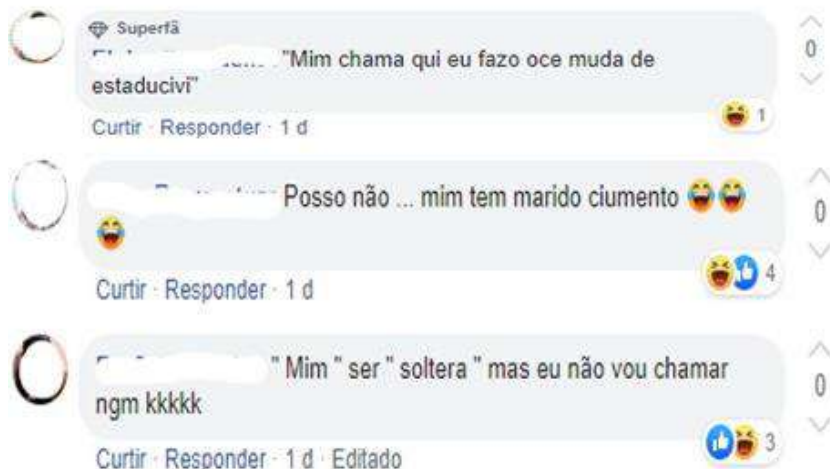


Fonte: página Português da Depressão no Facebook¹.

Os comentários que seguem à publicação tematizam, principalmente, o uso do “mim” como sujeito da oração, o que é condenado pelas prescrições normativas. De acordo com a gramática tradicional, o pronome “mim” deve exercer, apenas, a função de objeto indireto, por ser um pronome oblíquo tônico. Os seguidores destacam o emprego do pronome “mim” empregado como sujeito, contrariando as prescrições da gramática normativa, que proíbem tal uso. É possível perceber certa ironia nos comentários, que condenam a forma como o pronome foi empregado, com a finalidade de ridicularizar tal uso e, conseqüentemente, o sujeito que o empregou “indevidamente”, como se verifica nos três comentários presentes na Figura 2, a seguir:

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/PortuguesDaDepressao/photos/a.312913358786837/2381116561966496/>. Acesso em: 23 set. 2019.

Figura 2 – Comentários sobre o uso do “mim”



Fonte: compilação dos autores².

A situação em questão mostra uma atitude, de certa forma, preconceituosa dos seguidores da página em relação a usos não previstos pela prescrição normativa. O preconceito também fica evidente quando os seguidores compraram o uso do pronome “mim” com o modo de falar dos indígenas, no qual, às vezes, aparece emprego semelhante, como é possível verificar nos comentários apresentados a seguir na Figura 3:

² Montagem elaborada pelos autores a partir de imagens coletadas na página Português da Depressão.

Figura 3 – Comentários satirizando o falar indígena



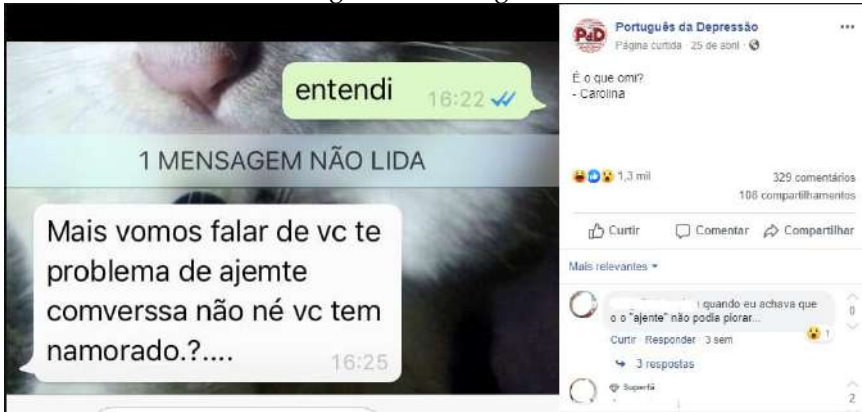
Fonte: compilação dos autores.

Os comentários que constituem a Figura 3 são indícios de que os seguidores da página estereotipam as variações que fogem à prescrição normativa. Além disso, esses seguidores estabelecem uma relação negativa e preconceituosa entre emprego do pronome “mim” como sujeito e o falar dos indígenas, como se esse falar fosse “inferior”. Isso demonstra que o preconceito linguístico se estende àqueles que fazem uso de variedades não prestigiadas, quando satirizam sua forma de enunciar.

Por fim, é importante destacar também que, no enunciado em questão, há outra forma que remete à variação: o enunciador emprega a forma “soltero” no lugar do substantivo “solteiro”. Nesse caso, ocorre a monotongação, fenômeno fonético muito frequente no Português Brasileiro (PB), presente, inclusive, na fala de sujeitos escolarizados. Tal fenômeno, sequer, foi mencionado nos comentários analisados. Ou seja, o que sofre estigma, de fato, são as variedades relacionadas a grupos minoritários.

A postagem 2 retratada um *print* de uma conversa retirada da mídia social WhatsApp em que ocorre um diálogo entre duas pessoas. O objetivo da postagem é destacar o enunciado: “Mais vomos falar de vc te problema de ajemte comverssa não né vc tem namorado.?....”.

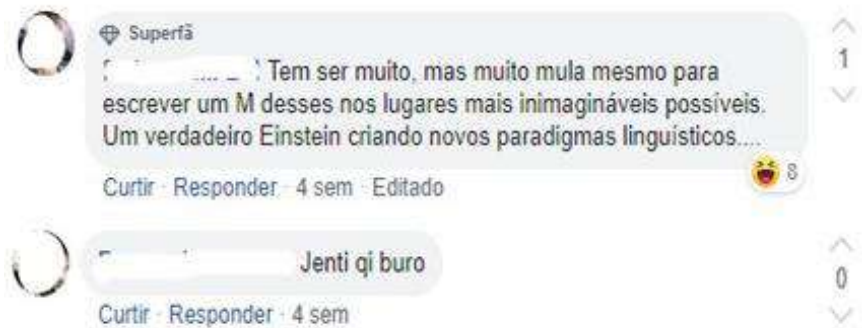
Figura 4 – Postagem 2



Fonte: página Português da Depressão no Facebook³.

Ao se depararem com desvios ortográficos, os seguidores da página fazem comentários como os da Figura 5, que classificam aquele que escreve a mensagem sem seguir as regras ortográficas como uma pessoa com pouca inteligência:

Figura 5 – Comentários sobre intelecto



Fonte: compilação dos autores.

Observe que, no primeiro comentário, o seguidor, além de criticar os desvios ortográficos, procura legitimar sua crítica ao se

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/PortuguesDaDepressao/photos/a.520793924665445/2339210942823725/>. Acesso em: 28 set. 2019.

mostrar “entendido” dos assuntos da linguagem, ao empregar a expressão “novos paradigmas linguísticos”. Embora desvios ortográficos sejam considerados erros, de acordo com Bortoni-Ricardo (2006), é preciso considerar que muitos desses erros ocorrem por falta de familiaridade do sujeito com convenções ortográficas e/ou por motivação fonética. No caso do “mais”, objeto dos comentários, por exemplo, temos tal situação: na oralidade, dificilmente o falante faz distinção entre a conjunção “mas” e o advérbio “mais”, em virtude da ditongação, fenômeno bastante frequente no PB. Ainda com relação à postagem, existem usuários que não consideram como Português aquilo que o falante enunciou, como é possível observar nos comentários expostos na Figura 6:

Figura 6 – Comentários sobre o idioma



Fonte: compilação dos autores.

Na postagem analisada, houve desvios em relação à ortografia, como já foi mencionado. No entanto, tais desvios, de forma alguma, prejudicaram a inteligibilidade do enunciado. Logo, comentários do tipo: “...não falo sua língua.”, ou “Vamos falar em português”, indicam o preconceito dos seguidores e seu preciosismo em relação à língua. Como diz Bagno (2002, p. 56) “[...]”

qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, pela ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que ‘isso não é português’.

Esses comentários demonstram nitidamente a atitude preconceituosa que esses seguidores apresentam em relação àqueles que não seguem as formas padrão, independente do contexto em que a fala tenha circulado. Espera-se que, em ambientes menos monitorados como chats e páginas de lazer, nas redes sociais, seja natural ocorrerem mais desvios do considerado padrão, dada a natureza informal desses ambientes.

Há, ainda, aqueles que comentam sobre a escola e o professor, apresentando uma crença de que o papel do professor é utilizar as formas padrão e ensinar como se deve escrever “corretamente”, como apresenta a Figura 7:

Figura 7 – Comentários sobre o papel do professor e da escola



Fonte: compilação dos autores.

A discussão acerca do uso do pronome “a gente” sendo empregado como “agente” é uma das discussões linguísticas recorrente nos meios sociais digitais. Nessa postagem, temos como exemplo o primeiro comentário da Figura 8, que critica o uso da forma “ajente” por aquele que o enunciou, e o segundo comentário que ironiza esse uso:

Figura 8 – Comentários sobre o uso do "a gente"



Fonte: compilação dos autores.

Há postagens em que os usuários dizem perder o interesse em pessoas que não respeitam as regras gramaticais, como expressam os comentários da Figura 9:

Figura 9 – Comentários sobre relações afetivas



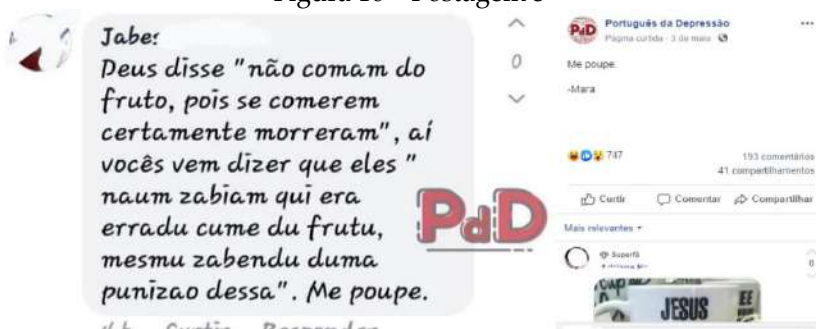
Fonte: compilação dos autores.

Como é possível verificar nos três comentários presentes na Figura 9, os seguidores trazem para o campo das relações afetivas questões de linguagem. Nesse caso, o emprego de formas linguísticas, conforme as prescrições normativas, interfere nessas relações. Tal atitude é bastante significativa, pois, embora se trate de uma postagem que ocorre em uma situação específica, num ambiente específico, o que está sendo valorizado é o emprego de formas padrão. Essa situação reforça a atitude prescritivista dos seguidores da página em seus comentários. Ao rechaçar usos linguísticos não prestigiados, estão sendo rechaçados os indivíduos

que os empregam, classificando-os, indiretamente, como ignorantes e, por isso, não atraentes.

A última postagem analisada (Postagem 3, Figura 10) conta com a publicação de um *print* de um comentário com conteúdo voltado ao universo religioso, no qual a pessoa utilizou uma grafia difetente do padrão ortográfico e que não seria aceita como “correta”, segundo as convenções da ortografia oficial e da escrita formal.

Figura 10 – Postagem 3



Fonte: página Português da Depressão no Facebook⁴.

Embora tenha sido empregada uma ortografia diferente, algumas das ocorrências são vastamente empregadas por internautas, como a utilização do “naum” ao invés do “não” e o “qui” no lugar do “que”, que aproxima a escrita da realização oral. Além disso, o autor da postagem emprega a consoante Z, em palavras que apresentam letras com som de [s], como, “sabiam”, grafada como “zabiam” e “punição”, grafada como “punizão”. Não é possível saber, ao certo, a razão dessas ocorrências, talvez uma possível justificativa seja um distúrbio articulatório da realização do fonema /s/, que apresenta características articulatórias semelhantes à do fonema /z/, com exceção do vozeamento das cordas vocais neste último. Além disso, os usuários fizeram piadas voltadas à nasalização, isto é, utilizaram de

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/PortuguesDaDepressao/photos/a.312913358786837/2350569351687884/>. Acesso em: 28 set. 2019.

um aspecto fonológico para zombar daquele que enviou a mensagem, como se verifica nos comentários presentes na Figura 11:

Figura 11 – Comentários relacionados à nasalização



Fonte: compilação dos autores.

É interessante observar que, nos referidos comentários, não há nenhuma referência a outros fenômenos que também estão presentes na postagem. Há, por exemplo, o emprego da forma “morreram” (pretérito perfeito), no lugar de “morrerão” (futuro do presente), o que é muito comum acontecer, haja vista a semelhança fônica das duas desinências verbais. Além disso, ocorre a não concordância do verbo “vem” com o sujeito e o alçamento das vogais /e/, para /I/, como em “qui” e /o/ para /U/, como em “erradu”, “frutu”. Tanto a concordância como alçamento das vogais são fenômenos muito frequentes no PB e, nas postagens analisadas, não sofreram qualquer estigmatização.

Alguns comentários, como os apresentados pela Figura 12 eram de seguidores que lamentavam ser alfabetizados e ter de ver tais “erros”, mostrando uma atitude de repulsa para com aqueles que não seguem as regras gramaticais prescritas pela gramática tradicional:

Figura 12 – Comentários sobre alfabetização



Fonte: compilação dos autores.

Quando os seguidores marcam o fato de serem escolarizados, eles assumem uma atitude arrogante em relação aos que não são escolarizados. Com isso, fica evidente que a valoração negativa que alguns usos linguísticos recebem é resultado da avaliação que é feita do próprio falante que os realiza. Ou seja, algumas formas linguísticas que não estão de acordo com as prescrições normativas são estigmatizadas porque remetem a falantes não escolarizados e/ou de classes sociais não prestigiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir, a partir das análises do *corpus* acima apresentadas é que os usuários do Facebook que acompanham a página “Português da Depressão”, autodenominada como humorística e voltada à educação, revelam crenças voltadas para o reforço das prescrições da gramática normativa e da norma padrão como ideal linguístico. Tais crenças são perceptíveis por meio das atitudes linguísticas manifestadas nos comentários dos usuários, os quais desconsideram as variedades linguísticas e escancaram o preconceito que recai sobre elas e sobre os seus falantes.

Desta forma, com base nas análises realizadas, os usuários da página possuem uma concepção de língua purista, que julga determinados desvios da norma padrão são como inadmissíveis, sem considerar, por exemplo, a situação em que tais mensagens possam ter sido enunciadas e o grau de formalidade que fora exigido para tal. A visão dicotômica de “certo” e “errado” empregada pelas gramáticas do bom falar e escrever é tida como verdade, é a regra que os usuários

seguem e desejam impor que todos os outros falantes sigam, ridicularizando aqueles que a violam.

Basicamente, o humor que envolve a página está fortemente relacionado ao Preconceito Linguístico. Os comentários humorísticos, de certo modo, ferem, em algum grau, alguma comunidade linguística que não segue a norma padrão. Além disso, alguns usuários creem serem superiores por dominarem tal variedade e sentem-se mais cultos por entender o humor das publicações, mesmo que estas sejam preconceituosas. É visível nas postagens analisadas, principalmente na segunda, um preconceito social gigantesco para com os povos indígenas brasileiros. Segundo Alkmim (2006, p. 45), “[...] a não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo.”

Assim sendo, este estudo procurou mostrar como uma página que poderia estar contribuindo para o combate ao preconceito linguístico e às questões sociais e raciais que a ele estão relacionadas, acaba por reforçar tantos estereótipos e crenças e atitudes relacionadas ao prescritivismo e ao normativismo.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. M. Sociolingüística – parte 1. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1, p. 21-47.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 15. ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BARCELOS, A. M. F. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007.
- BORTONI-RICARDO, S. M. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. *In*: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (org.).

Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 267-288.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística – parte 2. *In:* MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística:** domínios e fronteiras. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1, p. 49-75.

CAMACHO, R. G. Norma culta e variedades linguísticas. *In:* UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Caderno de formação:** formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 11, p. 34-49.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In:* BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.

LAMBERT, W. W; LAMBERT, W. E. O significado Social das atitudes. *In:* LAMBERT, W. W; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social.** Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

SILVA, F. B.; BOTASSINI, J. O. M. Crenças e Atitudes Linguísticas: o que pensam os alunos de Letras sobre o ensino de Língua Portuguesa. **Letras & Letras**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 61-85, dez. 2015.

SILVA-PORELI, G. A.; YIDA, V.; AGUILERA, V. A. Crenças: considerações do alunado em relação ao ensino de Língua Portuguesa. **Entretextos**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 123-139, jan./jun. 2010.

Mídia(s), Cultura e Política

**GENDER SWAP E INTERTEXTUALIDADE:
O SER HOMEM E O SER MULHER NOS FILMES UM SALTO
PARA A FELICIDADE E HOMEM AO MAR**

Edson Carlos Romualdo
Sônia Berveglieri

INTRODUÇÃO

Com a incidência cada vez mais frequente do desenvolvimento das tecnologias digitais, novas formas de produzir e consumir produções textuais são mobilizadas. Vivenciamos um momento de inegáveis mudanças sociais, culturais, tecnológicas ou virtuais, as quais não se podem mais reverter. No âmbito dessas novas tecnologias, o indivíduo tem a possibilidade de formas de comunicação que antes não eram viáveis.

Jenkins (2009) trata a respeito da “cultura da convergência”, em que, por meio da digitalização, é possível novas formas de produções, bem como outros modos de o indivíduo consumir os meios de comunicação que fazem essas produções. Conforme o autor, esse processo permite a convergência entre antigas e novas mídias, permitindo interação do poder da mídia corporativa e do poder do consumidor. Assim, esse consumidor, que antes tinha apenas um papel passivo de receber as produções realizadas, pode agora, de maneira ativa, veicular formas alternativas de novas produções.

Reis (2012), por sua vez, revela que é possível observar um ciclo produtivo (e reprodutivo) que se origina do produto cultural. Os indivíduos utilizam chats, e-mail, blogs e páginas pessoais (Twitter/X, Facebook, Instagram, Youtube etc.) para produzir e reproduzir informações livremente. Essa relação expõe um fenômeno crescente de assimilação direta e objetiva dos bens culturais da indústria cultural e da cultura de mídia, em sua maioria por fãs, apreciadores e aficionados que têm um

significativo acesso a instrumentos adequados para ajudá-los a produzir e distribuir materiais alternativos.

Dentre as várias possibilidades de fenômenos que podem surgir a partir da participação dos fãs, um tem chamado a nossa atenção: é o *gender swap*¹ (Romualdo; Berveglieri, 2022). Esse fenômeno consiste na mudança do sexo biológico de uma personagem de ficção ou identidade de gênero, permitindo, assim, que uma personagem masculina, em um texto fonte, torne-se uma personagem feminina em uma releitura e vice e versa. Essa prática também pode ser vista em desenhos animados, *games*, *animes*, mangás, séries de TV, na transmidialidade livro/filme e no cinema.

A partir desse cenário, e com a finalidade de delimitação, em vista das várias possibilidades, este trabalho tem por objetivo realizar um estudo teórico-analítico de dois textos fílmicos: *Um salto para a felicidade* (1987) e *Homem ao mar* (2018). Eles estabelecem uma relação intertextual explícita, em que este pode ser visto como um *remake* daquele. Nessa relação intertextual, observamos a redefinição de papéis masculinos e femininos por meio da ocorrência do fenômeno *gender swap*. Há uma tendência cinematográfica que aproveita o momento sócio-histórico pelo qual estamos passando para trabalhar essa troca de gêneros. Assim, a partir da análise dos protagonistas dos filmes, observamos como se coloca a ocorrência do ser mulher e do ser homem nos dois textos, discutindo possíveis temáticas sobre esses papéis/funções/características na sociedade atual, predominantes nesses filmes a partir do fenômeno investigado.

Com base na Teoria do Texto e da linguagem cinematográfica, consideramos marcas significantes deixadas na superfície textual para entender como ocorre o tratamento dado ao feminino e ao masculino nos dois filmes, mais especificamente no âmbito público e doméstico.

¹ Utilizamos o termo em língua inglesa, pelo fato de ele assim se apresentar em artigos sobre cinema publicados em outras línguas, já se caracterizando, a nosso ver, como um anglicismo.

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NOS TEXTOS

Entendendo o texto não como um produto acabado, mas como um processo que decorre de operações comunicativas e práticas sociocomunicativas, Fávero (2007) postula que existem vários fatores cognitivo-discursivos na construção de um texto. Esses fatores sociocognitivos vão deixar marcas na unidade textual que serão responsáveis pela produção de sentido. Dessa forma, segundo a autora, cabe ao produtor do texto deixar pistas para que esse objeto seja compreendido, configurando, assim, um processo de ação e interação entre os interlocutores. Assim, é por meio de marcas textuais deixadas, inferências realizadas, bem como o reconhecimento de referências a outros textos, por intermédio da intertextualidade, usadas pelo produtor textual, que o interlocutor acionará seus conhecimentos para chegar aos sentidos de uma unidade textual.

Em um texto, neste trabalho, especificamente o multissemiótico (filme), devemos considerar todos os elementos ativados em uma cena como pistas para a construção de sentidos. Quando se trata de linguagem cinematográfica, é preciso considerar, além do poder das imagens, o conjunto das mensagens cujo material de expressão compõe-se de cinco pistas ou canais: “[...] a imagem fotográfica em movimento, os sons fonéticos gravados, os ruídos, o som musical e a escrita, como os créditos, intertítulos, materiais escritos no plano” (Stam, 2003, p. 132). Além disso, deve-se atentar para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória dos interlocutores. Eles contribuem para a elaboração das inferências que auxiliam na efetivação dos sentidos do texto. Desse modo, em se tratando de linguagem cinematográfica, deve-se considerar a *mise-en-scène*, ou seja, é preciso atentar para as marcas textuais, como o cenário, a iluminação, a decoração, os adereços, a maquiagem, a fala das personagens, os gestos, o comportamento, os gostos, o vestuário, o espaço onde as cenas são ambientadas, entre outros. Esses são os elementos que consideramos em nossa análise, a fim de entender

como ocorre o tratamento dado ao ser mulher e ser homem no espaço público e doméstico nos dois filmes estudados.

O FENÔMENO *GENDER SWAP* EM UM SALTO PARA A FELICIDADE (1987) E HOMEM AO MAR (2018) – O PÚBLICO E O DOMÉSTICO NA VIDA DO HOMEM E DA MULHER

O filme *Um salto para a felicidade*, título original *Overboard*, foi lançado nos Estados Unidos em 1987. É dirigido por Garry Marshall e o roteiro é de Leslie Dixon. O texto fílmico narra a história de Dean Proffitt (Kurt Russell), marceneiro, viúvo, pai de quatro filhos. Tem o sonho de fazer um projeto e conseguir investimento para a construção de um campo de golfe em miniatura. Encontra-se em dificuldade financeira e é imaturo no tratamento com os filhos. O protagonista é contratado pela milionária e esnobe Joanna Stayton (Goldie Hawn) para fazer seus serviços de marcenaria em seu barco de luxo, enquanto passa por consertos mecânicos. No entanto, Joanna maltrata, discute, empurra-o ao mar, juntamente com as ferramentas de trabalho dele, e deixa o rústico marceneiro sem o pagamento. Em uma noite, ela cai de seu luxuoso iate, bate a cabeça e fica com amnésia. É abandonada pelo marido em um hospital que vê nisso uma oportunidade para se divertir com festas e mulheres. Dean, por sua vez, enxerga a possibilidade de se vingar e cobrar o que a milionária lhe devia. Para isso, convence-a de que é seu marido e mãe de seus quatro filhos, obrigando-a a viver, inicialmente, uma vida de cansativa rotina doméstica, sem qualquer tipo de luxo.

Homem ao mar, cujo título em inglês é também *Overboard*, por sua vez, caracteriza-se igualmente como uma comédia romântica produzida nos Estados Unidos. É dirigido por Rob Greenberg. O roteiro foi escrito por Greenberg, Bob Fisher e Leslie Dixon. Esta película é o *remake* do filme de 1987 de mesmo nome (*Overboard*); no Brasil, *Homem ao mar* (2018). A mudança significativa entre as produções se deve ao *gender swap*, com a troca de sexo das personagens. O *remake*, por sua vez, expõe a história de Kate

Sullivan (Anna Faris), uma mulher trabalhadora, viúva e mãe de três filhas. Na difícil missão de se manter e de sustentar suas filhas, ela trabalha como entregadora de pizzas, limpadora de carpetes e, ainda, estuda nos intervalos, para passar em um concurso na área de enfermagem. Ela corresponde ao *gender swap* de Dean, protagonista do texto-fonte.

Paralelamente, temos, também, a história de Leonardo Montenegro – Leo (Eugenio Derbez). Ele refere-se ao *gender swap* de Joanna, a protagonista do texto original. Montenegro é filho de um bilionário mexicano da construção civil, possui um iate luxuoso, em que era dado a desfrutar sua fortuna com bebidas e com mulheres pelas águas do pacífico. Após um dos seus momentos de divertimento com amigos, Kate é chamada pelo mordomo para limpar os tapetes do barco. Leonardo e Kate se conhecem. A protagonista presencia a arrogância e a vida devassa de Montenegro, cercado de lindas mulheres e muita bebida. Ao exigir que Kate fizesse tarefas que não eram dela, os dois discutem. Na briga, Kate é empurrada ao mar com seu equipamento de limpeza, causando imenso prejuízo, deixando-a indignada e com muito ódio daquele homem. À noite, daquele mesmo dia, Leonardo, em uma de suas diversões, cai do barco. No outro dia, aparece na praia e está com amnésia. Kate, assim como no texto original, e com incentivo da amiga e patroa Theresa, enxerga nessa situação uma possibilidade de vingança, mas também de fazê-lo pagar o que lhe devia. Ela faz dele seu “marido”, “pai” de suas três filhas e submete-o a serviços braçais e domésticos.

Ao emprendermos a análise comparativa entre esses dois textos fílmicos, notamos a intertextualidade explícita convergente entre eles, além disso observamos que o *remake* se mantém semelhante ao original no encadeamento dos fatos narrados. Entretanto, em relação à composição das personagens são produzidos rearranjos em função da ocorrência do *gender swap*, apresentando, assim, elementos novos, mas que respeitam a versão original, por conseguinte, mantendo uma relação intertextual das semelhanças.

Quando, por intermédio de marcas textuais, confrontamos Joanna e Leonardo, notamos que características composicionais dessas personagens são mantidas, como o esnobismo inicial, a valorização de coisas supérfluas, o caráter insuportável e exigente, a falta de empatia com as pessoas a sua volta. Depois, com amnésia, vemos que se adaptam à nova condição de vida, humanizam-se e passam a cuidar dos que estão a sua volta (marido/filhos; esposa/filhas) e, por fim, de volta à antiga vida, vão passar por um processo de reflexão, para entenderem que aquela vida anterior não cabia mais a eles, fato que permite, aos respectivos protagonistas, voltarem para a pessoa amada, resignificando suas vidas.

Ao compararmos Dean Proffit (Kurt Russel) com seu *gender swap* Kate Sullivan (Anna Faris), notamos que esta é também viúva e mãe de três filhas, trabalha em dois empregos, não tem tempo para se divertir. Porém, ao contrário de Dean, é firme na educação das filhas. Ela exerce funções que são remuneradas com baixos salários, obrigando-a a trabalhar nos dois empregos. A protagonista, até ali, contava com a ajuda da mãe para cuidar das garotas. Ela vê nos estudos uma forma de melhorar de vida, para sair da condição difícil na qual se encontrava. Para Federici (2019, p. 69), adquirir um novo trabalho não desobriga as mulheres do primeiro. Para a autora, ter dois trabalhos significa menos tempo para elas, como também possuir ainda menos tempo e energia para se impor a ambos. Segundo a autora, o tempo de trabalho dos homens diminuiu na última década; já o da mulher, aumentou ainda mais que no passado. Ela afirma que “[...] isso acontece particularmente entre as mulheres chefes de família e as mulheres com salários baixos, que muitas vezes são obrigadas a fazer bicos para poder pagar as contas” (Federici, 2019, p. 109).

Kate representa essa mulher do século XXI, depois de algumas conquistas dos movimentos feministas, é uma mulher sobrecarregada, estressada com o cuidado com a casa, com os filhos e com o trabalho fora do contexto doméstico. Assim, ela acumula tarefas em casa e fora dela. Com isso, é uma mulher sem tempo para

cuidar de si e de seus interesses pessoais, para sua diversão, o que pode ser observado na cena a seguir, na Figura 1:

Figura 1 – Kate insiste com sua patroa e amiga, Theresa, que não tem tempo para diversão



Fonte: filme *Homem ao mar* (2018).

Nessa cena, em plano fechado, Kate é a que está enquadrada no campo, usando uniforme do local onde trabalha, e Theresa (Eva Longoria), que está no contracampo, é a patroa e amiga. Ela sugere para a protagonista deixar um determinado cliente por último para que pudesse investir em uma conversa, já que os dois estavam solteiros. No entanto, Kate prontamente recusa essa ideia, justificando que não tinha tempo para divertimento, confirmando a sobrecarga sobre essa mulher.

Após o episódio catastrófico vivido no barco, de volta para casa, Kate vê-se sem pagamento, sem os equipamentos de limpeza, despedida desse trabalho, ainda por cima, pregado na porta, um aviso de despejo caso ela não pagasse o aluguel em duas semanas. Além disso, há o agravante de sua mãe não poder cuidar mais de suas filhas, pois decide, tardiamente, dedicar-se ao teatro. Dean, no texto-fonte tem igualmente problemas financeiros, somando-se a isso, ao receber a visita da diretora do colégio, a qual é recebida com travessuras pelos garotos, arruma mais uma preocupação. A diretora, diante do tratamento recebido, exige dele providências, do contrário iria notificar as autoridades. Assim, observamos que a

ocorrência desses eventos, nos dois textos, surge como justificativas para que, respectivamente, Dean e Kate assumissem o risco de enganar seus pares.

Desse modo, em *Um salto para a felicidade* (1987), Annie/Joanna, depois de ser resgatada no hospital com amnésia, vai para casa com Dean. Ela fica horrorizada com a residência dele. Era um ambiente em completo abandono; nesse momento, a trilha sonora instrumental sugere uma cidade fantasma. Assim, no que se refere ao operador espaço fílmico, entendemos que este se constitui em um elemento fundamental para a narrativa do texto.

O mesmo recurso é utilizado em *Homem ao mar* (2018), com o *gender swap*. Na *mise-en-scène* inicial, há bicicletas, bola pelo quintal, caixas etc. No telhado, há um plástico para defender a casa de uma possível chuva. Na área da frente, há um amontoado de coisas, denunciando a falta de tempo para a organização.

Nesse sentido, à medida que as relações entre Joanna e a família de Dean, bem como Leonardo com a de Kate vão se estreitando, é também possível perceber, em um processo metomínico, que as mudanças no lugar vão sendo impostas. Em *Homem ao mar* (2018), por exemplo, em uma das cenas em que Kate está nervosa com Emily, sua filha mais velha, Leo desvia a atenção dela ao informar que chamou os colegas para o ajudarem a consertar o vazamento. Ele avisa também que havia comprado almofadas, porque o sofá precisava de cor. Essa harmonia e organização podem ser conferidas na Figura 2:

Figura 2 – Kate questiona Leonardo sobre a arrumação da casa; ele avisa que tinha comprado até almofadas para dar um colorido ao sofá



Fonte: filme **Homem ao mar** (2018).

Em *plongée*, da perspectiva de Kate, que está no contra-plano, vemos Leonardo entre Molly e Olivia, em um momento de descontração. Ele informa satisfeito a respeito da organização da casa. Desse modo, Leonardo consegue organizar a casa, não só em atividades tidas como do ser homem na sociedade patriarcal, como consertar o telhado, mas também naquelas consideradas mais do ser mulher, como a de organizar e a de decorar a casa.

Em *Um salto para a felicidade* (1987), por sua vez, Joanna é colocada em uma rotina que a leva à exaustão. Ela prepara lanches para os meninos, cuida dos cachorros e, ao som de *Jim Dandy* (*Wright Brothers*), inicia a faxina. São sequências de cena em que aparece fazendo atividades relacionadas aos cuidados do lar. Ao som da música e, em um ritmo frenético, empregado pelo recurso de câmera, vai fazendo as atividades domésticas: lavar, passar, juntar uma quantidade enorme de lixo por toda a casa, cozinhar, servir etc.

Desse modo, a protagonista é inserida no universo doméstico, cabendo a ela não somente cuidar dos filhos de Dean, mas também fazer todas as tarefas da casa sem contar com nenhuma ajuda dos integrantes masculinos. De acordo com Hirata e Zarifian (2009), a noção de trabalho doméstico está associada às relações afetivas de família. Baseando-se nas ideias de Chabaud-Richter *et al.* (1985),

revelam que esse trabalho está ligado à “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres. De acordo com os autores, essa seria a forma de expressar o amor no espaço “privado”, a partir de ações repetidas no dia a dia para manutenção do lar e para a educação dos filhos, atividades, durante muito tempo, atribuídas, exclusivamente, às mulheres.

Federici (2019), por sua parte, em um posicionamento a favor de uma remuneração para o trabalho doméstico, pois só dessa forma ele será reconhecido, valorizado, visto que, segundo ela, contribui para a cadeia produtiva, argumenta que o capital fez crer que o trabalho doméstico é “um trabalho de amor”.

Seguindo a lógica de colocar o trabalho doméstico como um ato de “amor”, Alves e Pitanguy (1985) expõem que foi a partir do final da guerra e o retorno da mão de obra masculina aos postos de trabalho que a ideologia que considera a diferença dos papéis por sexo, a que atribui à condição feminina o âmbito doméstico é reacendida, tirando a mulher do mercado de trabalho, dando mais espaço para os homens. Essa ideia foi fortemente validada pelos meios de comunicação, destacando a imagem de “rainha do lar”, estimulando a mistificação do papel da dona de casa, esposa e mãe. Desse modo, podemos observar que, embora os movimentos feministas tenham conseguido algumas conquistas no momento da realização deste filme, a personagem Joanna é mantida no espaço doméstico. Com a amnésia da personagem, a aceitação dessa condição passa a ser natural, reafirmando a ideia de que o espaço da mulher é o doméstico, tanto que ela tem êxito em suas tarefas. No decorrer do texto, podemos conferir o sucesso dela na organização da casa, na educação dos “filhos” e na transformação do “marido” em um homem mais compreensivo.

Observamos, por meio das marcas textuais verbo-visuais, que Joanna apresenta, no início, dificuldade de lidar com toda essa situação. No entanto, ela passa a dominar suas tarefas domésticas, bem como as responsabilidades no que diz respeito à vida escolar dos “filhos”. Isso pode ser conferido quando a protagonista é chamada pela diretora até a escola. Esta tenta desqualificar “os

meninos” e o “marido” da protagonista. Porém, Joanna sai em defesa deles e chama a atenção da educadora por ela não ter notado que eles estavam doentes, com alergia. A partir daí, a protagonista vai incorporando cada vez mais as tarefas próprias da casa e de ser mãe, conforme podemos notar a partir da Figura 3:

Figura 3 – Joanna ensina Joey a ler



Fonte: filme **Um salto para a felicidade** (1987).

Na imagem, em plano médio fechado, Joanna está em um ambiente todo organizado, sentada em uma poltrona, vestida de forma despojada e com o filho mais novo de Dean no colo, Joey. Depois do episódio da escola, ela descobre que o garoto não sabia ler, desse modo, ela toma para si também a tarefa de o ensinar.

Mantendo as relações intertextuais de semelhança, no *remake* *Homem ao mar* (2018), Montenegro, de forma semelhante, é submetido a uma rotina cansativa de atividades. Durante o dia, o protagonista é colocado em intenso trabalho braçal na construção civil. Após isso, ao chegar do trabalho, completamente extenuado, Kate, assim como fez Dean, apresenta uma lista de tarefas de casa para serem cumpridas por ele. Dessa forma, Leo teria que cumprir o segundo turno com as tarefas domésticas, como: lavar, passar, limpar, cozinhar, recolher o lixo. Com o passar do tempo, Leonardo Montenegro, da mesma forma que Joanna, adapta-se àquela situação.

Além disso, assim como Joanna, Leonardo começa a desenvolver um vínculo afetivo com as meninas. Ele vai suprindo a falta da figura paterna sentida por elas. Como um pai zeloso, ao ver a suposta filha mais nova, Molly, sentada na grama e desanimada, descobre que ela não sabia ainda andar de bicicleta sem rodinhas, tarefa que toma para si. Além disso, participa dos jogos de Olivia, que era uma praticante de futebol americano. Por fim, em relação à “filha” mais velha, Emily, precisou ajudá-la com seus problemas de autoestima.

Estudos de Navarro (2008) e de Bonácio (2009) apontam para a constituição de sentidos a respeito do que é estabelecido como um “novo homem”. Esses estudos apresentam-no como um indivíduo preocupado com a estética, com as tarefas domésticas e com o cuidado com os filhos, desconstruindo, dessa forma, a imagem arraigada por muito tempo em nossa sociedade de um homem machista, guiado por um sistema patriarcal. Essa ideia também é corroborada por Brito e Tavares (2017, p. 5):

[...] ao longo da história da humanidade, o homem aparece como o responsável pelo provimento econômico da família, enquanto a mulher é vista como cuidadora, destinada aos cuidados domésticos e familiares. No entanto, o que se percebe atualmente é uma desconstrução desses padrões há muito arraigados na sociedade.

Ainda de acordo com as autoras, a definição de masculinidade não se restringe ao físico e biológico. Para elas, trata-se de uma construção social relacionada a questões de espaço, tempo e cultura, uma vez que essa definição está sujeita a mudanças sócio-históricas. Argumentam que a sociedade molda e impõe modelos de homem e mulher ao longo da história. Dessa forma, a partir das conquistas iniciadas principalmente com os movimentos feministas da década de 1960, o homem também foi atingido, o que exigiu dele mudanças para se adaptar a esse novo contexto. Assim, vemos o “novo homem” como aquele que auxilia a mulher nas tarefas domésticas ou assume esse trabalho.

Por meio do *gender swap*, ao inserir a personagem Leonardo Montenegro no espaço doméstico, observamos que há uma desconstrução da visão de que os cuidados com a casa devem ser de responsabilidade única e exclusiva das mulheres. A imagem de provedor é mantida, mas, junto a ela, é apresentada também uma nova construção: o cuidado com a casa, com os afazeres domésticos, como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa e o quintal. No início, Leonardo tem dificuldades com tais atividades, no entanto, com o passar do tempo, ele se adapta, comprando, por exemplo, revistas de receitas para fazer pratos diferentes.

O momento atual requer a ajuda masculina nos cuidados da casa, e isso inclui cozinhar, mas ao fazer isso, o homem deseja fazer de uma maneira mais elaborada. Isso pode ser percebido no filme, tanto que as meninas passam elogiar a comida de Montenegro em detrimento da feita por Kate. Um exemplo ocorre quando Kate pretende revelar a verdade para o protagonista. Ao chegar a casa, a mesa está posta com um vasinho de flores no centro, comida no forno sendo preparada para ela e as filhas jantarem, conforme vemos na Figura 4:

Figura 4 – Leonardo tirando o jantar do forno



Fonte: filme **Homem ao mar** (2018).

Leonardo, em plano médio, olha para Kate, que não está no enquadramento. Ele está tirando o jantar do forno. Essa imagem

cria um efeito de naturalidade em relação a esse novo papel masculino no momento sócio-histórico atual. Nessa nova configuração de papéis do que é ser homem, um que o “novo homem” assume é daquele que não é responsável exclusivamente pelo sustento da família. Ele deve participar da educação dos filhos. Um homem que também tem importância significativa na vida familiar afetiva, desconstruindo, dessa forma, aquele imaginário social de pai que somente promove o sustento dos filhos.

De acordo com Wolf (2021), o cuidado com a criança era mantido fora do universo masculino. Isso pertencia ao domínio feminino. Atualmente, muitos homens se sentem libertos para serem pais de verdade. Segundo a autora, entendem que eram excluídos de algo valioso. Desse modo, quando observamos a personagem Leonardo Montenegro, preocupado em ensinar Molly a andar de bicicleta; em acompanhar o desenvolvimento de Olivia nas partidas de futebol americano e em ajudar Emily com sua autoestima, estamos diante desse ser homem, voltado para o cuidado com os filhos. Nesse sentido, um dos papéis que esse “novo” homem assume é daquele, como dissemos, que não é responsável exclusivamente pelo sustento da família. É necessário ser um sujeito que participa de todos os momentos da vida do filho. Então, Leonardo, enquanto *gender swap* de Joanna, é o pai que cuida, incentiva, ensina e dá conselhos para a vida.

Além desse traço, a personagem de Leonardo permite, também, a desconstrução de outro estereótipo: o de que homens não gostam de novelas. O protagonista, para ajudar Kate nos estudos, passa a entregar pizzas também. Com a proximidade com o cozinheiro Carlos, que também é mexicano, passa a se interessar e se emocionar assistindo a novelas. Essa ação que é prontamente detestada por Kate, pois a ela é muito mais agradável assistir a uma partida de futebol americano. Vemos aqui a inversão dos estereótipos do que seria ser homem e ser mulher na sociedade patriarcal, por meio do *gender swap* das personagens.

Em *Um salto para a felicidade* (1987), Dean expõe que não queria que Joanna pensasse que não reconhecia todo o trabalho dela com a

casa e com os meninos. A protagonista se adapta àquela vida, reorganiza toda a estrutura doméstica, inclusive a vida financeira. Ela acaba se apaixonando por ele e participando de sua vida profissional. Sabendo do sonho dele de montar o projeto de um campo de golfe em miniatura, Joanna expõe ideias para o projeto. Dean gosta das sugestões. Nesse aspecto, entendemos que, apesar da protagonista estar inserida no espaço doméstico, não lhe é negada a condição de ser pensante, inteligente, o que contribui para desconstruir o estereótipo de que mulher tem baixo intelecto. No entanto, mantém a ideia arraigada na sociedade de que por “trás da realização de um grande homem, sempre há uma grande mulher”, que, embora pareça enaltecedor para a mulher, mantém-na em um segundo plano.

Nos dois textos, tanto Dean como Kate realizam seus respectivos sonhos. Há um momento de felicidade nas narrativas, porém esse encanto é quebrado quando Joanna e Leonardo, por essa ordem, recuperam a memória, rompem, por aquele momento, as relações amorosas e voltam para a antiga vida. Novamente em seus respectivos iates luxuosos, Joanna e Montenegro não conseguem mais se adaptar ao antigo estilo de vida, sentem-se entediados. Percebendo que eram felizes com a falsa família e com aquela vida mais simples, resolvem voltar para Elk Cove. Porém, em um primeiro momento, são impedidos: Joanna, por seu marido Grant; Leonardo, por seu pai. Os outros *gender swap*, por sua vez, Dean e Kate, veem os filhos tristes e também sentem a falta de seus pares. Conseguem, cada qual a seu modo, arranjar um barco para irem atrás da pessoa amada. Assim, quando Joanna e Leonardo se dão conta que seus amados foram atrás deles, eles se jogam no mar, havendo, dessa forma, o reencontro dos respectivos casais.

GENDER SWAP, INTERTEXTUALIDADE, O PÚBLICO E O PRIVADO

No *remake*, *Homem ao mar* (2018), Kate realiza o seu sonho de passar no exame para se tornar enfermeira. No que diz respeito a

esse aspecto, notamos que, embora tenha conseguido êxito ao passar no exame e, com isso, diminuir sua jornada dupla de trabalho, além de ganhar mais para suprir a necessidade de subsistência da família, ainda é colocada em um papel de continuidade do ser mulher: aquela que cuida. Conforme argumenta Alves e Pitanguy (1985), há uma ideologia difundida, desde cedo, pela família, escola, meios de comunicação, religião, literatura e outros meios de socialização que buscam construir socialmente a imagem da mulher. As autoras denunciam que algumas atividades profissionais da mulher são determinadas pela sociedade. Esta demarca espaços para as funções do que seria próprio do masculino e do feminino, como, por exemplo, para a mulher, seriam tarefas específicas, quer sejam nos serviços de escritório, no magistério, na enfermagem: cuidar, servir, atender, ensinar. Nesse sentido, elas expõem que a luta do movimento feminista é reivindicar igualdade de oportunidade no mercado de trabalho e de aprimoramento profissional.

Na cena a seguir, na Figura 5, a protagonista cuida de um ferimento de Leonardo feito na mão por uma faca, quando este foi pegar uma caneca na máquina de lavar louças. Após o curativo, Leo a elogia, dizendo que ela seria uma ótima enfermeira, pois sabia cuidar muito bem dos pacientes.

Figura 5 – Kate cuidando de um ferimento na mão de Leonardo



Fonte: filme **Homem ao mar** (2018).

Na imagem, em plano médio, espaço interno, luminosidade indicando período noturno, Kate faz o curativo na mão de Leonardo. Nesse sentido, percebemos que Kate representa essa “nova” mulher que trabalha fora de casa, que é chefe de família, mas, ao ser colocada na condição de enfermeira, ela reproduz e mantém um papel historicamente considerado pela sociedade como algo próprio do ser mulher: aquela que cuida.

Assim, ao atentarmos para a relação intertextual entre os filmes, notamos que, no contexto sócio-histórico do filme *Um salto para a felicidade* (1987), os protagonistas, Joanna e Dean, têm papéis definidos. Ela sai de sua condição de vida fútil, vazia, mostrando que tem capacidade e inteligência ao ajudar com ideias para que Dean empreendesse o sonho dele. No entanto, essas conquistas pessoais ficam restritas ao espaço privado/doméstico, como mãe zelosa que cuida e está atenta às necessidades dos filhos, esposa que ajuda e apoia os projetos do marido e como dona de casa que se encarrega de toda organização para manter a harmonia e a boa convivência no lar. O protagonista, por sua vez, aprende a ter mais cuidado com os filhos e ser menos rústico em seu comportamento, mas o centro do seu trabalho está no exterior da casa. Recai sobre ele a responsabilidade de sair para trabalhar e trazer o sustento para a família. De acordo com Tedeschi (2012, p. 30), tanto “[...] homens como mulheres foram convencidos de que aos primeiros cabia prover a existência natural da família e, às segundas, ‘devido à sua natureza’, gerar filhos, cuidá-los ao longo da vida e encarregar-se, ao mesmo tempo, das diferentes tarefas domésticas”. Nesse sentido, ainda que as personagens passem por mudanças em seus comportamentos, o texto apresenta e mantém papéis bem definidos e determinados pela sociedade durante muito tempo, mostrando que, para a mulher, está reservado o espaço interno, privado: o da casa; e, para o homem, o espaço externo: o do trabalho, como o provedor dessa casa.

Já *Homem ao mar* (2018), apresenta homem e mulher ocupando os espaços público e privado, graças às conquistas feministas. Assim, é possível ver Kate e Leonardo desempenhando outras

tarefas que, antes, não eram comumente desempenhadas por homens e mulheres. A protagonista faz o papel da mulher moderna que se torna chefe de família: trabalha, estuda, cuida das filhas, da casa e não tem tempo para ela mesma. Já Montenegro, apresenta a figura do homem provedor que traz o dinheiro para dentro da casa para ajudar a família, mas apresenta também esse “novo homem” que assume as atividades da casa, como, lavar roupa, louça, limpar, cozinhar, além do cuidado com filhos. A personagem de Leonardo permite, ainda, quebrar um paradigma de que homem tem aversão a novelas, principalmente mexicanas, que geralmente exploram, pelo exagero, a sensibilidade e a emoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que a proposta narrativa de *Homem ao mar* (2018) só é possível nesse momento atual da história, porque homens e mulheres estão ocupando novos espaços, os quais antes eram cultural e socialmente pré-estabelecidos. Com a possibilidade de inversão desses papéis pré-determinados, este texto fílmico, por meio do *gender swap*, permite repensar os lugares do ser homem e do ser mulher dentro dos novos arranjos de família. Como já apontamos nesta análise, é possível novas configurações desses papéis, as quais pudemos observar nas representações das personagens Leonardo e Kate, como o “novo” homem e a “nova” mulher.

Nesse sentido, ao emprendermos a análise intertextual entre os dois textos fílmicos, entendemos que, em *Homem ao mar* (2018), o *gender swap* da personagem principal Kate, permite apresentá-la como a mulher chefe de família, provedora, trabalhando fora e dentro de casa, sendo, por isso, uma mulher sobrecarregada de atividades. Mas, quando é colocada na função de enfermeira, a personagem mantém e representa o estereótipo considerado próprio da mulher: aquela que cuida. Nesta materialidade textual, percebemos, ainda, a desconstrução do papel pré-estabelecido socialmente do que é ser homem, isto é, a dedicação exclusiva ao espaço público, pois o texto fílmico, pelo *gender swap*, insere-o

também no espaço privado/doméstico. A personagem Leonardo expõe as características do provedor, mas também surge com outros traços: cuida da casa, cozinha, zela pelos filhos, não vê problema em se mostrar sensível, configurando-se, como apontado por Navarro (2008), no “novo” homem.

Assimilamos, desse modo, que essas possibilidades de troca e os “novos” contextos, ocupados por homens ou por mulheres, ocorrem porque o que é ser mulher ou ser homem não é determinado pela natureza biológica do ser, mas por questões culturais e sociais próprias de grupos nos quais o sujeito está inserido, o que configura em uma determinação dada pelo contexto sócio-histórico.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGY, J. **O que é feminismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BONÁCIO, D. **Discurso, mídia e identidade masculina**: quem é esse “novo” homem. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

BRITO, C. P.; TAVARES, L. H. M. C. O homem do século XXI inscrito nos desenhos animados da atualidade: uma análise da série Dra. Brinquedos. **Revista Colineares**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2017.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita**: perspectiva para ensino de língua materna. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Trabalho. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução: Miriam Nobre. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 251-255.

HOMEM ao mar. Direção: Rob Greenberg. Produção: Eugenio Derbez; Ben Odell; Bob Fisher. [S. l.]: Pantelion Films, 2018. 1 vídeo (147 min). Publicado pelo canal YouTube Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRF-ASnt5xg&t=67s>. Acesso em: 15 fev. 2019.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Tradução: Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

NAVARRO, P. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. *In*: NAVARRO, P. (org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 89-100.

REIS, P. H. B. Adventure Time e o caso Natasha Allegri: apropriação de bens culturais, fan art e o novo ciclo produtivo televisão/internet. **Ciberlegenda**, [s. l.], v. 27, p. 47-58, 2012.

ROMUALDO, E. C. ; BERVEGLIERI, S. O *gender swap* e a cultura da convergência. *In*: ROMUALDO, E. C. ; SANTOS, E. M. (org.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 138.

STAM, R. **Introdução à teoria do cinema**. Tradução: Fernando Mascarello. São Paulo: Papirus, 2003.

TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados: Editora UFGD, 2012.

UM SALTO para a felicidade. Direção: Garry Marshall. Produção: Nick Abdo; Roddy McDowall; Alexandra Rose; Anthea Sylbert. [S. l.]: Star Partners Ltd., 1987. 1 DVD (112 min).

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução: Waldéa Barcellos. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

MARKETING SENSORIAL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: ESTÍMULOS TÁTEIS COMO CONSTITUTIVOS DA ARGUMENTAÇÃO TEXTUAL

Edson Carlos Romualdo
Juliana de Mello Chagas Lima

INTRODUÇÃO

A prática da publicidade está baseada na busca constante pela atenção e a conseqüente persuasão de possíveis clientes num mercado consumidor. Na contemporaneidade, o excesso de informações em circulação leva a propostas variadas e inovadoras de divulgação de produtos e serviços, apresentando formatos e estratégias atípicos, que envolvem ou têm por base fundamental elementos não tradicionais em sua constituição.

As formas criativas e inovadoras de circulação de textos publicitários são o ponto de partida deste estudo, que nos leva a observar e analisar as questões de produção de sentidos nos textos publicitários de marketing sensorial por meio dos estudos textuais. Porém, não nos limitamos a analisar exclusivamente as relações verbo-sintáticas e/ou imagéticas no texto publicitário pois, em alguns materiais desse gênero, percebemos que os elementos que os constituem extrapolam essa dimensão.

Frequentemente, encontramos textos em que os elementos verbais interagem com outros elementos, não só com a imagem, mas também com o ambiente em que estão inseridos ou instalados, ou rompendo alguns limites e envolvendo, por exemplo, estímulos sensoriais. Tem-se percebido, recentemente, a utilização de táticas de marketing que objetivam o “engajamento” dos sentidos dos consumidores, de forma a atingir a sua percepção, discernimento e comportamento (Krishna; Cian; Sokolova, 2016, p. 142). Essa prática se dá a partir do estímulo aos sentidos humanos do olfato,

tato ou paladar (além da visão e/ou audição, já presentes na propaganda tradicional) e é denominada marketing sensorial.

A partir de tal percepção, temos buscado identificar quais são os elementos que constroem um sentido argumentativo no texto publicitário pertencente à categoria do marketing sensorial, considerando-se que, pelas suas características multimodais, percebemos que analisar apenas seus elementos verbais e imagéticos não é suficiente para entender essa construção.

Com base em um referencial teórico que se apoia nos Estudos do texto, nosso objetivo neste capítulo é demonstrar de que forma são produzidos os sentidos em textos de marketing sensorial, em especial naqueles em que existe um estímulo ao tato, explorando as sensações de frio e calor. Partimos, portanto, da concepção de que esses textos se caracterizam por elementos que permitem relações complexas para a produção de sentidos que não estão limitados aos seus aspectos verbais e/ou imagéticos. Assim, pretendemos analisar o papel e o funcionamento dos estímulos sensoriais na constituição dos sentidos no texto publicitário, investigando se interferem nesse aspecto e se podem ser considerados parte constituinte do processo, ao contribuir ou não para a argumentação, que pode levar a uma conseqüente persuasão dos consumidores.

MARKETING SENSORIAL E TEXTOS DE COMUNICAÇÃO

A argumentação, no texto publicitário, constrói-se a partir da ideia de chamar atenção e causar interesse em relação a um produto, e isso se faz a partir de elementos que, na maioria das vezes, têm como função caracterizar ou ressaltar seus benefícios.

Conforme defendido em Lima (2012) e Lima e Romualdo (2014, 2017), os elementos pragmáticos e contextuais de algumas formas específicas de textos publicitários, como o seu suporte ou ambiente físico, contribuem diretamente com o seu valor persuasivo, colocando-se como elementos constituintes e fundamentais para a construção de sua coerência. Assim, esses elementos podem ser não

só verbais, mas também imagéticos, além de poder utilizar apelos diretos aos outros sentidos.

Em pesquisas sobre o marketing sensorial, Krishna (2010) explica que a estratégia de falar/escrever sobre os sentidos é uma das formas de argumentação da publicidade, fazendo uma interconexão entre eles; a autora entende que meramente enfatizar os aspectos sensoriais que caracterizam um produto já tende a aumentar o seu apelo. Chiminazzo (2008) trata dessa forma de construção textual como uma busca pela evocação sensorial nos consumidores, como uma forma de construir uma coerência e uma argumentação eficaz. Conforme explica:

A argumentação publicitária, quando inserida em diferentes sentidos e captada por diferentes órgãos sensoriais, tende a se tornar mais sedutora, transformando a comunicação num jogo, numa brincadeira, que pode gerar sensações internas, de bem ou mal-estar. Logo, podemos dizer que, diante de uma peça publicitária sinestésica, uma pessoa, baseada em sua experiência de vida, pode formatar uma imagem positiva ou negativa do produto, serviço e/ou marca anunciante (Chiminazzo, 2008, p. 453).

Na propaganda tradicional, é bastante conhecido o uso de estímulos sensoriais em anúncios de revistas ou peças publicitárias impressas, seja por meio de um estímulo tátil como tornar uma parte de uma página mais áspera, mais sedosa ou mesmo mais aveludada (como na representação de uma “pele de pêssego” em um anúncio de um hidratante para a pele, por exemplo), ou mesmo o uso de um recurso de amostra de fragrâncias em catálogos de marcas de cosméticos, como Natura e Avon, onde, ao puxar um pequeno adesivo localizado em cima de uma imagem, pode-se sentir o aroma do produto anunciado.

Ao tratar das inovações na propaganda relativas ao estímulo dos sentidos corpóreos, como as apresentadas, Chiminazzo (2008) denomina “comunicação publicitária sinestésica” o tipo de propaganda que estimula outros sentidos além daqueles

normalmente estimulados na propaganda tradicional. No caso dos anúncios impressos, ou mesmo de catálogos de produtos em geral, o estímulo tradicional e previsto seria ao sentido da visão, por meio de aspectos textuais e imagéticos; entretanto, com a adição de uma amostra de fragrância, com o recurso “abra e sinta”, o olfato também pode passar a ser estimulado pelo mesmo anúncio, criando, portanto, a possibilidade de uma nova forma de percepção da comunicação:

[...] a cada órgão dos sentidos estimulado, o espectador experimenta uma sensação, e o conjunto dessas sensações é que vai formatar a sua percepção e o seu parecer sobre o anúncio e o que foi anunciado (Chiminazzo, 2008, p. 451).

No entanto, essa não é a única forma como os aromas, ou outros estímulos sensoriais, podem ser utilizados em peças publicitárias: além de ser usado em anúncios de mídia tradicional, o recurso dos estímulos sensoriais pode ser visto também na mídia de ambiente¹, na qual encontramos outras formas de estimulação sinestésica como elementos constituintes do texto propagandístico, e cuja presença pode permitir diferentes produções de sentido.

O ESTÍMULO AO TATO NO TEXTO PUBLICITÁRIO

Peck e Wiggins (2006), em um artigo que aborda os estímulos táteis na publicidade, sugerem que o estímulo ao toque pode ser usado juntamente com imagens, fotos, cor, humor e outros elementos para aumentar o nível de persuasão de materiais publicitários, visto que estimular o tato acrescenta uma informação inesperada no contexto da publicidade persuasiva. Eles concluem

¹ Himpe (2006) e Covaleski (2008, 2010) definem a mídia de ambiente como o ato de anunciar de forma integrada ao espaço urbano, em meio à espacialidade real e midiática na qual se encontra o público-alvo a ser atingido, tornando-se parte do seu entorno. A produção de sentidos na mídia de ambiente foi explorada por Lima (2012), Lima e Romualdo (2017) e Lima e Romualdo (2018).

que acrescentar um elemento tátil agradável aumenta a persuasão, medida como a atitude em relação à propaganda.

Vale ressaltar que o efeito do tato no momento da escolha e da compra de produtos é amplamente abordado nos estudos sobre o varejo e o ambiente de loja, conforme explica Underhill (1999), considerando-se que há uma forte influência dessas informações no ato da compra. É muito comum que, ao transitar pelos corredores de uma loja, os consumidores toquem os produtos, tanto para ter informações sobre as propriedades de um objeto (como sua textura, dureza/maciez, temperatura e até, algumas vezes, informações sobre o seu peso – e nesse caso, o tato funciona como um complemento às informações visuais), como também, muitas vezes, como um toque “hedonista” (Krishna, 2010), cujo objetivo é meramente ter uma experiência sensorial prazerosa por meio do contato com um material, como por exemplo, o toque da seda, ou mesmo de um tapete felpudo.

É importante destacar que vários estudos sobre os estímulos táteis se referem especificamente ao toque com as mãos, mas há abordagens que consideram que o tato vai além do mero contato: a percepção tátil está ligada à ação, que depende de como exploramos o sentido. Assim, a ideia de tato pode ser expansível às sensações de todo o corpo, como calor, frio, pressão, entre outras sensações variadas.

No texto apresentado pela Figura 1, verificamos que o estímulo ao tato também pode ser realizado por meio da variação de temperatura, que pode ser sentida através da pele, não só pela mão, mas por todo o corpo. A peça criada para o refrigerante Sprite² também traz uma possibilidade de estímulo ao sentido do tato, ao basear-se em uma relação com o efeito refrescante do refrigerante.

² Disponível em: <https://comunicadores.info/2012/04/24/sprite-cria-maquina-de-refrigerante-gigante-para-banho-em-praia-brasileira/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Figura 1 – Chuveiros Sprite



Fonte: <https://comunicadores.info/2012/04/24/sprite-cria-maquina-de-refrigerante-gigante-para-banho-em-praia-brasileira/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Aqui, é preciso considerarmos que toda essa instalação constitui um texto multimodal, pois funciona como uma unidade coerente produtora de sentido. No aspecto imagético, temos a singularidade de que essa não é uma imagem em duas dimensões, como um anúncio ou outdoor comuns. Nesse caso foi construída, em uma praia, uma estrutura completa, tridimensional, que imita uma máquina de refrigerantes parecida com o modelo encontrado em restaurantes de *fast food*, mas em dimensões gigantes, em que cada torneira de refrigerante é, na verdade, um chuveiro.

A identificação da estrutura como uma máquina de refrigerantes é feita, de maneira imediata, pelo consumidor, por meio de seu conhecimento de mundo. O fato de essa máquina gigante ser, na verdade, a estrutura para os chuveiros, é algo completamente adequado ao ambiente e à situação e, mais do que isso, é um elemento atrativo à atenção de um possível consumidor do refrigerante, pois em praias no Brasil, principalmente nos

grandes centros, é comum haver chuveiros que os banhistas normalmente utilizam para tirar o sal do corpo após um banho de mar, ou mesmo para se refrescar do calor associado ao sol e à areia.

Na linguagem verbal, além do nome do produto, temos como título apenas a frase “Refresque suas ideias”, que, por meio do verbo no imperativo, traz um convite, uma sugestão ao banhista, de que pode utilizar aqueles chuveiros para se refrescar. A frase também permite um duplo sentido, considerando-se que a palavra “ideias” pode ser utilizada como um sinônimo para “cabeça”. Assim, temos tanto um sentido quase literal, de que o banhista pode tomar uma chuveirada e, literalmente, resfriar a sua cabeça com a água gelada, quanto um outro sentido, em que “refrescar as ideias” pode significar uma mudança de visão, de perspectiva. O refrigerante Sprite estaria ali representado, então, como a água que escorre e literalmente resfria a cabeça e, por extensão, o corpo das pessoas, ao dar banho nelas, sendo, portanto, um refrigerante que cumpre a proposta de refrescar – seja interna ou externamente – como também o de ser uma novidade, uma mudança de perspectiva; uma ideia nova ao consumidor.

Assim, tanto o elemento verbal quanto a sensação tátil (a refrescância que toma o corpo do banhista) trabalham juntos para a construção da argumentação do texto, com o objetivo de persuadir o consumidor a aderir ao refrigerante Sprite. A situacionalidade aqui é, portanto, um aspecto importante para a constituição da coerência desse texto, considerando-se que a temperatura e o local de instalação, combinados à atividade social e de lazer de ir à praia, são quase como um convite à utilização dos chuveiros.

A incorporação desse elemento funcional, que proporciona uma experiência tátil ao texto publicitário, constrói uma relação de sentido que perpassa não só o aspecto visual, mas também um aspecto situacional, que trabalha como um fator fundamental para a coerência e a argumentação, em direção à persuasão do consumidor para consumir o produto. O que sai da máquina de refrigerantes é algo refrescante, desejado, prazeroso: exatamente aquilo que o refrigerante Sprite afirma ser.

Ainda nesse mesmo caminho, no qual o estímulo tátil funciona como outra modalidade de linguagem na construção da argumentação, na Figura 2, vemos mais um texto que trabalha com sensação de temperatura, mas, neste caso, com a sensação tátil do calor. O texto produzido e veiculado no Brasil para o medicamento Vick Pyrena utilizou um mecanismo de aquecimento para promover a sensação de calor em sua proximidade. A propaganda de mídia de ambiente, instalada em um ponto de ônibus, envolvia a divulgação do produto que é uma bebida solúvel saborizada, uma espécie de “chá”, que contém medicamentos utilizados para tratar os sintomas da gripe e do resfriado. Aqui, as condições de produção, especialmente a situacionalidade, são fundamentais para a persuasão dos possíveis consumidores.

Da mesma forma que no texto do refrigerante Sprite, em que temos o estímulo a uma sensação (possível e provavelmente) desejada em uma situação específica (no texto anterior, um refresco para o calor da praia; neste, um aconchego nas ruas da cidade em um dia frio de inverno), a propaganda de Vick Pyrena pretende se aproximar do consumidor ao oferecer a ele exatamente o que ele deseja.

Figura 2 – Mídia de ambiente Vick Pyrena



Fonte: <https://www.gironews.com/farma-cosmeticos/pontos-aquecidos-32015/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Como vemos na figura, o material gráfico envolve a foto de uma xícara, onde uma mão despeja o conteúdo do medicamento que, em vez de ser retratado como é na realidade (um pó solúvel), é substituído e representado pelas imagens de outras substâncias normalmente utilizadas para a gripe: um pedaço de favo de mel, a metade de um limão e uma cápsula medicamentosa. O texto verbal é bastante descritivo em relação à própria peça de comunicação (instalada no ponto de ônibus) e as funções do produto, conforme segue:

- *PONTO DE ÔNIBUS AQUECIDO.*
- *VICK PYRENA TE ESQUENTA NO INVERNO E CONFORTA NA GRIPE.*
- *O REMÉDIO QUE ALIVIA:*
 - *FEBRE*
 - *DOR DE CABEÇA*
 - *GARGANTA*
 - *MAL-ESTAR*
 - *DORES MUSCULARES*

Para fins de análise, podemos dividir o elemento verbal desse texto em três partes. A primeira delas é a frase *PONTO DE ÔNIBUS AQUECIDO*. Sendo a frase de destaque, utiliza a metalinguagem ao descrever exatamente do que se trata a própria instalação: um ponto de ônibus aquecido. Esse trecho traz uma característica de informatividade, permitindo que a função daquele mobiliário urbano fique claramente definida e explícita na propaganda.

Já a segunda sentença, *VICK PYRENA TE ESQUENTA NO INVERNO E CONFORTA NA GRIPE*, permite uma relação um pouco mais referencial ao objeto (ponto de ônibus aquecido) e a própria primeira frase, como um recurso argumentativo que se baseia em uma justificativa, uma explicação do motivo pelo qual aquele objeto emite calor.

A terceira parte, que se inicia com *O REMÉDIO QUE ALIVIA...* e é seguido por uma lista de sintomas para os quais o medicamento ofereceria uma solução, tem um caráter altamente descritivo. Os

textos publicitários que se baseiam na descrição normalmente estão calcados na argumentação por meio dos elementos verbais, ao detalhar aquilo que o produto é ou o que ele faz e, muitas vezes, traz pouca relação com as imagens ou outros elementos.

Neste caso, vemos que há uma relação do conteúdo verbal com os aspectos imagéticos, que recorrem ao conhecimento de mundo do leitor para ilustrar a propaganda, ao fazer uma referência a algumas das soluções às quais normalmente se recorre quando se tem uma gripe ou resfriado. Os três elementos visuais (o mel, o limão e o remédio) relacionam-se diretamente com o texto verbal pois, popularmente, a ideia que se tem é a de que, quando se está com gripe, chá de limão e mel auxilia no tratamento, visto que é quente e dá conforto.

As duas primeiras ações, coordenadas pelo operador argumentativo “e”, que estabelece igualdade de valor argumentativo entre as proposições, ligam-se, respectivamente, a um aspecto físico (*esquentar*) e a um psicológico (*confortar*). Os adjuntos adverbiais também estão colocados em paralelismo, indicando onde recaem os efeitos do produto: aquece *no inverno* e conforta *na gripe*. Os aspectos medicamentosos do produto aparecem em seguida, em uma listagem nas quais encontramos, colocados verticalmente, o que confere destaque a cada um deles, os principais sintomas de uma gripe: febre, dor de cabeça, garganta, mal-estar e dores musculares. Esses sintomas são antecidos pela frase “O remédio que alivia:”, mostrando a ação do medicamento. Nesse enunciado é importante destacarmos a nominalização que é dada ao produto: “remédio”. Essa nominalização estabelece relações com a imagem do comprimido, delimitando a ação do produto no campo da medicina, ou seja, quando se está doente, além de conforto físico e emocional, o doente precisa de medicamento para o alívio dos sintomas da doença.

Neste texto, assim como aconteceria em um anúncio impresso tradicional, texto e imagem corroboram a produção de sentidos, ao mostrar uma representação daqueles elementos que são desejados durante uma gripe, complementados pelo texto descritivo que

informa tudo o que o remédio faz: “te esquenta no inverno e conforta na gripe. O remédio que alivia...”.

A inter-relação entre os elementos também é explicada se considerarmos os *frames* – modelos cognitivos que se relacionam com a memória das pessoas, ativada na produção e na percepção textual, ao permitir que alguns elementos sejam “localizados” em um rol de possibilidades armazenadas (Marcuschi, 2012). Neste caso, o *frame* seria então a “gripe ou resfriado”, que trazem em sua bagagem elementos comuns e armazenados na memória.

Assim, nesse caso, vemos que há uma complementação entre texto e imagem, mas o aspecto mais criativo desse texto é, de fato, o acréscimo do elemento sensorial, ao permitir que a estrutura emita calor – como se fosse a xícara que o estivesse fazendo, e trazendo para o leitor a ideia que o produto pretende passar, um elemento a mais no tratamento dos sintomas da doença.

Ao trazer, em sua constituição, um estímulo sensorial tátil de calor, o texto oferece ao leitor que espera o ônibus a sensação de conforto em dias de baixa temperatura. Vemos aí também um aspecto situacional, em que a propaganda atrairia mais atenção em dias frios – e que, portanto, o momento ideal para a divulgação dessa campanha seria os meses de inverno. Ao promover essa sensação de calor, o próprio cartaz consegue “esquentar no inverno e confortar”, assim como o produto alega fazer. Haveria, portanto, uma relação de sentido paralela entre texto e produto, que pode aproximar o leitor da ideia de que o produto anunciado “cumprir o que promete”, esquentando e confortando o passageiro que espera. A argumentação se constitui não só pelo elemento verbal, mas sim pela relação desse elemento com as imagens e com o estímulo sensorial tátil que o texto oferece.

Vemos que a argumentação, nessa propaganda, é construída a partir da multimodalidade, que se baseia na combinação de três fatores que retomam o *frame* “gripe/resfriado”: os sintomas citados verbalmente (febre, dor de cabeça, [dor de] garganta, mal-estar, dores musculares); as possíveis curas/soluções para os sintomas, que são apresentadas imageticamente, com as imagens do mel, do

limão e do remédio sendo despejadas em uma caneca de “chá quente”; e, por fim, o estímulo sensorial tátil, o fornecimento de calor, por meio do qual pode-se gerar uma sensação de conforto. A correlação entre todos esses elementos traz força argumentativa ao texto, que, por consequência, pode levar a uma persuasão do consumidor.

De forma similar, outro cartaz de ponto de ônibus aquecido, esse na cidade de Chicago, Estados Unidos, proporciona a relação de conforto nos dias frios de inverno, assim como o produto que anuncia. No caso apresentado na Figura 3, trata-se de um texto criado para uma linha alimentos instantâneos, da marca Stove Top. Como na propaganda de Vick Pyrena, percebemos que a emissão de calor traz um elemento a mais para atrair o consumidor para o texto, pois o próprio cartaz estimula uma sensação similar àquela que seria proporcionada pelo produto ao ser aquecido e consumido: um conforto.

Figura 3 – Anúncio aquecido



Fonte: <https://www.nytimes.com/2008/12/02/business/media/02adco.html>. Acesso em: 27 set. 2020.

O título da peça traz o seguinte elemento verbal:

Frio, proporcionado pelo inverno.

Calor, proporcionado por nós.

É uma boa noite para [comer] Stove Top³.

As duas primeiras frases apresentam um paralelismo de construção, nas quais os elementos opostos “frio” e “calor” são colocados em relação. Podemos entender a primeira frase como uma contextualização, em que o anúncio está sendo situado em um contexto situacional: o fato de que está sendo veiculado em uma estação do ano específica, o inverno, e de que a cidade de Chicago apresenta temperaturas muito baixas nessa época, principalmente em ambientes externos, como o ponto de ônibus. Então, muito provavelmente, faz bastante frio naquele local e o cartaz faz uma clara referência a isso, criando uma relação direta do consumidor com o texto.

Já a segunda frase, “Calor, proporcionado por nós”, permite um duplo sentido, ao se considerar que “nós” pode se referir ao alimento anunciado (ou seja, se a pessoa consumir aquele produto, sentirá mais calor), ou ao cartaz, em que “nós” se refere a algo mais amplo, a marca Stove Top de maneira geral (pois é ela que está proporcionando aquela instalação que emite calor). A assinatura traz ainda uma referência à “noite”, pois, diferentemente do Brasil, nos Estados Unidos, o jantar é a refeição principal do dia, aquela em que normalmente se consome a refeição “mais quente”.

No campo imagético, a foto de uma refeição pronta e supostamente “quentinha” pretende trazer a sensação de conforto ao usuário do ponto de ônibus. Mas o estímulo tátil, de calor, torna essa peça ainda mais persuasiva, ao relacionar a ideia do “calor” do alimento ao calor emitido pelo cartaz. É importante também pensar

³ *Cold provided by Winter. Warmth, provided by us. It's a good night for Stove Top.* Tradução nossa. Disponível em: <https://jezebel.com/5883568/new-smell-vertising-technology-will-make-public-spaces-even-more-unpleasant> . Acesso em: 9 nov. 2020.

no tipo de produto anunciado, que se relaciona com o tipo de usuário de linhas de ônibus, no sentido da praticidade e desejo de chegar em casa e ter uma refeição quente e que fique pronta em alguns minutos.

Assim como já analisamos no caso anterior, com o anúncio de Vick Pyrena, o estímulo ao tato permite uma forte relação de interação com a propaganda. Conforme explica Klatzy (2010), diferentemente dos sentidos da visão, audição e olfato, que podem ser ativados a uma distância, o tato é um “sentido proximal”, ou seja, de proximidade, que precisa ter o contato físico para ser sentido. Além disso, é considerado um sentido “imediativo”: a percepção de uma superfície como quente ou fria vem para nós com mínima intervenção de processamento, pois as terminações nervosas presentes na pele respondem rapidamente a essas sensações. Como explica a autora, o mundo dos objetos sentidos por meio do tato começa com o contato, por conta de diferentes receptores, e o contato, por si só, pode gerar uma variedade de sensações.

Como mais um exemplo do estímulo ao tato, tratamos agora de uma campanha publicitária das batatas McCain, que traz também o elemento do aquecimento, mas inclui outros recursos que permitem ainda outras relações de sentido. Foram instalados, em cerca de uma dezena de pontos de ônibus, textos promovendo o produto batata assada que, vendida congelada, pode ser aquecida por cinco minutos e está pronta.

Conforme mostra a Figura 4, em uma das faces do ponto de ônibus, apresentava-se um painel amarelo com uma foto da caixa do produto e os seguintes dizeres: *Barrigas roncantes se alegrem*⁴. O título do painel funciona como um convite para os passageiros com fome, ao utilizar o adjetivo “roncante”, ou seja, que roncam [de fome]. Ao trazer esse adjetivo, faz-se uma relação de oposição, em que se contrapõe a ideia de “barrigas roncantes” a de “barrigas satisfeitas”.

⁴ *Rumbling tummies rejoice. Oven baked tastiness in 5 minutes.* Disponível em: https://adage.com/cr_eativity/work/potato-scented-bus-stops/26197. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 4 – Batata McCain



Fonte: <https://adage.com/cr eativity/work/potato-scented-bus-stops/26197>. Acesso em: 27 set. 2020.

A orientação argumentativa desse texto se constrói no painel ao lado, com a apresentação de uma solução para o problema apresentado anteriormente (a fome): *Novo/Sabor de assado ao forno em 5 minutos*.

Vemos, aqui, uma relação de oposição, entre “sabor de assado ao forno” e “em 5 minutos”. Ao recorrer ao conhecimento de mundo do leitor, é possível lembrar que, normalmente, assar um alimento ao forno resulta em uma refeição bastante saborosa e aromática, com características superiores a um alimento assado em forno de micro-ondas, por exemplo. Entretanto, o anúncio propõe que é possível obter esse sabor e aroma em pouco tempo, com o produto apresentado. A relação entre a fome e o argumento de que o produto fica pronto em cinco minutos, além de ser saboroso, já contribuiria para a persuasão do consumidor.

Mas há outros elementos que compõem essa propaganda: foram instalados o mecanismo de aquecimento e um elemento em três dimensões: uma escultura em fibra de vidro em formato de batata que, ao ser tocada, emite calor (estimulando o tato) e solta também um aroma de batata assada (estimulando o olfato).

Nesse texto, como nos demais analisados, a multimodalidade está presente na construção da argumentação. Elementos tradicionais como a imagem e o verbal unem-se ao elemento tátil e ao olfativo. O texto já surpreende o receptor por apresentar, de imediato, um aspecto não tradicional em propagandas, ou seja, um elemento tridimensional, uma batata feita de fibra de vidro, chamando sua atenção; e mais: esse elemento promove também dois estímulos sensoriais.

A “batata” emite calor e, dessa forma, acaba convidando os passageiros que esperam o ônibus a colocar a mão sobre ela para esquentar. Esse elemento proporciona uma nova dinâmica para o texto, criando uma relação entre o elemento verbal, o visual e o tátil. Ao promover essa relação, permite a produção coerente do texto, com o uso de elementos argumentativos diferenciados. Além desses três, o estímulo do olfato também auxilia na argumentação. A construção do texto procura persuadir o consumidor a comprar o produto, mostrando a praticidade e rapidez de preparo (“5 minutos”), com garantia do “sabor de assado”, pois basta tirar da caixa congelada e em cinco minutos terá uma refeição crocante e cheirosa, capaz de saciar seu “estômago roncante”.

É importante considerarmos também, como mostramos em todos os exemplos deste capítulo, a sinestesia das sensações. Ao estimular o tato e o olfato, o consumidor, por um processo cognitivo, é levado a um outro estímulo: o paladar. Este, por sua vez, relaciona-se diretamente com o texto verbal “sabor de assado”, que, embora não tenha como ser experimentado, é induzido pela construção textual multimodal. Assim, com exceção da audição, todos os demais sentidos são utilizados na construção argumentativa desse texto propagandístico multimodal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos textos publicitários de marketing sensorial, além dos já citados elementos pragmáticos e contextuais, entendemos que o sentido argumentativo/persuasivo da propaganda no marketing

sensorial se constrói não só por meio dos aspectos verbais, visuais/imagéticos e contextuais, mas também por outros elementos multimodais que se somam a eles, como aqueles que são resultantes da aplicação de estratégias de estímulo aos sentidos.

Nossas análises apontam para o fato de *que os elementos multissensoriais interferem e são constituintes do processo de produção de sentidos*, ao contribuir para a argumentação e consequente persuasão nas peças de marketing sensorial. Esses elementos não são meros elementos adicionais ou complementares desses textos, mas, a partir de suas interrelações, afirmam-se como *fundamentais para a construção dos sentidos e da persuasão nos textos publicitários de marketing sensorial*.

Essa constatação nos leva, portanto, a considerar a necessidade de uma ampliação sobre as possibilidades de análise de textos multimodais nos estudos linguísticos, considerando-se as inúmeras ocorrências de textos em circulação em que estão presentes múltiplos modos de significar.

REFERÊNCIAS

- CHIMINAZZO, R. Tendências e novos formatos das peças publicitárias. *In*: PEREZ, C.; BARBOSA, I. S. (org.). **Hiperpublicidade**: atividades e tendências. São Paulo: Thomson Learning, 2008. v. 2, p. 448-479.
- COVALESKI, R. Ambient media e espacialidade urbana. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008, Natal. **Anais** [...]. Natal: Intercom, 2008. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0367-1.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.
- COVALESKI, R. **Publicidade híbrida**. Curitiba: Maxi Editora, 2010.

GVILLI, Y.; LEVY, S.; ZWILLING, M. The sweet smell of advertising: the essence of matching scents with other ad cues. **International Journal of Advertising**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 568-590, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02650487.2017.1339584>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HIMPE, T. **Advertising is dead: long live advertising!** Londres: Thames & Hudson, 2006.

KLATZKY, R. L. Touch: A gentle tutorial with implications for marketing [w:]. *In*: KRISHNA, A. (ed.). **Sensory marketing** : research on the sensuality of products. New York: Routledge, 2010. p. 33-48.

KRESS, G. Multimodality. *In*: COPE, B.; KALANTZIS, M. (ed.). **Multiliteracies**: literacy learning and the design of social futures. London: Routledge, 2000. p. 182-202.

KRESS, G. **Literacy in the new media age**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2003.

KRISHNA, A. **Sensory marketing**: research on the sensuality of products. Nova York : Routhledge: 2010.

KRISHNA, A.; CIAN, L.; SOKOLOVA, T. The power of sensory marketing in advertising. **Current Opinion In Psychology**, [s. l.], v. 10, p. 142-147, ago. 2016. Disponível em: http://www.aradhna.krishna.com/uploads/4/7/8/8/4788965/the_power_of_sensory_marketing_in_advertising.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

LIMA, J. M. C. **Linguagem e produção de sentidos na mídia de ambiente/mídia indoor**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

LIMA, J. M. C.; ROMUALDO, E. C. Multimodalidade e propagabilidade na campanha de lançamento do livro Decoded, de Jay-Z. *In*: LARA, R. M.; CAMARGO, H. W. (org.). **Ecos midiáticos: sentidos e subjetividades**. Londrina: Syntagma Editores, 2017. p. 35-53.

LIMA, J. M. L.; ROMUALDO, E. C. Suporte textual, coerência e produção de sentidos: discussão a partir de textos de mídia de ambiente. **Organon**, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 1-20, 2018.

PECK, J.; WIGGINS, J. It just feels good: Customers' affective response to touch and its influence on persuasion. **Journal of Marketing**, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 56-69, out. 2006.

ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

UNDERHILL, P. **Vamos às compras!**: a ciência do consumo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DO PRINCÍPIO DE REVERSIBILIDADE EM RELATOS SOBRE VIOLÊNCIA CLÍNICA SOFRIDA POR MULHERES: A DISCURSIVIZAÇÃO DA CAMPANHA #ONDEDÓI

Amanda da Silva Duarte
Elaine de Moraes Santos

INTRODUÇÃO

Desde 2019, com uma publicação realizada em *The Intercept*¹, contendo dados oriundos de nove unidades federativas do Brasil, o aumento no número de abusos sexuais praticados em clínicas e hospitais tem chamado nossa atenção tanto pela gravidade da violência quanto pela forma como, concomitantemente, passou a circular em diferentes ambientes digitais, no mesmo ano, uma *hashtag* cuja proposta inicial incidia sobre a denúncia de casos de violência sexual cometidos por médicos: a #Ondedói.

Voltando-nos à tarefa de diagnosticar o presente, isto é, de “[...] dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que nós dizemos” (Foucault, 2014a, p. 34), é que recortamos a Campanha #Ondedói como um lugar de observação sobre dinâmicas abusivas exercidas contra mulheres ainda hoje. Mais do que olhar para a violação e filiadas à perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, nosso objetivo maior, neste capítulo, que figura como a expansão de um recorte baseado em dissertação de mestrado defendida por uma das autoras, é o de descrever o acontecimento midiaticizado Campanha #Ondedói, na imbricação entre discursos e redes sociais, como faremos nas seções subsequentes deste texto.

A nosso ver, adentrar a série de violações listadas concerne aos estudos discursivos na medida em que realiza a manutenção de

¹ Conforme Lara (2019).

enunciados de ataque a mulheres, fazendo funcionar um regime de verdade (Foucault, 2018a) sobre sua existência. Além disso, a emergência da Campanha nos permite problematizar, em dizibilidades formuladas a partir da posição de sujeita paciente mulher, abusos que emergem da interação estabelecida na oferta de serviços de saúde. Nosso foco recai nas sujeitas porque consideramos que a sexuação é formada e fortalecida por práticas de linguagem, especialmente, o que demanda a desestabilização das discursividades em torno dos processos relatados.

A escolha desse movimento se justifica, então, pela singularidade com a qual a *hashtag* irrompe na história, em seu estatuto de acontecimento discursivo (Foucault, 2019). Em seus desdobramentos, para além de um funcionamento caracterizável essencialmente pela luta, vemos linhas de força que atuam pela forma com que relações de poder e resistência se tornam materiais nas dinâmicas instauradas entre profissionais e pacientes.

ACONTECIMENTALIZANDO #ONDEDÓI

Na rede de relações discursivas que estabelecem os relatos de mulheres violentadas por profissionais de saúde, a depender do modo como se materializam, pode-se movimentar, por exemplo, o campo das ações jurídicas – como a criminalização e a absolvição de sujeitas(os) julgadas(os) culpadas(os); o das insurgências sociais – como a revolta, o repúdio e o protesto; e o das alterações na área da saúde – como a automedicação e a recusa a procurar atendimento sanitário em razão da possibilidade de ser vítima (novamente). Consideramos necessário iniciar traçando quais são as condições que fizeram com que fosse possível dizer dessas violações, a partir da Campanha #Ondedói, sobretudo com a diversidade de direcionamentos que esse objeto discursivo pode produzir. Isso porque, alinhadas ao que propõe Foucault (2019, p. 40), ao concebermos que os discursos constituem e transformam seus objetos, nossa “[...] questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e

continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto”.

É em tal direção que sinalizamos um esforço para acontecimentalizar o movimento, ancorando-nos na premissa de que esse trabalho envolve, segundo Navarro (2020, p. 17), a “[...] leitura das séries enunciativas, visto que faz surgir uma singularidade onde a análise tradicional estaria tentada a observar uma constante histórica ou um traço antropológico imediato”. Por não possuírem um sentido preexistente, os discursos devem ser remetidos ao conjunto de condições que delimitam a aparição de um enunciado.

A assunção de tal concepção teórica implica, na linha foucaultiana, “[...] a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas” (Foucault, 2018b, p. 41). Desse modo, trata-se de conceber os ditos a partir de relações de guerra, não de sentido.

Focalizando a circulação de discursos na ordem midiática e os efeitos possibilitados por eles, há uma demanda teórico-metodológica pela compreensão de suas especificidades. Em discussões sobre esse domínio, à luz da perspectiva que adotamos, Campos e Tasso (2014, p. 233) ressaltam que “[...] a tecnologia, em seu estatuto de acontecimento, nos impõe uma reorganização nos regimes de visibilidade que se concretizam como linguagem no espaço virtual”. Em relação aos enunciados que circulam em rede, consideramos que há, portanto, uma rearticulação – que deve ser descrita e analisada – nas formas de compartilhamento, de acesso, de produção, de postagem e de interação, as quais dizem respeito ao funcionamento do digital.

Quanto à emergência de campanhas marcadamente feministas, como a #Ondedói, destacamos, de início, com Silveira e Santos (2016, p. 829), que elas têm se expandido e “[...] sejam elas iniciadas nas mídias sociais digitais ou nas ruas, têm como ponto comum a organização via mídias sociais em torno de uma

palavra-chave ou hashtag”. Para as autoras, os movimentos digitais possuem a sua singularidade, não sendo menos legítimos do que aqueles que ocorrem em outros espaços urbanos ou não, dada a forma como o que ocorre na rede integra nossas maneiras de sociabilidade no presente.

Feita essa observação, para traçar alguns dos nós que formam a emergência de dizibilidades em torno dos abusos recortados para a presente reflexão, selecionamos a #Ondedói, vinculada à campanha que leva o mesmo nome e foi lançada, na forma de vídeo, por Nina Marqueti, em parceria com coletivos feministas. Na sequência, transcrevemos os dizeres da artista para o Quadro 1:

Quadro 1 – Transcrição do vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói

Meu nome é Nina Marqueti. Eu sou atriz e porta-voz da campanha #Ondedói. Eu fui vítima de violência sexual aos dezesseis anos, dentro de um consultório médico. O meu estuprador era também o meu pediatra, que me tratava há alguns anos. Depois de muitos anos em silêncio, porque ainda é muito difícil falar sobre esse tipo de crime, eu decidi compartilhar essa minha experiência através da minha arte, através da minha peça solo ‘A flor da matriarca’, e foi compartilhando essa minha experiência que eu encontrei apoio e forças para denunciar na justiça o médico que me violentou. *Encontramos sete outras vítimas*, e foi através dessa movimentação *que eu e o grupo ‘Mulheres da Resistência no Exterior’, junto com outros coletivos feministas*, decidimos criar a plataforma #Ondedói. A plataforma tem como objetivo mapear os casos de violência sexual perpetrada por profissionais da área da saúde, acolher e orientar as vítimas desse tipo de crime. Se você foi vítima de um crime sexual enquanto paciente, saiba que *você não está sozinha*. Acesse agora [ondedoi.org](https://www.ondedoi.org) e preencha o nosso formulário. *Juntas, nós somos mais fortes. Nós sabemos #Ondedói.*

Fonte: transcrição realizada por Duarte (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8PiruIR9ZU&t=2s>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Na materialização da audiovisualidade, como se pode perceber no Quadro 1, há uma ênfase na proteção, no acompanhamento e na validação – “[...] saiba que você não está

sozinha”, “[...] juntas, nós somos mais fortes” – que as vítimas receberão caso denunciem. Com isso, o efeito de coletividade é reforçado, até mesmo pela dificuldade narrada em relação à busca da esfera jurídica frente ao crime. Ainda, o acionamento das posições “atriz” e “porta-voz” e a menção à peça “A flor da matriarca” ratificam que, para além de um relato, há uma prática profissional sendo exercida, o que poderia ser entendido enquanto informalidade do dizer.

Por outro lado, a mobilização da primeira pessoa do singular e dos pronomes “meu” e “minha” – “meu estuprador”, “meu pediatra”, “minha arte”, “minha peça solo”, “minha experiência” – configuram traços que remetem à instância da sujeita. A esse respeito, ao reler a noção foucaultiana de “Escrita de si”, Margareth Rago (2013) difere discursos autobiográficos produzidos a partir da posição de sujeito feminista das narrativas confessionais que ainda são exigidas das mulheres. A segunda ordem discursiva discutida pela autora reatualiza o domínio religioso/patriarcal na tentativa de expressar “a verdade” supostamente encontrada apenas no fundo da alma das sujeitas (Rago, 2013). A primeira, por sua vez, fornece ferramentas para que sujeitas ensaiem práticas de liberdade, para que reinventem sua subjetividade, a fim de que sejam diferentes no futuro e para que se recusem a serem governadas (Rago, 2013).

Os relatos autobiográficos, no caso de Rago (2013, p. 30, acréscimo nosso), são, pois, “[...] narrativas nas quais [mulheres] reconstroem o próprio passado, avaliam as experiências vividas e dão sentido ao presente”. Em tal ordem, instaura-se uma prática de subjetivação da sujeita violentada, que passa a reconstruir o “eu” a partir do dizer e institui práticas de resistência. É, justamente, essa tipologia de “escrita de si” que emerge no vídeo de proposição da Campanha #Ondedói: a que possibilita a quebra da relação de violência por instaurar gestos de resistência das pacientes.

Ainda, na discursivização da violência sofrida, o uso do pretérito perfeito relaciona à vítima a prática de uma ação acabada, situada no passado e descontinuada no presente – como em “Eu fui vítima”. Além disso, ele também abre espaço para o momento em

que a resistência foi viabilizada e articulada coletivamente – a exemplo de “decidi compartilhar essa minha experiência”, “eu encontrei apoio e forças para denunciar na justiça o médico que me violentou”, “Encontramos sete outras vítimas” e “decidimos criar a plataforma #Ondedói”. Já em usos como “Meu estuprador era”, a irrupção do pretérito imperfeito, em sua dimensão aspectual, pode resgatar ações durativas, porém e felizmente, interrompidas em um passado não tão distante, na medida em que ele é atualizado na tessitura de uma ou mais memórias da dor.

Nos deslizamentos entre as espessuras materiais “meu estuprador”, “meu pediatra” e “profissionais da área da saúde”, a posição dos sujeitos abusadores em relação ao ambiente médico também é definida do modo mais geral, ao mais específico, passando pelo estabelecimento de efeitos relativos ao caráter possessivo dos pronomes, quando mobilizados. Esse fator amplia a possibilidade de denúncia, porque não restringe a campanha às violações cometidas apenas por médicos e médicas.

É necessário pontuar que, embora a proposta inicial do movimento tenha realçado os casos de abuso sexual, violações de outras ordens – como a lesbofobia, a gordofobia e a violência obstétrica – também emergem em postagens no Twitter. Compreendemos, pois, que a leitura do trecho referente ao vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói nos permite caracterizar um duplo funcionamento ao regime de discursivização das denúncias. Em primeiro lugar, há o poder de interdição dos relatos das vítimas, materializado pela dificuldade de “falar sobre esse tipo de crime”. Em segundo, há a produção de um efeito de encorajamento-resistência às iniciativas de expor violações, pelo exercício de solidariedade e validação em rede. Com isso, o próprio gesto de ousar dizer da violência e acolher as outras vítimas se torna outro caminho possível às formas de sexuação da linguagem e de invalidação da fala pública feminina.

A CAMPANHA #ONDEDÓI E SEU PRINCÍPIO DE REVERSIBILIDADE

Hoje, práticas empreendidas nas mais distintas espacialidades contam com o alcance propiciado por sua circulação na internet, principalmente a partir das redes sociais mais engajadas em cada momento. Embora sendo marcadas como alvo de abuso cometido por profissionais de saúde, ressaltamos que, na perspectiva foucaultiana, o par “ação/reação” é constitutivo da movimentação de sujeitos e sujeitas nas relações de poder.

Tendo em vista essa dimensão microfísica e descentralizada do poder, destacamos, com Foucault (1995, p. 243), que as referidas relações são instauradas a partir do princípio de reversibilidade, pois correspondem a “[...] uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações”. Assim, elas possuem uma aresta inventiva, porque não se restringem aos domínios repressivos, e exploram uma série de reações diferentes. Em tal medida, entendemos que a publicização dos casos na #Ondedói pode ser compreendida como a outra face do poder sanitário, isto é, uma resposta a parte dos desdobramentos cabíveis aos abusos praticados por médicos, médicas e demais profissionais da saúde.

Aliado aos dizeres na audiovisualidade de lançamento, emerge o enquadramento visual da produção: a artista é filmada em frente a um fundo liso, com apenas uma cor, e ora é capturada de frente para a câmera, ora de perfil. Ainda, como explicitado na Figura 1, a seguir, Nina Marqueti aparece com uma blusa branca, estampada com o dizer #Ondedói:

Figura 1 – *Print* do vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói



Fonte: *print* criado por Duarte (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8PiruIR9ZU&t=2s>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Ao todo, a gravação possui a duração de 1 minuto e 31 segundos. Publicado no YouTube, o vídeo foi marcado 47 vezes como “Gostei” e 0 vezes como “Não gostei”, além de contabilizar 2.114 visualizações e 2 comentários. A dinâmica do digital impõe, como os números e a disposição das ferramentas apontam, uma rearticulação nas formas de circulação desse dizer, tornando-o “compartilhável”, “reassistível” ou “denunciável”, por exemplo.

Com a presença apenas da artista, a materialidade adota a esfera de relato íntimo, na qual a representante feminina se coloca a narrar a violência de que foi vítima por parte de um pediatra. Ausente de outros elementos que o integram, o fundo do cenário, composto por um vermelho mais escuro, pode produzir sentidos na direção da constituição de um ambiente mais simples para a gravação. Indo além, ele desliza para uma possível remissão à cor do sangue, que também pode ativar sentidos em torno de práticas agressivas, que resultam em feridas. Na produção, a variância nos enquadramentos pode ser percebida na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – *Print* do vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói



Fonte: *print* criado por Duarte (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8PiruIR9ZU&t=2s>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Os dois posicionamentos – de frente e de perfil – conferem à atriz uma composição que pode ser associada à profissionalidade, esfera que é acionada em conjunto com a aparição das legendas, das imagens e dos enunciados verbais – como “ONDEDOI.ORG” – que são inseridos na produção. O recurso favorece a ativação de uma discursivização especializada, ensaiada e inscrita fora da ordem cotidiana, desvinculando-a de um exercício verbal menos preparado. Ao final, uma das imagens de divulgação da campanha é adicionada:

Figura 3 – *Print* do vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói



Fonte: *print* criado por Duarte (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8PiruIR9ZU&t=2s>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Na Figura 3, a #Ondedói integra o plano de fundo, que é sobreposto por mãos abertas com luvas hospitalares e, ao centro, pela mão de uma pessoa negra, com o punho cerrado. Segundo Lopes (2020, p. 17), midiaticamente, as discursividades imagéticas “[...] que capturam o corpo com o braço erguido e a mão fechada parecem ser as preferidas quando se quer usar uma cena para retratar a resistência de um movimento”. Para além de demarcar uma resposta às relações de poder investidas contras as vítimas, a mencionada utilização também visibiliza sujeitas negras enquanto passíveis de abuso médico, dado que a porta-voz da campanha é branca.

O mesmo gesto corporal, inscrito na história, é, de acordo com Minuzzo e Kraemer (2022, p. 1161), “[...] um símbolo de diversos movimentos políticos de esquerda e pelos direitos dos trabalhadores, mas se popularizou como gesto do movimento negro, principalmente pelo movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos da América”. Quando alocado dentro do Espelho de Vênus, que corresponde a um círculo com uma cruz na parte inferior, o punho também pode representar a luta das mulheres negras (Minuzzo; Kraemer, 2022) – a exemplo do feminismo negro.

Ao mesmo tempo em que há o efeito de luta, outra aresta se abre no que tange à Figura 3: a da mobilização da diversidade na condição de estratégia de divulgação (Duarte, 2024). Tal compreensão é possível porque a representação de uma pessoa negra aparece apenas ao final do vídeo, de modo estático. Diferentemente, portanto, da porta-voz da Campanha, a sujeita cujas mãos – exclusivamente – foram fotografadas não obtém um lugar de destaque na divulgação, de modo que sua presença pode ser lida como secundária – embora ainda exista.

A esse respeito, ressaltamos que, a partir dos tuítes vinculados à #Ondedói, conforme Duarte (2024), o traço de racialidade não emerge enquanto discursividade, embora o de gênero seja bem marcado. Ao nos deparar com esse silêncio, não pudemos deixar de pensar no racismo e na sexualização como fatores que potencializam as práticas violentas direcionadas às mulheres negras, para além do sexismo.

Feita essa contextualização, entendemos que a mão negra, mesmo materializada em preto e branco ao final da audiovisualidade, possibilita a evocação de técnicas de luta de sujeitas negras, de amplificação do efeito-convocação da Campanha e, também, de um uso estratégico da diversidade para a publicização do movimento. Ampliando os diálogos constituídos a partir do vídeo, uma primeira tela de créditos é inserida:

Figura 4 – *Print* do vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói



Fonte: *print* criado por Duarte (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8PiruIR9ZU&t=2s>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Nesse trecho do vídeo (Figura 4), a organização da Campanha #Ondedói é atribuída aos seguintes grupos: Mulheres da Resistência no Exterior, Grupo Mulheres Unidas Com o Brasil (MUCB), Grupo de Apoio à Mulher Brasileira no Exterior, Geni, Coletivo Elas por Elas, W.A.V.E e Resist Brasil. Na sequência, as proponentes adicionam outras coletividades:

Figura 5 – *Print* do vídeo de lançamento da Campanha #Ondedói



Fonte: *print* criado por Duarte (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8PiruIR9ZU&t=2s>. Acesso em: 18 jun. 2023.

A tela registrada na Figura 5 apresenta os apoios recebidos para a Campanha, que partem dos seguintes coletivos: Mapa do Acolhimento, Entre elas, Mães pela Diversidade, *Think Olga*, (Re)Vibra, Papo Preta, Somos Todas Vítimas Unidas e ROL – na figura do último coletivo, aparece o Espelho de Vênus com os punhos cerrados ao centro, que mencionamos anteriormente. Esse acoplamento produz um efeito de coletividade que pode indicar tanto a quantidade de interlocutoras(es) dispostas(os) a acolher as vítimas quanto a credibilidade da organização, visto que não é apenas uma iniciativa local.

Somado ao vídeo da campanha, em outro espaço discursivo, a Plataforma #Ondedói, localizada, na época, no endereço www.ondedoi.org, especificamente, passou a acolher depoimentos de pacientes violentadas, a fim de situar as ocorrências de assédio sexual cometidas por médicos, a partir do preenchimento do formulário disponibilizado no site. Além disso, no primeiro semestre de 2021, a conta “campanhaondedoi” publicizou, no Instagram, o encerramento das atividades da campanha, que incluía acompanhamentos psicológicos e jurídicos, por exemplo (Duarte; Santos, 2021). Dos perfis oficiais do movimento, apenas o canal do YouTube permanece ativo em 2024, mesmo sem disponibilizar novas publicações.

Já no espaço midiático do Twitter, para além da *hashtag*, também havia a conta oficial da campanha – @CampanhaOndeDoi. O perfil contava com um número significativo de seguidoras(es) (mais de 700), considerando que se tratava de um movimento que recortava apenas o domínio da violência na área sanitária. Isso significa, nas condições de circulação da *hashtag*, que as postagens se configuram como um dos principais, senão únicos, modos de acesso às agressões denunciadas. Nessa medida, o Twitter assume a posição de espaço social em que denúncias do tipo podem ser realizadas, tendo em vista, sobretudo, a emergência da #Ondedói

enquanto modo de indexação dos relatos e as ferramentas de interação que compõem o ambiente.

Adentrando tal dimensão, sob a lógica das especificidades que perfazem este item, ressaltamos que, quando passou a circular, a #Ondedói adquiriu espaço nos *Trending Topics* – agrupamento ordenado de palavras, expressões ou *hashtags* mais comentados no Twitter, a nível local, nacional ou mundial². Não se tratava da *hashtag*³ com maior número de tuítes indexados, nem era a primeira a aparecer nos “*Trends*”⁴, mas ela reunia relatos que se multiplicavam com certa rapidez a respeito de casos de violência cometidos por profissionais de saúde. A minoria deles nomeava os responsáveis pelas violações.

Por outro lado, o que havia, regularmente (Foucault, 2019), era a proliferação de dizeres sobre abuso cometidos por profissionais da saúde não identificadas(os). As publicações também eram produzidas por usuárias sem rosto, sem nome, sem endereço. No que tange a tal questão, não deixamos de considerar, em conjunto com Silveira e Santos (2016, p. 831-832), que

[...] há uma mudança de postura entre as vítimas de assédio sexual que deixam o silêncio, cedendo à injunção a se manifestar e a contar a sua história, ainda que muitas delas o façam a partir de perfis anônimos e praticamente nenhuma nomeie seus agressores. Não se trata, portanto, de uma denúncia do agressor, mas de um falar que pode ser curativo, pelo encontro com tantas outras vítimas, e, ao mesmo tempo, um falar que vem desestabilizar a ordem dominante, na qual as vítimas são convidadas a silenciar.

²No Brasil, o recurso é denominado “Assuntos do momento” e, ao longo do dia, o conjunto de enunciados em destaque se altera, a depender dos engajamentos.

³De acordo com Silveira (2015), a *hashtag* reúne postagens afins, a partir da união entre o símbolo “#” e uma “palavra-etiqueta”. Ainda conforme a autora, ela “[...] modifica as condições de produção imediatas dos discursos e permite que qualquer um, ao utilizar esse instrumento, abra um canal com outros tuítes que utilizam a mesma *hashtag*” (Silveira, 2015, p. 68).

⁴Trata-se de um modo mais informal de denominar os *Trending Topics*.

Embora as autoras focalizem a violência sexual, compreendemos que o processo curativo abordado pode ser ampliado para mulheres vítimas de outras violações, a exemplo do que ocorre na #Ondedói. A partir do funcionamento das redes sociais, é possível pensar em uma espécie de despersonalização (Duarte, 2024) das usuárias, que pode promover um efeito de distanciamento, por parte de quem acessa os relatos, em função da própria dimensão das redes sociais, uma vez que não conhecemos, não vemos, não escutam a figura humana que denuncia. Mesmo assim, tratava-se de um conjunto de enunciados que dizibilizavam violências contra mulheres e que faziam com que elas emergissem na história.

Tomando a luta contra focos do poder a partir de Michel Foucault (2018a, p. 139, acréscimo nosso), entendemos que denunciar e “[...] falar [publicamente] a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder”. A nomeação, em conjunto com práticas de dizer públicas, portanto, adquire uma dimensão específica quando se trata do enfrentamento e da resistência. Aliás, concebendo que a forma de circulação dos tuítes ocorre, em sua regularidade, por meio da escrita, não podemos deixar de ressaltar que apenas mulheres escolarizadas puderam dizer publicamente na #Ondedói. Em conjunto com hooks (2019), entendemos que ainda se faz necessário pensar em uma agenda feminista que contemple uma preocupação com sujeitas que não sabem ler e escrever ou que possuem outras demandas básicas não supridas.

Tomadas pelo grito contido das pacientes, não podemos deixar de recuperar a concepção foucaultiana de que, se há poder, há a possibilidade de resistência (Foucault, 2018c). Com ela, podemos revirar tanto a produtividade do poder, quanto a abertura às respostas que emergem a partir de seu exercício. Assumir tal dimensão é visibilizar práticas de resistência que são exercidas e constitutivas de seu próprio funcionamento.

Inseridos nessa engrenagem, no entremeio de dizibilidades violentas que vinham sendo fomentadas no Brasil, com mais

intensidade, em 2019, movimentos de denúncia de violações cometidas contra mulheres, com mais ou menos visibilidade midiática, também foram expressivos nas condições de possibilidade (Foucault, 2014b) da Campanha #Ondedói. Ainda, embora não verbalizado na produção audiovisual de lançamento da campanha, o símbolo da *hashtag* perpassa os diferentes ambientes pelos quais ela foi veiculada. Assim, esse enunciado inscreve, na história, a #Ondedói em um vínculo estreito com o on-line na mobilização de mulheres com histórico de violência médico-sanitária.

A partir da discussão empreendida, retomamos, por fim, os últimos dizeres proferidos por Nina Marqueti na audiovisualidade: “Nós sabemos #Ondedói”. “Nós sabemos #Ondedói” porque essa dor é produzida, compartilhada e sentida coletivamente. “Nós sabemos #Ondedói” porque muitas internautas se colocaram a “Acessar #Ondedói”, de modo que esses dizeres não permanecessem silenciados. “Nós sabemos #Ondedói” e sabemos, também, a partir da movimentação das organizadoras, sobre algumas das tipologias de resistência, das mais tímidas às mais visíveis, que podem se erigir contra técnicas produtoras de dor em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposição deste capítulo, o nosso objetivo foi o de descrever o acontecimento midiaticizado Campanha #Ondedói, na imbricação entre discursos e redes sociais. Para tanto, filiamo-nos à perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos. No desenvolvimento da proposta, delineamos a aparição da Campanha em diferentes espaços on-line, de forma a singularizar a sua emergência na história, tanto quanto de observar o que há de repetível nela no diálogo com outras discursividades em torno da questão das violências cometidas por profissionais de saúde contra mulheres.

No âmbito das condições que tornam possíveis a emergência do enunciado #Ondedói, entendemos, portanto, que o “saber”

sobre o poder sanitário está articulado à própria circulação da Campanha. Nessa medida, quando os relatos de violência são publicizados, eles provocam uma alteração no funcionamento de discursividades em torno da prática médica, em um movimento que é típico ao de acontecimento.

No ecoar da leitura empreendida, esperamos colaborar com a desestabilização de violências cotidianas que vitimam mulheres, as quais são amparadas por relações de saber e poder, principalmente aquelas associadas a espaços e práticas que deveriam ser de proteção e cura. Com isso, materializa-se o nosso anseio de potencializar e fazer coro às muitas denúncias que são, diariamente, perdidas e silenciadas na rede de enunciados que circulam em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, J.; TASSO, I. A linguagem do e no espaço do museu(virtual) casa de portinari: mutações no regime do olhar a arte. **Revista ECOS**, [s. l.], v.17, n. 2, p. 227-249, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/251/244>. Acesso em: 19 jul. 2022.

DUARTE, A. S. **Resistência de mulheres à violência clínica: análise de práticas discursivas na #ondedói**. 2024. 181 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.

DUARTE, A. S.; SANTOS, E. M. Dos assédios – o moral: a #Ondedói e a violação dos corpos femininos no espaço clínico. *In*: Seminário Internacional de Estudos de Linguagens, 4.; Semana de Letras – FAALC/UFMS, 22., 2021, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: SIEL, 2021. p. 21-30.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014b.

FOUCAULT, M. Não ao sexo rei . *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018c. p. 344-362.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a. p. 129-142.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b. p. 35-54.

FOUCAULT, M. “Que é o senhor, professor Foucault?”. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: filosofia, diagnóstico do presente e verdade. Tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. v. 10, p. 29-49.

hooks, b. Educando mulheres: uma agenda feminista. *In*: hooks, b. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 163-173.

LARA, B. Licença para estuprar – mais de mil estupros em serviços de saúde: nem em centro cirúrgicos e UTIs mulheres estão a salvo. **The intercept**, [s. l.], 28 abr. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/28/estupros-servicos-saude/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LOPES, M. A. P. Uma análise do punho cerrado nas manifestações sociais no Brasil contemporâneo à luz da semiologia histórica. *In*: LOPES, M. A. P.; BERNARDES, E. S. **Corpos, sujeitos e discurso: identidades ressignificadas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 9-33.

MINUZZO, D. A.; KRAEMER, F. B. Consumo alimentar e feminismo: “the feminism tea”. *In*: CONGRESO ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGÍA: DESAFIOS EMERGENTES: ANTROPOLOGÍAS DESDE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 6., 2022, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: Asociación Latinoamericana de Antropología, 2022. p. 1159-1167. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Walter-Quinchoa-Cajas/publication/366272067_ALA- ACTAS-DEL-CONGRESO-7-2022_compressed/links/6399e8b6e42faa7e75c14503/ALA- ACTAS-DEL-CONGRESO-7-2022-compressed.pdf#page=1159. Acesso em: 23 set. 2023.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, [s. l.], v. 1, n. 57, p. 8-33, dez. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>. Acesso em: 2 fev. 2023.

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

SILVEIRA, J. **Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVEIRA, J.; SANTOS, K. A. “Uma presidente fora de si” ? #istoémachismo: o discurso ativista e o papel das hahtags como palavra-argumento nas mídias digitais. *In*: COLÓQUIO

INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 4., 2016, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2016. p. 828-838. Disponível em: https://www.academia.edu/35432206/_Uma_presidente_fora_de_si_Isto%C3%89Machismo_o_discurso_ativista_e_o_papel_das_hashtags_como_palavra_argumento_nas_m%C3%ADdias_digitais?email_work_card=title. Acesso em: 28 out. 2023.

**NOVAS TECNOLOGIAS, VELHAS AXIOLOGIAS:
UMA ANÁLISE DIALÓGICA DA RETOMADA E
ATUALIZAÇÃO DOS SENTIDOS DA ESTÉTICA NAZISTA NO
AMBIENTE DIGITAL**

Karine Giroto Barbara
Edson Carlos Romualdo

Não existe nada absolutamente morto: cada sentido
terá sua festa de renovação. Questão do grande
tempo (Bakhtin, 2011, p. 410).

INTRODUÇÃO

Ao depararmos-nos com o *corpus* analítico que motivou a escrita deste capítulo, foi quase impossível não nos lembrarmos – destacamos: de maneira bastante incômoda – da citação de Bakhtin (2011) que compõe a nossa epígrafe. O filósofo russo, ao discorrer sobre o contexto dialógico, alerta-nos sobre o fato de que não existem sentidos estáveis e totalmente acabados. Ao contrário, para ele, no decorrer do grande simpósio universal, sentidos sempre reviverão, de maneira renovada, em novos contextos. Esse é, pois, o cerne do dialogismo, conceito-base de sua teoria.

No entanto, no embate dialógico com determinados discursos da atualidade, observamos com certa urgência e cautela a festa de renovação de sentidos que deveriam, na nossa opinião, ser esquecidos. Tal constatação representa o caso de nosso material de análise, composto por um *post/tweet* de uma figura política brasileira em sua conta da rede social X, antigo Twitter. A referida postagem, a qual será reproduzida e analisada posteriormente neste texto, é composta, de modo verbo-visual, por um versículo bíblico e uma ilustração digital que faz referência ao conflito bélico atual entre Israel e Palestina. A publicação foi alvo de um intenso

debate no ambiente digital, pois foi associada pelos internautas aos cartazes das propagandas nazistas que circularam durante o governo de Adolf Hitler na Alemanha.

Diante desse material e da situação de comunicação que o envolve, objetivamos neste capítulo analisar as relações dialógicas que o referido *post* pode estabelecer com a estética nazista, a fim de verificar se há, de fato, uma retomada dialógica e uma atualização de sentidos, por meio das novas tecnologias, do discurso eugenista propagado durante o genocídio empreendido contra a comunidade judaica, que resultou na morte de mais de seis milhões de pessoas. Para que tal objetivo possa ser alcançado, tomamos como referencial teórico-metodológico os pressupostos da Análise Dialógica de Discurso (ADD), que se pauta na teoria sócio-histórico-dialógica desenvolvida pelos pensadores russos do Círculo de Bakhtin.

Desse modo, na primeira seção, faremos nossa exposição teórica, apresentando os principais conceitos dialógicos que norteiam esta análise, quais sejam, relações dialógicas, signo ideológico e cronotopo; em seguida, iniciaremos nosso percurso investigativo olhando para a situação sócio-histórica de produção e circulação do *corpus*, bem como para sua influência na escolha e caracterização do gênero discursivo digital que o organiza; por fim, no embate dialógico entre teoria, contexto e enunciado, delinearemos nossa análise discursiva propriamente dita.

ANÁLISE DIALÓGICA DE DISCURSO: TEORIA E METODOLOGIA

Brait (2020) é enfática ao afirmar que não se pode dizer que os estudiosos do Círculo de Bakhtin propuseram formalmente uma teoria do discurso. No entanto, seus pressupostos dialógicos, segundo a autora, são essenciais para o enfrentamento atual da linguagem e, por isso, deram base para que pudéssemos, hoje, pôr em prática uma nova vertente de investigação discursiva, a Análise Dialógica do Discurso (ADD), a qual envolve teoria e metodologia.

Nesta seção, brevemente, trataremos dessa perspectiva teórico-metodológica mobilizando os conceitos dialógicos que consideramos necessários para o empreendimento da investigação proposta.

Por carregá-lo em sua própria nomenclatura, não há como negar que o dialogismo é a base da ADD. Bakhtin (2011, p. 348) nos apresenta a vida como um grande “[...] simpósio universal”, ou seja, como um grande e infinito diálogo, do qual “o homem participa inteiro e com toda a vida”. Para o filósofo, é através da interação com o outro que o sujeito se constitui e constitui, também, o outro. Nessa dinâmica dialógica da vida, entram também os nossos enunciados, os quais, para Volóchinov (2018, p. 219), são “[...] apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta”. Isso significa que todo discurso produzido é apenas uma das infinitas réplicas existentes dentro desse grande diálogo, uma vez que ele sempre se posiciona como uma resposta a outros discursos, e outros discursos também poderão se posicionar como respostas a ele (Bakhtin, 2015), mesmo que isso aconteça em tempos e/ou espaços diferentes.

Dessa forma, um objeto de discurso ao ser tomado como tema de um enunciado vem carregado de discursos já formulados sobre ele (Bakhtin, 2015) e é nesse âmbito que o diálogo acontece e que os enunciados estabelecem entre si as relações dialógicas, definidas por Bakhtin (2011) como relações semânticas entre os enunciados. A partir dessa definição, é válido lembrar que, nesse contexto dialógico do qual fazem parte nossos discursos, não estão em jogo questões puramente textuais e/ou objetivas, mas sentidos, valores, posicionamentos axiológicos, visões de mundo. Para que as relações dialógicas ocorram, portanto, os textos, tanto os verbais quanto os não-verbais, precisam figurar no campo do discurso, ter um sujeito, participar de uma situação sociodiscursiva, relacionar-se com outros enunciados (Bakhtin, 2011).

Nesse sentido, Brait (2020, p. 10) afirma que o embasamento da ADD é “[...] a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos”. Com efeito, uma análise dialógica de discurso não se concentra exclusivamente no textualmente posto, mas vai

além dele. Através da história e dos sujeitos postos em diálogo com o enunciado, o analista deve visar chegar ao discurso, onde, de fato, as relações dialógicas são estabelecidas e os valores se fazem presentes. É isso o que propomos ao investigar o *post* que compõe nosso *corpus* analítico: a partir do contexto sócio-histórico de circulação em seu embate com o verbo-visualmente apresentado, analisar, no âmbito do discurso, as relações dialógicas que ele pode estabelecer com a estética nazista, posicionando-o como uma réplica, dentro do simpósio universal, que faz determinados sentidos terem sua festa de renovação (Bakhtin, 2011).

Porém, para que as axiologias presentes nas relações dialógicas sejam analisadas, as palavras e os símbolos não-verbais precisam ser tomados como signos ideológicos – outro conceito essencial para uma análise discursiva de cunho dialógico. De acordo com Volóchinov (2019), a palavra não é autossuficiente, pois ela depende da vida para construir sentidos e, somente em seu contato com a situação extraverbal, a palavra, assim como os demais signos, passa a veicular opiniões e avaliações (Volóchinov, 2019). Ao ser retirada desse contexto e ser colocada em outro, novos e, por vezes, diferentes valores passarão a ser veiculados por ela.

Desse modo, Volóchinov (2019) afirma que o sentido que um enunciado adquire na vida não corresponde à sua composição puramente verbal, uma vez que ele estará povoado de subentendidos e de não-ditos, que só podem ser acessados pela vida, fato que transforma tal enunciado em discurso; transforma, pois, a palavra em signo ideológico. Em suma, é essa propriedade de se resignificar a depender da situação extraverbal em que é utilizada que faz da palavra um “[...] fenômeno ideológico *par excellence*” (Volóchinov, 2018, p. 98).

No entanto, para além da palavra, Volóchinov (2018) destaca que qualquer objeto de existência material pode se tornar um signo e veicular sentidos e axiologias. Essa reflexão do filósofo dá embasamento para que a ADD investigue enunciados que vão além do verbal, como o de nosso *corpus*, uma vez que símbolos e representações também assumem diferentes axiologias a

depender do contexto sócio-histórico em que são usados. Assim, para que façam sentido, para que sejam signos, as materialidades precisam ganhar uma expressão espaço-temporal (Bakhtin, 2018), a qual é representada, na teoria dialógica, pelo conceito de cronotopo, considerado, pelos filósofos russos, como a porta de entrada para os sentidos.

De modo breve, podemos definir o cronotopo, apoiando-nos em Bakhtin (2018), como sendo o tempo-espaço em que determinado enunciado é produzido e, também, o tempo-espaço que é representado nele. O cronotopo pode, dessa maneira, representar a situação extraverbal imediata de produção do enunciado, bem como o seu contexto sócio-histórico de modo mais amplo. Analisar tais expressões espaço-temporais é necessário, para a ADD, pois, além de ser nelas em que as palavras se tornam signos, elas também representam valores e visões de mundo (Bakhtin, 2018), o que nos permite chegar às axiologias que circulam em determinado discurso.

Tanta ênfase na situação extraverbal durante este breve percurso teórico não acontece por acaso, uma vez que a metodologia sugerida pela ADD, elaborada a partir da proposta de Volóchinov (2018), dá primado a esse lugar, o social.

No que tange à metodologia, portanto, por se tratar de uma investigação de caráter dialógico, conforme explica Brait (2020), na ADD, o pesquisador não deve, de maneira mecânica, aplicar os conceitos a fim de compreender determinado discurso. É preciso, de fato, colocar-se em posição de diálogo com o *corpus* para que, nesse embate, o caminho seja trilhado a partir daquilo que o material permite/solicita. Para tanto, existem sugestões metodológicas que nos guiam nessa caminhada, uma delas parte do próprio método sociológico apresentado pelo Círculo.

Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos da interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com

a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual (Volóchinov, 2018, p. 220).

Volóchinov (2018) propõe, na citação acima, que a análise da língua parta do social, passe pelas formas tipológicas de enunciados e sua relação com a situação de comunicação em que foram usadas e, por fim, chegue ao exame das formas objetivas da língua. Para a análise de outras materialidades sógnicas, consideramos que o caminho é o mesmo: o aspecto concreto-objetivo é abordado no último passo de análise, somente depois de o analista ter passado pelos cronotopos que envolvem o enunciado e por sua formulação temática, estrutural e estilística que pelo social é influenciada.

Seguindo a proposta de Volóchinov (2018), então, destaca-se que a ADD não exclui os aspectos linguísticos e objetivos de seu objeto de análise, mas trabalha com eles a partir dos aspectos discursivos, pois só assim eles podem adquirir sentidos, veicular valores, estabelecer relações dialógicas. É esse o percurso que propomos nesta investigação.

Feitas as considerações teóricas e metodológicas que consideramos necessárias e adequadas para os limites deste capítulo, começamos em nossa próxima seção a investigação proposta, partindo das condições extraverbais e de sua influência na mobilização do gênero discursivo que molda o nosso enunciado.

VELHAS AXIOLOGIAS, NOVAS TECNOLOGIAS

Conforme destacamos em nossa introdução, o enunciado que tomamos neste texto como material de análise é uma publicação feita por uma deputada federal do Brasil em sua conta na rede social X, anteriormente conhecida como Twitter. Nesta seção, discorreremos sobre a situação extraverbal de produção desse enunciado e sobre o gênero discursivo que o molda.

Seguindo a ordem metodológica proposta por Volóchinov (2018), para que possamos verificar o funcionamento discursivo do *post/tweet* selecionado, é importante apresentarmos os contextos sociais – imediato e amplo – em que ele foi produzido, uma vez que “[...] a situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado” (Volóchinov, 2018, p. 206). Por fins de organização textual, apenas, optamos por partir do contexto extraverbal mais amplo, que é também o tema do enunciado a ser analisado: o confronto entre Israel e Palestina, que ganhou novos desdobramentos recentemente, mas que começou há algumas décadas.

De acordo com Maio (2014), o início do conflito israelo-palestino data de meados de 1920, mas, segundo o autor, a situação ganhou visibilidade após a Segunda Guerra Mundial, com a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) de criar um estado judeu e um estado árabe na região da Palestina histórica, fato conhecido como a “Partilha” (Maio, 2014) e que não agradou aos envolvidos. Desde então, a tensão entre os estados é crescente e os confrontos são recorrentes na disputa pelo espaço que, por ambos, é religiosamente considerado sagrado. Com os frequentes embates, no decorrer dos anos, Israel conquistou grande parte do território dividido, ocupando e impondo restrições ao local que ainda é ocupado pelos palestinos, mais especificamente à Faixa de Gaza, local em que o embate bélico se desenrola atualmente.

O conflito atual em Gaza foi iniciado após um ataque terrorista cometido pelo grupo Hamas contra o país israelense, ocorrido no dia 7 de outubro de 2023, situação em que terroristas invadiram o território de Israel, sequestrando e matando civis. O número de israelenses mortos nesse ataque foi de 1.139¹. Como resposta, desde então, o governo de Israel tem empreendido uma

¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/guerra-em-gaza-completa-4-meses-com-mais-de-27-mil-palestinos-mortos-israel-nega-cessar-fogo>. Acesso em: 15 fev. 2024.

contraofensiva violenta sobre o território palestino, fato que também tem resultado na morte de milhares de civis. Após 4 meses do conflito, até o dia 7 de fevereiro de 2024, 27.708 mortos palestinos haviam sido contabilizados².

A atual guerra apresenta muitas nuances cuja discussão não cabe nos limites desse capítulo. No entanto, é válido destacar que, apesar de os ataques empreendidos por Israel serem revestidos pelo discurso de legítima defesa, muito se tem questionado sobre a resposta israelense, que tem sido adjetivada, por vezes, como exagerada e desumana. O governo de Israel, por sua vez, representado pela figura do Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, líder de direita, justifica os ataques como uma tentativa de recuperar os cerca de 132 reféns que ainda estão sob o poder do grupo terrorista Hamas³.

Nesse contexto, a disputa pelos sentidos em relação ao referido conflito é constante, inclusive no Brasil de 2023, situação imediata de produção do enunciado que nos propomos a analisar. Para falar desse cronotopo, importa destacar o fato de que, após a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff e a posterior eleição e mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, representantes de lados opostos do espectro político, este da direita e aquela da esquerda, o cenário político brasileiro passou por uma grande polarização, a qual tem sido recorrentemente marcada no debate público, em que os lados sempre se colocam em posicionamentos opostos sobre os diversos temas que repercutem no país e no mundo, e o conflito entre Israel e Palestina é um exemplo disso.

Apesar de, na maioria das vezes, ambos os lados, direita e esquerda, rechaçarem a ofensiva do grupo terrorista Hamas contra Israel, representantes da esquerda, majoritariamente, se opõem à

² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/guerra-em-gaza-completa-4-meses-com-mais-de-27-mil-palestinos-mortos-israel-nega-cessar-fogo>. Acesso em: 15 fev. 2024.

³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/netanyahu-diz-que-restam-refens-israelenses-o-bastante-para-justificar-guerra-em-gaza/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ocupação israelense ocorrida nos últimos anos sobre o território palestino, bem como à violência empreendida, como resposta ao ataque do Hamas, sobre os civis em Gaza; vozes da direita, por sua vez, em sua maioria, apoiam a ofensiva de Israel, revestindo-a pelo discurso religioso e militar. Tais asserções podem ser verificadas nas discussões empreendidas no ambiente digital e, também, no enunciado que analisamos neste trabalho. Antes de nos voltarmos para ele, porém, importa investigar o gênero discursivo que o baliza, uma vez que a escolha da forma tipológica de um enunciado não é feita de modo aleatório; ao contrário, ela contribui para o alcance do projeto discursivo do sujeito.

Enfatizamos, na ADD, o conceito de gênero discursivo, pois, além de tipos relativamente estáveis de enunciados, que medeiam toda e qualquer interação, os modos sociais de dizer “[...] são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (Bakhtin, 2016, p. 20). Em outras palavras, os gêneros discursivos – modos de se utilizar a linguagem – acompanham as mudanças que ocorrem no social. Quando falamos de textos que circulam no ambiente digital, tal constatação fica ainda mais evidente, uma vez que, com o advento das novas tecnologias, as maneiras de se comunicar se reinventaram e novos modos de organização de enunciados surgiram, um deles é o *post*.

De modo genérico, costuma-se considerar *post* todo e qualquer enunciado produzido e publicado nas redes sociais. No entanto, cada rede social tem especificidades próprias que configuram à sua maneira os enunciados que nelas serão publicados, impactando assim nas características relativamente estáveis – conteúdo temático, estilo e construção composicional – do gênero. Por isso, consideramos válido fazer uma subdivisão do gênero *post*, delimitando-o com uma locução adjetiva que o relacione à mídia digital na qual foi veiculado (*post* de Facebook, *post* de Instagram, entre outros).

Com isso, chegamos à afirmação de que o *corpus* desta análise é um enunciado balizado pelo gênero discursivo digital *post* do X. Tal nomenclatura, no entanto, causa um estranhamento e não nos parece

eficiente discursivamente. Isso se deve pelo fato de que a rede social X foi comprada recentemente e passou por uma mudança de marca, mas ainda é majoritariamente conhecida por seu outro nome, Twitter, mesmo com todos os esforços da nova empresa para se desvincular da identidade anterior – mudança de nome, logotipo e terminologias dentro da plataforma. Consequentemente, as publicações ali produzidas também são conhecidas ainda a partir de uma outra nomenclatura, qual seja, *tweet*.

Enquanto estudiosos da linguagem, sabemos que a nossa escolha, aqui, por um termo ou outro – *post* ou *tweet* – não pode ser aleatória, uma vez que a palavra, enquanto signo ideológico por excelência (Volóchinov, 2018), não pode ser controlada de maneira mecânica, sendo simplesmente tirada de circulação, como se tentou fazer com os signos relacionados ao Twitter. Tal asserção é comprovada pelo fato já mencionado de que a grande maioria dos internautas ainda se referem à rede social em tela e aos enunciados nelas produzidos usando os termos Twitter e *tweet*, respectivamente, já que os falantes, conforme enfatiza Volóchinov (2019, p. 131), ao usarem as palavras, não as retiram do dicionário, “[...] mas do contexto da vida, onde elas se segmentaram e se impregnaram de avaliações”. Diante disso, nesta investigação, optamos por ainda chamar o gênero discursivo *post* do X de *tweet*, por considerarmos que, assim, o entendimento de nossos leitores será facilitado, pois se trata de um modo de organização de enunciado que muitos (re)conhecem neste momento. Passemos, então, para a caracterização do gênero discursivo em tela, o *tweet*.

Em trabalho anterior (Barbara; Romualdo, 2022), já havíamos nos debruçado sobre esse gênero digital, que se diferencia das postagens de outras redes sociais, principalmente por sua extensão, atualmente delimitada, em sua versão gratuita, a 280 caracteres, com espaços. Tal concisão, característica do *tweet*, tinha ligação direta com a dinâmica inicial proposta pela plataforma, a qual fazia referência ao piar dos pássaros: pelo nome Twitter, que significa gorjeio; pelo logotipo, que era um passarinho; e pela dinâmica dialógica de interações curtas entre usuários (Barbara; Romualdo,

2022). Mesmo com as modificações empreendidas após a mudança de marca, a extensão limitada dos textos a serem publicados foi mantida, fato que determina as especificidades dos três elementos do gênero que, segundo Bakhtin (2015, p. 12), “[...] estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado”.

O primeiro elemento a se considerar é a construção composicional, que é a organização estrutural típica do gênero discursivo. O *tweet*, além de ser um texto de curta extensão, é também um texto que pode ou não ser composto pela multimodalidade, uma vez que a plataforma permite ao usuário anexar imagens, links, vídeos, entre outras materialidades próprias do digital, as quais complementam o texto verbal. Em relação ao estilo, segundo elemento, que se refere às escolhas dos recursos da língua, por ser um texto de extensão delimitada, o internauta, geralmente, se vale de abreviações, símbolos, *links*, *hashtags* e imagens, visando aumentar a informatividade do texto dentro do limite estabelecido (Barbara; Romualdo, 2022). Por fim, o último elemento, o conteúdo temático, que se refere ao domínio de sentido típico do gênero, no *tweet*, geralmente o usuário apresenta um posicionamento breve sobre os mais diversos temas e fatos do cotidiano, geralmente aqueles que ganham repercussão no ambiente digital ou aqueles que ele considera relevante em sua vida cotidiana (Barbara; Romualdo, 2022). Não por acaso, o enunciado que nos propomos a analisar, o qual versa sobre o conflito entre Israel e Palestina, foi moldado sob tal gênero.

Por sua versatilidade, rapidez e abrangência, o X/Twitter se tornou um importante veículo de comunicação entre pessoas, principalmente em relação às pessoas públicas, como os políticos, os quais, por meio dessa plataforma, falam diretamente com seus eleitores e ganham engajamento ao se posicionarem sobre os diversos acontecimentos do cenário nacional e mundial. Em um contexto de polarização como o de nosso país, essa ferramenta é ainda mais poderosa na mobilização da opinião pública e é fortemente utilizada, pela argumentação e/ou instauração de polêmica, para angariar novos simpatizantes.

Uma das figuras da política nacional que faz uso dessa ferramenta para dialogar com seus eleitores é a deputada federal Carla Zambelli, autora do *tweet* que aqui nos propomos a analisar. A referida deputada é representante da direita política brasileira e, em sua conta no X, em que acumula mais de dois milhões de seguidores, se descreve como conservadora e leal ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Como estamos desenvolvendo uma análise de cunho dialógico, importa aqui compreender a referida deputada enquanto sujeito dialógico, que é constituído por diversas vozes socioideológicas, assimiladas a partir das interações sociodiscursivas que se estabelecem no social. Tais vozes constituem seus enunciados refletindo e refratando o mundo a partir de suas axiologias, fato que a faz dialogar, em suas publicações, com determinados sentidos já existentes. Eis o ponto que nos interessa investigar na análise que delineamos na próxima seção.

RELAÇÕES DIALÓGICAS: A “FESTA DE RENOVAÇÃO” DA ESTÉTICA NAZISTA

Nesta seção, empreendemos a análise discursiva de nosso material, a fim de analisar se o *tweet* em questão estabelece, como apontaram os internautas, relações dialógicas com a estética nazista. Olhemos, portanto, para o nosso *corpus*⁴ (Figura 1):

4 Após a repercussão negativa da publicação, a deputada a excluiu de suas redes sociais. Por isso, o acesso ao material se deu por meio de sua reprodução em notícias sobre o caso.

Figura 1 – Publicação da deputada na rede social X



Fonte: Revista Fórum⁵.

O enunciado em tela é composto pela linguagem verbo-visual, a partir da qual texto e imagem se complementam. Debrucemo-nos, primeiramente, sobre o elemento verbal, o qual é a citação de um versículo bíblico: “Mas os que esperam no Senhor renovarão as forças, subirão com asas como águias, e não se cansarão; caminharão, e não se cansarão. Isaias 40:31”⁶.

⁵ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/11/2/carla-zambelli-compara-palestinos-ratos-acusada-de-incentivar-genocidio-147070.html>. Acesso em: 9 fev. 2024.

⁶ A citação da deputada é retirada da Bíblia. No entanto, dependendo da tradução, editora, ano de publicação etc. os textos podem sofrer modificações. Em nossas pesquisas, não encontramos nenhum documento correspondente à citação usada pela deputada, mas similares, como a que usamos aqui para referência: “Mas os que esperam em Javé renovam suas forças, criam asas como águias. Correm e não se afadigam, podem andar que não se cansam” (Bíblia, 2014, p. 934).

Considerando a limitação de uso de caracteres própria do gênero *tweet* e da consequente necessidade de se publicar textos que tenham grande potência semântica, observamos que a escolha do sujeito-enunciador pela reprodução de um versículo bíblico, ao mobilizar esse gênero digital, é bastante relevante. Um traço essencial do enunciado visto pela perspectiva bakhtiniana é o seu direcionamento a alguém (Bakhtin, 2016). No *tweet*, quando se direciona ao interlocutor, o sujeito-enunciador busca seu engajamento. Assim, a referida deputada cria uma imagem de seus interlocutores – representantes da direita política brasileira e apoiadores, assim como ela, do ex-presidente Bolsonaro –, a partir da qual ela sabe que conseguirá, já pela linguagem verbal, a assimilação do discurso veiculado, uma vez que ela dialoga com uma das principais vozes sociais que constituem esses sujeitos, a da religião.

A assimilação da voz autoritária do discurso religioso (Bakhtin, 2015) pelos representantes da direita política brasileira foi evidenciada em inúmeros momentos da história recente de nosso país. Dentro dos limites desse artigo, cabe ilustrá-la recorrendo a um enunciado tido como lema do ex-presidente Bolsonaro e de seus apoiadores, potenciais interlocutores do *tweet* em tela: Deus, Pátria e Família. O enunciado religioso, ao ser postado por uma deputada que se autodescreve como leal a Bolsonaro, dialoga, pela concordância, com o referido lema e com os sujeitos que, no decorrer de sua experiência sociodiscursiva, o assimilaram como palavras próprias.

Ademais, o versículo bíblico, por se valer do uso conotativo da linguagem, consegue transmitir, via *tweet*, muitas informações em poucos caracteres, uma vez que sua compreensão é subjetiva e seus sentidos são múltiplos. Pode-se dizer, por exemplo, que mais que fazer referência ao conflito entre Israel e Palestina, representado na imagem, o referido trecho bíblico, ao ser situado em um tempo-espaço específico – o Brasil de 2023 – e ao ganhar um sujeito – uma deputada de direita leal a Bolsonaro –, estabelece relações dialógicas com a própria situação atual do movimento bolsonarista, derrotado nas eleições presidenciais de 2022.

“Aqueles que esperam no senhor” pode fazer referência aos apoiadores do ex-presidente, que se dizem religiosos; estes, portanto, “renovarão as forças e subirão como águias” ao poder. Além disso, o versículo bíblico tem também um apelo à persistência de atitudes em pretensas lutas ou batalhas que podem parecer perdidas: “correrão, e não se cansarão; caminharão, e não se fatigarão”. Esse tom emotivo-volitivo de convocação à luta dialoga com o ato ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023, data em que apoiadores bolsonaristas, alegando agir em defesa da Pátria (segundo elemento da tríade Deus, Pátria e Família), invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), com vistas a reverter o resultado do processo eleitoral que não reelegeu o ex-presidente. Com efeito, essa reflexão ilustra como o contexto dialógico não tem limites, abrindo espaço para uma multiplicidade de sentidos possíveis.

No entanto, voltando às relações concretas estabelecidas pelo que está verbo-visualmente posto, o versículo parece se referir ao conflito entre Israel e Palestina, mas, enquanto enunciado, situado numa dada situação de comunicação, está povoado de não-ditos e de subentendidos (Volóchinov, 2019). No embate do enunciado com o contexto amplo de sua produção e veiculação, o qual envolve uma guerra entre dois estados, observamos a valoração que o sujeito faz de cada um dos lados do conflito. Ao afirmar que aqueles que esperam no Senhor serão fortalecidos, subentende-se que o outro lado não o faz e, por isso, perecerá. Como esse é um enunciado que tem sujeito, a deputada bolsonarista, e que tem um contexto imediato de produção, cronotopo em que, majoritariamente, os simpatizantes do mesmo espectro político que a deputada se posicionaram a favor das ações de Israel na Faixa de Gaza, compreende-se que os que esperam no Senhor e que serão favorecidos são aqueles ligados à ação militar de Israel.

Tal constatação é reafirmada pelo texto visual que vem para complementar o verbal. Olhemos para ele. Como dissemos, para além do versículo bíblico, o *tweet* em análise é composto também por uma ilustração digital, gênero discursivo-visual próprio das

novas tecnologias e ferramentas de arte gráfica. Na representação, observamos, como pano de fundo, um cenário devastado, aparentemente uma cidade (identificada pelas construções) bombardeada (por estar em chamas e tomada por nuvens de fumaça). No céu esfumaçado, é possível ver aves voando com as asas abertas, cujas silhuetas lembram aviões, que, em diálogo com o cenário e com o cronotopo de conflito, podem ser interpretados como aviões bombardeiros. Ademais, observamos, ao fundo, um mar, fato que pode relacionar a cidade representada à Gaza.

No centro da ilustração, vemos a imagem de uma águia – diálogo direto estabelecido com o versículo bíblico que compõe o enunciado: “subirão com asas como águias” – em cujas asas observamos a estética da bandeira dos Estados Unidos e em cujo peito vemos estampada a bandeira de Israel. Também devemos considerar que a águia-careca representada visualmente é o símbolo nacional dos Estados Unidos da América. Tal formulação visual constrói discursivamente o país americano como uma barreira de proteção sobre Israel, a qual acoberta suas ações. A ilustração estabelece, assim, relações dialógicas com o apoio declarado, desde o início do conflito, do governo estadunidense às ações israelenses.

Além disso, o fato de a águia estar portando a bandeira nacional de Israel no peito complementa e embasa a interpretação feita acima: Israel é que *subirá com asas como águias, renovando suas forças*. Assim, fica claro o posicionamento ideológico da deputada a favor das ações militares de Israel sobre o território palestino.

Seguindo a leitura da imagem, observamos que o posicionamento da águia-israelense é de ataque, com as asas e bico abertos e as garras preparadas para agarrar sua presa: um rato. Este, por sua vez, está sobre uma pedra, possivelmente um escombros da cidade bombardeada, e tem feição assustada. Em seu corpo, é possível observar um dispositivo explosivo e, em seu peito, vê-se a bandeira da Palestina. Ao ter esse símbolo nacional estampado no animal representado, vemos que a ilustração equipara metaforicamente o povo palestino aos ratos, signo

ideológico em geral valorado de maneira negativa, quase sempre como pragas e transmissores de doenças. Logo, as axiologias da deputada acerca dessa comunidade ficam evidentes por meio da metáfora animalésca.

Outro ponto que chama atenção e que estabelece relações dialógicas é o colete explosivo usado pelo rato. A população palestina é composta, majoritariamente, por muçulmanos. Estes, por sua vez, sofrem socialmente com a islamofobia, um preconceito de origem religiosa, e, frequentemente, são associados a homens-bomba que praticam ataques terroristas em nome da religião – ou melhor, da sua interpretação da religião –, tais como os terroristas do grupo Hamas. No entanto, ao associar o colete explosivo à bandeira da palestina, o sujeito do enunciado dialoga com vozes sociais islamofóbicas e, conseqüentemente, associa os terroristas ao povo palestino, evidenciando sua avaliação estereotipada e preconceituosa a respeito dessa população. Além disso, ao caracterizar os palestinos enquanto ratos-terroristas, o enunciado trabalha no sentido de justificar os ataques que estão sendo empreendidos pelo governo de Israel sobre a população civil da Palestina. Assim, a imagem dialoga com o discurso de legítima defesa usado para defender os ataques do governo israelense: o povo palestino, representado como terroristas, atacou Israel e, agora, está sendo caçado pela águia, que, por sua vez, tem sua ação legitimada pelo discurso bíblico: “renovarão as forças, subirão com asas como águias”.

Muitos são os matizes problemáticos desse *tweet*, mas importantes, agora, dentro dos limites deste capítulo, analisar discursivamente se ele estabelece relações dialógicas com a estética da propaganda nazista. Por se tratar de um outro cronotopo, possivelmente representado no enunciado, é preciso, aqui, contextualizar brevemente a Alemanha de Hitler. O governo nazista chegou ao poder em 1933, quando Adolf Hitler passou a ocupar o cargo de chanceler. Antissemita e eugenista convicto, Hitler instaurou um governo totalitário e tinha como objetivo a expulsão dos judeus do território alemão. Com o passar dos anos e

com a conquista de novos territórios, o objetivo se modificou, Hitler queria exterminar toda a comunidade judaica do território europeu a fim de garantir a “sobrevivência do Império Alemão” e a “pureza” da raça ariana.

A fim de mobilizar a opinião pública a seu favor, Hitler criou o Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda, o qual foi mobilizado para construir uma mentalidade coletiva contra a comunidade judaica de modo a justificar seu assassinato em massa. Dentro desse grande aparato de mídia, diversos tipos de enunciados circularam, desde produções fílmicas até cartazes, veiculados na vida cotidiana dos alemães com vistas a incutir-lhes os valores e axiologias eugenistas do governo (Figura 2).

Figura 2 – Colagem com cartazes nazistas



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dois cartazes nazistas⁷.

⁷O primeiro cartaz foi retirado do perfil na rede social X do Museu do Holocausto. Disponível em: <https://twitter.com/MuseuHolocausto/status/1717916964050379160/photo/2>. Acesso em 9 fev. 2024. Tradução livre: Rato: extermine-o. O segundo cartaz, por sua vez, foi retirado do site Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/irn3728>. Acesso em 10 fev. 2024. Tradução livre: Com nossas bandeiras é a vitória.

Utilizando as ferramentas de ilustração disponíveis à época, várias foram as estratégias usadas para a representação dos judeus, mas as principais os colocavam como um inimigo do povo alemão ou como uma praga que precisava ser eliminada da sociedade alemã, pois poderia contaminá-la. Dessa forma, a comunidade judaica era, muitas vezes, desumanizada e representada, pela estética nazista, como vermes, cogumelos venenosos e, até mesmo, ratos (Figura 2). Em contrapartida, o Império Alemão, nessa metáfora animalésca, com frequência era representado pela águia (Figura 2), que é valorada socialmente como símbolo de nobreza, liderança e vitória. Ambos os animais, enquanto um objeto de existência material, representados em um enunciado, que tem sujeito e que parte de uma situação sociodiscursiva, passam a assumir o papel de signo ideológico e produzem sentidos, veiculando axiologias. Ao ser retomado em novos contextos e em novos enunciados, esse jogo metafórico com os animais está “[...] já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito” (Bakhtin, 2015, p. 48) e, portanto, estabelece relações dialógicas com enunciados anteriores; no caso da ilustração que compõe o *tweet* da deputada brasileira, o diálogo acontece com os enunciados nazistas.

Tais relações ficam ainda mais diretas quando observamos, no âmbito do discurso, que, em ambos os casos, a águia representa aquele que está na posição de poder e de ataque; enquanto o rato representa o grupo atacado, que, pela metáfora da praga, é um mal social e precisa ser eliminado. Mesmo sendo elaborada em outro tempo-espço, com outras e novas tecnologias de ilustração e referindo-se a outro conflito, a publicação retoma, inegavelmente, no verbo-visualmente posto e, também, no âmbito do discurso, a estética nazista, visando justificar os ataques de Israel à população civil da Palestina.

Ao ser moldado pelo gênero discursivo *tweet* e ser publicado em uma rede social cujo alcance é enorme, o propósito discursivo do sujeito-falante é convencer seus seguidores sobre as axiologias

que veicula no enunciado. O objetivo nazista ao colar cartazes nos locais públicos da Alemanha era o mesmo. Em ambos os casos, a metáfora animalésca parte do princípio conotativo da linguagem, mas é bastante literal: busca justificar o assassinato de um povo. Eis, portanto, a “festa de renovação” dos sentidos da estética nazista. Novas tecnologias, velhas axiologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, ao tomarmos como material de análise um *tweet* que tem como objeto de discurso o atual conflito entre Israel e Palestina, objetivamos analisar a existência de relações dialógicas entre o referido enunciado e a estética nazista, conforme foi apontado por muitos internautas na rede social X/Twitter.

Por meio da análise discursiva empreendida, observamos que novas tecnologias podem e estão a veicular velhas axiologias. Considerando os conceitos de relações dialógicas, signo ideológico e cronotopo, foi possível afirmar que, ao se valer de metáforas animalésicas para se referir aos envolvidos no conflito israelo-palestino, o enunciado – veiculado nas redes sociais e ilustrado digitalmente – estabelece relações dialógicas com a estética da desumanização usada pelos nazistas na Alemanha da década de 30, principalmente pelo fato de que, ao comparar os palestinos a ratos, busca justificar os ataques a eles empreendidos.

Em outros contextos, essa retomada dialógica do discurso nazista já seria problemática. Vinda de uma figura política, essa “festa de renovação” de sentidos da estética nazista nos acende um alerta e nos faz questionar: como é possível que sentidos como esses sejam livremente retomados na atualidade? Como sujeitos dialógicos, precisamos, pois, nos posicionar e fazer a nossa parte para garantir que tais discursos voltem à lata de lixo da História, lugar de onde não deveriam sair.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. *Consolem, consolem o meu povo*. São Paulo: Paulus, 2014. p. 933-958.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Teoria do Romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

BARBARA, K. G.; ROMUALDO, E. “Onde já vimos isso antes?”: uma análise dialógica do signo ideológico “câmaras de gás” em tweets. *In*: ROMUALDO, E. C.; SANTOS, E. M. (org.).

Linguagens, mídias e tecnologias. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 175-194.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. (org.).

Bakhtin: outros conceitos-chave. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 9-31.

MAIO, M. C. Sob o signo do Acordos de Oslo: perspectivas diversas sobre o conflito israelo-palestino. **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 3-13, 2014.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia.**

Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo:
Editora 34, 2019.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, em parceria com a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

UM GOLPE CONTÍNUO: O DISCURSO TECNICISTA- ECONÔMICO DA IMPRENSA HEGEMÔNICA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Thaís Gomes Teixeira
Juliana da Silveira

INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre o discurso jornalístico, no contexto de plataformas digitais¹, são de extrema relevância para compreender como se constitui a relação entre mídia e tecnologia nesse campo específico. Este artigo faz parte de desdobramentos teóricos da pesquisa de mestrado *Golpe, uma palavra gasta*: a saturação dos sentidos nos posts-editoriais da Folha de S. Paulo no Instagram², que teve como objeto de estudo observar como os textos editoriais publicados em um perfil jornalístico do/no Instagram contingenciam sentidos, ao mesmo tempo que produzem efeitos fragmentados quando atravessados por uma interlocução coletiva e sobredeterminados por condições de produção próprias da plataforma. Para que pudéssemos fazer uma discussão mais direcionada, selecionamos como *corpus* de análise dois editoriais do jornal Folha de S. Paulo, que mencionam, de maneira direta ou indireta, o significante golpe, e que circularam em formato de *post*

¹ De acordo com Srnicek (2016), as plataformas são estruturas digitais que possibilitam a interlocução entre dois ou mais grupos. Para ele, essas plataformas “[...] são muito mais que empresas de internet ou de tecnologia, uma vez que podem operar de qualquer lugar [...] [elas] produzem e dependem do efeito de rede social: quanto mais usuários usam a plataforma, mais valiosa ela se torna. O *Facebook*, por exemplo, se tornou uma rede social padrão simplesmente por causa do grande número de pessoas presente nela” (Srnicek, 2016, p. 30, tradução nossa).

² Pesquisa de mestrado feita por Thaís G. Teixeira (2023).

³ no perfil do jornal no Instagram, em 2018 e 2020. Além disso, também separamos recortes de alguns comentários feitos nessas publicações, com o objetivo de compreender como os *golpes* do/no Brasil são discursivizados pelo jornal Folha de S. Paulo nessa plataforma digital, produzindo novos gestos de leitura e interpretação sobre acontecimentos políticos que marcaram a formação social brasileira, como o golpe de 1964 e o golpe parlamentar/jurídico/midiático de 2016.

UM GOLPE CONTÍNUO

08 de janeiro de 2023, milhares de pessoas com roupas verde-amarelo e carregando a bandeira do Brasil invadiram a Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF. Sem uma ação policial efetiva, os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal (STF), que simbolicamente representam o Estado brasileiro, foram depredados em poucas horas. O que por quatro anos foi chamado de uma aventura golpista⁴ pela mídia hegemônica, se concretizou para além das disputas simbólicas nas plataformas digitais. E mesmo que a cadeia de eventos do dia 08 de janeiro possa ser contada de maneira cronológica, ainda há muitas camadas que precisam sair da evidência para que possamos compreender como esse acontecimento histórico e político se conecta com tantos outros golpes brasileiros. Para Arantes (2010), a ditadura militar no Brasil não teve um fim. Pelo contrário, “[...] abriu as portas para um verdadeiro processo descivilizatório”, fazendo com que se instaurasse um outro tipo de golpe:

³ Texto publicado em uma plataforma digital. Ele pode ser feito em diversos formatos: vídeo, imagem, escrito, áudio, multimídia etc.

⁴No editorial Capitólio Caboclo, publicado em 11 de janeiro de 2022, a Folha de S. Paulo escreve que os militares passaram os últimos três anos negando as aventuras golpistas de Bolsonaro. O editorial está disponível em <https://acervo.folha.com.br/>

Basta [...] olhar para o Estado e a sua Constituição, por ela mesmo definido em 1988, como sendo democrático e de direito. O que poderia então restar da ditadura? [...] Na opinião de um especialista em instituições coercitivas, Jorge Zaverucha, pelo menos no que se refere às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, polícias militares e segurança pública [...] a Carta outorgada pela ditadura em 1967, bem como sua emenda de 1969, simplesmente continua em vigor. [...] Porém suas conclusões não são menos dissonantes do que as repertoriadas até agora. A começar pela mais chocantes de todas (se é que esse efeito político ainda existe): a constitucionalização do golpe de Estado. [...] (Arantes, 2010, p. 212-213).

A história da política do Brasil está repleta de golpes que foram (re)significados conforme as posições de poderes dominantes. Sendo assim, concordamos com Arantes (2010) quando ele diz que a herança da ditadura foi assegurada pela impunidade da Lei da Anistia⁵, que absolveu torturadores, além de normalizar a violência política, criando um “Estado de emergência econômica permanente”. É a partir desse contexto que vamos falar dos golpes do/no Brasil, entendendo que eles não são apenas rupturas democráticas, como a que aconteceu em 1964, mas também um estado contínuo, que vai adicionando mais camadas cada vez que uma crise política, articulada pelas instâncias de poder do Capital, se instaura no país com a compactuação das elites e dos sistemas político, jurídico midiático.

Partindo do princípio de que, como nos diz Orlandi (2005), os sentidos são muitos, mas não qualquer um, compreendemos que as

⁵ A Lei da Anistia foi promulgada em 1979, pelo então Presidente, e militar, João Figueredo. Ela concedeu a anistia “[...] a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos *servidores da Administração Direta e Indireta*, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (Brasil, 1979, grifo nosso). Ou seja, ela igualou exilados e torturadores.

relações de poder constituídas produzem sentidos a partir de uma imbricação constitutiva entre sujeito, língua, história e tecnologia. Sendo assim, buscamos compreender como o jornal Folha de S. Paulo, atravessado pelas normatizações técnicas e discursivas do Instagram, discursiviza os golpes do/no Brasil nos seus editoriais, construindo um determinado imaginário sobre esse significante.

Para isso, precisamos compreender que o perfil da Folha de S. Paulo no Instagram não pode ser considerado uma representação do jornal impresso, como acontece no *site*. Pelo contrário, existem limitações e regras específicas dessa plataforma que exigem novas formulações para que o texto circule ali. Isso é o que Gallo (2011) chama de textualização⁶, um processo que surge a partir do confronto de duas formações discursivas dominantes, relacionando uma memória institucional a uma atualidade (Gallo, 2011). Assim, entendemos que, ao mesmo tempo em que a textualização produz o efeito de legitimidade do que é dito pelo jornal no seu perfil, é por meio dela também que podemos identificar a contradição presente entre o discurso jornalístico da FSP e o discurso tecnicista-econômico do Instagram. E, é justamente esse discurso tecnicista-econômico o que vai determinar o que deve e o que pode ser dito ali.

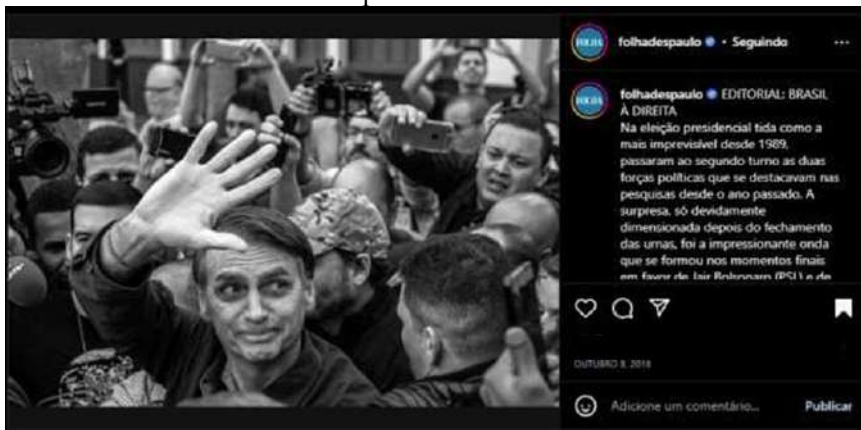
PRIMEIRO GESTO DE ANÁLISE

Neste primeiro gesto de análise, vamos perceber que, ao mesmo tempo em que o jornal busca produzir novos sentidos para golpe, (re)significando-o e produzindo um apagamento tanto do golpe de 1964 quanto do golpe de 2016, nos comentários esses efeitos se fragmentam, possibilitando não só que essas memórias sejam retomadas, como produzindo um efeito de “falha” no discurso jornalístico. As sobredeterminações técnicas da plataforma, assim como o atravessamento do discurso tecnicista-econômico, tornam-se fatores dominantes, fazendo com que aquele

⁶ Noção apresentada por Gallo (2011) e trabalhada em sua tese de doutorado.

sujeito-leitor, que aqui passaremos a chamar de sujeito do comentário, produza sentidos fragmentados de golpe, furando o efeito de contingenciamento produzido pelo jornal. Nosso ponto de partida é, então, o golpe/impeachment de 2016. Durante os dois anos após o afastamento de Dilma, não foi encontrado nenhum *post*-editorial publicado no perfil da FSP sobre este assunto. Esse comportamento começa a mudar a partir de outubro de 2018, após Jair Bolsonaro passar pelo primeiro turno das eleições presidenciais. Na ocasião, a FSP publicou um *post*-editorial chamado “*Brasil à direita*”. Esse *post*-editorial circulou no Instagram e no impresso um dia após o primeiro turno. Diferente das fotos que acompanhavam os recortes de matérias, reportagens e coberturas jornalísticas, a foto do editorial vem em preto e branco, característica própria desses *posts*-editoriais da FSP.

Figura 1 – Post-Editorial “Brasil à Direita” publicado em 8/10/2018 no perfil da FSP



Fonte: Folha de S. Paulo, 2018.

Na Figura 1 temos um recorte do *post*-editorial publicado no perfil da FSP no Instagram. A publicação apresenta uma fotografia em preto e branco de Jair Bolsonaro, então presidenciável, e que estava em evidência no contexto político das eleições de 2018. Seu oponente direto era Fernando Haddad, do PT, que assumiu a

candidatura do partido após a Operação Lava Jato prender o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na legenda, vemos que o jornal traz o título do editorial, chamado de “Brasil à Direta”, seguido do texto editorial. Como já vimos anteriormente, aqui não é publicado o mesmo texto do editorial que circula no impresso. Devido às limitações da plataforma, apenas uma parte do texto é possível replicar aqui. Sendo assim, o jornal escolhe quais os trechos que farão parte da legenda do *post*-editorial, como no caso apresentado. De modo geral, o texto do editorial faz uma análise do primeiro turno das eleições, apontando possíveis motivos para que Bolsonaro tenha mantido um favoritismo, em contraponto com Haddad, que, de acordo com o jornal, só conseguiu passar para o segundo turno devido ao favoritismo de Lula no Nordeste, que possui o quarto maior colégio eleitoral do País – o Estado da Bahia. Percebemos isso pelo enunciado “Os votos do Nordeste, onde ainda se impõe a força do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), levaram Fernando Haddad à rodada final”. Ao apresentar uma “justificativa” para que Haddad tenha ido ao segundo turno, o jornal produz os efeitos de imparcialidade e objetividade, ainda que a sua opinião estivesse ali, uma vez que o texto se trata de um editorial, esses efeitos são o que possibilita a eficácia do discurso jornalístico, uma vez que o jornal utiliza de um senso comum, que é a popularidade de Lula nos Estados do Nordeste, como um fato.

[...] a ‘objetividade’ dos fatos, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação dos sentidos. O que constitui uma propriedade do discurso jornalístico? É a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É também o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Estas propriedades estão [...] no cerne da produção jornalística (Mariani, 1998, p. 63).

Além disso, o jornal produz sentidos sobre a conjuntura política brasileira naquele momento, evidenciado pelo título do editorial que o caminho que o país estaria trilhando naquelas eleições seria voltado para um alinhamento político à direita. Trazer esse enunciado como título do editorial evidencia a polarização que o Brasil se encontrava nas eleições de 2018. Dizer que o Brasil estaria à direita, mostra que existe uma esquerda a qual existe uma oposição. Historicamente, a Folha de S. Paulo sempre teve um alinhamento político conectado às relações de poder capitalista e neoliberal, e traz esse posicionamento para seus editoriais. No caso do *post*-editorial apresentado na figura 01, o jornal coloca Bolsonaro como um “azarão” político, evidenciando isso a partir do enunciado “foi a impressionante onda que se formou nos momentos finais em favor de Jair Bolsonaro (PSL)”. Não há aqui um movimento de apoio ao candidato, mas sim um reforço no discurso antipetista, que vem sendo inflado desde o golpe de 2016. Para apoiar a análise, trago dois recortes de comentários presentes nesta publicação. O primeiro recorte mostra os comentários que mais receberam curtidas de outros usuários da plataforma. Já o segundo recorte mostra a fragmentação dos sentidos de golpe produzidos por esse *post*-editorial. Vejamos o quadro a seguir⁷:

⁷ Devido à extensão na quantidade de comentários presentes nos arquivos, optou-se por apresentar os comentários em forma de quadro e não de imagem. O texto dos comentários foi mantido exatamente o mesmo, sem que fossem feitas quaisquer modificações em possíveis falhas de digitação do usuário.

Quadro 1 – Recorte dos comentários extraídos do post-editorial “Brasil à Direita”

@emiliobessa (428 curtidas)

Parabéns Nordeste! Somos sinônimo de luta ao preconceito! E dando aula aos intruídos "sulistas" que hj só pregam ódio e intolerancia. Orgulho de nós e sigamos no combate pq dia 28 tem mais demonstração de cidadania e respeito ao proximo!!

@giuliamdaquino (198 curtidas)

Obrigada NORDESTE ☐

@beto.marcio (169 curtidas)

A votação dos Nordestinos não foi devida a uma imposição do Lula ou do PT, foi por sensatez, inteligência, amor ao próximo e conhecimento da História do Brasil ☐☐.

@marialuizapaiola (124 curtidas)

O povo nordestino é um povo por quem tiro meu chapéu, enquanto o restante come ovo e rota caviar, pura gente metida a rico, quer ser oq não é até na política

@fariasrute (118 curtidas)

É tanto que somos considerados a segunda nação mais ignorante do mundo...Tantos votos pra um doente patético desse. Nojo!☐

@isacsouza92 (115 curtidas)

Eu como Baiano, e viajante do nosso sertao baiano, vejo a miseria que o nosso povo passa! E eu digo como prova do que vi, o PT destruiu nosso país, o pobre continua pobre, e os governos do PT assaltou os cofres publicos do nosso País com a maior corrupcao da historia! Problema dos pobres nordesditos é a falta de informacao, ficam a mercer do unico meio que tem, a midia!

Fonte: Folha de S. Paulo, 2018.

Como podemos perceber, os quatro comentários mais curtidos por outros usuários/leitores dizem respeito ao que o jornal trouxe sobre Haddad só ter conseguido ir disputar o segundo turno devido aos votos do Nordeste, evidenciando tanto a polarização,

mencionada anteriormente, quanto o senso comum de que o Nordeste brasileiro é em sua maioria petista, portanto, também de esquerda. Além disso, os enunciados “luta contra o preconceito”, “dando aula aos instruídos ‘sulistas’ que hj só pregam ódio e intolerancia”, “sensatez”, “amor ao próximo”, “povo por quem tiro o meu chapéu” presentes nos primeiros comentários mostram que há um pré-construído em relação a população nordestina, que se evidencia no último comentário, quando o usuário fala dos “pobres nordestinos” sofrem com a “falta de informação” e por isso votam majoritariamente no PT. Esses pré-construídos e essa polarização vão permear todos os comentários presentes nessa publicação, e se mostrar como uma regularidade em relação à interlocução dos sujeitos-usuários/leitores, com o discurso jornalístico da FSP. É interessante perceber nesses comentários que tiveram maior interação, que a menção à Bolsonaro e ao Brasil estar “à Direita” não acontece de maneira direta, mas se mostra presente quando vemos esses sujeitos demonstrarem sua “gratidão” ao nordeste por aquele pleito eleitoral ter ido para o segundo turno. Com exceção do último comentário, não vemos aqui uma filiação desses sujeitos aos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico nesse *post*-editorial, causando aí uma falha nesse discurso, que acontece justamente pela possibilidade de existir um espaço imbricado à publicação que permite com que os sujeitos-usuários/leitores passem a ser também sujeitos-autores desta publicação, produzindo novos gestos de leitura do texto em questão.

Ao analisar os comentários durante uma apresentação síncrona em um congresso acadêmico, Silveira (2021) nos traz que esses comentários “[...] se situam na fronteira entre o público e o privado”, e mesmo que eles não modifiquem substancialmente a prática de um discurso já legitimado, eles produzem “efeitos e deslocamentos” (Silveira, 2021. p. 289). No caso dos comentários presentes no *post*-editorial da FSP no Instagram, podemos perceber esses deslocamentos uma vez que no jornal impresso não há esse espaço de interação. O espaço dos comentários propõe uma nova relação entre o discurso jornalístico, o discurso da escritorialidade –

ao qual o *post*-editorial está inscrito, e o discurso ordinário dos sujeitos dos comentários, produzindo conflitos, falhas e a fragmentação dos sentidos. Vejamos agora o segundo recorte feito dos comentários presentes na publicação da figura 06, e que mencionaram o significante golpe:

Quadro 2 – Recorte dos comentários extraídos do post-editorial “Brasil à Direita”

| |
|--|
| <p>@raphavz Como que pode uma pessoa eleita no país todo (exceto Nordeste) ir pro segundo turno? Tem golpe aí, mas não tem problema, arrebentamos no 1º turno e vamos atropelar no 2º! #B17 #BolsonaroPresidente17 #17 #NãoaoComunismo”</p> <p>@marialeticidiniz @na_sugiyama Para quem apoiou o golpe. O que esperar?</p> |
|--|

Fonte: Folha de S. Paulo, 2018.

No primeiro comentário, o usuário questiona o fato de haver segundo turno. Para ele, houve um “golpe” já que Bolsonaro não foi eleito logo no primeiro turno. Perceba que aqui a palavra golpe não remete necessariamente a nenhuma dos dois acontecimentos que marcamos anteriormente (o golpe de 1964 e o de 2016). Pelo contrário, ela é colocada como um substantivo, que semanticamente podemos remeter a frase popular “tem coisa aí”, ou seja, algo está errado em ter segundo turno. Há aqui uma (re)significação do sentido de golpe ao mesmo tempo em que acontece um processo de “banalização”, da palavra, apagando os sentidos políticos que ela reclama. Por outro lado, vemos no segundo comentário uma resposta de outro sujeito-usuário/leitor em que esses sentidos apagados no comentário anterior são retomados. Ao dizer “Para quem apoiou o golpe... o que esperar?”, esse usuário/leitor retoma tanto a memória do golpe de 1964 quanto o de 2016. Já sabemos que o jornal Folha de S. Paulo apoiou o Golpe Militar em 1964, assim como atuou ativamente para reforçar o discurso antipetista e de legalidade do processo de impeachment

em 2016, culminando em um novo golpe de Estado. Toda a historicidade de golpe que recuperamos nos capítulos anteriores é evidenciada nesse enunciado, assim como a falha no discurso jornalístico. Essa interlocução entre os sujeitos dos comentários e a Instituição imprensa, enquanto um AIE, se dá no confronto entre os diferentes efeitos produzidos a partir de diferentes gestos de leituras em um espaço enunciativo informatizado, como o Instagram. É na circulação desse *post*-editorial, controlada por definições algorítmicas, que faz com que diferentes sujeitos, ocupando diferentes posições, escrevam suas opiniões em uma espécie de coautoria com o *post*-editorial, possibilitando não só a fragmentação do significante golpe, como também os múltiplos sentidos que um *post*-editorial pode produzir a partir de suas determinações técnicas. Esse funcionamento vai determinar como a FSP discursiviza sobre os golpes do/no Brasil no seu perfil do Instagram, assim como os comentários vão evidenciar as falhas e contradições do discurso jornalístico nesse espaço. A partir disso, compreendemos que a instituição impressa, enquanto AIE, vai sempre apresentar uma determinada realidade com objetivo de manter a reprodução das relações de produção (Althusser, 1985), o que discursivamente impossibilita que a FSP formule outros dizeres sobre golpe, que não sejam os de apagamento e silenciamento dos golpes passados, assim como a sua (re)significação conforme as condições de produção dadas.

SEGUNDO GESTO DE ANÁLISE

Agora, avançamos no tempo para janeiro de 2020, um ano após Jair Bolsonaro ganhar as eleições e tomar posse como Presidente do Brasil. Com mais de 57 milhões de votos, Bolsonaro venceu seu adversário nas urnas, Fernando Haddad (PT), em meio a um país dividido e imerso numa onda crescente de descrédito com o sistema político e seus representantes.

À medida que o Brasil se digitalizava, ficava cada vez mais evidente o tamanho das massas excluídas do espaço público e da conversa política [...]. As instituições enfrentavam dificuldades mortais para transportar autoridade e poder para esse novo território. A ideia de poder vertical, com sua lógica de lugares vazios e personagens em ocupação transitória, foi dando lugar ao fato de que o poder digital seguia outra lógica. Famílias empoderavam seus costumes e seus preconceitos, indivíduos excluídos organizam-se em grupos de ressentimento e resistência, comunidades formadas pela identidade de gênero, raça e orientação sexual segmentavam discursivamente o consumo (Dunker, 2022, p. 172).

Nesse contexto, tínhamos também um conjunto formado pela mídia tradicional, as elites e o empresariado voltado para objetivos econômicos neoliberais, que com a vitória de Bolsonaro, eram representados pelo então Ministro da Economia Paulo Guedes – a cara do programa econômico de Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Essa foi a configuração política do país no primeiro ano de governo. Ao passo em que essa conjuntura era construída e observada nos editoriais do jornal impresso, o mesmo não acontecia no Instagram. Durante todo ano de 2019 e boa parte do começo de 2020, a FSP raramente fez *posts*-editoriais, e quando o fez foram em momentos específicos, geralmente devido à grande repercussão, e, geralmente, com o discurso econômico atravessando o discurso jornalístico. Esse era um reflexo não só desses objetivos em comum a favor de pautas econômicas, como um atravessamento indissociável produzido pela plataforma, que com o passar do tempo foi naturalizando sua origem econômica, voltada aos interesses privados de grandes monopólios corporativos⁸. Sendo assim, compreendemos que os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico da FSP sobre golpe no Instagram, não poderiam circular

⁸ Hoje as principais plataformas de comunicação (Instagram, Facebook, WhatsApp, Twitter, Telegram...) fazem parte de monopólios empresariais internacionais, sendo que as três primeiras plataformas citadas compõem apenas uma empresa, a Meta.

sem o atravessamento do discurso econômico, o que possibilitou que novos gestos de interpretação fossem mobilizados e outras formações imaginárias fossem construídas na relação dos sujeitos com esse signifiante. É o que acontece após anos de silenciamento sobre o golpe/impeachment de 2016 no perfil do jornal. Quando, em janeiro de 2020, a FSP traz novamente as palavras golpe e impeachment para os *posts*- editoriais, os sentidos já são outros, como podemos observar na Figura 2:

Figura 2 – *Post*-editorial de 01/01/2020. No impresso, esse editorial se intitula “Travessia”



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

Esse é um *post*-editorial publicado no dia 1º de janeiro de 2020. Nele, a FSP faz uma breve avaliação sobre o primeiro ano do governo Bolsonaro. Percebemos que no texto que está presente na arte temos algumas formulações destacadas em negrito. A foto utilizada é a de Bolsonaro, sorrindo com um ar meio debochado, apontando para a faixa presidencial. Podemos notar que, nesse *post*-editorial, ao mesmo tempo em que a FSP produz um efeito de descontentamento em relação a Bolsonaro, ela vai reforçar sua posição-sujeito institucional, direcionando sentidos sobre

impeachment e golpe, trazendo novamente uma explicação didática sobre cada uma dessas palavras. Notemos que na peça gráfica a palavra golpe não aparece de maneira direta, porém temos um sentido destacado no enunciado “Presidente hostil aos valores democráticos de 1988”. Ao usar o adjetivo “hostil” para se referir a Bolsonaro, a FSP produz um efeito de alerta em relação ao comportamento do Presidente. O complemento “aos valores democráticos de 1988” reforçam esse efeito, como se fosse um aviso de que as ações de Bolsonaro poderiam, em algum momento, levar a uma possível ruptura do Estado democrático representado pela CF. Recorrendo à memória discursiva, compreendemos que os sentidos aqui mobilizados estão relacionados ao golpe de 1964, uma vez que Bolsonaro é um capitão reformado do exército. Desse modo, o sentido de golpe relacionado a uma ruptura militarizada, violenta e repressiva passa a circular junto com esse *post*-editorial. Como podemos perceber, ao mesmo tempo em que a FSP retoma um certo sentido para golpe, ela também silencia e apaga os sentidos sobre o golpe de 2016. Ao dizer que, pela “primeira vez ela [a Constituição de 88] teve testada a sua integridade”, isso impossibilita falar que em 2016 houve um golpe e não um impeachment já que, pelo enunciado em questão, até Bolsonaro assumir a presidência, a Constituição não havia sido “ferida”. Outro silenciamento presente aqui é o fato histórico já mencionado do apoio da Folha de S. Paulo ao golpe militar de 1964. Sabe-se, a partir dos próprios editoriais da FSP, que o jornal não só defendeu a tomada de poder pelos militares, como permaneceu boa parte da ditadura ao lado do regime. Em contrapartida ao que circulava no Instagram, no editorial impresso o jornal mobilizava outros sentidos a partir de enunciados que não são formulados no *post*-editorial, inclusive o título, “Travessia”. Vejamos o recorte a seguir:

[...] o medo do impeachment parece acossar o mandatário, contribuindo para as constantes reviravoltas em suas intenções e medidas, o que não deixa de ser uma prova da ubiquidade dos mecanismos de prevenção dos abusos de poder. [...] A área

econômica desponta como exceção nas habilidades técnicas, mas não nas políticas. [...] A reforma da previdência e o avanço na do saneamento básico se devem mais ao esforço do Congresso. [...] A aceleração da atividade econômica surge agora como o maior, senão for o único, elemento para salvar o mandato da mediocridade (Travessia, 2020, p. 2).

Nesse trecho do editorial, o jornal traz o enunciado “o medo do impeachment parece acoessar o mandatário”. Podemos perceber que neste caso, ao usar a palavra impeachment, os sentidos mobilizam a memória do golpe/impeachment de Dilma, produzindo um efeito de repetição. Esse enunciado também aproxima a figura política de Dilma a de Bolsonaro⁹, como se ambos tivessem cometido crimes cuja consequência seria o impeachment. Também podemos ver nesse enunciado o atravessamento do discurso econômico quando o jornal cita que a “área econômica desponta como exceção”, e que “A aceleração da atividade econômica” seria o único fator capaz de “salvar” o governo. Aqui há novamente um efeito que aproxima Bolsonaro de Dilma, com a FSP trazendo a pauta econômica como uma definidora de um bom

⁹ Para que seja possível conectar o nome de Jair Bolsonaro com Dilma Rousseff no título do editorial, é necessário recuperar a memória política que coloca essas duas figuras lado a lado. Para além de adversários no campo político, o jornal coloca Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em uma mesma posição, unindo os dois a partir do nome e sobrenome e mostrando que o futuro de Bolsonaro enquanto Presidente estaria caminhando para o mesmo lugar de Dilma, produzindo dois apagamentos: (1) o reforço a legitimidade do processo de impeachment – quando entendemos como um processo golpista; (2) o único evento que coloca Bolsonaro e Dilma em um mesmo campo – ainda que de lados opostos – que foi o momento de fala do Bolsonaro na votação da Câmara dos Deputados pela abertura do processo que tiraria Dilma da presidência, em abril de 2016. Na ocasião, Bolsonaro fala, em sua justificativa de voto, que sua motivação seria “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Ustra foi o responsável por torturar Dilma quando foi presa, em 1970, durante a ditadura militar no Brasil. Assim, ao colocar essas duas figuras lado a lado no título do editorial, o jornal apaga tanto a evidência da tortura, quanto o seu apoio institucional ao golpe militar de 1964 e o golpe de 2016 (Teixeira, 2021, p. 766).

ou mau governo. No caso de Bolsonaro, a pasta econômica que vai bem – chefiada pelo ministro liberal Paulo Guedes – é a única coisa que poderia salvá-lo de um impeachment. Já no caso da Dilma, fica evidente que o fato de ter interferido diretamente em questões econômicas foram os “motivos” que a levaram até o caminho do impeachment. Podemos perceber nessa relação que o jornal utiliza o instrumento legal do impeachment como uma “arma” a serviço da manutenção do Estado liberal, o que vai marcar a posição da FSP ao longo dos seus editoriais. Sendo assim, temos na circulação do jornal impresso um editorial que retoma toda a historicidade do golpe de 2016, ao passo em que no Instagram circula um *post*-editorial que silencia e apaga esses sentidos, colocando em evidência apenas a hostilidade de Bolsonaro em relação à democracia, ou seja, mobilizando outros sentidos para golpe.

Além das questões já observadas em relação a significação de golpe, podemos pontuar também nesse jogo entre o editorial e o *post*-editorial, a diferença no efeito-leitor provocada pelo impresso e pelo Instagram. Enquanto no impresso espera-se que o efeito-leitor seja de apoio à gestão econômica do governo Bolsonaro, ainda que o Presidente teste a Constituição, no Instagram o mesmo não acontece. Isso se dá devido a presença do sujeito do comentário, como já apresentamos anteriormente. Como no jornal impresso não há a possibilidade de uma interlocução direta com o sujeito-leitor, o efeito-leitor se dá a partir das instâncias de poder legitimadas dos discursos da escrita e jornalístico. Já o efeito-leitor produzido a partir do sujeito do comentário é produzido a partir do discurso da escritorialidade e atravessado pelo discurso econômico e tecnicista da plataforma. Isso faz com que o efeito-leitor produzido seja fragmentado, possibilitando uma multiplicidade nos gestos de interpretação daquele *post*-editorial, o que não acontece no editorial. Vejamos alguns recortes de comentários feitos na publicação da Figura 2:

Quadro 3 – Recorte dos comentários extraídos do post-editorial
“Travessia”

@afsl_ssa

Se nossa constituição fosse realmente respeitada, esse elemento que aí está nunca seria presidente. A ocupação deste cargo por ele, só ratifica a fragilidade das nossas instituições. Em um país que realmente respeita suas leis, esse sujeito já estaria preso, tanto pelo seu diacurso de ódio, quanto pela sua corrupção endêmica.

@janusreis53

Nada mais anti democrático que a constituição de 88, tá na hora de rasgar e fazer outra.

@_dann_ribeiro_

@marciojunque Exatamente. Até hoje to sentado esperando a ditadura militar começar... □□□

@thalles_vieira01

Sergio moro 2022

Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

Como podemos observar nos comentários apresentados, o efeito-leitor produzido pelo *post*-editorial é diferente daquele produzido pelo editorial no jornal impresso. Isso acontece porque os trechos escolhidos para formular o *post*-editorial direcionam os sentidos para a questão da resistência da Constituição Federal em relação aos movimentos hostis de Bolsonaro. Já no editorial a questão da gestão econômica positiva se evidencia, produzindo um efeito de imparcialidade na medida em que tanto os pontos positivos quanto negativos do Governo Bolsonaro são apresentados ali. Retomando os comentários, percebemos como a fragmentação dos sentidos produzem diferentes gestos de leitura desse texto. Quando um sujeito-usuário/leitor diz que “Nada mais anti democrático que a constituição de 88”, ele fura o discurso jornalístico daquele *post*-editorial, produzindo um outro efeito-leitor que entra em contradição com os sentidos que aquele texto está produzindo. Outro comentário que produz esse efeito de

falha no discurso jornalístico é o que diz que “Se nossa constituição fosse realmente respeitada, esse elemento que aí está nunca seria presidente”. Mesmo assumindo uma posição contrária àquela do sujeito-usuário do comentário anterior, esse enunciado afirma que a Constituição já havia sido ferida apenas por ter permitido com que Bolsonaro se tornasse Presidente, aqui intervém uma memória de possíveis crimes cometidos por Bolsonaro contra a Constituição antes mesmo das eleições. Por outro lado, em contradição com esse comentário, temos outro sujeito usuário que diz estar esperando o golpe militar, um efeito dos discursos polarizados que circularam durante as eleições de 2018. Esses sentidos apontam, entre outras coisas, para uma contradição incontornável, presente na política brasileira e na memória do processo de escrita de sua Constituição vigente, que reside no fato de Bolsonaro ser uma figura militar ocupando o cargo presidencial. E, como não podemos deixar de notar, temos um comentário que diz “Sergio moro 2022”, que materializa de modo singular a posição da FSP neste editorial, fazendo referência ao então Juiz Sergio Moro, uma das figuras de destaque nos principais acontecimentos da Operação Lava Jato. Moro empunhava um discurso anticorrupção que, junto com o discurso neoliberal de Paulo Guedes, foi o carro-chefe da ascensão de Bolsonaro no cenário das eleições presidenciais de 2018. Inclusive, Sergio Moro tornou-se Ministro da Justiça de Bolsonaro, passando a ser a imagem simbólica do governo de luta contra a corrupção, reforçando os discursos antipetista e contra a esquerda que, no caso desse comentário, vem ocupar imaginariamente o lugar de presidente ideal, aquele que responderia positivamente à agenda econômica elogiada pelo editorial, mas sustentada por uma figura não militar.

Todos esses enunciados presentes nos comentários da publicação fazem com que tenhamos, ao mesmo tempo, inúmeros discursos que se encontram em contradição o tempo todo com o discurso jornalístico, fazendo circular sentidos fragmentados, tanto sobre o que está sendo dito no *post*-editorial, quanto em relação a palavra golpe, uma vez que esse significante continua sendo

formulado nos comentários. Percebemos aí a eficácia do simbólico, retomando o significante golpe sem que ele seja diretamente mencionado no texto do *post*-editorial. Vemos também o funcionamento do discurso jornalístico, que mesmo falhando – como vimos nos comentários, exerce a sua força enquanto um AIE, na (re)significação de golpe ao longo do tempo, silenciando e apagando o golpe de 2016, e reativando uma memória do golpe militar de 1964, ao convocar característica como autoritarismo, hostilidade e ruptura democrática violenta. Desse modo, compreendemos que a FSP (re)significa e atualiza os sentidos de golpe ao aproximar Bolsonaro desse significante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que mesmo a FSP produzindo um contingenciamento de sentidos em relação aos golpes do/no Brasil, a interlocução com os sujeitos dos comentários faz com que aconteça justamente o oposto, produzindo um efeito de “vazamento” desses sentidos. Desse modo, ainda que o jornal produza um apagamento do golpe de 2016, a interlocução do *post*-editorial com os sujeitos dos comentários faz com que esse acontecimento, assim como o golpe de 1964, seja retomado e passe a fazer parte, também, do texto presente no *post*-editorial. Por outro lado, esses enunciados entram em uma disputa simbólica com outros enunciados, formulados por sujeitos-usuários que falam de uma posição diferente e são afetados por outros discursos em circulação. Essa relação contraditória produz novos gestos de leitura, tanto em relação ao texto do *post*-editorial quanto em relação aos sentidos de golpe que ficam pairando nessas interlocuções de maneira fragmentada. Mariani (1998), ao explicar sobre o funcionamento do discurso jornalístico, diz que a sua principal propriedade é a submissão ao jogo das relações de poder. Isso se evidencia nas análises quando vemos nos *posts*-editoriais que mesmo o jornal buscando elementos para se (re)afirmar em um espaço enunciativo informatizado como o Instagram, há a formação

discursiva dominante do discurso tecnicista- econômico que o impede de produzir outros sentidos sobre os golpes do/no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado** – notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2.ed. São Paulo: Editora Graal, 1985.

ARANTES, P. E. 1964, o ano que não terminou. *In*: TELLES, E.; SAFATLE, V. (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 205- 236.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 11 de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12265, 28 ago. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=LEI%20No%206.683%2C%20DE%2028%20DE%20AGOSTO%20DE%201979.&text=Concede%20anistia%20e%20d%C3%A1%20outras,Art. Acesso em: 17 maio 2024.

FOLHA DE S. PAULO. **À Direita**. São Paulo, 8 out. 2018. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BoqR2IIAFz8/>. Acesso em: 07/12/2022.

FOLHA DE S. PAULO. **O que a Folha pensa**. São Paulo, 1 out. 2020. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B6xhP15C8JJ/>. Acesso em: 12/12/2022.

GALLO, S. L. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. *In*: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011. p. 411-423).

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922- 1989. Rio de Janeiro: Editora Revan; Campinas: Editora Unicamp, 1998.

SILVEIRA, J. Efeitos de autoria e de leitura de um projeto-experimento: entre o cotidiano e o científico. *In*: FLORES, G. B. *et al.* (org.). **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2021. p. 271-291.

SRNICEK, N. Platform Capitalism. *In*: SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2016. p. 27-36. Disponível em: <https://mudancatecnologicaedinamicacapitalista.files.wordpress.com/2019/02/platform-capitalism.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

TEIXEIRA, T. Os aparelhos ideológicos do estado e a posição-sujeito da imprensa brasileira. *In*: FLORES, G. B. *et al.* (org.). **Discurso, cultura e mídia**: pesquisas em rede. 4. ed. Campinas: Pontes, 2021. p. 762-773. Disponível em: <https://sedisc.files.wordpress.com/2021/09/discurso-cultura-e-midi-vol4.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021

OS NOMES DAS INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO LAVA JATO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Wesley Mateus Dias
Edson Carlos Romualdo

INTRODUÇÃO

Bakhtin e Volochínov (2014) entendem que a língua não é de caráter monológico, centrada apenas no sujeito ou apenas no sistema linguístico em si, mas, sim, de caráter dialógico, de onde deriva a expressão *dialogismo*. O dialogismo vem da metáfora do *diálogo* usada pelo Círculo para representar as interações, tratando do diálogo em vários níveis distintos, incluindo aqueles entre inúmeros discursos e vozes sociais.

O dialogismo é proposto por Bakhtin (2012) como produto histórico, caracterizado cultural e socialmente. O diálogo é um espaço de embates, lutas sociais, assimetrias que refletem e refratam os aspectos da interação verbo-social. O diálogo é um espaço em que esses confrontos podem ser acolhidos e/ou repensados, contribuindo na compreensão da realidade social. Com base nesse embate, passamos a refletir sobre a questão das nomeações das investigações da Operação Lava Jato.

A Operação Lava Jato é, segundo Dias (2022), um conjunto de investigações¹ coordenadas pela Polícia Federal brasileira e a procuradores da República, que montaram uma Força-tarefa situada na cidade de Curitiba, no Paraná, para cumprirem inúmeras ordens judiciais com o intuito de apurar esquemas de desvios de dinheiro público. Com as informações apuradas dos investigados,

¹ Escolhemos, neste capítulo, manter o nome operação apenas para a Operação Lava Jato, embora gupos de investigações ou fases da Lava Jato também fossem chamados de operações pela mídia.

réus e colaboradores premiados, a Força-tarefa de Curitiba descobriu formações de cartéis em diversos setores econômicos, que geraram um grande prejuízo à economia brasileira. As fraudes eram oriundas de esquemas ilícitos de empreiteiras em diversos setores da Petrobras, o que fez com que a operação ganhasse espaço significativo nas mídias.

Isso permitiu que a Operação ganhasse uma cobertura massiva da mídia brasileira, além de se destacar em relação aos nomes que atribuía às suas investigações ou fases e desdobramentos. Em uma perspectiva dialógica bakhtiniana, percebemos que os nomes escolhidos estabelecem relações dialógicas com enunciados de vários campos de atividade humana. Tal fato leva-nos a questionar a significação dos nomes nessas operações, considerando o contexto socio-histórico de produção, já que os processos pareciam motivar a nomeação das investigações. A partir de tal percepção, propusemos a seguinte questão balizadora para nossa pesquisa: Como se constituem as relações dialógicas dos nomes das operações, entendendo-os como *signos ideológicos*?

Objetivamos, neste capítulo, expor parte dos resultados de nossa pesquisa², a qual intenta compreender as relações dialógicas estabelecidas pelos nomes atribuídos às diferentes investigações da Operação Lava Jato pela Polícia Federal. Especificamente, objetivamos: (a) observar as relações dialógicas dos nomes escolhidos pela procuradoria; (b) a responsividade dos nomes das operações, além de (c) identificar quais interlocutores são projetados ao atribuírem tais nomes às operações.

Partimos da hipótese de que as nomeações dessas investigações são motivadas por elementos levantados no processo investigativo da Polícia Federal e apresentam relações dialógicas

² Nossa pesquisa de mestrado, orientada pelo prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, consiste em investigar as relações dialógicas dos nomes escolhidos pela Polícia Federal para as operações da Lava Jato de 2016 e 2017. Ela se encontra disponível no banco de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE/UEM).

que projetam relações de sentidos para a significação de cada nome. Por isso, compreendemos os nomes das investigações ou fases da Operação como *signos* socialmente e ideologicamente marcados, avaliados, refletindo e refratando posicionamentos discursivos.

Bakhtin e Volochínov (2014) afirmam que todo enunciado tem uma dimensão avaliativa, ao expressar um posicionamento social valorativo, ou seja, todo enunciado é sempre ideológico. Em outras palavras, entendermos que os nomes são reflexos da realidade e fragmentos materiais: “[...] um nome próprio, mais do que apresentar função referencial e vocativa, é dotado de significação e responde a já-ditos no contexto socio-histórico de enunciação” (Dias, 2022, p. 2). Isto é, o nome tem uma encarnação material, ideológica e responsiva aos atos discursivos estabelecidos em determinado tempo-espaço (*cronotopo*).

Por conseguinte, os pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e as pesquisas desenvolvidas no Brasil sob esse escopo teórico nos trazem subsídios para entender essas relações para as escolhas dos nomes. Portanto, seguimos o processo teórico-metodológico sociológico de Bakhtin e Volochínov (2014) para o estudo da língua, que consiste em, primeiramente, ver as formas e os tipos de interação em conexão com as condições concretas em que se realiza, para depois compreender as diferentes formas de enunciação, ou seja, dos atos de fala no cotidiano e na criação ideológica de uma determinada interação verbal e, com isso, analisar as configurações da língua na sua interpretação linguística.

A pesquisa é efetivada por meio de dados de inquéritos referentes às investigações da Polícia Federal obtidos por intermédio do Ministério Público no período de 2018 a 2021, informações e justificativas que a Polícia apresenta para nomear os processos no *site* da Imprensa da Polícia Federal, bem como informações adquiridas em mídias virtuais no mesmo período.

Ao optarmos pelo caminho dialógico, levando em conta a construção socio-histórica dos nomes das investigações, esperamos abordar essa questão de uma forma que valorize o ato da nomeação, estabelecendo-o como um processo altamente

significativo e complexo, envolvendo sujeitos, enunciados e funcionamentos discursivos diversos, como as práticas ideológicas que imperam em nossa sociedade.

Para o desenvolvimento deste capítulo, expomos brevemente, na primeira seção, o *cronotopo* da Operação Lava Jato; depois, apresentamos os resultados da nossa discussão do entendimento dos nomes das operações enquanto signos da criação ideológica, sua responsividade com os fatos ocorridos e a interlocução da produção desses nomes; por fim, delineamos alguns apontamentos conclusivos sobre os aspectos levantados e discutidos ao decorrer da pesquisa.

O CRONOTOPO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Os enunciados estão estabelecidos em um *cronotopo* (tempo-espaço) e dialogam a todo momento com outros cronotopos. Assim, a relação tempo e espaço é um elemento indissociável, sendo marca constituinte na produção enunciativa, visto que a relação *eu* com o *outro*, ou seja, a interação, está ligada ao cronotopo. Este é uma categoria constitutiva, que se apresenta nos enunciados. Com isso, entendemos que a Operação Lava Jato se situa em um tempo e um espaço específicos, dessa forma, tal noção nos auxilia a compreender esse cronotopo em que a Operação se localiza, além de estabelecer relações com tempos passados e espaços outros.

A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações, de 2014 a 2020, coordenadas pela Polícia Federal brasileira e por procuradores da República, denominada Força-tarefa de Curitiba, que se inicia com a investigação de lavagem de dinheiro na Petrobras e na construção de obras públicas em diversos estados brasileiros (Dias, 2022). Na época, a Força-tarefa, formada pelo Juiz Sergio Moro, o procurador Deltan Dallagnol e outros policiais federais, propôs aos indiciados, para reduzir sua pena, que colaborassem com a Justiça em forma de delações premiadas. As delações constituíram a linha investigativa da Lava Jato e fizeram

com que ela ganhasse espaço nas mídias, permitindo que a Força-tarefa obtivesse apoio popular.

Com o início das delações, a Operação ganhou mais espaço nas mídias e o procurador Dallagnol e o juiz Sergio Moro começaram a utilizar dessas mídias para fazer coberturas das conduções coercitivas e das prisões e, com isso, obtiveram apoio popular por meio da espetacularização³ das ações jurídicas.

Nesse momento, dada à espetacularização midiática, a delação premiada se apresenta como o gênero discursivo⁴ mais famoso dessa Operação. Na investigação, sempre que um político, diretor ou empresário eram presos, havia um anseio populacional em saber o que eles poderiam delatar ou quem eles delatariam.

Os enunciados não estão soltos pela sociedade, mas organizados e intercalados em campos da atividade humana, que englobam vários gêneros intercalados entre si, tipificando as situações de interação, estabilizando os enunciados que nelas circulam, organizando/caracterizando as comunicações sociais neles presentes, apresentando um dialogismo entre eles (Bakhtin, 2016). Assim, o campo jurídico se constitui como um dos diversos campos de atividade humana. Então, vemos os campos de atividade humana como fatores constituintes do enunciado e devem ser considerados em sua produção, o que nos leva a refletir sobre a organização dos nomes das operações, que surgem em campos diversos e são retomados e reorganizados no campo jurídico. Contudo, os campos não se terminam em si mesmos, mas estabelecem relações dialógicas com outros campos.

O delator coloca-se na posição de *autor-delator*, uma posição valorada, cuja função é revelar fatos que poucos sabem e entregar, em princípio, esquemas realizados na ilegalidade, que serão

³O vocábulo “espetacularização” está sendo usado aqui em seu sentido ordinário, nomeando o processo de conferir um caráter de espetáculo a determinada ação ou de tratar algo como espetacular, não se filiando a qualquer perspectiva teórica.

⁴ Bakhtin (2016) caracteriza os gêneros do discurso como formas relativamente estáveis de enunciados. Baseando-nos na teoria do autor russo, podemos dizer que a delação se constitui como um gênero oral orientado pelo campo jurídico.

refratados e retomados pelo *outro*, o interlocutor da enunciação. Ademais, a delação transmite a *palavra* (discurso) ao *outro* que, nesse caso, não era apenas o juiz Sergio Moro ou a equipe de Procuradores ou o Poder Jurídico na pessoa do Ministério Público Federal, mas também todo o sistema jornalístico brasileiro e a população ansiosa. Assim, mais do que fazer parte do campo de atividade humana jurídica, a delação ultrapassava as linhas desse campo e chegava ao campo jornalístico. Perpassando esses campos, e perpassando diferentes sujeitos posicionados axiologicamente e diversas avaliações, a delação não poderia ser neutra e certamente assumiria ideologias que a cercavam.

A proporção midiática que a Operação Lava Jato tomou fez com que os sujeitos envolvidos nela fossem constituídos discursivamente e posicionados axiologicamente em relação aos escândalos enunciados. Para Bakhtin (2012), o sujeito se caracteriza como uma posição responsável por seus atos, posicionado sempre em um eixo axiológico. Como exemplo, há o juiz Sergio Moro, cujo trabalho com operações de investigação de crimes de corrupção se iniciara antes da Operação Lava Jato, com o seu artigo acadêmico sobre a maneira de conduzir operações contra políticos do alto escalão.

Nesse trabalho, Moro (2004) recorre ao campo midiático e à opinião pública para justificar ações judiciais, bem como a forma de se investigar políticos. Ele deixa clara a sua posição ao se referir ao apoio público às ações do Judiciário. Assim, todo excesso na lei poderia ser justificado desde que a população se posicionasse no eixo axiológico de *coral de apoio* (Dias, 2022) das investigações. Portanto, Moro já revelara suas ações futuras em seu artigo, visto que, com o apoio da mídia mais a imagem negativa que os políticos brasileiros têm, a população apoiaria com facilidade uma operação judicial contra o Poder Executivo.

A relação operação judicial e *coral de apoio* fez com que a população brasileira tivesse esperança em ver a corrupção ser investigada e dizimada no Brasil. Logo, a política era refratada como algo ruim e a Operação Lava Jato era refratada como a salvação do país (Dias, 2022). Houve manifestações a favor da Lava Jato, em que

os participantes se trajavam com a camiseta da seleção brasileira de futebol e com bandeiras do Brasil, que se tornaram signos ideológicos, pois, para o coral de apoio, vestir a camisa da seleção e sair às ruas era um ato valorado como patriótico e anticorrupção (Dias, 2022).

Em 2016, segundo Coggiola (2016), a Operação chegou a Nestor Cerveró, diretor internacional da Petrobras, o qual resolveu fazer a delação premiada, citando o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Com isso, intensifica-se a perseguição a Lula e, com o apoio da mídia e a adesão popular, a condução coercitiva dele, ordenada por Moro, transformou-se em um espetáculo midiático. Além disso, Moro divulgou escutas telefônicas de conversas de Lula e Dilma, em um momento histórico da televisão ocorrido no dia 16 de março, um dia antes da votação do impeachment da presidenta na Câmara (Santos, 2017).

O poder da Operação Lava Jato tornou-se decisivo no trâmite político, com uma intervenção jurídica no campo de atividade humana político. Isso provocou uma divisão na população brasileira: de um lado havia defensores da Lava Jato, formando o coral de apoio das decisões tomadas por Moro, e de outro, críticos das ações da Operação e do processo de “golpe de Estado contra a Presidenta Dilma”, valorado como impeachment. Evidencia-se, assim, que a opinião pública estava sensível aos fatos noticiados dessa investigação (Dias, 2022).

Com o golpe contra Dilma, o vice-presidente Michel Temer, político do recém-nomeado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornou-se o governante interino de Estado e, a partir desse momento, a Operação Lava Jato começou a perder força (Dias, 2022). Os crimes imputados a Dilma, para fundamentar seu *impeachment*, tornaram-se legais no novo governo e as investigações já não ocorriam com tanto movimento midiático. Em decorrência de todos esses atos, os grandes partidos políticos foram descreditados e, assim, ascenderam novos partidos que eram pequenos antes (Coggiola, 2016).

Em 2018, o ex-presidente Lula, cotado para concorrer às eleições desse mesmo ano, é preso e impedido de se candidatar. Essa prisão marca também o espetáculo midiático que retornava apenas para cobrir a ação da Polícia Federal (Dias, 2022). Dessa forma, o ex-presidente, considerado o candidato favorito, não pode concorrer às eleições, ou seja, o candidato Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL) ganha o pleito em segundo turno e, em 19 de novembro de 2018, o juiz Sergio Moro pede exoneração para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública oferecido pelo próprio Bolsonaro.

Essa saída de Moro e seu ingresso ao Ministério foi criticada em decorrência da prisão e do impedimento de Lula em concorrer às eleições promovidas pelo ex-juiz, e muitos acusaram-no de tomadas de decisões políticas nas investigações da Operação, não tendo a imparcialidade tanto requerida pelo Magistrado (Duarte, 2020).

Em 2019, as críticas à Lava Jato se intensificam quando o *The Intercept Brasil*⁵ divulgou as conversas de Moro com Dallagnol e outros procuradores em um aplicativo de mensagens. As transcrições, segundo Duarte (2020), evidenciam que Moro deu informações privilegiadas à acusação, auxiliou o Ministério Público a construir casos, além de orientar a promotoria e sugerir modificação nas fases da Operação Lava Jato. Também mostram cobrança de agilidade em novas operações, conselhos estratégicos e antecipação de pelo menos uma decisão, a de Lula. Ademais, Moro ainda forneceu pistas, informes e sugestões de recursos ao Ministério Público (Duarte, 2020). Essa prática, por violar o Código de Ética da Magistratura e a Constituição Brasileira, anulou as ações contra alguns políticos e, com isso, Lula deixa a prisão após ser encarcerado por 580 dias.

⁵ *The Intercept* é um jornal on-line independente. A organização de notícias foi criada e financiada por Pierre Omidyar, fundador da *eBay*, e os seus editores são Glenn Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill. A versão brasileira entrou no ar dia 2 de agosto de 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/staff/>. Acesso em: 20 maio 2020.

De 2019 a 2020, a Operação Lava Jato perdeu sua força e vários processos julgados e sentenciados foram anulados pelo Supremo Tribunal Judicial (STJ). Assim, com o seu espaço cada vez menor na mídia, a Lava Jato ainda viu a relação entre então presidente Bolsonaro e Sergio Moro estremecer. Esse conflito com o presidente gerou, em 24 de abril de 2020, o pedido de demissão de Moro do cargo de ministro (Brasil, 2020). Em 7 de outubro de 2020, a Força-tarefa de Curitiba e a Operação Lava Jato chegam ao seu fim. O então presidente Bolsonaro, em seu discurso de encerramento da Operação, declarou que o motivo do término era “porque não tem mais corrupção no governo” (Portal G1, 2020).

Uma Operação, que se iniciou com o intuito de apurar e investigar crimes de corrupção, viu muitos dos presos serem absolvidos de seus crimes por erros nos processos e falta de provas. Além do mais, Lula se elege no seu terceiro mandato como presidente nas eleições de 2022, após vencer no segundo turno o candidato Jair Messias Bolsonaro (PL), que pleiteava a reeleição e que voltou a ser apoiado por Moro (TSE, 2022). Moro e Dallagnol também se elegem em 2022, este para o cargo de Deputado Federal e aquele para Senador da República.

Todavia, segundo Lessa (2023, página única, destaque nosso), Dallagnol teve seu mandato cassado por “enfrenta[r] processo no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná por supostas práticas de abuso de poder econômico e caixa dois na eleição”. Lessa (2023) ainda comenta que a cassação do ex-procurador assombra o mandato de Moro, uma vez que ele é acusado por abuso de poder e gastos desproporcionais aos limites de sua campanha eleitoral.

Ademais, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, anulou as provas adquiridas por meio do acordo de leniência da construtora Odebrecht e dos sistemas de propina da empresa, além de afirmar que prisão de Lula foi um erro (Mendes; Arbex, 2023). Segundo Mendes e Arbex (2023), Toffoli declarou que “[...] a prisão do presidente Lula foi, além de um dos maiores erros judiciários da história do país, uma armação” e “[...] foi o verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às

instituições que já se pronunciavam em ações e vozes desses agentes contra as instituições e ao próprio STF”.

Esses elementos socio-históricos levantados são constitutivos na criação dos nomes das operações deflagradas. Essa condição de criação caracteriza-se como fator extraverbal, que determina o que vai ser dito e também a valoração empregada que, por sua vez, é um ato regular e essencial socialmente estabelecido. Com a observação desses elementos é possível perceber quais valores são resgatados na produção do nome de determinada investigação e quais sujeitos estão axiologicamente posicionados.

OS NOMES COMPREENDIDOS ENQUANTO SIGNOS IDEOLÓGICOS

O dialogismo é inerente à linguagem humana, sendo a construção dos sentidos um percurso coletivo. Desse modo, as relações dialógicas podem ser percebidas como índices sociais de valor, que precisam, para seu consequimento, que os materiais linguísticos ou signos tenham adentrado a esfera do discurso, tenham sido convertidos em enunciados proferidos por sujeitos sociais, assegurando relações de sentido que permitam uma formulação de resposta. O diálogo é um espaço em que embates podem ser acolhidos e/ou repensados, contribuindo na compreensão da realidade social.

O diálogo não envolve apenas o locutor ou o interlocutor da mensagem, mas os aspectos básicos e constantes da recepção ativa do discurso do *outro*, que é fundamental em sua constituição. A orientação dialógica, segundo Bakhtin e Volochínov (2014, p. 88), é definida como um “[...] fenômeno próprio a todo discurso”, uma vez que o “discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa”. Em outras palavras, os discursos estão ligados a discursos já enunciados, formando uma cadeia que os interliga e os relaciona, além de florescerem entre categorias lógicas e alcançarem toda espécie de enunciado.

Desse jeito, dois enunciados, mesmo distantes no tempo-espaço, em confronto, revelam relações dialógicas (Bakhtin, 2016), uma dialogicidade, tal qual propomos para os nomes das operações da Lava Jato. Além das relações entre os enunciados proferidos com outros existentes anteriormente, o dialogismo abrange internamente a palavra, ou seja, o discurso está mergulhado em valores e definições, múltiplos caminhos e vozes sociais, sendo forças que influenciam o falante ao enunciar.

Os nomes das investigações ou fases da Operação Lava Jato têm suas origens em outras épocas e são até mesmo usados em outros contextos discursivos, por exemplo, a Vitória de Pirro, que remete a uma vitória obtida com grandes perdas pelo rei Pirro contra os romanos. Compreendemos, assim, que esses signos já foram ditos e constituídos ideologicamente em um passado, porém são retomados e valorados pela Polícia Federal. A produção discursiva dos nomes das investigações remete a enunciados ditos e, o ato de nomear uma investigação ou fase de tal forma, faz com que os nomes estabeleçam relações com enunciados de outros gêneros discursivos e de outros campos de atividade humana.

Quando o jornalista noticia os acontecimentos de cada investigação, ele é influenciado pelo nome dela, dando um destaque na explicação do porquê desse nome. Isso ocorre pois, segundo Bakhtin (2016), o discurso tem natureza dinâmica e todos os enunciados estabelecem relações com outros enunciados, influenciando e sendo influenciados por outras produções discursivas.

Situada também no cronotopo, a linguagem é entendida pelo Círculo como mecanismo da interação verbal, um processo contínuo e mutável, dessa forma, ela se manifesta como um instrumento dialógico nas relações sociais. Ela é, para Voloshinov e Bakhtin (1976, p. 141), um “produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que gerou”.

Dessa maneira, o que chama a atenção de Voloshinov e Bakhtin (1976) é a constituição da linguagem por meio de signos

ideológicos, visto que a realidade concreta é parte inerente à língua e à sua significação. Então, a linguagem, constituída nos processos de interação entre o *eu* e o *outro*, torna-se responsável pela construção discursiva da realidade. Voloshinov e Bakhtin (1976) comentam que os signos refratam e refletem a nossa realidade, ou seja, o sentido é construído a partir das relações entre interlocutores em diversas manifestações discursivas, frutos da criação ideológica⁶. O produto ideológico é presente em uma realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, a qual é exterior a ele (Bakhtin; Volóchinov, 2014). Portanto, o significado possui um caráter ideológico que se situa fora de si mesmo.

Nos trabalhos do Círculo de Bakhtin, notamos uma preocupação em pensar o signo não apenas no domínio da língua, mas no domínio do discurso. Desta maneira, a significação é um efeito da interação entre locutor e interlocutor (Volóchinov, 2018), que resulta em elementos do enunciado que não são repetíveis e nem idênticos, porém ligados ao contexto socio-histórico.

Portanto, um enunciado jamais será neutro, sempre apresentará posições discursivas, ideologias e valorações por parte dos locutores/interlocutores. Volóchinov (2018) afirma que todo falante, ao produzir um enunciado, adequa suas palavras aos interlocutores, ou seja, estabelece seu enunciado através de um *horizonte social* dirigido por ideologias, ciências, crenças, leis, classes e diversas particularidades do contexto socio-histórico.

Esse enunciadador também é constituído por meio de seu *auditório social*, em outras palavras, seu mundo interior ideológico que orienta os pensamentos, argumentos, posições etc. Com isso, Volóchinov (2018) infere que todo enunciado possui uma *avaliação social*, referente a uma entonação expressiva do diálogo, que determina a escolha e a formação histórica dos elementos

⁶ A ideologia é entendida, como aponta Faraco (2009, p. 46), como o “[...] universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais”.

significantes do discurso. Assim, um diálogo resulta num *ato bilateral*, envolvendo quem enuncia e para quem é dirigido.

De tal modo, a compreensão do nome próprio, enquanto signo ideológico, considera que ele é tratado levando em conta sua história e sua historicidade, deslocando-se em relação às percepções tradicionais⁷, sendo encarado como um elemento concreto da criação ideológica. Bakhtin e Volochínov (2014) entendem que a palavra é produto ideológico vivo, funcionando em qualquer situação social, tornando-se signo ideológico porque amalgama as entonações do diálogo vivo dos interlocutores com os valores da sociedade, concentrando em sua essência as pausadas alterações sucedidas no alicerce da sociedade e, igualmente, pressionando uma mudança nas estruturas sociais constituídas.

Quando alguém escolhe um nome para algo ou pessoa, evidencia sentidos e valorações mais ou menos estáveis, já que essa maneira de posicionar tal nome apresenta uma nova significação a qual se quer atribuir a alguém ou objeto selecionados. Logo, o processo de nomeação se dá no confronto de significações internas que o sujeito tem com novas significações externas escolhidas por cada sujeito axiologicamente posicionado.

Ao compreender esse signo, o interlocutor fará uma avaliação no contexto de produção do enunciado e, a partir disso, ele empregará em outros momentos e em outros atos enunciativos (Voloshinov; Bakhtin, 1976). Isso decorre da compreensão de que, segundo Bakhtin e Volochínov (2014, p. 37), a “[...] palavra, [...], é neutra em relação a qualquer função ideológica específica”, ou seja, ela assume as ideologias e os pontos de vista entre os participantes

⁷ Em Dias (2022), observamos que o nome próprio era tratado na Grécia Antiga como centro da relação entre o objeto e o seu nome, significando a essência daquilo que ele representa; nas reflexões da Filosofia Analítica, o nome próprio distingue e especifica algo, mas ainda é determinado por seu valor de verdade, além de ser uma expressão referencial por excelência; Guimarães (2002) intenta tratar os nomes próprios a partir de sua significação, sem abordar a referenciação, sendo que um nome é estabelecido simbolicamente, ou seja, toda construção de sentido se dá por causa da exposição da linguagem a um real construído pela história.

do processo comunicativo. Bakhtin e Volochínov (2014, p. 117) comentam que a “[...] palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, isto é, os signos aqui analisados se apresentam como uma mediação entre os sujeitos, reforçando a situação comunicativa, fazendo com que o nome signifique e assuma posições ideológicas no contexto enunciativo em que ele aparece.

Dessa forma, a escolha do nome próprio deve levar em conta o contexto de utilização, o momento de enunciar. Sendo assim, a situação *extraverbal* (Voloshinov; Bakhtin, 1976), elemento constitutivo externo do enunciado, faz com que o locutor situe o nome com a *entonação* específica para o interlocutor, o que evidencia a dinamicidade do enunciado, visto que ele funciona imediatamente enquanto possui também uma historicidade que evolui e se adapta a toda e nova situação comunicativa.

Portanto, além de se referir a algo ou alguém, o nome próprio pode ser compreendido pela sua construção histórica e, dessa forma, os valores que a ele são submetidos são retomados e atualizados por uma nova enunciação. Assim, nesse trabalho, consideramos que a nomeação é ato inerente à linguagem humana que faz o significado ser constituído no momento em que é enunciado, baseado numa construção socio-histórica de sentidos e nas relações dialógicas estabelecidas. Sua retomada evidencia uma posição axiológica perante a enunciação, dessa forma, o valor é dado cada vez em que um nome for retomado ou enunciado em outra instância.

Ademais, o nome próprio enquanto signo ideológico, materializado na função de palavra, prende e reflete alterações empregadas a ele, no decorrer do processo interacional verbal, social e histórico, por intermédio das entonações, colorações ideológicas ou das relações de hierarquia e poder que estão em confronto no contexto discursivo. Em síntese, os enunciados são as unidades de interação entre os sujeitos axiologicamente posicionados e, dessa maneira, o ato de nomear uma investigação cria um enunciado com o nome.

O sujeito, para o Círculo de Bakhtin, é responsável pelos seus atos, posicionando-se sempre em um eixo axiológico, configurado a uma orientação para compreender e interpretar práticas discursivas sociais e culturais, estando historicamente situado. Em outras palavras, entendemos que o sujeito não é neutro e nem descentrado, mas ele sempre se coloca em um eixo axiológico. Isso nos permite compreender como os envolvidos na Operação Lava Jato estão posicionados axiologicamente, interpretando práticas discursivas e respondendo aos enunciados produzidos.

Cabe dizer que os campos de atividade humana, como fatores constituintes do enunciado, devem ser considerados na produção dos nomes, uma vez que eles surgem em campos diversos e são retomados e reorganizadas no campo jurídico. No entanto, eles extrapolam esse campo e chegam ao jornalístico-midiático, fazendo com que haja um dialogismo entre os campos.

OS NOMES DAS INVESTIGAÇÕES ENQUANTO ATOS RESPONSIVOS E INTERLOCUTÓRIOS

As relações dialógicas das nomeações das investigações nos evidenciam que os nomes próprios são signos ideológicos, isto é, a ideologia, formada por uma amálgama de vários campos e assumida pelos Procuradores da Polícia Federal, materializa-se na realidade objetiva dos signos.

Cada campo de criação ideológica retomado possui sua própria forma de orientação para a realidade, refletindo e refratando a existência social material de um modo específico, no nosso caso, na criação dos nomes para as operações. Tais nomes são produzidos em conformidade com as condições específicas de cada um dos campos ideológicos e, enquanto signos ideológicos, são o ponto de encontro entre a realidade social material, a ideologia e a consciência individual e social.

Vemos, então, que o signo ideológico participa ativamente da comunicação semiótica tanto nos campos instituídos da ciência, moral, religião etc., quanto na ideologia da vida cotidiana (Bakhtin,

2016). Com base nisso, os nomes das operações estão nos campos da moral, do jurídico e do jornalístico, como também estão no dia a dia dos cidadãos brasileiros que vivenciaram a Operação Lava Jato, pois o nome tornou-se um processo de interação verbal entre os Procuradores e o restante dos brasileiros. Os nomes são esse ponto de encontro, como também de confronto, de reflexo e refração dos antagonismos, contradições e lutas sociais. Nesse processo, esses signos ideológicos carregam caráter dialógico e responsivo entre seus interlocutores, o que passamos a explorar nesse momento.

Bakhtin e Volochínov (2014) pontuam que, para cada enunciado que estamos em processo de compreensão, fazemos uma sequência de enunciados nossos, formando uma réplica. Nesse pensamento, a *compreensão responsiva* não é apenas posicionar-se discursivamente, mas também apropriar-se de enunciados do outro para que se constitua a própria enunciação e “opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*”. Para os autores, cada enunciado é uma cadeia muito complexa de/para outros enunciados, ou seja, um discurso é adesão do outro, concordando ou contrapondo e, sobre ele, exerce-se uma responsividade, sustentando a ponte lançada entre mim e os outros, onde também se manifestam as ideologias.

Bakhtin (2016, p. 25) ressalta que a posição responsiva do ouvinte se modela ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, sendo às vezes, “[...] literalmente a partir da primeira palavra do falante”. O autor também afirma que “[...] toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, 2016, p. 25). Dessa forma, o papel do interlocutor, esse *outro* instrumentalizado no processo discursivo, é fundamental para a concretização do diálogo, da enunciação.

Observamos que o contexto socio-histórico estabelecido pela Operação Lava Jato faz com que a criação dos nomes seja orientada por um viés ideológico assumido pela Força-tarefa de Curitiba. Com o andar das investigações e do rumo seguido por esses agentes, o ato de se colocar determinado nome em determinada

fase ou desdobramento evidencia uma posição responsiva tomada pelos procuradores em relação aos fatos apurados. Os Procuradores assumem, dessa forma, uma compreensão ativamente responsiva aos crimes investigados e na decisão de caminho a se tomar para apurar outros possíveis delitos.

Ao se posicionarem responsivamente perante a um ato, criam um enunciado como resposta, que nesse caso trata-se do nome usado para denominar o grupo de investigações e mandados (operação policial), retomando outros enunciados ditos anteriormente, estabelecendo, assim, relações dialógicas. Portanto, os nomes dessas operações são respostas, refletindo e refratando condições específicas do contexto da Operação.

Além disso, com a concepção dos nomes enquanto signos, há a *compreensão ativamente responsiva* por parte da mídia que repete esses nomes em novas enunciações, como podemos observar em alguns exemplos, listados a seguir:

Figura 1 – Manchete da *Operação Triplo X* (jan. 2016)
Quarta-feira, 27/01/2016, às 16:05, por Gerson Camarotti

Operação Triplo X assusta grupo mais próximo de Lula

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/operacao-triplo-x-assusta-grupo-mais-proximo-de-lula.html>. Acesso em: 5 fev. 2019.

Figura 2 – Manchete da *Operação Vitória de Pirro* (abr. 2016)

Vitória de Pirro descobre ‘corrupção ao quadrado’

Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vitoria-de-pirro-descobre-corrupcao-ao-quadrado/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

Figura 3 – Manchete da *Operação Sothis* (nov. 2017)

Curitiba

Polícia Federal cumpre oito mandados de prisão na Operação Sothis

Esta etapa da operação, investiga desvios, que chegam a 7 milhões de reais

📅 21/11/2017 14h57 | Atualizado em 21/11/2017 14h57

Fonte: <https://catve.com/noticia/6/200252/policia-federal-cumpre-oito-mandados-de-prisao-na-operacao-sothis>. Acesso em: 19 fev. 2019.

A partir das figuras expostas, percebe-se que há um destaque na maneira como os nomes são empregados no gênero notícia, no recorte das manchetes. Algumas notícias centram-se em explicar o porquê do nome de uma operação, com base nas justificativas da Polícia Federal; outras já ligavam os nomes aos esquemas de corrupção, influenciando a opinião pública em relação às ações da Força-tarefa de Curitiba, uma vez que mostram a luta contra a corrupção, com a prisão dos culpados. Dessa forma, observamos que esses nomes são constituídos por ideologias desde sua criação até quando eles são recepcionados por seus interlocutores, refratando posições axiológicas.

O enunciado é fruto da interação de dois sujeitos socialmente organizados e os nomes das operações os posicionam axiologicamente (Dias, 2022), já que, no momento de sua criação, a Polícia Federal supõe um *horizonte social* definido e estabelecido, determinando a criação ideológica do grupo social e do cronotopo que pertencem. O *horizonte social* leva-nos a traçar considerações sobre os interlocutores presentes na criação dos nomes das operações.

Bakhtin (2016, p. 62) evidencia a importância do *outro* em um enunciado, visto que o discurso se constitui com o propósito da reação-resposta, dessa forma, o locutor espera uma compreensão

ativamente responsiva ativa dos outros, “[...] para os quais o meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real”, sendo necessária, para isto, a determinação do interlocutor. Além do mais, Bakhtin (2016) declara que o fator constitutivo de um enunciado é encaminhar-se a alguém.

É necessário, portanto, que um enunciado tenha um autor e um destinatário, ou seja, um interlocutor. Este, porém, não precisa ser um interlocutor direto ou real, podendo constituir-se indiretamente, ou seja, um *interlocutor virtual* (Garcez, 1998). Nessa perspectiva, podemos afirmar que, a partir da imagem do interlocutor, determinam-se os demais elementos fundamentais para a produção dos nomes das operações (Dias, 2022).

Procuramos inicialmente, em nossa análise, identificar o *interlocutor real*, aquele que é integrante ou não do mesmo grupo social, sendo o interlocutor concreto, a quem o nome é direcionado. Em nossa observação, os nomes são criados visando ao entendimento da própria Polícia Federal, assim, ela é integrante do mesmo grupo social e é quem nomeia, sendo, ao mesmo tempo, locutor e interlocutor concreto, ou seja, os nomes são usados entre os policiais federais para se referirem e significarem suas ações (Dias, 2020).

Posto o interlocutor real, a própria Polícia Federal, buscamos identificar o *interlocutor virtual*, aquele que tem sua imagem construída pela Polícia Federal. Vemos que, quando a Polícia Federal cria esses nomes, ela os enuncia para alguém indiretamente, não definido, constituído virtualmente, mas tem total conhecimento de que esse alguém já traçou regras de produção que devem ser seguidas para que a operação estabeleça uma continuidade.

Esse alguém se configura por se constituir de forma indireta, aquilo que Bakhtin (2016, p. 63, grifo do autor) chama de o “[...] *outro* totalmente indefinido”. As operações se endereçam indiretamente para o Judiciário, pois é o órgão responsável por estabelecer as regras de investigação e de julgamento. Em outras palavras, quando a Polícia Federal nomeia uma operação de tal

forma, ela é influenciada indiretamente pelo Judiciário, já que se presume que os processos investigativos e apurados terão continuidade em ações judiciais e julgamentos dos crimes.

Estabelecidos os interlocutores real e virtual, Polícia e Judiciário, direcionamos o nosso olhar para um representante oficial e responsável por constituir padrões e regras que são respeitadas no meio social em que a Polícia Federal convive. A esse representante, nomeamos de *interlocutor superior*, o que, segundo Garcez (1998, p. 63), “[...] transcende o espaço físico e as circunstâncias meramente temporais”. Isto é, ele pode ser entendido como aquele responsável por nortear a criação ideológica do grupo social e da época na qual o enunciado pertence, em outros termos, para quem os nomes são orientados (Dias, 2020).

Conforme afirmam Bakhtin e Volochínov (2014), o sujeito possui dentro de si um *auditório social* definido que rege todo o momento da criação do nome, fazendo com que a Polícia Federal, pensando-se no contexto socio-histórico da Lava Jato, enuncie seguindo os parâmetros sociais. Em outras palavras, esse auditório social é aquele que organiza o mundo interior ideológico do locutor, orienta os pensamentos, argumentos, posições etc.

Portanto, considerando o contexto socio-histórico, observamos que o interlocutor superior é a sociedade brasileira, onde o campo jurídico e jornalístico estão, pois é ela que é responsável por orientar a criação ideológica e, dessa forma, também influencia na criação dos nomes. Esses nomes escolhidos pela Polícia Federal servem para a sociedade, visto que ela é o coral de apoio da Operação Lava Jato, assumindo responsivamente a posição axiológica de interlocutor, determinando a escolha e a formação histórica dos elementos significantes do discurso.

Assim, confirma-se o pensamento bakhtiniano de que o diálogo resulta em um *ato bilateral*, de quem enuncia (locutor) e para quem é dirigido (interlocutores), remetendo a ideia de dialogismo, de interação. Dessa maneira, os nomes são enunciados que estabelecem pontes discursivas entre a Polícia Federal e *outros*:

a própria Polícia Federal, o Judiciário, a Mídia e a sociedade brasileira. Logo, reafirma-se o pensamento de que os nomes são frutos da criação ideológica, sendo atos responsivos aos delitos investigados e apurados, refletindo e refratando posicionamentos discursivos, avaliados por seus interlocutores que, a partir da responsividade, criam novas enunciações com esses nomes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos verificar que a nomeação das investigações da Operação Lava Jato não se dá de maneira despropositada, pois os nomes advêm de relações dialógicas com atualidade apresentada e retomam as atitudes deslocadas por outros sentidos construídos em dado momento. Portanto, além de se referir a algo ou alguém, os nomes próprios podem ser compreendidos pela sua construção socio-histórica e, dessa forma, os valores a eles submetidos são retomados, revisados e significados por uma nova enunciação, em um amálgama de valorações.

Nossa pesquisa também permitiu observarmos que os nomes das investigações ou fases da Operação Lava Jato são constituídos por ideologias desde sua criação até sua recepção pelos interlocutores e, ainda, refratam as posições axiológicas de cada grupo. Assim, os nomes atribuídos às investigações estão não só nos campos da moral, do jurídico e do jornalístico, como também no dia a dia dos cidadãos brasileiros que vivenciaram a Operação Lava Jato, pois os nomes se tornaram um processo de interação verbal entre os Procuradores e o restante dos brasileiros, funcionando como um dos centros da comunicação ideológica da sociedade.

Vemos também que a Força-tarefa de Curitiba assume uma compreensão ativamente responsiva aos crimes investigados e à decisão do caminho a se tomar para apurar outros possíveis delitos. Assim, ao se posicionarem responsivamente perante a um possível delito, criam um enunciado como resposta, que nesse caso trata-se do uso do nome para denominar as investigações, estabelecendo relações dialógicas com outros enunciados. Com a compreensão

responsiva ativa desses nomes, a mídia entendeu as relações dos nomes das investigações e logo os aplicou nas produções de enunciados em seus gêneros jornalísticos – como a notícia, em suportes físicos e digitais.

Com base nas concepções do Círculo de Bakhtin, identificamos três interlocutores presentes no ato de nomeação: o *interlocutor-real* é a Polícia Federal, visto que os nomes são usados entre os policiais federais para se referirem e significarem suas ações; o *interlocutor-virtual* é o Judiciário, pois a Polícia Federal é influenciada indiretamente por ele, tendo a ideia de que os processos investigativos terão continuidade com ações judiciais; e, por último, o *interlocutor-superior* é a sociedade brasileira, porque os nomes escolhidos servem para ela, sendo o coral de apoio da Operação Lava Jato e determinando a eleição e a formação histórica dos elementos significantes do discurso.

Mostramos que apesar desses nomes estarem no campo jurídico, eles estabelecem relações dialógicas com outros campos e chegam até ao jornalístico. Isso se deve pela maneira como a Polícia Federal conduzia suas investigações, seus desdobramentos e suas fases, ou seja, ela sempre contava com o apoio da mídia para que a população brasileira compreendesse esses atos responsivos e pudessem favorecer suas ações, mesmo a Força-tarefa de Curitiba sendo acusada, por parte de investigados e da população, de agir acima da lei.

Desse modo, os nomes próprios escolhidos eram uma maneira de significar as investigações na mídia e uma forma de resumir os fatos ocorridos, facilitando sua compreensão responsiva e as relações de sentidos. Assim, eram um meio de chamar a atenção da sociedade e fazer com que os interlocutores estabelecessem relações dialógicas entre os fatos investigados e os enunciados historicamente situados.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato**. Tradução: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

COGGIOLA, O. Impeachment, crise e golpe: o Brasil no palco da tormenta mundial. **Blog Boitempo**, São Paulo, maio 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/31/impeachment-crise-e-golpe-o-brasil-no-palco-da-tormenta-mundial/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DIAS, W. M. **As relações dialógicas dos nomes das operações da Lava Jato**. 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

DIAS, W. M. Omertà: a relação dialógica e de sentidos da expressão napolitana e o nome da Operação da Polícia Federal. **Revista Interdisciplinar em Estudos da Linguagem (RIEL)**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 128-146, 2020.

DIAS, W. M.; ROMUALDO, E. C. Lula e a Lava Jato: relações dialógicas na constituição da imagem do ex-presidente nas capas da Revista Veja. In: ROMUALDO, E. C.; SANTOS, E. M. (org.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. p. 95-117.

DUARTE, L. **Vaza Jato**: os bastidores das reportagens que ascudiram o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

FARACO, C. A. **Linguagens e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GARCEZ, L. H. C. **A escrita e o outro**: os modos de participação na produção do texto. Brasília: UNB, 1998.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação/Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2002.

LESSA, H. Após a cassação de Dallagnol, inelegibilidade assombra Sergio Moro. **Correio Braziliense**, [s. l.], maio 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5095570-apos-cassacao-de-dallagnol-inelegibilidade-assombra-sergio-moro.html>. Acesso em: 11 set. 2023.

MENDES, L.; ARBEX, T. Toffoli diz que prisão de Lula foi “armação” e anula provas do acordo de leniência da Odebrecht. **CNN Brasil**, Brasília, set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/toffoli-diz-que-prisao-de-lula-foi-armacao-em-decisao-sobre-acordo-de-licencia-da-odebrecht/>. Acesso em: 11 set. 2023.

MORO, S. F. Considerações sobre a operação mani pulite. **Revista cej**, [s. l.], v. 8, n. 26, p. 56- 62, 2004.

POLÍCIA FEDERAL. Operação Lava Jato. **Polícia Federal**, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PORTAL G1. Bolsonaro diz que ‘acabou’ com a operação Lava Jato porque governo ‘não tem mais corrupção’. **G1 política**,

Brasília, out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/07/bolsonaro-diz-que-acabou-com-a-operacao-lava-jato-porque-governo-nao-tem-mais-corrupcao.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SANTOS, N. B. **A delação premiada da JBS contra Michel Temer e a disputa por credibilidade e visibilidade nas capas do O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.** 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TSE. Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, nov. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 20 fev. 2023

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLOSHINOV, V.; BAKHTIN, M. Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica. Tradução: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. *In*: VOLOSHINOV, Valentin. **Freudismo.** New York: Academic Press, 1976. p. 1-18.

PERFORMANCE DOCUMENTAL: FERRAMENTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE DIZER NO DOCUMENTÁRIO *RESGATES*¹

Jefferson Campos

INTRODUÇÃO

Na esteira do pensamento foucaultiano, tenho discutido a noção de biopolítica como tecnologia de governo (Campos, 2020, 2021a, 2021b) que opera a partir de dispositivos, como o do pacto de segurança, cujo modo de funcionamento mobiliza mecanismos e estratégias que tornam os seus efeitos cada vez mais especializados e capilarizados, a tal ponto que não se possa designar, com muita facilidade, que se trata, de fato, de uma instância de poder baseada em um modelo de controle do corpo social. Daí a relevância desse trajeto, pois remonta não só às análises históricas desenvolvidas por Michel Foucault em seus últimos cursos no Collège de France, como também à retomada, à sistematização e à atualização desses estudos em solo brasileiro. Desses últimos, tenho interesse em investigações que observem, em especial, o agenciamento de produções artístico-culturais – como o gênero documentário – que atestam o funcionamento de estratégias biopolíticas em espaços da vida da população e que, de certa maneira, não estavam no escopo do pensamento foucaultiano.

Neste capítulo, em consonância ao projeto interinstitucional de refletir acerca dos processos pelos quais se consolidam as relações entre linguagem, mídias e novas tecnologias, me proponho a

¹ Este texto, parte de minha tese de doutoramento, é dedicado à professora, pesquisadora e amiga Ismara Eliane Vidal de Sousa Tasso, percursora do trabalho com a análise da materialidade imagética no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

compreender o modo como a composição técnica, tecnológica e discursiva em funcionamento no documentário *resgates*² fundamenta a organização da dinástica do poder na contemporaneidade pelo processo de cooptação dos campos das artes e da cultura como espaços para a estatização da vida. Para tanto, ancorado nos Estudos Discursivos Foucaultianos, proponho a formulação de “performance documental”: ferramenta analítica que dá consequência ao funcionamento das instâncias maquínicas, estéticas e discursivas do documentário como dispositivo de fazer falar.

Em seu modo de organização, o texto parte de uma retomada sistemática das condições de emergência de enunciados, em seu regime de coexistência enunciativa que irrompem do incêndio do Museu Nacional, em sua instância acontecimental. No plano sequência, remonto às contribuições legadas por alguns trabalhos fundamentais, desenvolvidos por pesquisadoras do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq), cujas análises compõem um diagnóstico de como alguns discursos fora do campo biossocial arregimentam a produção de conhecimento sobre a vida, em especial, sob a tutela do estatuto da memória. Em seguida, retomo algumas considerações no âmbito da prática analítica de documentários, investimento que especifica a formulação “performance documental”, a partir de práticas técnica e tecnologicamente organizadas no âmbito do audiovisual. Por fim, apresento algumas considerações acerca da produtividade da compreensão produzida tendo como parâmetro o funcionamento discursivo de *resgates* como parte de uma estratégia biopolítica.

FADE IN DISCURSIVOS: DO ACONTECIMENTO EM CHAMAS

Em 02 de setembro de 2018, a programação dominical dos canais abertos foi interrompida para noticiar o incêndio que

² A grafia com a inicial minúscula está em conformidade com o título do documentário disponível no canal da UFRJ no *Youtube*.

atingira o prédio do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. A tragédia, muito rapidamente, passou a ser retomada sob diferentes enfoques, em diferentes campos de saber, constituindo discursivamente um acontecimento. Em outras palavras, esse “sinistro político-cultural” (Campos, 2021a) foi experienciado tanto no nível da vida cotidiana, quanto na observação do modo como a partir dele, uma população de enunciados a ele ligados passaram a circular, em diferentes espaços, com valor de verdade. É no interior dessa profusão de enunciados, que emergiu *resgates*.

O documentário *resgates*, lançado em 2019, sob a responsabilidade da Coordenação de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chamou-me a atenção pelo modo como os sujeitos envolvidos na narrativa documental articulavam memórias de infância vividas no Museu Nacional (doravante MN), ao trabalho técnico no desenvolvimento do processo de “resgate” dos objetos do acervo e às reflexões críticas, seja sobre a eficácia desse projeto de recuperação, seja sobre a eficácia das ações político-administrativas do Estado em relação ao gerenciamento das instituições de memória. Como documentário produzido sob a tutela de uma instituição estatal, *resgates* constitui parte das condições de possibilidade de a função de seguridade do Estado ser “exposta” como uma “resposta espetacular” (Farhi Neto, 2010) ao atentado contra a memória nacional que sustenta os limites da vida da população.

O sentido de atentado se configura a partir da relação direta que o incêndio mantém com a ampliação semântica da noção de ataque à população. A esse respeito, Silva (2016), em sua pesquisa acerca do corpo deficiente³ em tela, já identificara que as técnicas de governo do corpo social perpassam, por exemplo, pelo agenciamento das mídias cinematográficas para estabelecer

³ Vale lembrar que o sintagma “corpo deficiente” emerge das materialidades que a pesquisadora analisa em seu estudo e que respondem às urgências designativas de sua época.

espaços de normalização, subjetivação e de disputas pelo modo de constituição desse corpo no seio social. Tal investimento sinaliza que a ação política do Estado, estrategicamente, visa à construção dos produtos culturais como parte de seu espaço de atuação, constituindo, dessa forma, as condições de possibilidade de gerenciamento das relações de poder de modo insidioso. Nesse cenário, torna-se observável o modo como o exercício do poder político, baseado no pacto de segurança, desloca sua atuação de polícia vigilante, em função da ameaça terrorista que acampa nos entornos do Estado (na maioria das vezes, ameaças hipotéticas), para produzir mecanismos estratégicos baseados em “[...] medidas de poder que serão tomadas para o controle, para a regularização dos fenômenos [...]” (Farhi Neto, 2010, p. 130).

Figura 1 – Recorte da tela de veiculação da reportagem de lançamento do documentário *resgates*



A Coordecon é órgão responsável pela comunicação. Conexão UFRJ (2019). Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/09/ufrj-lanca-documentario-sobre-o-resgate-do-acervo-do-museu-nacional/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Fonte: Campos (2021a, p. 45).

A *Figura 1* recorta, dos enunciados em circulação, elementos que delineiam o modo estratégico de ação do Estado a partir do dispositivo do pacto de segurança. A manchete jornalística destaca

a temática do documentário, qual seja, o resgate do acervo do MN. Resgatar, de acordo com o *Dicionário Houaiss*, traz como sentidos primeiros a ideia de “efetuar pagamento de (dívida ou compromisso)”, “recuperar (algo cedido ao outrem) mediante pagamento”, “conseguir (algo) à custa de esforço de sacrifício”, “libertar-se, livrar-se de; remir, expiar”; “livrar (da ruína, de uma situação de risco); salvar”; “libertar-se a preço de dinheiro ou concessões” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1651)⁴. Vale a reflexão: por que “resgatar” e não “recuperar” ou “reformatar” ou “reconstruir”? Parece que o item escolhido se apoia em um discurso que aposta em esforço, um custo, um sacrifício. Remete ao gesto nobre do “salvar” do “livrar” do “expiar” que os outros não teriam. Chamo a atenção para como o documentário se insere nessa dobra de sentidos da relação entre incêndio/ataque e resgate/salvamento. Os jogos de verdade mobilizados nesse enunciado promovem esta ação “hercúlea” da instituição do Estado em resgatar a memória sob o ataque do incêndio, aqui, inscrito como um ato aleatório que incidiu sobre a população.

Com Tasso (2015), entendo que o documentário, como produção cinematográfica, é um espaço de “discursivização do real”, motivo pelo qual seu uso como parte estratégica de governo atende às demandas impostas pela construção da narrativa biopolítica. Em *resgates*, o sintagma dessa narrativa se organiza a partir de um regime de visibilidade dos “processos compensatórios” (Farhi Neto, 2010) que se sustentam, por exemplo, pelo papel da figura do técnico, como aquele que diz a verdade sobre um determinado campo de saber cuja potencialidade é a de, justamente, organizar, qualificar e ajuizar os efeitos de suavização do ataque à memória nacional.

⁴ Agradeço às contribuições do professor Dr. Hélcio Batista Pereira (UEM) em relação à ampliação dos itens lexicais possíveis e da consideração dos possíveis processos parafrásticos envolvidos no ato de designação.

Figura 2 – O técnico em (in)visibilidades e enunciabilidade



8min34 – 8min52: Logo depois que passou o trauma... Digamos assim, precisamos recuperar, precisamos retirar tudo, veio aquela percepção: *nós precisamos retirar, mas a gente não pode retirar isso sem uma metodologia, sem um processo organizado.*

8min53 – 9min: *E foi nesse momento que se criou o Núcleo de Resgate de Acervos Científicos, que, num primeiro momento, era formado apenas por uma equipe de nove pessoas.*



9min01 – 9min29: *Então foi aí que a gente começou a tentar pensar nos protocolos de ação, como é que a gente vai trabalhar, a tentar entender um pouco qual era o papel da empresa que iria fazer a estabilização do prédio para que a gente conseguisse, de fato, organizar todo um processo que vai desde a identificação do objeto na área do sinistro até a sua guarda temporária ainda, mas estabilizado nos contêineres de armazenamento.*



9min30 – 10min07 [voz em off]: Sabíamos que nós teríamos que entrar em cada uma das salas, dentro do Palácio, e que teríamos que reconhecer cada uma dessas salas e saber o que, dentro dessas salas, nós poderíamos encontrar. E cada uma dessas salas representaria na verdade três andares porque nós tivemos não só o incêndio, mas também o desabamento do terceiro e do segundo andar sobre o primeiro. É

claro que todo o trabalho que foi feito dentro das salas do Museu Nacional *tinha sempre a participação das pessoas que, antes do incêndio, ocupavam essas salas*. E a pessoa desenhava, anotava tudo e depois nós passamos isso tudo para um arquivo.



10min08 – 10min43: Tem a informação aqui de o que tinha aqui na sala, de mapeada, de mesas, tudo o que eu marquei em vermelho aqui são fósseis. *Então eles me disseram exatamente o que tinha em cada mesa e, com base nisso, é que eu estou aqui escavando e procurando o que eles me disseram que tinha.*

Transcrição oral: 8min34 a 10min43 (grifos meus). O autor (com base em frames e legendas das cenas do documentário). Fonte: Campos (2021a, p. 46-47).

Na sequência de *frames* reproduzida na *Figura 2*, recupero “pontos de orientação” (Tasso, 2015)⁵, a partir dos quais é possível apreender um gesto, uma prática discursiva, seja pelos modos de

⁵ Para a pesquisadora, os “pontos de orientação” dizem respeito às condições de possibilidade de o movimento da câmera e de outros saberes técnicos/maquímicos imprimirem regimes de verdade, circunscritos a tempo e lugar ao olhar analítico dedicado a materialidades cinematográficas.

organização técnico e estético, seja pela modalização enunciativa da língua posta em funcionamento no interior de uma ordem discursiva dada. Em tela, os indivíduos são dispostos nas cenas como figuras centrais. No recorte, os relatos perdem o tom da rememoração pessoal e apresentam os critérios balizadores das ações envidadas no processo de resgate dos artefatos sob os escombros. Por isso, longas sequências descritivas, focalizadas na implementação de métodos e no modo de composição, organização e direcionamento das atividades ocupam essa sequência de imagens. O corpo e os gestos assinalam uma linguagem visual do trabalho em sua composição: mãos que esquematizam a base do trabalho, dedos que definem e delimitam o espaço de atuação, corpos que se agrupam na relação definitiva e cooperativa, esquemas (impressos) que cartografam o foco e o objeto de trabalho dos envolvidos.

No campo do enunciável, nos grifos, são encontradas ponderações quanto à natureza do trabalho do resgate, especificação do plano de ações, determinação de metas, organização do pessoal que ora definem esse saber-prático apreendido e posto em prática, como um dizer-a-verdade sobre o processo: “nós precisamos retirar, mas a gente não pode retirar isso sem uma metodologia, sem um processo organizado.”, ora delimitam o campo de ação do emprego preciso do trabalho de um técnico: “Então eles me disseram exatamente o que tinha em cada mesa e, com base nisso, é que eu estou aqui escavando e procurando o que eles me disseram que tinha.”

Com base em Castro (2009), a quem recorro para tratar da noção de “saber”, chamo a atenção para um certo número de delimitações no campo do enunciável e do visível que definem as relações entre o que se pode falar na prática discursiva em análise, definindo o domínio dos objetos produzidos por essa mesma prática (natureza dos objetos e efeitos das práticas de seu manuseio); a localização social na qual o sujeito que fala pode assumir para que, aquilo que diz, seja tomado como discurso verdadeiro em relação ao objeto (o profissional com formação

técnica ou superior específica); o modo como o discurso que proferem se inserem num campo de dizer verdadeiro que não só circula como enunciados, estabelecendo conceitos, fórmulas, técnicas, mas como atos performativos de dizer destinados a se repetirem em um campo de utilização demarcado (o que se diz é razão para determinar, organizar e fazer “coisas” na ordem da (recuperação) em relação às questões arquitetônicas, patrimoniais e museológicas).

A posição que emerge dessa prática discursiva documental é a da representação da figura do técnico envolvido com a instituição museológica. Assim posto, cientistas, técnicos-operacionais do museu, equipe técnica da empresa de estabilização predial, cientistas em formação, passam a ser indivíduos aqui entendidos como técnicos de um determinado campo. Isso porque

[...] possuem um saber caracterizado como um *tékhnē, know-how*, isto é, que implica conhecimentos, mas conhecimentos que tomam corpo numa prática e que implicam, para aprendizado, não apenas um conhecimento teórico mas todo um exercício (toda uma *áskesis* ou toda uma *meletê*) (Foucault, 2020, p. 24).

Esse técnico sobre o qual fala o filósofo tem o “dever de palavra”, pois enuncia uma verdade ligada a um campo histórico de saber mais ou menos estável. A noção de técnica, de fato, é alocada historicamente como uma prática ligada ao campo de conhecimento pela experiência da ordem das relações tácitas entre saber-poder-verdade (Campos, 2021b). Dito isso, esquematicamente, opto pelo caminho da delimitação das instâncias do que é visível e do que é enunciável na ordem dos dizeres em questão.

O documentário, no seu funcionamento de fazer ver e dizer a realidade sob as “objetivas” da câmera digital, e, em especial, por estar disponível numa plataforma de vídeo para uma grande parcela da população se torna um meio propício para a vinculação desse dizer-a-verdade sobre os esforços aplicados no salvamento

do MN. No entanto, como já dissera, essas relações de forças internas, gestadas pelo dispositivo do pacto de segurança não são soberanas. Seus pontos de falhamentos são esperados, do que deriva a falha na narrativa biopolítica, já que esta, embora coparticipe na proliferação dos enunciados emaranhados a partir do acontecimento do incêndio do MN, é provocada nos espaços onde as possibilidades de ruptura são exploradas pelo exercício de resistências (no plural), ocupando, pulverizadas aqui e ali, os corpos e as subjetividades dos indivíduos, “[...] [por]que lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 2014, p. 104).

RESGATES: FOCOS DE RUPTURA NO MODELO DA NARRATIVA BIOPOLÍTICA

No empreendimento desenvolvido até aqui, tentei delinear alguns pontos que direcionam o olhar analítico para o modo como o poder se exerce na relação estabelecida entre Estado e população, tendo como *locus* de observação o dispositivo do pacto de segurança funcionando estrategicamente no e pelo documentário *resgates*.

Vale, agora, dedicar maior atenção ao modo como a mesma prática discursiva sistematiza o investimento da população na consolidação das possibilidades de resistências como contraparte dessa relação em investigação.

Um primeiro investimento analítico requer um itinerário que parte da afirmação foucaultiana segundo a qual os discursos produzem eles mesmos os objetos de que falam. Nesses termos, a constituição estratégica dos modos de inscrição das resistências nas práticas de poder perpassa o modo de composição das instâncias maquínicas, estéticas e discursivas do documentário *resgates*.

Entendido como uma prática discursiva, Silva (2016), Oliveira (2017) e Silva (2019) propuseram, em estudos anteriores, que o documentário não se resume a uma instância temática de discurso.

Trata-se de um modo de constituição da produção cultural, científica e artística da humanidade que exerce o papel de “superfície de inscrição discursiva”, de espaço de enunciabilidade e de dispositivo de (in)visibilidade do referente que, através da linguagem cinematográfica, (re)produz efeitos de “registro da verdade”. Por esse motivo, ao elegerem documentários como práticas discursivas acerca de um dado objeto de estudo, a saber, o sujeito com deficiência (Silva, 2016), o sujeito Caboclo do Contestado (Oliveira, 2017), o sujeito invasor (Silva, 2019), as pesquisadoras se deparam com práticas discursivas, cujo regime de verdade que produzem retroalimenta o modo de produção de subjetividades “encarnado” nos indivíduos postos sob à luz das câmeras. Seus estudos são exemplares relevantes de investigações produzidas no âmbito dos trabalhos que essas pesquisadoras desenvolveram junto ao Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM, pois, dentre outras contribuições, destacam práticas analíticas fundamentadas em pressupostos teórico-metodológicos que articulam os estudos foucaultianos ao processo de leitura de discursos, cuja materialidade é o audiovisual, além de demonstrar o modo como esse tipo de produção, alicerçado na ordem dos discursos artístico-culturais, está, em um crescendo, sendo mobilizado na sistematização de relações de poder na contemporaneidade.

Em *resgates*, tomo essas formulações como efeito recorrente no modo de funcionamento dos discursos “articulados” na constituição do que se poderia chamar de uma prática discursiva documental para, com Tasso (2015) interrogar sobre um refinamento desse funcionamento. Entendo haver uma organização estratégica no modo de constituição da espessura material da produção audiovisual, cuja análise pode possibilitar a descrição sistemática dos jogos de verdade instaurados na relação de poder entre Estado e população em seu funcionamento polivalente. Nesse propósito, algumas considerações aqui retomadas no âmbito da prática analítica de documentários, converge para o “movimento analítico-interpretativo

arqueogenealógico” (Tasso, 2003, 2005, 2015) que requereu o investimento na formulação da noção “performance documental”.

Em seu estudo sobre o processo de subjetivação a que sujeitos de uma determinada terra indígena da população guarani-kaiwá eram submetidos ao serem representados na produção documental “Terra Vermelha”, Tasso (2015) investe na proposta de uma “[...] hibridização em potencial de saberes técnico, tecnológico artístico e estético, que, para além do entretenimento, é espaço de discursivização sobre o real e o ficcional” (Tasso, 2015, p. 47). Sob tal perspectiva, Oliveira (2017, p. 146) ainda destaca que

[...] nos recortes e seleções emprestados das técnicas fílmicas, as produções documentais estabelecem práticas e ordens de representação do mundo, produzindo perspectiva nas posições de uma câmera, no tratamento da imagem fotográfica, na utilização de recursos computadorizados, que intervêm e fazem do documentário um espaço de interação de práticas e de relações discursivas dos saberes técnicos.

A esse conjunto complexo, estruturado a partir de dispositivos técnicos, tecnológicos e discursivos, Tasso (2015, p. 47-48) denominará “dispositivo documental”, cujo modo de arquitetura tem por função potencializar “[...] relações discursivas de diferentes ordens, facultando visibilidade a uma questão quando esta é problematizada” e cujo funcionamento tem a propriedade de “[...] por em circulação essa mesma questão ao se utilizar, para isso, de parâmetros de distanciamento que forjam a fidedignidade do olhar e instituem condutas modelares de sujeitos”.

Cabe demarcar, nesse ponto, que o trabalho da pesquisadora Ismara Tasso resulta de um amadurecimento teórico-metodológico que data das primeiras experimentações, em solo brasileiro, de uma análise discursiva de orientação foucaultiana que tomasse como material de análise discursos cujo *status* material fosse do campo imagético, tais como pintura (Tasso, 2003), charges, ilustrações, desenho, fotografia (Tasso, 2005, 2013), propagandas

televisivas, filmes, séries e documentários (Tasso, 2015). Esse investimento, que insere o documentário na ordem das práticas discursivas contemporâneas, possibilita, neste estudo, uma especificação conceitual. Para tanto, inicio pela apresentação da Figura 3:

Figura 3 – Sobre a produção do documentário



Zhai Sichen, diretor e editor de *resgates*. Foto de Ana Marinho Coutinho (Coordcon/UFRJ). Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/09/ufrj-lanca-documentario-sobre-o-resgate-do-acervo-do-museu-nacional/>.

Acesso em: 22 nov. 2021. Fonte: Campos (2021a, p. 52).

A Figura 3 é uma das duas fotografias que integram a notícia de divulgação de lançamento do documentário *resgates*. Chama a atenção o fato de as duas imagens representativas desse evento serem a capa do documentário (conforme já mostrado na Figura 2) e uma fotografia do diretor e editor da produção, Zhai Sichen. Parece-me, em certa medida, que tal fotografia torna material a noção de dispositivo documental. Se entendido como prática discursiva, o documentário, necessariamente, precisa se constituir de um conjunto de elementos que são da ordem do saber, da ordem de uma relação de forças, alinhadas ambas as ordens em um vínculo institucional no qual pode-se estabelecer uma descrição dos enunciados que materializam essa prática.

Como demonstrei há pouco, especialmente em Tasso (2015), temos esse esquema de elementos delineados de modo a se tornar possível a determinação de como cada um deles, em funcionamento, estabelece uma prática discursiva inscrita na mobilização do dispositivo documental. É por ele, que um dado discurso, como aquele(s) em (in)visibilidade(s) em *resgates*, circula. Dito isso, chamo a atenção para o enunciado a seguir:

[...] Para o diretor e roteirista, o que mais chamou a atenção foi a relação de muitos servidores, estudantes, professores e pesquisadores com o Museu. É uma relação que vai além do local de trabalho, é familiar. Muitos veem a instituição como a segunda casa. 'São mais que memórias, são emoções que as pessoas vivem até hoje. São sentimentos que estão lá. Isso eu não tinha noção em um primeiro momento, fui entendendo ao longo do processo'. *Resgates* mostra um pouco o que essas pessoas viveram (Conexão UFRJ, 2019).

Desse enunciado é possível depreender que, no nível dos saberes estético e artístico, por exemplo, o modo de composição do documentário exigiu elaborar, produzir, captar, editar um conjunto de cenas que fizessem ver aquilo que, pelos processos técnicos e tecnológicos, fizeram falar os sujeitos entrevistados. Isso posto e considerando a premissa de que os processos de visibilidade e enunciabilidade, no documentário, são apreensíveis a partir do que Tasso (2015) caracterizou como “pontos de orientação”, penso ser relevante especificar, discursivamente, os mecanismos ou os processos da linguagem documental no modo como eles aparecem no nível de uma performance, de modo que, no processo analítico, seja possível fazer aparecer

[...] a diversidade dos níveis possíveis de análise; para mostrar que, aos lados dos métodos de estruturação da língua[gem documental] (ou dos de interpretação), pod[e-se] estabelecer uma descrição específica dos enunciados, de sua formação e das regularidades próprias do discurso (Foucault, 2012, p. 240).

Sob tais condições, sempre que se possa estabelecer um regime de práticas no qual os “pontos de orientação”, de que fala Tasso (2015), possam ser atrelados a um conjunto particular de estratégias de modalização enunciativa das técnicas de produção audiovisual, inscrita nas diversas possibilidades de constituição material e a partir da qual se possa, no interior dessas produções identificar qual é o *status* de quem fala e o sistema de diferenciação que determina a posição-sujeito mobilizada pelos recursos desse sistema; descrever o sistema dêitico dos recursos que estabilizam o processo de captura e (re)produção do real na intersecção dos níveis do visível e do enunciável; promover modos de opacificação do efeito injuntivo de fazer falar produzido sobre aquele que enuncia e; estabelecer a possibilidade de coexistirem o exercício de mecanismos de poder e de estratégias agonísticas, a esse regime denominarei *performance documental*.

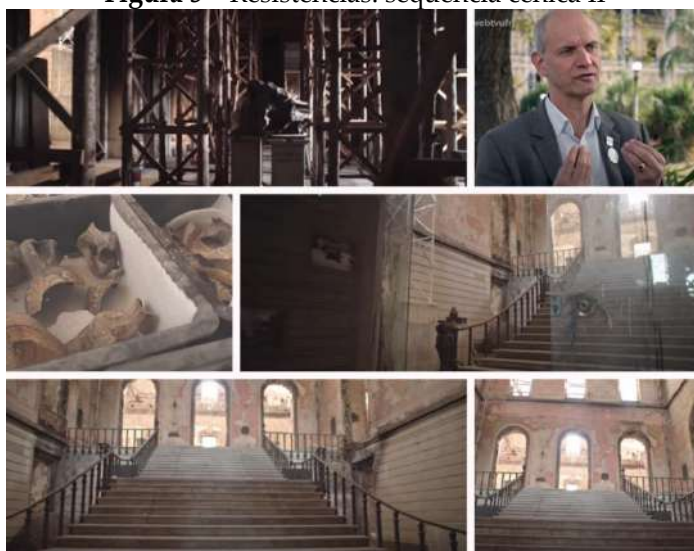
Levando em consideração a tese foucaultiana de que o poder se exerce num regime de correlações distribuídas de modo irregular no tempo e no espaço, em *resgates*, a partir de alguns “pontos de orientação”, são identificáveis algumas modalizações na ordem do dizível e do enunciável:

Figura 4 – Resistências: sequência cênica I



A gente sabe que o que a gente está fazendo é muito importante. Tanto na questão da ciência do Brasil, pelo espaço que o Museu foi, até pela própria instituição: defender o Museu Nacional da UFRJ.
Transcrição oral: 25min55 a 26min12 (grifos meus). Produzido com base em frames das cenas do documentário. Fonte: Campos (2021a, p. 58-59).

Figura 5 – Resistências: sequência cênica II

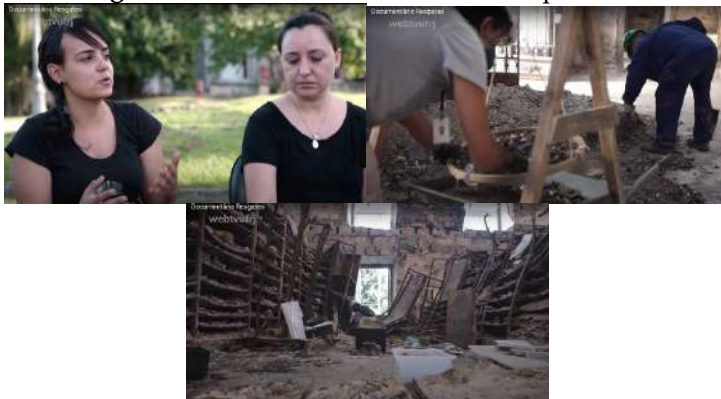


Existe uma importância simbólica no sentido de mostrar que nem tudo se perdeu. *Mas existe também o outro aspecto, o aspecto de tentar dar uma satisfação para a nossa sociedade do trabalho que a gente está fazendo.*
Transcrição oral: 26min13 a 26min45 (grifos meus). Produzido com base em frames das cenas do documentário. Fonte: Campos (2021a, p. 59).

O conjunto de *frames* das Figuras 4 e 5 constrói uma composição cênica que localiza os indivíduos em um objeto/corpo que destoa das representações do técnico. Trata-se, agora, de um corpo que, de seu lugar social demarcado, diz a verdade sobre si mesmo como modo de denúncia do poder contra o qual se opõe, seja de modo menos incisivo: “A gente sabe que o que a gente está fazendo é muito importante [...]: defender o Museu Nacional da UFRJ.”; “Existe uma importância simbólica no sentido de mostrar que nem tudo se perdeu. Mas existe também o outro aspecto, o

aspecto de tentar dar uma satisfação para a nossa sociedade do trabalho que a gente está fazendo.”; ou mais incisivo, ainda tal movimento de denúncia se demarque no efeito de contraposição dado entre o que se diz “A gente sabe que boa parte vai ficar nas nossas lembranças, de locais e de como as coisas eram. [...] Só vai sossegar quando estiver inteiro, quando estiver pronto, quando estiver de novo aberto ao público” e o que se mostra – o exercício do dizer ponderado, demarcado nos rostos e nos gestos, assim como uma composição cênica, com voz em *off*, que atualiza as imagens de um trabalho aparentemente lento sob os escombros que se abrem como trajeto distante para a reabertura do museu – como é possível denotar nas cenas destacadas na Figura 6:

Figura 6 – *Falhamentos da narrativa biopolítica*



28min21seg – 28min35seg: A gente sabe que boa parte vai ficar nas nossas lembranças, de locais e de como as coisas eram. Mas eu acho que é isso, sabe? Só vai sossegar quando estiver inteiro, quando estiver pronto, quando estiver de novo aberto ao público.

Transcrição oral: 28min21seg a 28min35. Fonte: O autor (com base em frames das cenas do documentário).

Há pouco, expus que a narrativa biopolítica não se sustenta indelével aos efeitos da contradição dos discursos sobre o resgate do MN. Nesse conjunto de enunciados delineados pela performance documental, pode-se delimitar regimes de

poder/resistência, ainda que pulverizados no interior da narrativa biopolítica.

Note-se que o incêndio se torna um campo de concomitância do discurso (Foucault, 2012), enquanto o referente passa a ser o trabalho do produtor de conhecimento na relação com as condições de possibilidade de uma mudança. A sequência cênica documenta um sujeito que reflete para além da descrição de ações protocolares e, de igual modo, assume a posição de um dizer que se esquivava da simples ratificação da retórica elaborada no interior da narrativa biopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liquefação do conjunto pulverizado de contradições na construção enunciativa do resgate como referente do discurso protagonizado pelo técnico do campo museológico parece ultrapassar o efeito de contraparte do modelo de relações de poder. É pelos pontos de orientação constituídos na/pela performance documental que passa a ser possível afirmar que

Não estamos mais no âmbito da autoafetação germinal entre forças, mas diante de um conjunto de ações sobre ações possíveis. [...]

Nesse campo político estamos sempre diante de [...] um jogo estratégico entre liberdades nas relações interindividuais em geral, mas também especificamente nas relações de gênero, no mundo do trabalho, nas resistências à dominação política e aos imperativos econômicos (Candioto, 2016, p. 32-33).

As questões postas por esse outro componente às relações de poder/resistência são da ordem do governo de si mesmo, como práticas de si forjadas pelo que Michel Foucault designou como agonística, isto é, um modo de vida que consiste na emergência de um sujeito forjado em práticas articuladas a partir de si mesmo no interior dos espaços possíveis abertos pelas práticas (discursivas) de resistência nas sociedades de controle. “Trata-se da constituição

do sujeito a partir de sua determinação política, quer dizer, da recusa em ser governado *de certa maneira*, por determinados agentes, em razão de justificações escusas e assim por diante” (Candioto, 2016, p. 33, grifo nosso).

Nesse caso, a pulverização das resistências atravessa o mesmo corpo que enuncia o discurso do técnico, do que decorre o efeito de ruptura com a narrativa biopolítica e faz ver e falar um sujeito cujo corpo materializa o foco da resistência, dado sua forma agonística de produção. É com base nesse processo, que identifico a emergência de uma outra posição discursiva, que, em dadas regiões, isto é, em espaços estratégicos de dizer, descaracteriza a posição do técnico - aquele que diz a verdade porque a aprendera e, em razão disso, é instado a repassá-la. Em cena, *resgates* faz ver e falar a figura do intelectual.

Essa emergência, fruto das descontinuidades estratificadas no acontecimento discursivo de que deriva o documentário *resgates*, como prática discursiva, é visibilizada a partir de um horizonte epistemológico que me antecede no próprio itinerário investigativo dos estudos foucaultianos. Quando questionado por S. Hassumi, na entrevista concedida em 1977, intitulada “Poder e saber”, sobre uma certa imprecisão de seus métodos e de uma virtualidade de seus objetos de estudo, Foucault (2015, p. 225, grifo meu) apresenta a seguinte ponderação:

Existe atualmente – e é nisto que intervém a política – em nossas sociedades um certo número de questões, de problemas, de feridas, de inquietação, de angústias que são o verdadeiro motor da escolha que faço e dos alvos que procuro analisar, dos objetos que procuro analisar, e da maneira que tenho de analisá-los. *É o que somos* – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam – *que, finalmente, é o solo, não ousou dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco.*

Diante disso, considerando a proposta foucaultiana de perseguir, sob a instabilidade dos métodos (forjados no calor do

diagnóstico) e do estado movediço do objeto, pode-se observar uma emergência que, de outra forma, aquela atada ao efeito de causalidade histórica, não apareceria na ordem dos discursos sobre a reconstrução do MN. Essa emergência é a do intelectual específico como sujeito que transgride a narrativa biopolítica trazida à luz, pela prática analítica, dada a conjuntura sociohistórica de dizeres na história do presente no Brasil.

Por isso, se há uma codificação estratégica do pacto de segurança na engrenagem das medidas de recuperação do espaço arquitetônico e da recuperação/reprodução do patrimônio memorialístico público, sua força de produção de um discurso verdadeiro se demarca na constituição das condições de enunciação do técnico, como co-enunciador da narrativa biopolítica, há, também, condições de possibilidade de, nessa mesma rede de relações de poder, serem elaborados um conjunto de procedimentos táticos, “[...] no sentido de que a maestria sobre sua maneira de ser e de viver é indissociável da recusa em ser moralmente menor, politicamente conformista, socialmente arrebatado pelo mimetismo” (Candioto, 2016, p. 34).

Nesse sentido, entendo que, no exercício de depor à câmera documental, o conjunto de ações envidadas para o resgate do MN após o incêndio, nesse mesmo gesto de co-enunciar a narrativa biopolítica, há também modalizações do dizer a verdade que funcionam como espaços aporéticos (co-existência de sujeição e inservidão), isto é, sendas “[...] possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício [...]” (Foucaut, 2017b, p. 104) que definem os espaços de produção das resistências em *resgates*.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, J. G. S. Considerações acerca do estatuto do esquecimento no acontecimento discursivo-midiático do incêndio

do Museu Nacional. *In*: PEREIRA, A. B.; CAMPOS, J. (org.). **Discursos, culturas e memórias na América Latina: entre análises e práticas na contemporaneidade**. Catu: Bordô-Grená, 2020. p. 241-252. Disponível em: https://www.editorabordogrena.com/_files/ugd/d0c995_27c7bc182c884babb45810f8ecf9b59c.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

CAMPOS, J. G. S. **A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão**: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário *resgates*. 2021. 137 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021a. Disponível em: http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos_tese.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

CAMPOS, J. G. S. **A imagem em discurso digital**: heterotopia dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço digital. 1. ed. Curitiba: Editorial Casa, 2021b. Disponível em: <https://editorialcasa.com.br/produto/a-imagem-em-discurso-digital-heterotopia-dos-regimes-de-ver-e-de-dizer-a-arte-no-espaco-virtual/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CANDIOTO, C. Sujeito, agonística e seus desdobramentos no pensamento de Michel Foucault. *In*: NALLI, Marcos; MANSANO, Sonia Regina Vargas (org.). **Michel Foucault: desdobramentos**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 29-39.

CASTRO, E. Saber. *In*: CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 393-394.

CONEXÃO UFRJ. UFRJ lança documentário sobre o resgate do acervo do Museu Nacional. **Conexão UFRJ**, Rio de Janeiro, set. 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/09/ufrj-lanca-documentario-sobre-o-resgate-do-acervo-do-museu-nacional/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FARHI NETO, L. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). Tradução: Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b.

FOUCAULT, M. Poder e saber. *In*: MOTTA, M. B. (org.). **Estratégia, poder-saber**. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 218-235.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Resgatar. *In*: HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1651-1651.

OLIVEIRA, V. C. **Sobre caboclos e (in)visibilidades no Contestado**: pacto de segurança, biopolítica e imagens-frame no documentário brasileiro de celebração centenária. 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://old.ple.uem.br/defesas/pdf/vcoliveira%20-%20do.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

RESGATES. Direção: Zhai Sichen. Produção: Coordenadoria de Comunicação Social (Coordcom) da UFRJ. Rio de Janeiro: Coordcom, 2019. 1 vídeo (38 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JvOPs4De4Sk&t=2051s&ab_channel=UFRJ. Acesso em: 21 jun. 2021.

SILVA, É. D. **A espetacularização do sujeito com deficiência em discurso no domínio cinematográfico**: dispositivo, normalização e biopolítica. 2016. 201 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://old.ple.uem.br/defesas/pdf/edsilva-do.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SILVA, M. D. **Os infames de Copacabana Palace**: biopolítica, pacto de segurança e subjetivação (des)construindo o sujeito invasor. 2019. 136.f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: <http://old.ple.uem.br/defesas/pdf/mdsilva.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

TASSO, I. Corpos em vigília sob regimes do dizer e do olhar da técnica e da tecnologia biopolítica e cinematográfica. In: TASSO, I.; OLIVEIRA, V. (org.). **Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso**: a formação dos conceitos. Campinas: Pontes, 2015. p. 47-82.

TASSO, I. Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real. **Revista Científica Ciência em Curso**, Palhoça, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/ciencia_curso/article/download/19038/12528. Acesso em: 25 fev. 2024.

TASSO, I. E. V. S. Linguagem não-verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: SANTOS, A. R.; RITTER, L. B. (org.). **Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa**: formação de professores EAD. Maringá: EDUEM, 2005. p. 131-173.

TASSO, I. E. V. S. **As múltiplas faces da iconografia na prática de leitura escolar**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Amanda da Silva Duarte é graduada em Letras – Português e Espanhol e mestra em Estudos de Linguagens pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É professora da rede municipal de ensino de Campo Grande (MS) e membra do Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)mediáticas (SuDiC-CNPq/UFMS) e do Laboratório de Revisão de Textos Acadêmico-científicos (Labrev/UFMS). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas Tecnologias” (UEM). E-mail: amandasduarte0@gmail.com.

Edson Carlos Romualdo cursou sua graduação em Letras, seu mestrado e doutorado na área de Filologia e Linguística Portuguesa na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP de Assis e seu pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde ministra aulas na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE). Coordena o projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” e o projeto de ensino “Linguística e tradução: bases teórico-práticas”. É o 2º líder do grupo de pesquisa GEPOMI-Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos e participa do Grupo de pesquisa Linguagem e Direito.

Elaine de Moraes Santos possui graduação, mestrado e doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de concentração em Estudos Linguísticos e sob a linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso. É docente associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Lidera o Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(em) Discursividades (político)mediáticas (SuDiC/CNPq-UFMS),

coordena o Laboratório de Revisão de Textos Acadêmico-científicos (Labrev/UFMS e participa do GT Análise do Discurso da Anpoll. Integra, ainda, o projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, Mídia e Novas Tecnologias” (UEM). E-mail: proflainemoraes2@gmail.com.

Flávia Zanutto fez sua graduação em Letras e seu mestrado em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Maringá (UEM); e seu doutorado em Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP de Araraquara. É Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”, do projeto em rede “NEADE TEA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Ações Frente a Diversidade Educacional: um olhar o TEA”; e do projeto de extensão “Recursos Alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior”, na UEM. E-mail: fzanutto@uem.br.

Flávio Brandão-Silva é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Araraquara) e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, é docente e pesquisador da UEM, trabalhando os temas Sociolinguística e Sociolinguística Educacional. Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” (UEM) e dos grupos de pesquisa: “VALEN – Variação Linguística na Escola: Normas” e “HLinFU: História da Língua e Formação Urbana”. E-mail: fbsilva@uem.br.

Isabelly Fernanda Franco de Souza cursou graduação em Letras Inglês e Literaturas Correspondentes – Licenciatura Plena, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É Professora efetiva de

Língua Inglesa, na Secretaria de Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul. E-mail: isabellyfranco@hotmail.com.

Jefferson Campos é Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Atua como docente no Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas e como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia, campus Porto Velho. É líder do Grupo de Estudos sobre Discurso e Cultura na Amazônia (GEDisCA/UNIR/CNPq) e vice-líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (Geduem/UEM/CNPq). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional Linguagem, mídia e novas tecnologias (3431/2020 - UEM). E-mail: jefferson.santos@unir.br

Juçara Zanoni do Nascimento cursou sua graduação em Letras – Bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e sua licenciatura em Letras na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutora em Letras, na área de Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É docente do Departamento Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena (DAELL/UNIR/Vilhena) e pesquisadora do Grupo de Estudos Humanize (CNPq). E-mail: jucarazanoniprojeto@gmail.com.

Juliana da Silveira cursou sua graduação em Português e Francês, seu mestrado e doutorado em Letras – área de Estudos Linguísticos – na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em seu doutorado, estudou, com período sanduíche, na Sorbonne Paris Cité. Fez seu pós-doutorado em Ciências da Linguagem (PNPD/CAPES) na UNISUL. É professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL-UNISUL), pesquisadora pelo Instituto Ânima, vice-líder do Grupo de Pesquisa Divulgação e Produção de Conhecimento (UNISUL/CNPq) e membro do Contradit –

Coletivo de Trabalho, Discurso e Transformação. Membro-fundadora da Commune – Colabs em educação e pesquisa. É líder do grupo de pesquisa GEPOMI- Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos – UNISUL/UEM. Integra o projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: juliasilveira@hotmail.com.

Juliana de Mello Chagas Lima é tradutora e revisora profissional. Tem experiência na área de marketing e publicidade e na docência e coordenação de cursos de graduação e pós-graduação. Mestre e Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de Estudos Linguísticos, com foco de pesquisa na produção de sentidos no texto publicitário. Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas e em Tradução pela Universidade Estácio. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná e em Letras - Português/Inglês pela Unicesumar. Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” E-mail: juchagaslima@gmail.com.

Karine Giroto Barbara é graduada em Letras pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE), da UEM, com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, é doutoranda pelo mesmo programa e instituição, também com bolsa financiada pela CAPES em parceria com a Fundação Araucária. É integrante do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” da UEM e do Grupo de Pesquisas GEPOMI - Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (UNISUL/UEM). E-mail: karinegirotob@gmail.com.

Lucas Alves Selhorst. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), na linha Texto e Discurso, com bolsa

Capes/Prosc. Mestre em Ciências da Linguagem (PPGCL/Unisul). Licenciado em Letras - Inglês pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Graduando em Letras - Português na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participa dos grupos de pesquisa "Produção e Divulgação de Conhecimento" e "GEPOMI - Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos". E-mail: lucasselh@hotmail.com.

Neil Franco é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mestre em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá. Atua no Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Integra o Grupo de Estudos Discursivos (GED/CNPq), da Unesp-Assis, e o Grupo de Estudos Político e Midiáticos (GEPOMI/CNPq), da UNISUL/UEM. Coordena o projeto de ensino *Jornal O Consoante*: instrumento didático-pedagógico para a produção escrita de acadêmicos do curso de Letras (UEM). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional "Linguagem, mídia e novas tecnologias". E-mail: prof.neilfranco@gmail.com

Rafael Vitória Alves fez sua graduação em Letras, seu mestrado e, atualmente, finaliza o doutorado, na área de Estudos Linguísticos, no programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua como especialista educacional na Píxeon e participa do projeto de pesquisa interinstitucional "Linguagem, mídia e novas tecnologias". E-mail: rafaelalves92@gmail.com

Sônia Berveglieri cursou a graduação em Letras na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho – UNESP de Assis, sua especialização em Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e seu mestrado e doutorado em Letras – área de

concentração Estudos Linguísticos, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente é professora da Educação Básica II e participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: soniabervegliere@hotmail.com

Thaís Gomes Teixeira é mestre em Ciências da Linguagem pelo Programa de Ciências da Linguagem (PPGCL) da UNISUL-SC e formada em Jornalismo pela mesma instituição. Possui experiências nas áreas de produção audiovisual, produção multimídia, gestão de mídias, desenvolvimento de projetos editoriais e produção de conteúdo. E-mail: thaisteixeirajor@gmail.com.

Wesley Mateus Dias fez sua graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná UNESPAR, campus Apucarana, e mestrado em Letras na área de Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no qual desenvolve atualmente o doutorado. É integrante do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias da UEM e do Grupo de Pesquisas GEPOMI - Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (UNISUL/UEM). Email: wesleymateus1497@gmail.com.

Esta coletânea dá continuidade às publicações feitas no primeiro volume do livro *Linguagens, mídias e tecnologias*, também publicado por Pedro & João Editores. Os trabalhos aqui apresentados resultam de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto interinstitucional de pesquisa “Linguagem, Mídia e Novas Tecnologias” (UEM), que reúne um grupo de pesquisadores da linguagem que já vem trabalhando conjuntamente em projetos interinstitucionais de pesquisa desde 2007.



Programa de
Pós-Graduação em
Letras



Universidade
Estadual de
Maringá



ISBN 978-65-265-1316-3



9 786526 513163 >